

UNIVERSIDADE VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
NÍVEL DOUTORADO

RENILDA VICENZI

NOS CAMPOS DE CIMA DA SERRA:
ser preto, pardo e branco na vila de Lages, 1776-1850.

São Leopoldo – RS
2015

Renilda Vicenzi

NOS CAMPOS DE CIMA DE SERRA: ser preto, pardo e branco na vila de Lages,
1776-1850.

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor, pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

Área de concentração: Estudos Históricos Latino-Americanos.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira

São Leopoldo – RS
2015

Catálogo elaborado por
Joseana Foresti
CRB 14/536

Vicenzi, Renilda
V633n Nos campos de cima da serra : ser preto, pardo e branco
na vila de Lages, 1776-1850 / Renilda Vicenzi.-- 2015
232 f.: il. 30 cm.

Tese (Doutorado em Estudos Históricos Latino-Americanos)
- Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2015

1. Economia agrícola - Lages (SC) - 1776-1850. 2.
Negros. 3. Escravos libertos. 4. Lages (SC) - Aspectos
sociais. 5. Lages (SC) - História. I. Moreira, Paulo
Roberto Staudt. II. Título.

OOD 21 -- 303.44098164

Renilda Vicenzi

NOS CAMPOS DE CIMA DA SERRA: ser preto, pardo e branco na vila de Lages, 1776-1850.

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor, pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

Aprovado em 10 de abril de 2015.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira (Orientador)
Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS

Prof. Dr. André Atila Fertig
Universidade Federal de Santa Maria – UFSM

Prof. Dr. Fábio Kühn
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Prof. Dr. Rodrigo de Azevedo Weimer
Fundação de Economia e Estatística – FEE

Prof^a Dr^a Eloísa Helena Capovilla da Luz Ramos
Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS

AGRADECIMENTOS

Foram horas em arquivos, e em frente ao computador. Uma pesquisa que em alguns momentos era preciso ‘tirar leite de pedra’. Dúvidas, angústias e por fim algumas certezas.

Um agradecimento especial ao professor e orientador Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira. Além dos agradecimentos, merece todo meu respeito. Aprendi muito contigo. Com suas leituras criteriosas, indicações e correções à pesquisa avançou e transformou-se neste trabalho. Compartilho contigo os acertos deste trabalho, mas os equívocos e erros são meus. Obrigado.

Aos professores do PPGH da Unisinos, sempre atenciosos e dispostos a auxiliar na pesquisa. As secretarias do PPGH, primeiro Janaina e depois Saionara, pelo auxílio com as questões burocráticas.

Aos professores da Banca de qualificação, professor Dr. Fábio Kunh e Dr. Rodrigo Weimer, pelas valiosas sugestões, e pela participação juntamente com os professores Dr. André Atila Fertig e Dr^a Eloísa Capovilla da Luz Ramos na Banca final.

Muitos arquivos fizeram parte da minha rotina em busca das fontes. Quero agradecer em especial aos funcionários e estagiários do Museu do Tribunal de Justiça de SC, à Valda, Jaqueline, Cristiane, Giliard e Renata. No Museu Thiago de Castro de Lages, a Carla e aos demais funcionários. Foram nestes dois espaços tive o primeiro contato com as fontes sobre a vila de Lages. Aos funcionários do arquivo do estado de São Paulo, de Santa Catarina e do IHGPR pela disponibilidade em permanecer comigo após o horário de atendimento ao público externo, contribuindo para que minha estada fosse mais bem aproveitada.

Aos colegas professores/historiadores da UFFS - Campus Chapecó (Ricardo, Bruno, Mateus, Renato) que nos intervalos para o café ou chimarrão, sempre rolava um bate papo sobre a pesquisa de doutorado. Aos estudantes do Curso de História, e aos orientandos em especial, por compreenderem que a escrita da tese em alguns momentos era prioridade.

Edenir pelo auxílio com todas as opções do word, Marcos Rogério arrumou o mapa, a Taty thank you. A Araceli Godinho pela correção ortográfica.

A Joice ao Jandir por me receberem em sua casa nos semestres que cursei as disciplinas. Fiquei sendo parte da família!

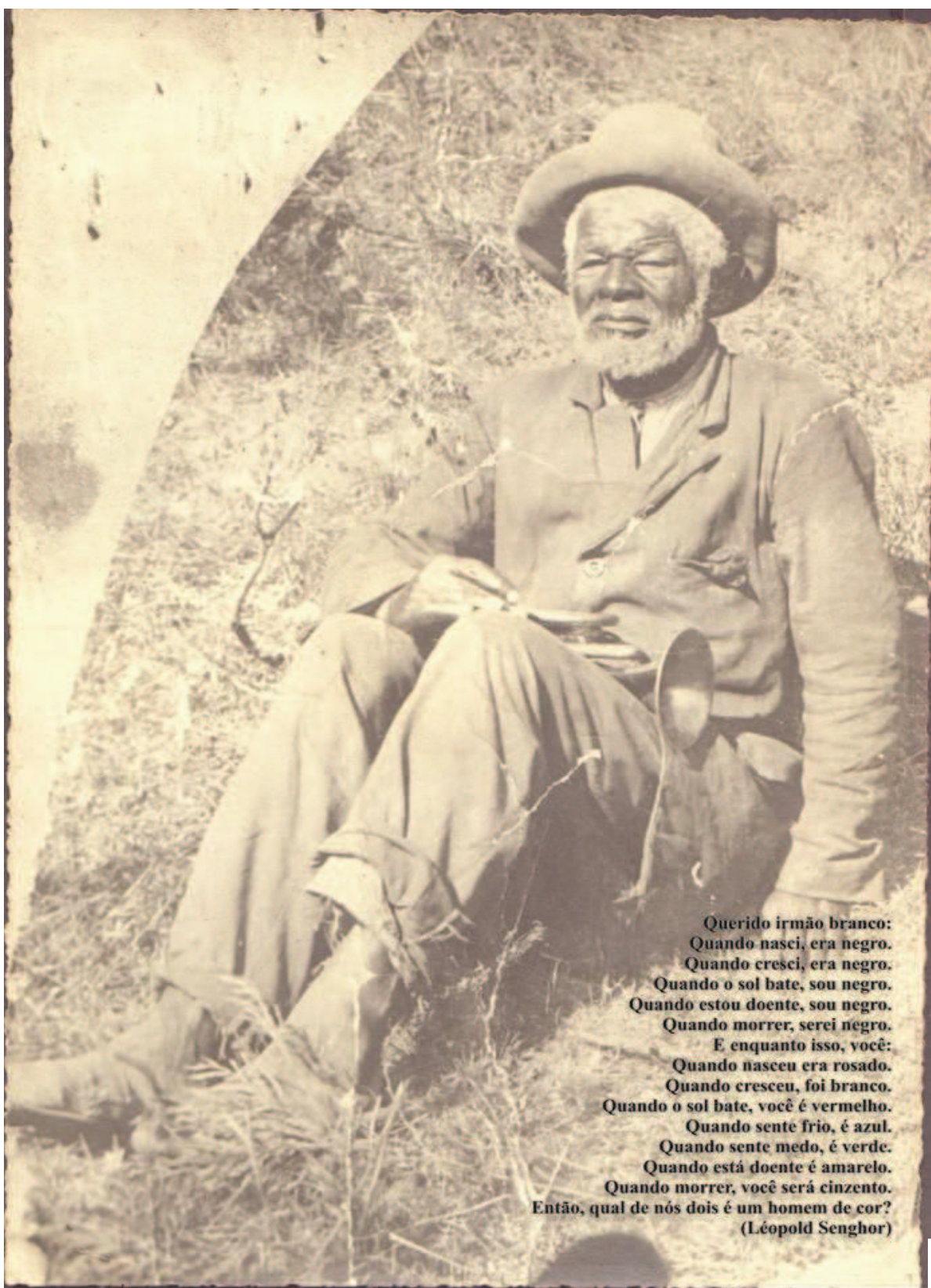
Alguns amigos estiveram mais presentes nestes últimos 4 anos. Valeu por ouvirem minhas lamúrias, por se preocuparem comigo e por tornarem meus dias mais leves: Zeney (Pepe), Maria

Salete (Nega), Anderson, Felipe, Cleo, Hilda (Bety), Dudinha. A vizinha Elvira que cuidou da casa e das cachorras enquanto a pesquisa acontecia.

Ao Délcio, da troca de carros na rodoviária, dos envios de relatórios, das crises de desespero durante a busca das fontes e na escrita, das dicas de livros e das muitas e importantes confidências acadêmicas e conversas ao longo deste período e de tantos outros. E mais, no próximo janeiro teremos férias.

E a eles, meus familiares. Luclecia, Teonila, Renilso e suas extensas famílias Weirich, Casonatto e Vicenzi com seus agregados, obrigado pelo incentivo e carinho. Patricia, Patrick, Emely, Tamires, Julia e Talita, vocês são a continuidade dos sonhos. Ah, a você Tamires que acompanhou mais de perto e dividiu a mesa de estudos comigo desde a graduação. Mara, sou muito grata por todo incentivo e dedicação. Em especial a eles, meus pais – Tercilia e Nicolau Calixto, pois sei que as minhas conquistas também são suas. Todos vivem em meu coração e não sei viver sem vocês.

Obrigado.



Querido irmão branco:
Quando nasci, era negro.
Quando cresci, era negro.
Quando o sol bate, sou negro.
Quando estou doente, sou negro.
Quando morrer, serei negro.
E enquanto isso, você:
Quando nasceu era rosado.
Quando cresceu, foi branco.
Quando o sol bate, você é vermelho.
Quando sente frio, é azul.
Quando sente medo, é verde.
Quando está doente é amarelo.
Quando morrer, você será cinzento.
Então, qual de nós dois é um homem de cor?
(Léopold Senghor)

Tio Adão. Fonte: MTC.

RESUMO

Analisar as dinâmicas de ocupação do espaço da vila de Lages, situada no caminho das tropas entre os campos de Curitiba e de Viamão, no final do século XVIII e primeiras décadas do XIX, constitui-se em objetivo central deste trabalho. Para tanto, através das trajetórias de indivíduos de diferentes origens e cor, analisamos a formação agrária e social desse espaço. Nas propriedades agrícolas dos campos de Lages, além da criação de animais (vacuns, cavalares e muares) para comercialização primeiramente no mercado de Sorocaba (SP) e depois de Desterro (SC), havia a produção agrícola de mantimentos para o consumo nas propriedades, e os parcos excedentes eram comercializados no pequeno núcleo urbano da vila. Nas propriedades (fazendas, sítios e chácaras), viviam lado a lado homens livres e cativos. Em geral, os proprietários de sítios e chácaras tinham sua mão de obra formada pelo núcleo familiar, e esporadicamente havia a presença de agregados e um ou dois cativos. Já os senhores de fazendas viviam com suas famílias, cativos e agregados. Ser proprietário de terras e de cativos não era exclusividade para brancos; pardos e pretos também o eram.

Palavras-chave: Vila de Lages. Homens de cor. Escravos e livres. Produção agrícola e pecuária.

ABSTRACT

Analyzing the dynamics of space occupation of Lages village, situated on the way of troops between the fields of Curitiba and Viamão, in the late eighteenth and early nineteenth century, constitutes a central objective of this work. Therefore, through the trajectories of individuals from different backgrounds and color, we analyze the agrarian and social formation of these places. On farms of Lages fields, besides breeding (vacuns, horsy and mules) for marketing starting in Sorocaba (SP) markets followed by Desterro (SC), there was the agricultural production of food for internal expenses in the properties, and the meager excess were sold in small urban center of the village. In the properties (farms and ranches), lived side by side free and captive men. In general, the owners of sites and farms had their labor formed by the nuclear family, and occasionally had the presence of aggregates and one or two captives. On the other hand, the lords of farms were living with their families, captives and aggregates. Being landowner and captives was not exclusive to whites; browns and blacks also were.

Keywords: Lages Village. Color Man. Slaves and free. Agricultural and livestock production.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1** – Mapa 1: Localização dos caminhos abertos no Brasil Meridional nos séculos XVIII e XIX.....37
- Figura 2** – Foto 1: Vista parcial do cemitério da fazenda Socorro141

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – População em Lages, 1777 a 1850.....	48
Gráfico 2 – Comparativo da produção e comercialização total dos produtos em alqueires, 1798-181.....	134
Gráfico 3 – População escrava (Lages 1798-1850).....	153
Gráfico 4 – População livre (Lages 1798-1850)	153
Gráfico 5 – Fogos com escravos (Lages 1799 a 1818).....	158
Gráfico 6 – A cor em Lages (1798-1833).....	177

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Condutores de tropas entre 1798 e 1818.....	73
Quadro 2 – Fazenda do pardo Manuel de Barros, natural de São Paulo, e da parda Ignacia Rodrigues, natural do Rio de Janeiro, 1804 a 1811.....	113
Quadro 3 – Fazenda de Matheus José de Souza, 1798 – 1818.....	142
Quadro 4 – Ovelhas nos inventários <i>post mortem</i> , 1820-1850.....	146

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Formas de apropriação / acesso à terra (1820).....	91
Tabela 2 – Número de domicílios por bairros/localidades.....	99
Tabela 3 – Composição das unidades produtivas – 1798 a 1820.....	101
Tabela 4 – Composição: números de propriedades e proprietários por cor, de 1798 a 1818, a partir das listas nominativas.....	108
Tabela 5 – Ocupações de pardos e negros, 1803 a 1818.....	116
Tabela 6 – Levantamento da produção pecuária na vila de Lages, 1798-1818	120
Tabela 7 – Número de animais presentes nos inventários, 1820-1850.....	128
Tabela 8 – Produção agrícola na vila de Lages, 1789-1811.....	133
Tabela 9 – Produtos agrícolas comercializados na vila de Lages, 1789-1811.....	134
Tabela 10 – Peças de queijos produzidos, 1803-1808	145
Tabela 11 – População livre e escrava nas localidades da província de Santa Catarina no ano de 1833	156
Tabela 12 – Composição por sexo e faixa etária dos escravos (Lages 1799, 1805 e 1818)	162
Tabela 13 – Origem dos noivos escravos – 1772 a 1850.....	167
Tabela 14 – Origem das noivas escravas – 1772 a 1850.....	167
Tabela 15 – Origem/naturalidade dos escravos na vila de Lages – 1803 a 1818.....	170
Tabela 16 – Os números da cor de livres e escravos em Lages (1798-1833).....	176
Tabela 17 – Agregados 1798 a 1818.....	194

LISTA DE ABREVIATURAS

AESC: Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

AESP: Arquivo do Estado de São Paulo.

AHMF: Arquivo Histórico Municipal de Florianópolis. Florianópolis, SC.

DI: Documentos Interessantes.

IHGPR: Instituto Histórico e Geográfico do Paraná.

MTC: Museu Thiago de Castro de Lages/SC.

MTJSC: Museu do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

APPR: Arquivo Público do Paraná. Curitiba, PR.

PNSPL: Paróquia Nossa Senhora dos Prazeres de Lages. Lages, SC.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAP. 1. A DEFESA DO PASSO DO RIO PELOTAS: OS CAMPOS DE LAGES	35
1.1. Nos campos de Cima da Serra	35
1.2. Os últimos confins: Nossa senhora dos Prazeres das Lagens	41
1.3. Os indesejáveis: indígenas	53
1.4. Na vila: o cuidado com a vida espiritual	63
1.5. Lagens à Sorocaba: homens e animais	71
CAP. 2. A PROPRIEDADE DA TERRA	81
2.1. Formas de apropriação	81
2.2. As proprietárias	93
2.3. Estrutura fundiária: lavouras e fazendas	98
2.4. Os proprietários de cor	105
CAP.3. MERCADO INTERNO: CRIAR E CULTIVAR.....	119
3.1. A criação de animais	119
3.2. Produção de mantimentos.....	132
3.3. A produção de queijos e lã.....	140
CAP. 4. O LUGAR DE ESCRAVOS E AGREGADOS	152
4.1. Os cativos.....	152
4.1.2. Cativos casados	163
4.1.3. Africanos e crioulo	170
4.1.4. A cor e o sexo dos cativos.....	175
4.1.5. Um senhor de muitos cativos	182
4.2. Agregados	191
4.2.1. De agregados a proprietários de bens	200
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	209
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	215
DOCUMENTOS ON-LINE	226
FONTES E SITES	227
ANEXOS	228

Introdução

Manoel Rodrigues de Athaydes nasceu em Parnaíba (SP) e faleceu em 27 de abril de 1796 na vila de Lages (SC). Quando chegou a Lages, trouxe em sua companhia um escravo pardo¹, por nome Vicente, que lhe foi dado por esmola pela sua avó Maria, por saber "que era filho dele" com a escrava Escolástica. Em 2 de janeiro de 1785, Vicente recebeu alforria. Manoel Rodrigues foi Juiz Ordinário de Lages nos anos de 1781, 1786 e 1787. Recebeu carta patente de capitão da Companhia das Ordenanças em 1786 e a patente de sargento mor das ordenanças em 1793². Casou-se com a viúva Maria do Rosário, natural de Laguna³. Ele e a mulher, Maria do Rosário, fizeram escritura de venda de meação do sítio das Bandeirinhas em 31 de julho de 1781, na vila de Lages. Essas terras faziam divisas por uma parte com o rio Lavatudo e pela outra com o arroio chamado Ribeirão dos Porcos, que seguia na direção do dito rio. O sítio tinha curral e casas de vivenda, tudo avaliado pela quantia de 20\$000 réis. Em 18 de julho de 1783, o casal vendeu campos e benfeitorias na fazenda denominada *A Ilha* para Jacintho de Araújo Nóbrega, procurador do guarda-mor João de Almeida Leite e do capitão Francisco Manoel Fiúza. Essa fazenda foi vendida posteriormente, a 17 de setembro de 1786, a Bento do Amaral Gurgel⁴.

Entre 1790 e 1798, nos recenseamentos de Lages⁵, encontramos o fogo do casal Manoel Rodrigues de Athaydes e d. Maria do Rozário. Em 1790⁶, Manoel Rodrigues de Athaydes possuía 50 anos, e d. Maria do Rosário, 38 anos. Viviam com o casal os filhos Francisco, de 16 anos; Guilherme, de 15 anos; Maria, de 13 anos; Manoel, de 11 anos; Anna, de 7 anos; Emigídia, de 5 anos; Lodovina, de 3 anos; Roza, de 2 anos – todos brancos.

Além dessa família consanguínea, habitavam aquele *fogo*⁷ a escrava Leocádia, de 40 anos, e os agregados José Francisco e Lourenço, de 50 anos, e Manoel Antonio, de 25 anos. Em

¹ MATTOS, 2013. A historiadora Hebe Mattos discute a construção e conceituação das categorias pardo, preto, crioulo, pardo livre, entre outros, à medida que congelavam o *status* de escravo ou de liberto.

² AESP, n. 3, 68, L 22, fls. 117-v; e n. 369, L 25, fls. 152 e 153.

³ Conforme o registro de casamento realizado em 5 de janeiro de 1776, Manoel era filho do capitão-mor Guilherme Antonio de Athaydes e de sua mulher, Maria Benta Rodrigues; neto por parte paterna de Manoel João de Athaydes e de sua mulher, Maria Marques Rodrigues. Maria do Rosário, viúva de Manoel Gonçalves Fogaça, era filha de João Teixeira e de sua mulher, Marai de São José. Foram testemunhas do matrimônio o capitão-mor regente Antonio Correia Pinto e Manoel da Silva Ribeiro (Fonte: PNSPL: Livro de matrimônio n. 1, p. 12).

⁴ ASBRAP, VI, 1999, p. 86.

⁵ AESP: Maços de População. Lages 1776 -1818. Ordem C00226.

⁶ AESP: Maços de População. Lages 1776 -1818. Ordem C00226. Ano 1790, fogo n. 3.

⁷ Fogo: "*O mesmo que domicilio, residência, casa*". (BOTELHO; REIS, 2002. p. 79). Segundo dicionários da época, *fogo* seria um sinônimo de "*casa ou família*". (SILVA, 1922. p. 42). (Edição fac-símile da 2. ed., de 1813, sendo a 1. ed. de Lisboa, Officina de Simão Thadeo Ferreira, em 1789).

1791⁸, a única alteração na população daquele fogo específico foi o nascimento de mais uma filha do casal, Ermenia. Em 1792⁹, alteraram-se os agregados, de 3 para 6 – os novos eram João Pereira, de 23 anos; sua esposa, Maria Angélica, de 14 anos; e Estevão, de 10 anos. Em 1794¹⁰, novamente houve alteração, não há mais a presença de Estevão e o número de agregados passou a ser 5. Em 1796¹¹, o número de filhos do casal Athaydes passou para 10, com o nascimento de Senhorinha. Também, o número de escravos passou para 2, com a compra da escrava Catarina de 20 anos. O número de agregados diminuiu para 3 com a saída do casal João e Maria Angélica, e também neste ano Manoel de Athaydes morre, com 55 anos de idade.

Em 1797¹², o fogo pertence somente à viúva d. Maria do Rozário, com 44 anos, e vivem com ela 8 filhos: Guilherme, Manoel, Anna, Esmenia, Emegidia, Lodovina, Roza e Senhorinha; as duas escravas: Catarina e Leocádia; e os agregados: Maria, de 19 anos, seu filho Pedro, de 3 anos, Lourenço, de 57 anos e Ignacio, de 40 anos. Já em 1798¹³, vivem com d. Maria somente as filhas Anna, Emigidia, Lodovina, Roza, Esmenia e Senhorinha. Nesse ano, o capitão-mor Bento do Amaral Gurgel especificou as duas escravas como pretas e solteiras, e os agregados Joze Francisco, Geraldo e Ignacio, ambos jornaleiros, e Lourenço como assalariado – todos descritos como mulatos.

Na propriedade, plantavam mantimentos para seu sustento, e em 1798 cultivaram 50 alqueires de milho, 16 de feijão e 8 de trigo¹⁴. Manoel Athaydes e sua família desenvolviam atividades agrícolas que lhes garantiam a subsistência, auxiliados pela pequena escravaria e pelos agregados. A família de Manoel de Athaydes fazia parte da pequena elite local, situada numa região periférica, que levava uma vida simples e de poucos rendimentos, onde se mesclava o uso de braços escravos e livres, sem que a mão de obra familiar estivesse ausente, com a produção de excedentes produtivos, que vinculava esse fogo ao mercado consumidor interno. As características que determinavam pertencer ou não à elite em Lages eram definidas pela propriedade da terra, isto é, ser proprietário de fazenda, possuir escravos, possuir patentes militares e atuar em funções administrativas.

⁸ AESP: Maços de População. Lages 1776 -1818. Ordem C00226. Ano 1791, fogo n. 3.

⁹ AESP: Maços de População. Lages 1776 -1818. Ordem C00226. Ano 1792, fogo n. 3.

¹⁰ AESP: Maços de População. Lages 1776 -1818. Ordem C00226. Ano 1794, fogo n. 2.

¹¹ AESP: Maços de População. Lages 1776 -1818. Ordem C00226. Ano 1796, fogo n. 2.

¹² AESP: Maços de População. Lages 1776 -1818. Ordem C00226. Ano 1797, fogo n. 7.

¹³ AESP: Maços de População. Lages 1776 -1818. Ordem C00226. Ano 1798, fogo n. 5.

¹⁴ AESP: Maços de População. Lages 1776 -1818. Ordem C00226. Ano de 1789. O alqueire como medida de peso é de difícil exatidão. Luna e Klein (2001, p. 3, 4) acham possível, mas não exato, considerarmos que um alqueire de milho corresponda a entre 25 e 30 quilos. Ver também: BARICKMAN, 2003, p. 23.

O 'bastardo' pardo Vicente Rodrigues de Athaydes, natural de Parnaíba, casado¹⁵ com a também parda d. Maria da Conceição, natural de Lages¹⁶, foi elencado no mapa geral dos habitantes de Lages entre 1790 e 1811. Ele e sua esposa representam parte razoável dos indivíduos que viveram em Lages nos primeiros oitenta anos de colonização. Filhos de mães escravas, foram escravos e tornaram-se libertos. Vicente e Maria da Conceição eram filhos de homens livres, o que caracteriza a conexão entre a casa grande e a senzala. Foram agregados e, depois, proprietários; seus filhos pardos nasceram livres, marcando assim os ritmos da mobilidade social e da mestiçagem nesses campos¹⁷. De 1790 a 1792, Vicente e sua esposa Maria foram agregados do pai de Maria, o capitão-mor Bento do Amaral Gurgel¹⁸. Nesse período, tiveram três filhos: Feliciano (mudo), Florinda e Anna – Anna morreu antes de completar 1 ano de idade. A partir de 1794, passam a ter seu próprio fogo – neste ano¹⁹, Vicente possuía 31 anos e sua esposa, Maria, 23 anos, os filhos eram Feliciano, de 7 anos, Florinda, de 4 anos, e Maria, de 1 ano. Viviam também no fogo os agregados Francisco Pinto, de 31 anos, Francisco, de 32 anos, Simplicio, de 22 anos, e Angelo, com 32 anos. Em 1797²⁰, há mais dois filhos, Claro, de 2 anos e Vicente, de 1 ano; também a escrava Vitoria, de 15 anos. Em 1798²¹, a única alteração em relação ao ano anterior é a existência de mais um filho, Anna, de 1 ano.

Iniciado o século XIX, em 1803²², a família era assim constituída: Vicente, com 44 anos, e sua esposa, Maria, 29 anos; os filhos, Feliciano, de 14 anos, Florinda, de 13 anos, Maria, de 10 anos, Claro, de 8 anos, Vicente, de 7 anos, Anna, de 6 anos, Senhorinha, de 3 anos, e Felicidade, de 4 meses – todos pardos. Possuíam a escrava crioula Vitoria, natural de Curitiba, 23 anos, solteira, e o agregado Nicolau, natural de São Paulo, de 53 anos e solteiro. Em 1805²³, nasceu Escolastica, que faleceu com 5 meses, e a escrava Vitoria aparece como mãe da escrava Ignes, de

¹⁵ Casaram-se em 9 de setembro de 1789. Segundo o registro, Vicente Rodrigues de Athaydes, natural da vila de Parnaíba, filho de Escolástica, escrava de Maria Marques e pai incógnito; Maria da Conceição, natural de Lages, filha de Marcelina, escrava falecida do capitão Bento do Amaral Gurgel – ambos pardos libertos. As testemunhas foram o capitão Manoel Rodrigues de Athaydes e Jose Martins (Fonte: PNSPL: Livro de matrimônio n. 1, p. 71).

¹⁶ Maria da Conceição foi batizada no dia 1º de abril de 1771. O vigário Paulo Severo registrou: “batizei condicionalmente a inocente Maria, filha de Marcelina, escrava do capitão Bento do Amaral Gurgel, e de pai incógnito, pus os santos óleos depois de ser informado por Antonio Marques Arzão, que a referida inocente estava em perigo de morte” (Fonte: PNSPL: Livro de batismo, n. 1, folhas 8).

¹⁷ Acerca de mestiçagem e mobilidade na colônia, ver: FRAGOSO, jul.-dez. 2010. p. 74-106.

¹⁸ No registro de casamento da filha Maria do Nascimento, consta que Vicente era filho de Manoel Rodrigues de Athaydes e Maria da Conceição era filha de Bento do Amaral Gurgel (Fonte: PNSPL. Livro de matrimônio n. 2, p. 22).

¹⁹ AESP: Maços de População. Lages 1776 -1818. Ordem C00226. Ano 1803, fogo n. 33.

²⁰ AESP: Maços de População. Lages 1776 -1818. Ordem C00226. Ano 1803, fogo n. 22.

²¹ AESP: Maços de População. Lages 1776 -1818. Ordem C00226. Ano 1803, fogo n. 66.

²² AESP: Maços de População. Lages 1776 -1818. Ordem C00226. Ano 1803: fogo n. 05.

²³ AESP: Maços de População. Lages 1776 -1818. Ordem C00226. Ano 1805: fogo n. 05.

2 anos. Em 1806²⁴, o casal teve mais um filho, Manoel, e comprou o escravo José Mina, de 32 anos, solteiro e negro. Em 1807²⁵, aumentou para 3 o número de escravos, com a compra da negra Ludovina, natural da Costa da África, de 40 anos e solteira. Em 1808²⁶, adquiriram o escravo João, negro de 41 anos. Em 1810²⁷, o fogo era administrado somente por d. Maria da Conceição; nele residiam todos os filhos, os agregados Manoel, natural de Viamão, branco, de 27 anos, e sua esposa, Maria, natural de Lages, parda, de 13 anos; as escravas Vitoria, Ludovina e a parda Maria, de nação com 2 anos. E em 1811²⁸, a única alteração em relação ao ano anterior é resultante da fuga do escravo João.

Vicente, de escravo em Parnaíba transformou-se forro em Lages, em agregado e, na sequência, senhor pardo²⁹ de escravo; era negociante, com “um negócio de fazenda de secos e molhados, que vai buscar na Marinha de Laguna, bispado do Rio de Janeiro e lhe rende por ano 50\$000”³⁰, plantava mantimentos para seu gasto e para vender³¹, criava e comercializava cavalos, mulas e ovelhas³². Sua residência localizava-se na vila de Lages, onde realizava suas atividades de comerciante auxiliado pela família, escravos e agregados. Com o pardo Vicente, houve mobilidade espacial e social, que também seria característica de outros indivíduos que viriam a povoar os campos de Lages.

Ao cercarmos a formação das duas famílias Athaydes – a dos brancos Manoel e Maria do Rozário, e a dos pardos Vicente e Maria da Conceição –, adentramos no universo de homens e

²⁴ AESP: Maços de População. Lages 1776 -1818. Ordem C00226. Ano 1806: fogo n. 07.

²⁵ AESP: Maços de População. Lages 1776 -1818. Ordem C00226. Ano 1807: fogo n. 07.

²⁶ AESP: Maços de População. Lages 1776 -1818. Ordem C00226. Ano 1808: fogo n. 07.

²⁷ AESP: Maços de População. Lages 1776 -1818. Ordem C00226. Ano 1810: fogo n. 08.

²⁸ AESP: Maços de População. Lages 1776 -1818. Ordem C00226. Ano 1811: fogo n. 08.

²⁹ A data provável do nascimento do pardo Vicente é 1762. Ele viveu 23 anos como escravo da família Athaydes em Parnaíba e depois veio para Lages. Alforriado, tornou-se agregado e pai de família. Nove anos após sua alforria, tornou-se proprietário. O casal teve 11 filhos, dois vieram à luz mortos. Ele morreu com cerca de 50 anos. Segundo Mattos (2013, p. 42), “a representação social, que separava homens bons e escravos dos ‘outros’, tendia, assim, a se superpor, pelo menos em termos ideais, a uma hierarquia racial que reservava aos pardos livres, fossem ou não efetivamente mestiços, esta inserção intermediária. Desta forma, o qualificativo ‘pardo’ sintetizava, como nenhum outro, a conjunção entre classificação racial e social no mundo escravista. Para tornarem-se ‘pardos’, os homens livres descendentes de africanos dependiam de um reconhecimento social de sua condição de livres, construído com base nas relações pessoais e comunitárias que estabeleciam”.

³⁰ AESP: Maços de População. Lages 1776 -1818. Ordem C00226. Ano de 1803, fogo n. 5. De 1803 a 1810 sua renda sempre é de 50\$000 (cinquenta mil réis).

³¹ AESP: Maços de População. Lages 1776 -1818. Ordem C00226. Anos de 1807, 1808 e 1811. Em 1807, produziu 50 alqueires de milho e 30 de feijão. Em 1808, vendeu 40\$000 de feijão. Em 1811, vendeu 30 alqueires de milho e 20 de trigo.

³² AESP: Maços de População. Lages 1776 -1818. Ordem C00226. Anos de 1803, 1805, 1806, 1807, 1808 e 1810. Em 1803, em 18 cavalos, 12 mulas e alguns carneiros. Em 1805, eram 12 vacuns, 13 cavaleares e 03 muares. Em 1806, eram 24 vacuns, 11 cavaleares e 16 muares. Em 1807, possuía 50 vacuns, 50 cavaleares. Em 1808, eram 50 vacuns, 50 cavaleares, 14 muares, um rebanho de ovelhas e vendeu 50 alqueires de mandioca e de feijão. Em 1810, eram 07 vacuns, 08 cavaleares, 10 muares e um rebanho de ovelhas.

mulheres que transitaram e se fixaram nesses sertões. Para Rangel Cerceau Netto (apud PAIVA; AMANTINO; IVO, 2010, p. 166), “mapear historicamente a vida de casais em que os sujeitos tinham experiências variadas e trajetórias de vida diferentes é, notadamente, querer, por meio da sensibilidade da família enfocar uma sociedade plural em seus modos de viver e de pensar”.

Assim, nas trajetórias³³ de indivíduos como Manoel e Vicente é que foram tecidas as formas de ocupação e colonização na região de abrangência da vila de Lages. Não são trajetórias individuais, mas articuladas a grupos sociais e ao tempo desses indivíduos; assim, elas compõem uma história social mais ampla. Nesse sentido, é possível reconstituir “as relações entre pessoas, tanto em sentido vertical quanto horizontal, o que equivale a uma análise dinâmica da estrutura social”³⁴ (GRENDI apud OLIVEIRA; ALMEIDA, 2009, p. 47).

Os dados já referidos e os que vêm a seguir evidenciam uma população em movimento e descrevem um panorama histórico-social nada estável. A descrição dinâmica dos fogos nos permite visualizar redes sociofamiliares que se estruturavam e reestruturavam permanentemente, com o nascimento e morte de filhos e escravos, a entrada e saída de agregados e a compra de novos cativos.

Além dos cativos, os agregados foram muito presentes nos núcleos familiares da vila de Lages, e este grupo compartilhava o mesmo espaço com os cativos. Segundo o Dicionário Moraes, em sua edição de 1813, *agregar* seria “*ajuntar-se a alguém, bandear-se com ele. Estar acostado à família*”. Dessa forma, o *status* de agregado denota certa estabilidade (garantida pelo acesso à terra, mas não à propriedade) e dependência (já que vincula esses indivíduos e suas famílias aos interesses do casal de proprietários). Experiência essa que foi vivenciada por Vicente e sua família – quiçá agregar-se seja uma etapa importante do enraizamento de famílias pobres ou remediadas, que procuram oportunidades em regiões de fronteira aberta³⁵. Claro que, observando a nomeação dos agregados nas listas populacionais que compulsamos, percebemos que eram chamados dessa maneira também trabalhadores que mantinham relações mais ocasionais (ou instáveis) com o *fogo*.

Esses campos passaram a ser vistos como integrantes de estratégias individuais e familiares possíveis a partir do caminho aberto por Francisco de Souza Farias (1728-1730), que

³³ LEVI, 2000. Giovanni Levi analisa diferentes tipos de fontes, como registros paroquiais, contratos de venda de terras, testamentos, entre outros, para realizar as trajetórias dos Chiesa (pai e filho) na localidade de Santena, Itália, 1672-1709. Através dos vestígios deixados pelos habitantes da localidade, realiza o que denominou de técnica intensiva de reconstrução das vicissitudes biográficas.

³⁴ GRENDI. In: ALMEIDA; OLIVEIRA, 2009. p. 47.

³⁵ Ver: FARIA, 1998.

ligava Viamão a Curitiba, com o objetivo de conduzir tropas de São Pedro do Rio Grande com destino a São Paulo, desviando, assim, do caminho marítimo por Laguna³⁶. Mas a efetivação do caminho foi obra de Cristóvão Pereira de Abreu, com a demarcação da rota São Borja – Cruz Alta – Araranguá – Lages – Curitiba – Sorocaba. A partir dessa nova rota, iniciou-se a fixação de novos homens nos campos das *Lagens*. Eram portugueses, paulistas, rio-grandenses garantindo a posse territorial³⁷, associada às atividades econômicas ligadas à criação de gado, produção de subsistência e ao tropeirismo.

O novo caminho possuía diferentes formas de relevo e uma abundante hidrografia. Para melhor situar geograficamente o caminho das tropas, utilizamos a descrição de Mary del Priori e Renato Venâncio, o *Itinerário de Sorocaba para o Continente de Viamão*:

[...] partiam de Sorocaba, seguiam na direção de Itapetininga, atravessavam o Paranapanema, o Taguari, o Jaguariaiva, tocavam em Ponta Grossa e Curitiba e seus campos povoados de currais, cortavam o vale do rio Negro, penetravam nas florestas da serra do Espigão, entravam na região de Campinas, de Curitiba e Lages. De lá, prosseguiam pelos rios das Canoas e das Caveiras até o estreito desfiladeiro do caudaloso Pelotas. Depois da garganta do Pelotas abriam-se os campos de Vacaria, na serra riograndense. Desciam cortando os rios das Antas e das Camisas até a verdejante planície do Guaíba. Por toda a parte, de Sorocaba a Viamão, avistavam-se fazendas e currais de gado (DEL PRIORI; VENÂNCIO, 2006, p. 77).

Na rota do caminho das tropas, em 1776, o Morgado³⁸ de Mateus confiou a Antonio Correia Pinto e seu bando³⁹ a criação de uma vila. Ela deveria ser criada nos limites ao sul da Capitania de São Paulo. Nascia, de acordo com Correia Pinto, “a Vila de Nossa Senhora dos Prazeres das Lagens”⁴⁰, às margens do rio Caveiras e próxima ao passo do rio Canoas, na última fronteira da Capitania de São Paulo.

Para o Morgado de Mateus, Correia Pinto era um paulista em quem Sua Majestade podia confiar, pois “hoje já se acham poucos que, como ele, se desterrasse a instâncias minhas das comodidades desta cidade e de sua casa para ir gastar a sua fazenda [...], a serviço de povoar aquela fronteira” (VIANNA, 1987, p. 86). No mesmo ano, Antonio Correia Pinto foi nomeado “no posto de capitão-mor Regente do Certão de Curitiba, principiando do Campo da Estiva para

³⁶ GIL, 2009.

³⁷ BELLOTTO, 2007.

³⁸ D. Luís Antonio de Souza Botelho Mourão, Morgado de Mateus. “Um morgado era constituído por um conjunto de bens vinculados, inalienáveis, indivisíveis e que, por morte do possuidor, passava ao filho primogênito (que recebia também o título de Morgado, acrescido do nome da Casa ou terras que lhe competiam). Seriam os morgados a forma institucional e jurídica de defender a base econômica territorial da nobreza, livrando as terras de retalhação por vendas ou doações” (BELLOTTO, 2007, p. 45).

³⁹ FRAGOSO, jul.-dez. 2003.

⁴⁰ AESP: DI, 7. p. 205- 215. Ofício do Morgado de Mateus para o Conde Oeiras, em 30 de março de 1766.

o Sul até as fronteiras desta Capitania”⁴¹. Os serviços do capitão-mor deveriam ser empreendidos na defesa e no povoamento, com homens que construíssem suas casas e cultivassem suas terras, sem esquecer-se de pagar os dízimos à coroa. O Morgado de Mateus⁴² objetivava o povoamento e a guarnição no Caminho do Viamão. Portanto, era estratégica a criação de uma vila entre a já existente vila de Curitiba e as bordas do rio Pelotas – este último era o limite com a Capitania de São Pedro do Rio Grande.

Estabelecida à bandeira de Correia Pinto, iniciou-se a diáspora para o povoamento, com homens livres e libertos oriundos de outras regiões, aproveitando as oportunidades dessa *fronteira em movimento*⁴³. Esses homens traziam consigo familiares, agregados e escravos, e também a esperança de mudar sua condição social e econômica. O avanço na fronteira era propiciado pelo acesso às abundantes terras, que, para a Coroa e os governadores da Capitania de São Paulo, se encontravam disponíveis e ociosas, não se levando em consideração a ocupação desse espaço por comunidades indígenas; e a passagem das tropas possibilitava a criação e a invernagem de animais⁴⁴, bem como seu comércio no mercado de Sorocaba.

A vila de Sorocaba, ao longo dos séculos XVIII e XIX, não estava ligada exclusivamente a uma economia escravista e exportadora, era um sítio preferencial para a comercialização do gado proveniente do Sul. Segundo Bacellar (2001, p. 17), apesar de sua presença tênue na historiografia, “Sorocaba, com sua famosa feira anual, que atraía um sem-número de comerciantes e tropeiros”, foi um grande centro urbano regional envolvido diretamente com a dinâmica do comércio de gado.

Os campos de Lages compõem uma economia secundária no contexto agroexportador brasileiro, pois suas atividades econômicas abasteciam o mercado interno. Portanto, com uma economia não exportadora, ligaram-se aos mercados paulistas e mineiros durante os séculos XVIII e XIX. Para Frago (apud LINHARES, 1990, p. 173), “a economia do Sul estava voltada para o mercado interno (fugindo assim, de certo modo, ao modelo exportador brasileiro), abastecendo em particular as áreas escravistas do Sudeste”.

Além de ligar os campos de Curitiba a Viamão, Lages era território estratégico do Império Português para garantir seu domínio diante dos espanhóis. A ocupação espacial garantia a defesa do território para o Império Português, contra uma possível invasão espanhola, a

⁴¹ IHGPR: Coleção Torre do Tombo. Pasta 03. Documento 166. Carta Patente de Capitão-mor. (Ver o Anexo A).

⁴² AESP: DI, 7. p. 205- 215. Ofício do Morgado de Mateus para o Conde Oeiras, em 30 de março de 1766.

⁴³ FARIA, 1998. Sheila de Castro Faria apresenta as possibilidades de mobilidade na colônia.

⁴⁴ MACHADO. In: BRANCHER; AREND, 2001, p. 11-29.

expansão desse império⁴⁵ e a segurança na passagem das tropas. O comércio de mulas e gado bovino do Sul para São Paulo aumentava significativamente⁴⁶; assim, ao longo do caminho das tropas, a propriedade da terra foi-se efetivando através da concessão real (sesmarias e heranças) e da compra, propiciando, desta forma, a ampliação das atividades de pecuária e agricultura.

Até a chegada dos paulistas e seus familiares, a população era formada por nativos, denominados pelas autoridades de *índios* e “*bugres*”, e por desertores. A partir daí, formou-se um núcleo populacional com a inclusão de livres, forros e escravos. Em 1777, o capitão-mor Correia Pinto realizou o primeiro mapa geral dos povos de Lages. Ele contabilizou 662 indivíduos: 225 brancos e pardos livres, 142 brancas e pardas livres, 58 índios, 36 índias, 8 pretos forros, 2 pretas forras, 119 pretos e pardos cativos e 72 pretas e pardas cativas⁴⁷.

O grau de mestiçagem dessa população pode ser verificado pela indistinção, nesse mapa de 1777, dos *brancos* e dos *pardos*. Não que tal distinção por cor não fosse operacional socialmente, mas ela de certa forma se diluía (ou perdia importância) numa região de ocupação recente e de oportunidade para famílias não brancas se assentarem como proprietárias de terras, animais e seres humanos escravizados⁴⁸.

O modelo de colonização introduzido foi fundamentado na propriedade da terra⁴⁹. Os senhores de terras, cujas propriedades eram fazendas, em geral, possuíam escravos e agregados para a execução dos trabalhos domésticos, na pecuária e na agricultura. No processo de colonização e povoamento, além das vastas extensões de terras (fazendas), há um número significativo de propriedades de médio e pequeno porte. Isso significa que, além da produção voltada para o comércio interno com vacuns, cavalares e muares, realizada principalmente em fazendas, temos a especificidade da presença de lavouras de subsistência.

Nessas propriedades *menores*, a produção agrícola voltava-se para a subsistência e o abastecimento local, e, mesmo com a presença de um pequeno número de escravos e de agregados, os proprietários e suas famílias não ficavam isentos do trabalho na lavoura e na criação de animais. Portanto, as médias e pequenas propriedades possuem em sua maioria mão de obra familiar, auxiliada por agregados, e por dois ou três escravos. São identificadas pelas seguintes expressões: “planta para seu gasto”, “vive nas suas lavouras e planta mantimentos para seu gasto”, “planta para seu gasto com vacum e cavalari”, e ainda algumas “plantam mantimentos

⁴⁵ Cf. BELLOTTO, 2000, p. 103-145.

⁴⁶ KLEIN, maio-ago. 1989. p. 347-372.

⁴⁷ AESP: Maços de População. Lages 1776 -1818. Ordem C00226. Mapa Geral do Continente das Lages, 1777.

⁴⁸ Ver: OLIVEIRA. In: PAIVA, 2011. CERCEAU NETTO. In: PAIVA, 2011. REIS. In: TAVARES, 2010.

⁴⁹ TEIXEIRA DA SILVA, abr. 1997. p. 119-156.

para vender na vila”⁵⁰, indicando que em alguns momentos havia excedentes para comercialização na sede da vila.

O eixo central da nossa pesquisa é descortinar que foram os indivíduos pretos, pardos e brancos presentes nos processos de povoamento e ocupação associado às relações sociais e econômicas no espaço em questão. Assim, o objetivo é analisar o que significa ser preto, pardo e branco nos universos intrínsecos e extrínsecos destes indivíduos. Para tal colocamos lado a lado homens livres (brancos, pardos e pretos), libertos e escravos (pardos e pretos). Com relação ao recorte espacial e cronológico, a pesquisa abordará os campos de Lages, de 1776, quando se iniciou o povoamento desses campos por novos indivíduos a partir da determinação do governo da Capitania de São Paulo, até 1850. O recorte final está na década de 1840 e início da seguinte, quando ocorreram transformações políticas e sociais no Império do Brasil, promovidas especialmente pelos debates e a criação das Leis Eusébio de Queiróz e de Terras. E na vila de Lages, na década de 1840, iniciou-se a reorganização política após a passagem dos Farrapos; na sequência, a criação do distrito de Campos Novos (1854); e houve a chegada dos imigrantes alemães provenientes das já existentes colônias do vale do Itajaí (SC).

A pesquisa aborda cerca de oitenta anos de história, que, resumidos, girarão em torno de três grandes discussões: da terra (a distribuição fundiária em fazendas, chácaras e sítios), da mão de obra (livre proprietária, agregada e escrava) e da produção (agricultura e pecuária). Destaca-se o predomínio da pecuária (vacum, cavalari e muar) e da produção de gêneros alimentícios (milho, trigo e feijão). Nesse sentido, a questão investigativa norteadora é elucidar como a vila de Lages passou a integrar o circuito do caminho das tropas e quem foram os indivíduos que passaram a povoar e viver neste espaço.

Estruturamos nossa investigação nos seguintes pilares: a abertura de caminhos com seus pousos e a criação da vila de Lages, a definição desse território como área de fronteira aberta, a aquisição e apropriação de terras por brancos e não brancos (sesmarias, compra, herança, posse), a estrutura fundiária, o tipo de gado (vacum, cavalari, muar) e as relações de trabalho (livre, escravo, familiar, agregado) e a conformação (e o papel) de espaços destinados ao abastecimento interno colonial e imperial⁵¹.

⁵⁰ AESP: Maços de População. Lages 1776 -1818. Ordem C00226. Coluna: Ocupações.

⁵¹ “Não se pode, portanto, classificar a agricultura e o comércio de abastecimento como atividades meramente subsidiárias, simples acessórios da economia de exportações, ou mesmo, na linguagem cepalina, como ‘efeitos para trás’” (BARICKMAN, 2003. p. 30). Considerar essas conexões internas e o papel fundamental que exerciam produções voltadas para o abastecimento interno é fragilizar a “concepção metropolitana da colônia”, que só percebe as determinações externas. (ALMEIDA, 2010. p. 30).

Dirigimos o olhar aos homens nas propriedades maiores e menores de cultivo e de criação de animais, para conhecer o complexo pastoril interno no Brasil colonial e do início do século XIX, que envolveu as atividades de criação de animais, invernagem das tropas e o tropeirismo, que em geral ocorriam em consonância com a produção agrícola, e com outras atividades realizadas nas demais regiões.

Para a execução deste trabalho, garimpamos em fontes arquivistas e no diálogo com referenciais teóricos e historiográficos, na busca por plausíveis respostas, as questões que pautaram a investigação. O trabalho apresentado a seguir foi edificado com auxílio de fontes primárias: as eclesiais, nos seus registros de batismos, casamentos e óbitos; as cartoriais, com as listagens populacionais, relações nominativas, as cartas de alforria, os inventários *post-mortem*, os testamentos e os registros de propriedades – fontes depositadas no arquivo do Museu do Judiciário Catarinense, no Arquivo do estado de São Paulo, no Museu Histórico Thiago de Castro, de Lages, no Arquivo Público do estado do Rio Grande do Sul, no Arquivo Público Municipal de Florianópolis, no Arquivo do Estado de Santa Catarina, no Instituto Histórico e Geográfico do Paraná e no Arquivo Histórico do Paraná. Os campos de Lages se configuravam como terra de passagem, pois a vila pertenceu à província de São Paulo até 1820 e, depois, passou à jurisdição de Santa Catarina; assim, os documentos que informam sobre a vida nesses campos foram registrados e depositados em diferentes lugares. Pesquisar os campos de Lages e os seus habitantes no século XVIII e XIX significa, portanto, assumir a vida e a perspectiva um tanto móvel dessa população, captando em vários *locais de pouso e estabelecimento* os registros documentais que essa vida fronteiriça nos legou.

Considerando a historicidade da produção de tais documentos, eles são analisados não somente nos dados que explicitam, mas também nas informações implícitas e em suas omissões. A utilização de fontes documentais para a pesquisa oportuniza analisar os elementos subjetivos expressos, e que indicam comportamentos correntes no período pesquisado ou que foram admitidos pelos indivíduos. Segundo Le Goff (2004, p. 54),

[...] o documento não é inocente, não decorre apenas da escolha do historiador, ele próprio é parcialmente determinado por sua época e seu meio; o documento é produzido consciente ou inconsciente pelas sociedades do passado, tanto para impor uma imagem desse passado, quanto para dizer 'a verdade'.

As fontes utilizadas para esta pesquisa não se limitam a si mesmas, procuramos entrelaçá-las para constituir uma rede de informações que se aproxime do vivido dos indivíduos, e sempre considerando as intencionalidades nelas contidas. Será no cruzamento, no confronto e sem

esquecer a leitura hermenêutica das fontes que analisaremos as trajetórias dos homens de cor no espaço que ocuparam na vila de Lages. As fontes são os elementos primordiais da pesquisa, pois elas nos guiam a partir de suas especificidades. Elas são referência, no entanto não é possível afirmar a veracidade e exatidão dos dados existentes, pois são projeções das representações de um determinado período histórico.

A definição do objeto ocorreu quando visualizamos a produção historiográfica regional e suas poucas referências à configuração humana e econômica das paragens de Lages, no que diz respeito ao período compreendido entre o final do século XVIII e as primeiras décadas do XIX. Notamos nessa produção historiográfica o predomínio das abordagens da história política, administrativa e militar. A escrita da história de abrangência regional e nacional deu pouca importância às especificidades da história dos criadores de gados, dos produtores de alimentos e senhores de pequenas escravarias nos campos de Lages.

O historiador Walter Piazza, em sua obra *A escravidão negra numa província periférica*, no capítulo intitulado “A escravidão numa área de pastoreio: os ‘campos’ de Lages”, chega à conclusão de que o planalto era um espaço formado exclusivamente pela propriedade fundiária e pecuária extensiva, com a existência de um pequeno número de escravos. Também aponta para a deficiência ou falha documental nos registros eclesiásticos, nos civis, administrativos e judiciários ao longo dos séculos XVIII e XIX e indica que o litoral de Santa Catarina foi o único espaço com grandes áreas de concentração de cativos. Outras produções de grande circulação regional realizam um panorama geral da história dos campos de Lages⁵². Nesse âmbito, colaborou Caio Prado Junior, em *Formação do Brasil Contemporâneo*⁵³, ao descrever o povoamento do interior da colônia, referindo-se a esse espaço como uma via de comunicação, por onde transitavam tropas oriundas do Rio Grande do Sul. Cabe destacar que suas pesquisas foram realizadas em fontes primárias impressas e secundárias, e ele procurou realizar uma abordagem ampla do período colonial. Prado Junior, Piazza, entre outros⁵⁴, ao escreverem sobre os africanos e seus descendentes enfatizaram as diferentes regiões do Brasil, em especial em Santa Catarina a partir de suas estruturas da grande propriedade com grande número de escravos, não visualizando espaços destinados à produção de mercado interno e com pequenas escravarias.

Em geral, para estes autores o escravo negro numa economia secundária teve presença

⁵² Entre elas: CABRAL, 1987. PIAZZA, 1983. PIAZZA, Walter; HUBENER, 1983. COSTA, 4 v. 1982. CABRAL, 1987. SANTOS, 1974.

⁵³ PRADO JUNIOR, 2011. p. 66-67.

⁵⁴ No entanto, hoje já existem alguns autores investigando áreas *subsidiárias* e caracterizadas pelas pequenas escravarias. Ver: FERREIRA, 2005. PERUSSATTO, 2010.

rara, inexpressiva ou insignificante, atribuindo-se a isso a inexistência de um sistema escravista. Atestam elas, ainda, que existiram relações mais democráticas e igualitárias entre os proprietários de terras e seus subordinados, em função do modelo econômico baseado em um menor contingente de escravos e da *intimidade* daí decorrente entre os trabalhadores cativos e seus proprietários. Reproduziram-se representações simplistas sobre o papel desempenhado pelos pretos e pardos, que contribuíram, assim, para uma simplificação da história e participação de escravos e libertos nesse território. Também, com relação à propriedade da terra, ao vê-la somente como espaço de criação de animais, ignoraram-se as atividades agrícolas, tanto as voltadas ao mercado interno como as para o consumo próprio.

Além da produção historiográfica, é interessante observar relatos de viajantes que estiveram em Lages durante o século XIX. O botânico e viajante Auguste de Saint-Hilaire (1978)⁵⁵, ao descrever os Campos Gerais em 1820, situa Lages no cenário do Sertão de Viamão, e fruto da expansão da pecuária dos Campos Gerais e de Curitiba, distinguindo-o da Ilha e do litoral, por ser um distrito pouco conhecido e de população escassa. Já o médico alemão Robert Avé-Lallemant⁵⁶, ao passar por Lages em 1858, descreve o forte inverno, a vila, a grande quantidade de animais no campo, os criadores de gado, os negociantes de cavalos, e também um lugar de desalento.

Apesar das lacunas presentes nesses estudos, como a falta de análises sobre a presença de homens pardos como proprietários de terras e de escravos, a participação de agregados nas atividades de cultivo e criação, é possível afirmar, a partir deles, que a história colonial dessas paragens está ligada ao avanço da fronteira, à busca por um caminho terrestre 'seguro' entre os campos de Viamão e Sorocaba, ao tropeirismo, às atividades de lida com o gado e ao comércio de almas com centros fornecedores de escravos.

A partir do final dos anos de 1970, a escrita da história do Brasil começou a passar por transformações, com o início de um novo cenário historiográfico. O mundo rural e o da escravidão encontraram novos alicerces de pesquisa, guiados pelas concepções da História Social⁵⁷ e da História Agrária⁵⁸; fontes adormecidas são despertadas e analisadas: inventários

⁵⁵ SAINT-HILAIRE, 1978.

⁵⁶ AVÉ-LALLEMANT, 1980.

⁵⁷ Para Hebe Mattos, “A história social mantém, entretanto, seu nexó básico de constituição, enquanto forma de abordagem que prioriza a experiência humana e os processos de diferenciação e individualização dos comportamentos e identidades coletivos - *sociais* – na explicação histórica”. (MATTOS. In: CARDOSO, 2011. p. 50).

⁵⁸ Segundo Linhares, “o sistema socioeconômico em questão, as condições de acesso à terra, as normas jurídicas que regem a propriedade, o meio geográfico e as condições de uso da terra, o perfil demográfico, o universo profissional,

post-mortem, registros cartoriais, eclesiásticos e testamentos.

Contudo, é importante considerar que, sobre a vila de Lages, há poucos estudos regionais específicos⁵⁹, com abordagens não globalizantes. Entre eles, a dissertação de Nilsen Borges⁶⁰, que propôs um olhar diferenciado sobre a economia e a sociedade de Lages no período de 1840 a 1865, ao enfatizar as características da economia escravista na estrutura agropecuária, através de inventários *post-mortem*, mapas de população, escrituras de compra e venda de escravos, escrituras de liberdade e outros; e a obra *Lideranças do Contestado*, de Paulo Pinheiro Machado⁶¹, que, em sua primeira parte, contextualiza o caminho das tropas, traçando a ocupação do território do Planalto e o perfil populacional.

Os campos de Lages, Guarapuava e Curitiba, descritos como Campos Gerais, possuem em harmonia as descrições geográficas e históricas. Portanto, a escrita da história do planalto paranaense conversa com nossa temática. Cacilda Machado, em sua obra *A trama das vontades*⁶², elabora a formação do espaço socioeconômico paranaense e destaca sobre os campos gerais que, “ao longo do XVIII e do XIX, tornou-se a mais importante área paranaense de criação e de invernagem dos animais comprados no Rio Grande do Sul, e revendidos em Sorocaba” (MACHADO, 2008, p. 44). Através de listas nominativas, a autora descortina a história da freguesia de São José dos Pinhais, localizada nos campos de Curitiba. Ela identificou, a partir do século XVIII, a ocupação das terras por paulistas, com a finalidade de criar gado, destacando, ainda, o poder político e militar que os novos habitantes foram adquirindo com a aquisição de patentes e títulos, como de capitão-mor, sargento-mor e coronel.

Seguindo no caminho da análise pormenorizada dos campos gerais, Gutiérrez estuda a população escrava numa economia não exportadora, o planalto paranaense:

O planalto estava voltado preferencialmente à criação de bois e cavalos, além da invernagem dos muarees que, vindos do Rio Grande do Sul, dirigindo-se à Sorocaba para venda e posterior distribuição. Desenvolvia-se, também, uma agricultura de subsistência, no interior das fazendas. A precariedade de estatísticas do império impede identificar com precisão a parcela de escravos que trabalham especificamente na pecuária, bem como avaliar os ocupados no artesanato das fazendas ou no cultivo de gêneros de primeira necessidade (GUTIÉRREZ, 1988, p. 162).

as hierarquias sociais. Esta é a história agrária de que falamos: a história econômica e social do mundo rural” (LINHARES. In: CARDOSO; VAINFAS, 2011. p. 159).

⁵⁹ Recentemente a contribuição da arqueologia com a tese intitulada: Arqueologia do caminho das tropas: estudo das estruturas viárias remanescentes entre os rios Pelotas e Canoas, SC. (HERBERTS, 2009).

⁶⁰ BORGES, 2005.

⁶¹ MACHADO, 2004.

⁶² MACHADO, 2008.

Segundo o autor, a criação de gado combinada com a produção de gêneros alimentícios estava associada à escravidão. Para Carlos Lima, que estuda a concentração de recursos nos campos de Curitiba (Curitiba, Lages, Castro, Palmeira, Campos Largo e S. José dos Pinhais) nos séculos XVII e XIX, “Escravistas migravam com seus escravos”, no contexto de “passagem da situação não exportadora para aquela de escravidão com reprodução endógena e voltada para a produção para o mercado interno” (LIMA apud XAVIER, 2012, p. 320-321).

Já Ruy C. Wachowicz (1995), ao descrever a ocupação dos Campos Gerais, afirma ter sido realizada por paulistas – no entanto, estes vieram para explorar e não trouxeram consigo família, escravos, padres e agregados. Para Cecília Westphalen, os proprietários dos Campos Gerais “[...] eram, via de regra, moradores das vilas de Santos, Paranaguá, Itu e da cidade de São Paulo. Ausentes, as fazendas ficavam aos cuidados de feitores que as administravam” (WESTPHALEN, 1995, p. 25). No entanto, Carlos Lima, investigando Castro e Curitiba, denomina o que encontra de “fazendas de absenteístas”:

[...] unidades que não contavam com a presença de seus donos, mas que também não possuíam capatazes livres, assalariados, ficando a administração por conta dos próprios escravos. Os senhores às vezes residiam em habitações urbanas. Às vezes, viviam em outras localidades, em certos casos distantes. No caso provavelmente mais frequente, possuíam várias unidades escravistas, o que por sua vez se ligava a um caráter muito expansivo da fronteira agrária nas partes meridionais da capitania/província de São Paulo⁶³.

Os trabalhos de Horácio Gutiérrez, Cacilda Machado e Carlos Lima, entre outros, divergem de Wachowicz e Westphalen sobre a ocupação, e com estudos pormenorizados, a partir de fontes primárias, apontam para uma ocupação e permanência de homens paulistas e de outras procedências com seus escravos, agregados e familiares.

Também cabe destacar os trabalhos produzidos sobre estruturas agrárias e trabalho escravo nas fazendas do Rio Grande do Sul, pois tais pesquisas renovaram o campo historiográfico ao propor novas abordagens acerca do Brasil Meridional, através do diálogo com fontes primárias, e auxiliam na compreensão sobre a vida rural dos campos de Cima da Serra.

Paulo Zarth, em suas obras, estudou o Rio Grande do Sul no século XIX e suas configurações associadas à terra, produção e mão de obra⁶⁴. Analisando as transformações da região de latifúndio pastoril e escravista para o trabalho livre, Helen Osório concentrou seu

⁶³ LIMA; MELO, 2004, p. 127-162.

⁶⁴ ZARTH, 2002. ZARTH, 1997.

estudo sobre o Rio Grande do Sul no período colonial, modificando as percepções a respeito da estrutura produtiva – terra, escravos, rebanhos – e consultando fontes (inventários e censos) que até então passavam despercebidas. Seus trabalhos mostram uma sociedade mais complexa do que a simples configuração estancieiro/peão, e uma economia de predomínio das charqueadas⁶⁵.

O trabalho de Fábio Kuhn analisa a ‘gente de fronteira’ na vila de Laguna e nos campos de Viamão no século XVIII, e descreve as estratégias familiares e políticas das elites locais nessa fronteira⁶⁶ – o autor reconstitui trajetórias de vários indivíduos desta. Já Tiago Luís Gil, em sua tese⁶⁷, analisou a rota mercantil entre Sorocaba e Viamão. Nessa rota, encontra-se a vila de Lages, local estável de passagem de vacuns. Para o autor, Lages estava inserida em um contexto maior, a vila de São Paulo, e com economia de subsistência na pequena lavoura (milho, feijão e trigo), no pastoreio, no comércio de animais, e com uma população escrava em torno de 20%⁶⁸.

Na maior parte das propriedades rurais lageanas, o cultivo de gêneros agrícolas dava suporte à criação de animais (bois, vacas, cavalos, éguas, burros), à invernagem de tropas e ao tropeirismo. Eram atividades que faziam parte do complexo pastoril do sul do Brasil e foram desenvolvidas em propriedades adquiridas a partir da segunda metade do século XVIII. Para Schwartz (2001, p. 169), “estava ocorrendo no Brasil, em fins do período colonial o crescimento da economia interna e, por intermédio do desenvolvimento e da integração regionais, o início de um mercado nacional”.

Quanto mais se intensificava a circulação de homens, e com a conseqüente a ampliação das atividades criatórias e agrícolas, maior era a importância do caminho de tropas para a crescente interdependência entre os polos produtivos regionais. O comércio de animais movia a economia da vila de Lages, pois muitos dos proprietários, de acordo com as fontes, criavam gado em suas fazendas e os comercializavam em Curitiba e Sorocaba.

Portanto, a criação de animais, a produção de alimentos e o comércio permitiam aos habitantes, tanto os que possuíam maiores propriedades quanto os que possuíam menores, acúmulo de capital para comprar escravos. Havia mão de obra disponibilizada pelo comércio de almas. Os proprietários de terras que se estabeleceram nos campos de Lages mantinham contato com o comércio escravagista situado na praça do Rio de Janeiro.

⁶⁵ OSÓRIO, 2007.

⁶⁶ KUHN, 2006.

⁶⁷ GIL, 2009.

⁶⁸ GIL, op. cit.: extraiu as informações dos maços de população de Lages, entre 1783 a 1803.

Entre a eclosão da Revolução Francesa e o fim do tráfico legal para o Rio de Janeiro, importavam-se africanos, sobretudo para garantir a expansão das *plantations* de açúcar e de café do Sudeste, o crescimento das estâncias de gado do Sul do Brasil, a economia urbana e a produção para o abastecimento. Por isso, boa parte dos 715 mil escravos africanos desembarcados no porto do Rio era praticamente redistribuída, por via marítima, para as províncias do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, [...] (FLORENTINO apud FRAGOSO [et al.], 2006, p. 198).

Para melhor compreensão do homem e da vida escrava, a partir da perspectiva da história social da escravidão, ancoramo-nos, entre outros, em Hebe Maria Mattos, João Fragoso, Kátia K. Mattoso, Manolo Florentino, Robert Slenes, Silvia Lara, Paulo Roberto S. Moreira, Sidney Chalhoub, Russell-Wood, Cacilda Machado, Stuart Schwartz.

De acordo com Hebe Mattos e Ana Lugão Rios (2005, p. 26),

[...] o escravo que emergia da nova história social da escravidão era cada vez mais capaz de ação histórica. Tinha adquirido família, vida cultural e comunitária, negociava e muitas vezes atuava no mercado produzindo e vendendo bens e serviços por conta própria. Desta perspectiva, também as atitudes dos libertos passaram a ser analisadas como iniciativas que respondiam a projetos próprios.

Neste sentido, um dos caminhos da pesquisa é conhecer os interstícios da escravidão nas propriedades lageanas, entendendo o escravo como sujeito de suas ações e protagonista de sua história, desde o matrimônio até a alforria, através dos caminhos por ele trilhados, no contexto específico de médias e pequenas escravarias. Neste sentido, “nos intervalos entre sistemas normativos estáveis ou em formação, os grupos e as pessoas atuam com uma própria estratégia significativa capaz de deixar marcas duradouras na realidade política que, embora não sejam suficientes para impedir as formas de dominação, conseguem condicioná-las e modificá-las” (LEVI, 2000, p. 45).

Mesmo que imersos em relações de poder desiguais, os cativos (africanos e seus descendentes) procuraram manipular o jogo social a seu favor, organizar famílias e parentescos, negociar com os senhores e autoridades. Assim, sem cairmos no mito do cativo submisso ou coisificado, nem acreditar na conquista de uma completa autonomia em cativeiro, propomo-nos a entender as estratégias colocadas em ação por esses agentes sociais, em situações diversas, caracterizadas pela desigualdade de forças. Ou seja, valorizamos uma 'política da vida cotidiana, cujo centro é a utilização estratégica das normas sociais'.

A partir do enfoque da presença do trabalho escravo, dos animais e da agricultura, há que

evidenciar as formas de ocupação fundiária. Em 21 de junho de 1754⁶⁹, Correia Pinto recebeu uma sesmaria de duas léguas de comprimento e uma de largura, nos campos de Cima da Serra. Era a primeira sesmaria, partindo do território do Rio Grande de São Pedro para os campos de Cima da serra, nos futuros campos de Lages.

A sesmaria era a forma de obtenção legal da propriedade da terra, geralmente concedida aos *homens de bem e de bens*, e assim o governo português garantia a ocupação dos espaços considerados “vazios”. Durante o período colonial, a Coroa dificilmente conseguia fiscalizar a ocupação das terras dadas em sesmaria; assim, os territórios dos sesmeiros, dependendo dos usos da terra, podiam aumentar. Hebe Mattos de Castro (2009, p. 88) destaca que, “Se a obtenção legal de sesmarias era relativamente fácil para quem tinha *cabedais e escravos*, as necessidades de terra dos fazendeiros iam muito além das áreas efetivamente cultivadas. Conjugavam-se no processo de concentração fundiária fatores econômicos e culturais variáveis conforme a época e região”. Os processos e desdobramentos das diversas formas de acesso e legitimação da terra constituíram as propriedades rurais em Lages. A preocupação inicial dos sesmeiros era garantir e expandir a posse, com vistas aos resultados positivos do que cultivavam e criavam. Essas propriedades propiciaram o avanço na fronteira agrária, abrindo espaço aos tropeiros e aos comerciantes de gado.

Tendo como cenário os homens brancos e de cor livres, forros e escravos, os grandes e pequenos produtores de alimentos e criadores de gado nos campos de Lages nas décadas finais do século XVIII e iniciais do XIX, organizamos a pesquisa em quatro capítulos.

O 1º capítulo, denominado *A defesa do passo do rio Pelotas: os campos de Lages*, tratará da criação da vila de Lages, do povoamento dos campos de Cima da Serra, do caminho das tropas e do tropeirismo. Apresentamos a formação socioeconômica do planalto catarinense, para que o leitor se familiarize com o espaço em questão, utilizando fontes produzidas no final do século XVIII e início do XIX, entre elas as determinações do Morgado de Mateus. Com o auxílio da historiografia acerca dos campos gerais, e em especial dos campos de Lages, refletimos sobre a criação e efetivação do domínio paulista nas terras cortadas pelo caminho das tropas, e na sua inserção à frente de cargos administrativos, como de capitão-mor. Destacamos também os conflitos entre os colonizadores e as comunidades indígenas na efetivação do povoamento, e a presença da igreja católica na nova vila. Ao final, procuramos demonstrar as configurações

⁶⁹ Registro da carta de Sesmaria passada a Antonio Correia Pinto. Demarcação do Sul do Brasil pelo Governador e Capitão General Gomes Freire de Andrada. 1752-1757. **Revista do Archivo publico Mineiro**. p. 50-52. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/rapm/search.php>.

sociais e econômicas que se formam a partir da fundação de Lages.

No capítulo 2, “*A propriedade da terra*”, analisamos as configurações em torno da propriedade da terra: as formas de apropriação; a legislação, os proprietários brancos, pardos e pretos; e as propriedades. Com o auxílio dos mapas populacionais, com suas listas nominativas dos habitantes da vila de Lages, no cruzamento com as informações contidas na Relação dos Bens Rústicos de 1818 e 1820, e nos registros de propriedades, verificamos as formas de aquisição das propriedades – as fazendas, as chácaras e os sítios; quem são seus proprietários, o que produzem e quem são os homens que habitam essas propriedades. Por exemplo, no Mapa das Relações de 1820, encontramos as seguintes informações: o nome do proprietário e da propriedade, se fazenda, chácara ou sítio, comprimento e largura, forma de apropriação, o cultivo e a existência de escravos. Como a propriedade do capitão Manoel Cavalheiro Leitão, de 49 anos, natural de São Pedro do Rio Grande, senhor de um sítio denominado Glória, comprado e cultivado com animais de criar vacum e cavalar, com auxílio de três escravos, com extensão de meia légua. Ele possuía ainda uma fazenda de criar animais vacuns e cavalares, denominada Bom Sucesso, que obteve através da compra de duas léguas em quadro, em que trabalhavam dois escravos e alguns agregados. As terras dessa fazenda se complementavam com uns campos denominados de Ilha, povoados com éguas e manadas de burros⁷⁰.

O capítulo seguinte, o 3, intitula-se “*Mercado interno: criar, cultivar*”. Versa sobre a agricultura e a pecuária, estruturadas para o abastecimento do mercado interno. A questão a ser investigada é o que se produzia, como produziam e para quem produziam os habitantes dos campos de Lages? Queremos desvelar a estrutura produtiva local, nas diferentes unidades de produção (sítios, chácaras e fazendas), tendo presente a criação de gado vacum e muar como fator determinante, e a agricultura (com suas diferentes culturas). As fontes indicam para a produção e para o consumo, como em 1803, quando se importava, de Laguna e São Paulo, aguardente, açúcar, sal e panos de algodão, e exportavam-se para esses mesmos locais potros, mulas, bois e couros. Além dos produtos importados, eram produzidos e consumidos na vila milho e feijão⁷¹.

Com relação à formação da elite local, a Vila de Lages não foi diferente de outras regiões do Brasil, gradativamente famílias começam a demarcar seu espaço no poder econômico e

⁷⁰ AESP: C0 9869. Ano de 1820, n. 49.

⁷¹ AESP: Maços de População. Lages 1776 -1818. Ordem C00226. Mapa dos preços correntes na Paróquia das Lages e portos de onde vieram os gêneros, 1803.

político, formando a *nobreza da terra*⁷². Para abordar com maior profundidade as estruturas produtivas e as hierarquias sociais que se estabelecem entre os homens de poder, utilizaremos os inventários *post-mortem*, os registros de propriedade e da área da propriedade, e as fontes citadas anteriormente. Os inventários trazem as redes que envolvem os senhores, ao tornar evidentes seus bens, o parentesco, as dívidas ativas e passivas.

O capítulo 4, denominado “*O lugar de livres e escravos*”, tratará das relações intrínsecas e extrínsecas dos indivíduos lageanos: o trabalho escravo, agregado e proprietário; a cor dos escravos, agregados e proprietários; a vida e o cotidiano dos escravos e agregados; e como agiam livres, libertos e escravos. No estudo dos mapas dos habitantes de 1776 a 1850, nos registros paroquiais de batismos, casamentos e óbitos, observamos que o número de homens livres sempre foi superior ao dos escravos na vila de Lages. No entanto, a presença de homens de cor, pretos e pardos também compõe significativamente a população de livres, mostrando mestiçagem⁷³ e hierarquias sociais.

Nos recenseamentos, há a designação da cor e a estratificação de cada domicílio, com livres, agregados e escravos. Procuraremos estabelecer um olhar metucioso sobre os agregados, pois a sua significativa presença poderá indicar o menor investimento em cativos e a maior existência de libertos. O historiador Carlos Lima, ao analisar os agregados livres nas vilas de Curitiba (1797) e Castro (1835), conclui que a sua condição “era transitória nos trajetos dos depauperados” (LIMA apud XAVIER, 2012, p. 310).

Com base nessas listagens, é possível analisar a posição social de brancos e não brancos, as famílias de homens de cor, as negociações entre senhores e escravos e a posse escrava. A composição domiciliar de parentes ou estranhos será realizada pelo cruzamento dos dados contidos nas listagens populacionais e nos registros paroquiais, para apontar laços que unem indivíduos de grupos iguais ou diferentes. De acordo com Levi (2000, p. 45),

[...] a participação de cada um na história geral e na formação e modificação das estruturas essenciais da realidade social não pode ser avaliada somente com base nos resultados perceptíveis: durante a vida de cada um aparecem, ciclicamente, problemas, incertezas, escolhas, enfim, uma política da vida cotidiana cujo centro é a utilização estratégica das normas sociais.

Destacamos que essa é uma região de pequenos senhores, sendo “a presença de

⁷² FRAGOSO, 1998.

⁷³ Ver: PAIVA; MARTINS; IVO, 2010.

descendentes de africanos comum, incluindo muitos libertos, eles próprios vindos da África”⁷⁴. Os relacionamentos eram caracterizados pelo compadrio e por uniões conjugais entre pessoas de condições jurídicas iguais e diferentes. Aqui, como em outros locais do Brasil escravista, há uma sociedade caracterizada pela dependência, mas também de possibilidades.

Pensar a história da vila de Lages requer conhecer a gênese dos que habitaram essas paragens; isso significa estudar a sociedade e suas múltiplas faces a partir de suas configurações internas. O lugar dos indivíduos que ocuparem esse espaço, a terra com seus proprietários, a criação e comercialização de animais, as culturas agrícolas, o trabalho de agregados, de escravos e as relações que produziram são o foco da pesquisa que aqui começa a se delinear.

⁷⁴ MATTOS. In: FRAGOSO; BICLAHO; GOUVÊA, 2010. p. 157.

Capítulo 1– A defesa do passo do rio Pelotas: os campos de Lages

Em meio ao planalto dos Campos Gerais, no caminho entre os campos de Curitiba e os campos de Viamão, criou-se a vila de Lages. Com a chegada de novos indivíduos de diferentes cores, origens e condições socioeconômicas, e também no contato com os antigos habitantes, formou-se e esculpiu-se a vida nessa vila.

1.1 Nos campos de Cima da Serra

Ao longo dos séculos XVIII e XIX, a vila de Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba e a cidade de São Paulo foram centros receptores e difusores da vida econômica e social do centro sul do Brasil. Nesse período, essas localidades careciam de produtos, animais e homens de outras regiões do Brasil, pois houve

[...] o surgimento de um importante pólo econômico em torno das áreas de mineração, e exigia permanente movimentação de cargas pelo interior, utilizando-se o braço humano e o lombo de mulas. A demanda pelos animais gerou um complexo sistema, envolvendo a criação no sul e seu deslocamento por milhares de quilômetros até Sorocaba, onde centralizava-se a comercialização (LUNA; KLEIN, 2000, p. 2).

O contato da região mineradora e de Sorocaba com o Sul da colônia era precário, pois faltavam estradas trafegáveis que possibilitassem o transporte e o comércio de animais vivos pelo interior. O caminho já existente pela costa marítima iniciava na Colônia de Sacramento, passava por Laguna e seguia às Capitânicas de São Paulo e Rio de Janeiro, no entanto era extenso, visto que, após a chegada ao litoral dessas capitânicas, as mercadorias precisavam ser transportadas ou se autotransportarem para o interior. Com o objetivo de realizar um novo caminho que interligasse as regiões do interior da Colônia, em 19 de setembro de 1727, o capitão general da Capitania de São Paulo, Antonio da Silva Caldeira Pimentel, ordenava “para o sargento-mor Francisco de Souza Faria⁷⁵ abrir o caminho pela paragem que achar mais conveniente, possível e fácil, para por ele poder conduzir gados e cavalgaduras para os campos

⁷⁵ Em 20 de setembro de 1727, Francisco de Souza Faria recebeu do Capitão Pimentel a carta patente de Sargento-mor da vizinhança do Rio Grande de São Pedro e seus sertões (IHGPR: DI, v. 25, p. 28).

gerais de Curitiba”⁷⁶. Para realizar o caminho, Souza Faria recebeu na vila de Santos armas, munições e ferramentas⁷⁷, e deveria seguir as seguintes instruções: sua viagem iniciaria na vila de Paranaguá em direção ao rio São Francisco, Ilha de Santa Catarina até Laguna⁷⁸, de onde partiria para Curitiba. Os capitães-mores e os oficiais que se encontravam ao longo do caminho deveriam obedecer e acatar suas ordens, além de auxiliar com homens, mantimentos, gado vacum, cavalos e embarcações⁷⁹.

Souza Faria foi orientado a descrever com precisão a vegetação, a hidrografia, o relevo e os indígenas; também, para garantir sua segurança e de seu bando, deveria criar laços de amizade com os indígenas e possíveis castelhanos que encontrasse ao longo do caminho. A inteligência e experiência no comércio com índios e castelhanos e seus conhecimentos sobre a região foram os motivos da escolha de Souza Faria pelo capitão general Caldeira Pimentel⁸⁰. Segundo Kuhn, “o novo governador de São Paulo, Caldeira Pimentel, resolveu enviar o sargento-mor Francisco de Souza Faria, experimentado nos sertões meridionais, para abrir a estrada que ligasse os campos sulinos à vila de Curitiba” (KUHN, 2006, p. 55). A solicitação do governador foi posta em prática em 1728, quando Souza Faria efetivou o Caminho dos Conventos⁸¹, ligando o litoral (Laguna) aos campos de Cima da Serra, com o objetivo de seguir para os campos de Curitiba e chegar até Sorocaba.

Porém, a ligação interna, sem passar por Laguna, foi concluída em 1732 por Cristóvão Pereira de Abreu, após ter iniciado em 1731 sua jornada na Colônia de Sacramento, com destino a São Paulo. Era um novo caminho a ser percorrido por homens e animais. O caminho aberto por Cristóvão de Abreu⁸² a partir de Viamão seguia na direção do rio Rolante, afluente dos Sinos, penetrava nos campos de Cima da Serra (Vacaria), atravessava o rio Pelotas, seguindo no sentido dos campos de Lages para os campos de Curitiba, até o destino final, Sorocaba. Esse novo caminho recebeu a denominação de Caminho ou Estrada das Tropas.

⁷⁶ IHGPR: DI, v. 25, p. 29.

⁷⁷ IHGPR. Arquivo da Torre do Tombo. Documento 570. Despesas da fazenda real de munições e outros. IHGPR. Arquivo da Torre do Tombo. Documento 572. Em 8 de agosto de 1733, Dom João e o Conselho Ultramarino português aprovaram as despesas na abertura do Caminho do Rio Grande de São Pedro para a vila de Curitiba.

⁷⁸ Sobre a Vila de Laguna, ver: HAMEISTER; GIL. In: FRAGOSO; ALMEIDA; SAMPAIO, 2007. p. 265-310.

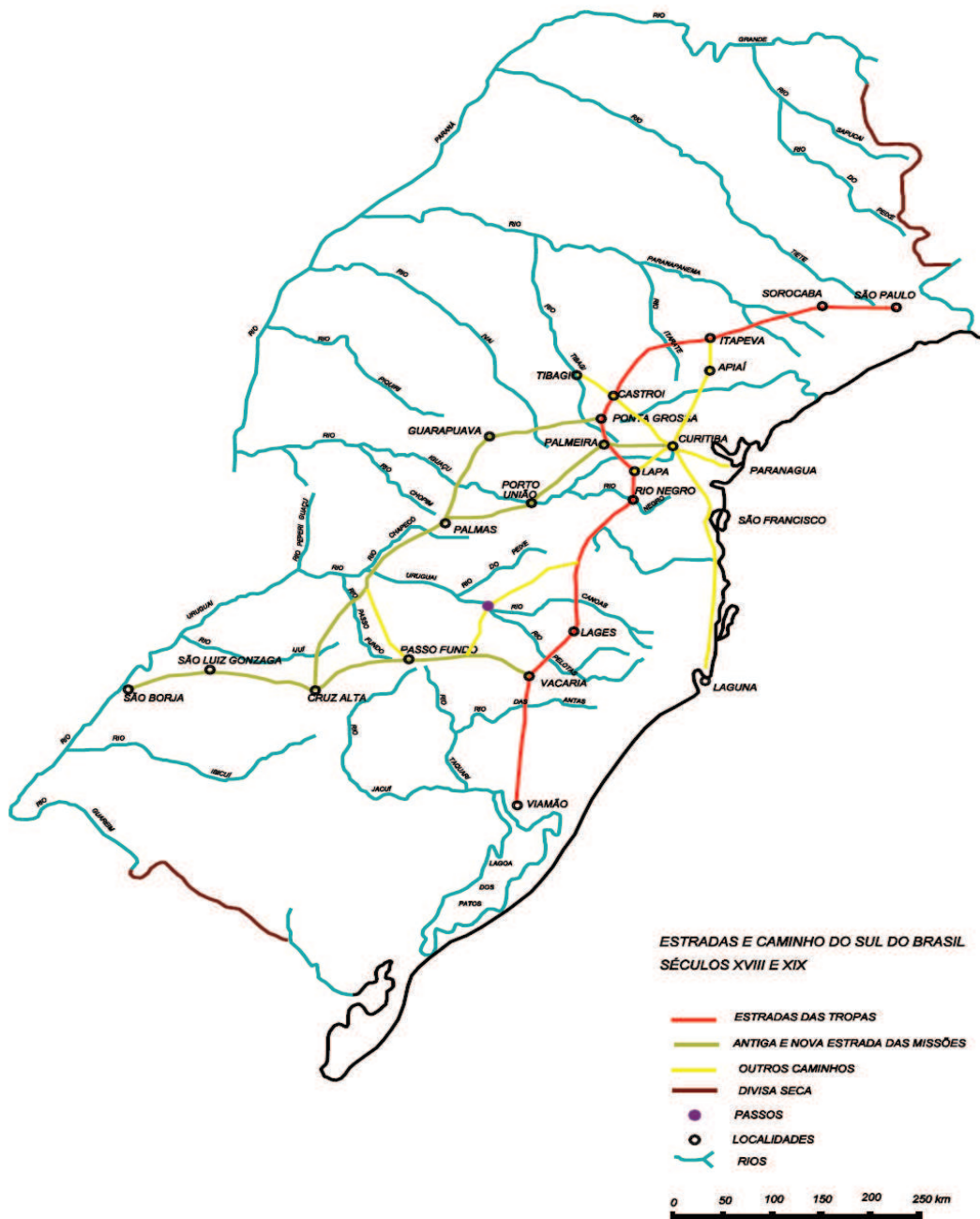
⁷⁹ IHGPR: DI, v. 25, p. 30.

⁸⁰ IHGPR: DI, v. 25, p. 31-32.

⁸¹ De acordo com Almeida e Hollanda, a iniciativa de Souza Farias foi um ato de pioneirismo. “O sargento-mor Francisco de Faria e Souza que com 70 homens, metade a cavalo, partiu dos Conventos em 1727 no Araranguá, atingindo Curitiba após dois longos anos de emoções e de trabalhos” (ALMEIDA, 1945. v. 186, p. 111). “Deve-se a empresa a Francisco de Souza e Farias, que conseguiu ligar o sul a São Paulo, aproveitando-se daquela faixa de campos que se estende de Curitiba para o sul”. (HOLLANDA, 2004. p. 225).

⁸² IHGPR: Arquivo da Torre do Tombo. Documento 625.

Mapa 1 – Localização dos caminhos nos séculos XVIII e XIX.



Fonte: Roderjan (1989, p. 231). Design: Marcos Rogério Pinto.

Em carta, Cristóvão Pereira detalhou sobre a viagem e os animais que transportou a Sorocaba, destacando que foram “[...] perto de 700 cavalgadas, pois foram perdidos cerca de 10 animais. As perdas ocorriam em virtude das pestes, que sempre foram presentes nas tropas,

matando principalmente as mulas”⁸³. Ainda, o tropeiro descreve a dificuldade de abrir caminhos em morros, buracos, matos e brejos, a perda de animais que ficaram doentes e de homens por desordem; a necessidade de instalar registros ao longo do caminho e de estabelecer fazendas próximo a Curitiba para a criação de gado vacum e cavalari (principalmente de éguas). Com relação ao tempo de viagem, de Laguna até os campos de Curitiba (depois denominados campos de Lages), foram 16 dias, e destes mais 10 dias até as fazendas próximas da vila de Curitiba. Ainda, foram necessários mais 6 dias até chegar à estrada para São Paulo, por onde “sem dúvida o caminho era melhor”⁸⁴.

Oliveira Vianna (1987, p. 83) cita que foram 3.000 cavalgadas que Cristóvão de Abreu introduziu em São Paulo na sua primeira viagem. Para Tiago Gil (2009, p. 45), “ele chegou com uma volumosa tropa, sendo, além de 'fundador', o primeiro negociante de gados a cruzar aquele percurso. Foi apenas o começo de uma rota que testemunharia, ao longo dos anos seguintes, uma enorme movimentação de animais”.

De acordo com Ana Lúcia Herberts, que descreve o fato a partir das "Notícias Práticas", isto é, o relato que Cristóvão fez ao padre jesuíta Diogo Soares, após a abertura do caminho, “conduzindo uma tropa de 800 cavalgadas, com 60 pessoas e um prático, levando 13 meses para concluir a expedição, chegando no seu destino final, a Vila de Curitiba, e de lá seguiu a São Paulo pelo caminho já existente” (ABREU, 2002, p. 1-8 apud HERBERTS, 2009, p. 128). Não temos intenção de discutir e divergir sobre o tempo de viagem e o número exato de animais que chegaram ao seu destino, mas salientar a importância desse caminho ao delinear os campos de Cima da Serra como rota de passagem. O tropeiro coronel Cristóvão Pereira passou com sua tropa nos pastos lageanos, seguindo em direção a Sorocaba e, após essa passagem, novos tropeiros e novas tropas seguiram e pousaram por esses campos.

A abertura do novo caminho encurtou distâncias e era mais rentável à fazenda real, ao possibilitar com maior rapidez o fornecimento de cavalgadas e boiadas às minas⁸⁵, sendo assim mais vantajoso que os anteriores. Após a realização do trabalho de abertura do caminho, o Conselho Ultramarino português enviou carta a Cristóvão Pereira de Abreu⁸⁶. Nessa carta, destacam-se os serviços prestados por ele à Coroa na abertura do caminho, que o remunerava por 12 anos com a metade dos impostos cobrados no registro de Curitiba. Destaca, ainda, que foram

⁸³ HGPR: Arquivo da Torre do Tombo. Documento 625. Carta escrita por Cristóvão Pereira de Abreu ao Capitão Antonio da Silva Caldeira Pimentel. Vila de Paranaguá, 14 de maio de 1734.

⁸⁴ IHGPR: Arquivo da Torre do Tombo. Documento 625.

⁸⁵ HGPR: Arquivo da Torre do Tombo. Documento 570. Ver também: GOULART, 1961. p. 41-46.

⁸⁶ Carta data de 04 de maio de 1747. HGPR: Arquivo da Torre do Tombo. Documento 150.

enviados pela Coroa quatro soldados, um cabo montado e um escrivão para guarnecer e garantir os direitos tributários nesse registro, e também coibir o desvio de animais por outros caminhos.

A distância entre o Registro de Viamão e o de Sorocaba era em torno de 1.500km, caminho identificado no mapa anteriormente apresentado. O ritmo temporal era marcado pelos passos das mulas e dos demais animais em comitiva durante a caminhada, e pelos contratempos, principalmente os relacionados à natureza, ao longo da viagem⁸⁷.

O caminho e as paradas/pontos criados e ampliados a partir da expedição de Cristóvão P. de Abreu, nos campos de Cima da Serra, passaram a ser de responsabilidade do capitão-mor da nova vila de Lages⁸⁸. O Morgado de Mateus mandou povoar 150 léguas despovoadas – o chamado sertão das Lages – e ordenou ao primeiro capitão-mor da vila de Nossa Senhora dos Prazeres, Antônio Correia Pinto⁸⁹, que patrulhasse e impedisse a passagem pela fronteira da Capitania de comerciantes e animais que não portassem os selos reais. Segundo o Morgado, “os comerciantes que baixam aquelas fronteiras ao dilatado negócio das cavalgadas, faziam seus empregos no gênero de éguas e burros para o centro das Capitanias das Minas, por não pagarem, causavam prejuízos aos Reais Quintos”⁹⁰. Para guarnecer o caminho, o capitão-mor passou a entregar passaporte aos homens que conduziam as tropas no limite da Capitania, assim estabelecia-se certa vigilância e tornava-se a vida dos transeuntes mais cômoda, pois não era mais necessário ir até a cidade de São Paulo para buscar autorizações.

O capitão-mor deveria garantir a conservação das estradas para a passagem de avisos e ordens do Real Serviço, de diligências, e de mercadorias⁹¹. As paradas serviram de acomodação para viajantes e homens, que vinham com suas famílias e pertences pelos campos gerais, em direção ao Sul.

A supervisão realizada pelo capitão-mor de Lages era facilitada pela existência de uma única estrada, conhecida como “o imenso e universal caminho que vem de Curitiba”⁹². Além de povoar, era preciso garantir que os quintos dos animais fossem pagos na passagem da Capitania do Rio Grande para a Capitania de São Paulo, e que se evitasse ao máximo a perda de animais ao

⁸⁷ José Alípio Goulart, em seu trabalho ‘Tropas e tropeiros na formação do Brasil’, explica a diferença entre caminhada e viagem: “*caminhada*, o percurso vencido cada dia; *viagem*, o cômputo das caminhadas”. Assim, a viagem compreendia toda a distância entre os pontos de partida e chegada (GOULART, 1961, p. 101).

⁸⁸ Sobre a nova vila de Lages, abordaremos na sequência.

⁸⁹ Em 9 de julho de 1776, dom Luis Antonio de Souza Botelho Mourão, o Morgado de Mateus, nomeou e proveu Antonio Correia Pinto com carta patente de capitão-mor regente (IHGPR: Arquivo da Torre do Tombo. Documento 667).

⁹⁰ IHGPR: DI, v. XV. p. 73.

⁹¹ IHGPR: DI, v. VII. p. 106.

⁹² IHGPR: DI, v. XV. p. 76.

longo do caminho.

Para garantir os quintos aos cofres reais, em janeiro de 1780, foi criado um novo registro, denominado de Sam Paulo do rio Canoas. Esse era o registro que ficava sob a responsabilidade dos homens da vila de Lages, e ponto estratégico na defesa da fronteira sul da capitania. A inspeção do registro ficou a cargo do capitão comandante Bento do Amaral Gurgel, responsável pelos assentos nos livros e recibos. O registro deveria ser guarnecido com soldados ou ordenanças, para coibir e proibir qualquer pessoa ou canoa de se instalar às margens do rio, pois somente com consentimento do capitão comandante poderiam se estabelecer. Só poderiam passar "éguas, burros e vacas de criar", pagando os quintos à Real Fazenda, e as guias dos quintos de couros ou gados em pé eram lavradas pelo escrivão da Câmara e apresentadas nos portos da Marinha e Alfândega da cidade do Rio de Janeiro. Para evitar prejuízos, o passo do rio Canoas era bloqueado em períodos de chuva e frio intensos. Os quintos arrecadados não poderiam ser utilizados em socorro aos moradores, pois poderiam ocasionar prejuízos à Real Fazenda⁹³.

A falta de recursos para administrar a vila de Lages foi sempre assunto recorrente; portanto, com a proibição de utilizar os quintos, a Coroa impossibilitava o desenvolvimento do povoamento e comprometia a segurança dos habitantes, mostrando a realidade de um estado débil e de como a *tranquilidade pública* dependia de fato dos próprios habitantes.

Após a criação oficial do registro, as ordens eram de confiscar animais contrabandeados. O roubo de animais nas terras do Sul não era algo novo, pois em 1734 Cristovão Pereira de Abreu alertara aos governadores sobre a necessidade de um "remédio" para os ladrões de gado; segundo ele, "os roubos sempre tiveram [...] portugueses, castelhanos, Tapes e Minuanos em parte nenhuma têm as suas cavahadas seguras"⁹⁴. Em 1789, na vila de Lages, por ordem do governador Bernardo Jozé de Lorena, o capitão-mor Bento do Amaral Gurgel realizou um leilão com os animais que havia confiscado dos contrabandistas nos anos recentes. O valor arrecadado foi depositado na cidade de São Paulo, e de lá deveria ser requerido pelos governadores do Rio Grande ou das Missões⁹⁵.

Após a criação do novo registro, os condutores de tropas e os negociantes de mercadorias eram obrigados a passar por ele para seguir viagem, mas, apesar de se ter guarnecido e

⁹³IHGPR: DI, v. XXXI, p. 201-209. Cópia das Instruções deixadas ao Cap. Comandante Bento do Amaral Gurgel, nas Lages, por Antonio Correia Pinto. Vila de Lages, 31 de janeiro de 1780.

⁹⁴IHGPR: Arquivo da Torre do Tombo. Documento 625.

⁹⁵IHGPR: DI, v. XLVI, p. 37-39.

contribuído para a fiscalização na fronteira, era difícil controlar a *gente de todo tipo* que por ali passava. Eram contrabandistas, desertores e criminosos; quando apanhados, eram enviados “com a devida segurança” à cidade de São Paulo, para serem punidos⁹⁶.

Com o caminho demarcado por Cristóvão Pereira, as tropas eram conduzidas pelo interior, evitando o caminho marítimo por Laguna. Isso propiciou a fixação de locais para pouso e descanso dos animais. A rota terrestre São Paulo – Rio Grande de São Pedro promoveu, ainda que de forma inicial, além da comunicação e do contato, a integração entre o eixo central (Rio – São Paulo – Minas) e o interior em direção ao Sul. Assim, a ocupação com novos indivíduos garantiria o domínio territorial português num espaço em que era possível desenvolver a criação de animais e dinamizar a prática do tropeirismo.

De acordo com Almeida (1945, p. 99), o caminho também foi responsável pela criação da vila, “[...] aproximando-se o mais possível da Serra Geral, ele atravessa os rios geralmente ainda pequenos, muitos a vau. Já em Santa Catarina provoca a fundação de Lajes (1767) no planalto”. Após três décadas da passagem de Cristóvão de Abreu, nas margens do novo caminho das tropas, foi fundada uma nova vila, que a princípio serviu de pouso a homens e animais em trânsito pelos campos de Cima da Serra.

1.2 Os últimos confins: Nossa Senhora dos Prazeres das Lages

O Morgado de Mateus descreveu ao Conde de Oeiras, em março de 1766, os limites da Província de São Paulo; segundo ele, “os campos de Lages, que são os últimos confins que hoje tem esta Capitania da parte Sul e se estendem até as bordas do rio Pelotas”⁹⁷. Nessa mesma descrição, demonstra sua preocupação com o estabelecimento de vilas ao longo do caminho de Viamão, especificamente no espaço entre a vila de Curitiba e o rio Pelotas. Para o Morgado de Mateus, entre a vila de Curitiba e os campos em cima da Serra, existiam cento e cinquenta léguas despovoadas. As futuras povoações seriam responsáveis por impedir o avanço das missões espanholas e garantir o domínio português no rio Pelotas⁹⁸ – estas deveriam nascer nos sertões de Curitiba, assim que os paulistas⁹⁹ iniciassem as migrações.

⁹⁶ IHGPR: DI, LVII, p. 160-170.

⁹⁷ Ofício do Morgado de Matheus ao conde de Oeiras, Santos em 30 de março de 1766. AESP: DI, n. 07, p. 200-215.

⁹⁸ IHGPR: DI, v. XV, p. 75. O rio Pelotas passava a ser o marco de divisão territorial, isto é, a fronteira entre as Capitânicas de São Paulo e Rio Grande de São Pedro.

⁹⁹ Cf. VIANNA, 1987, p. 74-90.

Entre os homens paulistas, o Morgado de Mateus indicou Antonio Correia Pinto como capitão-mor para iniciar o povoamento no sul da capitania. Em 1767, o Morgado de Mateus justificou a escolha por paulistas, quando enviou ao Vice-Rei carta comunicando a oposição dos povos que já habitavam esses sertões em criar vilas: “os pequenos querem viver em liberdade, nos vícios livres de todo o governo, e os maiores porque querem servir-se dos menores, e tê-los como verdadeiros escravos”¹⁰⁰.

Ainda por determinação do Morgado de Mateus, no "certão de Curitiba", foi instalada a nova vila, e para garantir sua efetivação, expôs:

[...] tenho nomeado um capitão-mor para ir congregar a gente que se acha espalhada para aquele certão do rio Pelotas, com ordem de defendê-lo de toda invasão que por ali possam intentar os inimigos, [...] que logo que formar a referida povoação lhe ponha o nome de Villa Nova dos Prazeres dos Campos das Lages e da Igreja Matriz [...], Nossa Sn^a dos Prazeres¹⁰¹.

O Morgado de Mateus fez homenagem a Nossa Senhora dos Prazeres, por ser ela descrita como sua advogada, madrinha e padroeira de sua casa.

A povoação deveria se localizar às margens dos rios Pelotas ou Canoas, pontos estratégicos de defesa, descritos como caudalosos, rápidos e abundantes em peixes; e as terras próximas a esses rios seriam para a fundação de muitas fazendas de gado. Territorialmente, o rio Pelotas dividia os campos de Lages pertencentes à Província de São Paulo dos de Vacaria, pertencentes à Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.

Entre as razões que fizeram o governador da capitania de São Paulo enviar Correia Pinto para fundar a vila de Lages, destaca-se a geografia da terra, isto é, um terreno favorável para se criar fazendas de gado e o cultivo de frutos (tropicais), a distribuição de sacramentos, e com eles a consolidação e expansão da cristandade e a defesa do território brasileiro contra a ameaça castelhana.

A preocupação com relação à Coroa espanhola ocorria em virtude de suas incursões no litoral sul português. Em 1777, em uma das incursões, a Espanha ocupou a ilha de Santa Catarina. Mas, com a assinatura do Tratado de Santo Ildefonso, que definiu os territórios entre as duas coroas¹⁰², os espanhóis retiraram-se da ilha. Apesar da existência do tratado, a Coroa portuguesa não descartava a possibilidade de possíveis ataques espanhóis. As disputas por territórios no sul do atlântico entre Portugal e Espanha ao longo do século XVIII também

¹⁰⁰ Carta escrita em 7 de julho de 1767. IHGPR: DI, v. XXIII, p. 203-206.

¹⁰¹ AESP: DI, 55, p. 98-99.

¹⁰² ALMEIDA, 2001.

motivaram a efetiva ocupação do Brasil Meridional pelos portugueses¹⁰³. Nesse contexto, Lages era um ponto estratégico na defesa dos domínios portugueses no Sul. De acordo com Belloto (2007, p. 158), “Na fundação de Lages, o objetivo militar (trânsito de tropas) mesclava-se ao colonizador (implantação de povoação) e ao político (extensão de domínio português)”. Assim, a política empreendida pelo Morgado de Matheus atingia "os confins" da Capitania de São Paulo.

Havia dois interesses explícitos na criação da vila: o primeiro era o domínio do Império Português contra possíveis ataques espanhóis; e o segundo, o avanço da capitania de São Paulo até o rio Pelotas, definindo sua fronteira com o Rio Grande. Nas palavras do governador está a preocupação com a defesa: “o passo do rio da Pelotas é um ponto muito importante, pela facilidade com que podem descer das Missões pelo Campo da Vacaria, o podem tomar, e tomando, nos fecham a passagem do único caminho que temos por Cima da Serra de Viamão”¹⁰⁴. Para ele, era preciso defender e guarnecer o passo do rio Pelotas; daí a necessidade da permanência de homens nesse lugar, a qualquer momento poderiam socorrer o Rio Grande e a Ilha de Santa Catarina contra possíveis ocupações espanholas.

Até a década de sessenta do século XVIII, o passo do rio Pelotas ainda não significava, efetivamente, os limites entre as Capitanias de São Paulo e Rio Grande. Por ser essa uma terra de passagem e um espaço pouco habitado por paulistas, José Custódio de Sá e Faria, governador do Rio Grande, manifestava que seus territórios estavam aquém do rio Pelotas e alegava expansão indevida dos paulistas; por sua vez, o Morgado de Mateus justificava que não tinha ambição de alargar as já existentes raias da capitania e iria zelar pelas terras¹⁰⁵.

Em 14 de março de 1767, o juiz ordinário da vila de Curitiba estabeleceu oficialmente os limites entre as capitanias de São Paulo e Rio Grande:

[...] digo que o Distrito desta Vila compreende para o sertão do Sul, até o Rio das Pelotas, que é o que divide o Campo das Lagens do Campo de Vacaria, cujo termo, ou baliza foi conhecido sempre, por cujo motivo sempre as justiças desta Vila administraram ato de jurisdição, sem impedimento, nem contradição, como se vê no cartório desta Villa¹⁰⁶.

E ainda, em 1768, o Morgado de Mateus ordenou aos dizimeiros do 'certão das Lagens'

¹⁰³ Lembrando também que essa ocupação é um desdobramento das estratégias da Coroa portuguesa em diálogo com as pretensões espanholas, cujas disputas e ambições mútuas se materializaram nos Tratados de Madrid (1750) e Santo Ildefonso (1777). No Tratado de Madrid, estabeleceu-se como princípio o *uti possidetis*, ou seja, “quem usa tem a posse”. Ver: AMADO; FIGUEIREDO, 2001. MAWELL, 1996.

¹⁰⁴ AESP: DI, 23, p. 40-43. Ofício do Morgado de Mateus ao conde Oeiras. São Paulo, 24 dez. 1766.

¹⁰⁵ AESP: DI, 14, p. 6-70. Ofício do Conde de Cunha ao Morgado de Mateus. Rio de Janeiro, 24 set. 1765.

¹⁰⁶ APPR: Livro da Câmara de Curitiba. Pasta Domínio Público, s/n.

que pagassem à Capitania de São Paulo, à qual pertencia, e não ao continente de Viamão¹⁰⁷. Após esse breve período de disputas territoriais, em setembro de 1770, o Morgado de Mateus ordenou a elevação de freguesia à categoria de vila de Nossa Senhora dos Prazeres de Lages¹⁰⁸. A sede da vila ficava distante cerca de cem léguas de Curitiba, e em virtude das cheias dos rios Pelotas e Canoas mudou de lugar duas vezes, estabelecendo-se, por fim, em um local alto e seguro, próximo ao rio Caveira¹⁰⁹.

Em maio de 1771, o capitão-mor regente Antônio Correia Pinto oficializou a criação da vila e, na presença do escrivão Marcelino Pereira Lago e de vinte e dois moradores¹¹⁰, levantou-se o pelourinho e escolheu o lugar para a casa da Câmara e a cadeia. O capitão-mor já possuía a planta da vila, que havia sido realizada em 1768 pelo governador da capitania, donde constava sua formação em quadras, com ruas de sessenta palmos de largura e casas com quintais internos. Para que o projeto de “formatura” da vila não fosse descaracterizado, após a construção das primeiras casas, o capitão-mor passaria a cobrar os dízimos antes de consentir novas construções¹¹¹.

O Morgado de Mateus justificava a importância da criação da vila e a presença de um capitão-mor: para romper com o isolamento que se encontrava a região. Para ele, esse era um espaço propício para o “refúgio de matadores e covil de ladrões, o que prejudicava o negócio das cavalgadas para todas as Minas”¹¹².

Mesmo com a oficialização da vila e de seus limites, o capitão-mor Correia Pinto foi questionado pelo governo de Viamão e da Ilha de Santa Catarina sobre os limites entre as capitanias. Em dezembro de 1773, Correia Pinto recebeu ordens do governador da Capitania de São Paulo para declarar as confrontações e demarcações da nova vila com os governos vizinhos, isso porque, entre os meses de fevereiro e maio daquele ano, o governador de Viamão José Marcelino de Figueiredo e o governador da Ilha de Santa Catarina pediram uma certidão das negociações que definiram os limites entre as capitanias. Em resposta, Correia Pinto expôs que a

¹⁰⁷ IHGPR: DI, v. LXV, p. 212.

¹⁰⁸ IHGPR: DI, v. LXV, p. 325-326.

¹⁰⁹ IHGPR: DI, v. XV, p. 76-77.

¹¹⁰ AESP: DI, 55, p. 150-155. Além do capitão-mor e do escrivão, os 22 nominados são os seguintes: “capitão Bento do Amaral Gurgel Annes, Domingos Rodrigues Vidigal, Antônio de Souza, Manoel Barboza, tenente Bento Soares da Mota, alferes José Raposo Pires, Sebastião Pinto dos Reis, Furriel Lourenço Rodrigues da Rocha, Antônio José de Miranda, Luis Madeira Ramos, Felipe Barboza Leme, Mateus José de Souza, Caetano Saldanha, Domingos Antônio Pereira, Luis Feliz da Silva, Francisco Xavier, Pedro Gonçalves Furtado, Francisco Antunes da Porciúncula, Antônio Lopes, Agostinho de Souza Rabello, A. de Almeida, Bento Manoel Paes”.

¹¹¹ IHGPR: DI, v. LXV, p. 54.

¹¹² Regimento das certidões de serviços do Capitão regente da nova Vila de N. Senhora dos Prazeres das Lages. IHGPR: DI, v. XV, p. 71-73.

fronteira com o continente do Rio Grande de São Pedro e com Laguna foi estabelecida a partir das ordens de Sua Majestade¹¹³.

Em 1778, o governador Martins Lopes Lobo de Saldanha comunicava a Correia Pinto que o provedor da fazenda de Viamão “possuía mal fundadas pretensões”, pois estava dando ordens aos habitantes da vila de Lages, mesmo esta não sendo de sua jurisdição¹¹⁴. Isso indica que, após dez anos das determinações dos limites, as autoridades administrativas de Viamão não haviam aceitado os limites entre as capitanias, e continuavam a transpor e acompanhar a vida dos habitantes na margem direita do rio Pelotas.

Com a justificativa de defesa da fronteira política da Capitania de São Paulo, o governador iniciou a propagação por outras regiões da colônia da criação da nova vila; com isso, pretendia atrair homens dispostos a ocupar as léguas desses sertões e garantir os quintos reais.

Dom Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão Morgado de Matheus, [...] Governador e Capitão General da Capitania de São Paulo etc. Por quanto se faz preciso formar na paragem chamada as Lages distrito da Villa de Curitiba, uma povoação para princípio da qual são necessários **alguns casais**, [...] e estes voluntariamente se ofereçam pera irem povoarem a dita paragem, faço saber **que lhes mandarei dar terras** que careçerem segundo as possibilidades que tiverem, e ferramentas necessárias para a cultura das referidas terras, lhes facultarei todos os privilegios que sua Magestade concede aos povoadores de terras, e serão atendidos em todos os requerimentos que me fizerem respectiva a sua acumulação, fazendo com que se situem onde melhor lhes convier. Cidade de São Paulo, seis de agosto de mil e sete centos e sessenta e seis [...] ¹¹⁵.

De acordo com o Morgado de Mateus, após a criação da vila e para melhor efetivar o povoamento, desejava-se a fixação de novos habitantes, especialmente de casais. A quantificação do número de casais, de acordo com as contagens populacionais dos primeiros anos, não é possível, mas, pelos números totais dessas contagens, podemos afirmar que houve aumento no número de habitantes, apesar das oscilações¹¹⁶. As motivações para as oscilações populacionais estão relacionadas, entre outras causas, ao abandono da vila pelas autoridades da capitania, aos ataques indígenas e às condições climáticas, especialmente o inverno, nos campos¹¹⁷. Mas certamente muitos se deslocaram até os campos de Lages influenciados pelas possibilidades de receberem terras; e, em território com seus contornos em definição, a expansão de fronteira com

¹¹³ IHGPR: DI, v. XXXIII, p. 119-121.

¹¹⁴ IHGPR: DI, v. 81, p. 53-54.

¹¹⁵ IHGPR: DI, v. 81, p.54

¹¹⁶ AESP: Maços de População. Lages 1776-1818. Ordem: C00226. Em 1777, eram 662 indivíduos; em 1778, aumentou para 643; em 1795, diminuiu para 393; voltando a aumentar a partir de 1798 para 546. São números do total da população, há presença de livres, forros e escravos.

¹¹⁷ IHGPR: DI, v. XXI, p. 13-15.

suas frentes de povoamento era importante para a Coroa, e principalmente para a Capitania de São Paulo.

A imagem da vila para os vizinhos dos campos de Viamão não era boa. Em fevereiro de 1771, o governador de Viamão, José Marcelino, escreveu ao capitão-mor Correia Pinto. Na correspondência, José Marcelino deixa claro que Correia Pinto não podia obrigar Lourenço Rodrigues ao serviço militar; e, apesar de residir na vila de Lages, Lourenço tinha direito de não servir à capitania de São Paulo, afinal havia nascido em Viamão¹¹⁸. Ainda, em 23 de setembro de 1771, os oficiais da câmara do Rio Grande enviaram ao rei d. José I o pedido de que o registro de Viamão fosse mudado para o rio Pelotas, destacando que “a nova vila das Lagens levantada pelo capitão general da província de São Paulo com algumas fazendas que são muito mal cultivadas”¹¹⁹. Assim, ficava difícil atrair homens da capitania vizinha; talvez as disputas anteriores sobre a delimitação da fronteira entre as duas capitanias fossem o motivo para os rio-grandenses não aceitarem a posição do capitão-mor e também de denegrir a nova vila ao rei.

Na busca por atrair novos homens, em 1779, o governador da Capitania de São Paulo, Martim Lopes Lobo de Saldanha, relatou os serviços de abertura de estradas, o pagamento de tributos e o crescimento no número de homens nos campos de Lages, medida que também foi registrada pela Câmara da cidade de São Paulo¹²⁰. Provavelmente, o governador almejava, com a notícia, disseminar uma visão menos desanimadora acerca dessa vila, e atrair mais habitantes para os campos.

O crescimento populacional, com as pequenas variações de decréscimos, foi maior a partir do início do século XIX¹²¹, período em que também encontramos a nomeação “morador novo”. Nos mapas populacionais de 1803, 1805, 1808, 1810, 1811 e 1816¹²², temos as seguintes informações sobre moradores novos:

- ◆ em 1803, apenas um: o fogo n. 60, de Ignacio Nunes casado, branco de 27 anos, natural de Viamão e ofício de sapateiro, com 1 pessoa;
- ◆ em 1805, foram dois: o fogo n. 78, de Liberato de Pinto, viúvo, pardo de 26 anos, natural de Curitiba e pobre, com 9 pessoas; e o fogo n. 81, de Bento dos Santos,

¹¹⁸ IHGPR: DI, v. XXIII, p. 12.

¹¹⁹ AHU - ACL - N- Rio Grande do Sul. n. catálogo 172. p. 1-7.

¹²⁰ IHGPR: Arquivo da Torre do Tombo, documento 164. p. 58-59.

¹²¹ AESP: Maços de População. Lages 1776-1818. Ordem: C00226. Em 1803, eram 599 habitantes; em 1805, decaiu para 536; em 1808, subiu para 776; em 1810, decaiu para 608; em 1811, aumentou para 779; em 1816, aumentou para 995. São números do total da população, há presença de livres, forros e escravos.

¹²² AESP: Maços de População. Lages 1776-1818. Ordem: C00226.

casado, branco de 30 anos, natural de Curitiba e vive de seus negócios no campo, com 8 pessoas;

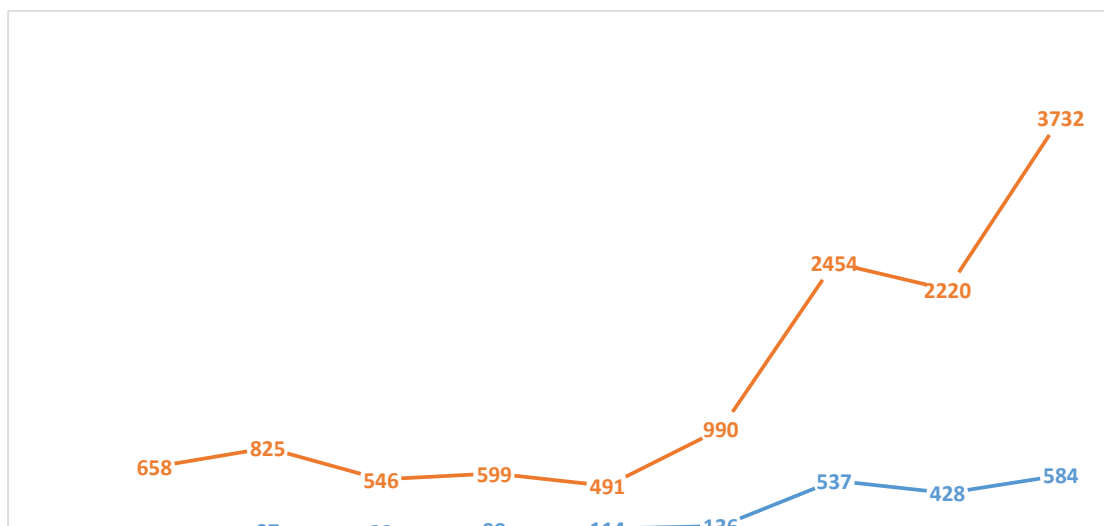
- ◆ em 1808, foram seis novos moradores, todos naturais de Curitiba e sem identificação de ocupação: o fogo n. 84, de Angelo Canhada, casado, branco de 50 anos, com 6 pessoas; o fogo n. 85, de José Vaz, casado, branco de 30 anos com 3 pessoas; o fogo n. 86, de Antonio Gonçalves, branco de 40 anos, com 6 pessoas; o fogo n. 87, de João Ribeiro, viúvo, branco de 40 anos, com 4 pessoas; o fogo n. 88, de Evaristo Rodrigues, casado, branco e de 20 anos, com 2 pessoas; e o fogo n. 138, de Boaventura Garcia, casado, pardo de 40 anos, com 7 pessoas;
- ◆ em 1810, mais dois novos moradores: o fogo n. 101, de Francisco da Silva, casado, branco de 30 anos, natural de São Paulo e vive de suas lavouras, com 2 pessoas; e o fogo n. 102, de José Dias, casado, pardo de 60 anos, natural de São Paulo e que vivia de seus mantimentos, com 2 pessoas;
- ◆ em 1811, novamente não aparece a ocupação nos três novos moradores: o fogo n. 40, de Manoel de Moura, casado, branco de 67 anos e natural da Freguesia de Santiago, com 2 pessoas; o fogo n. 113, de Bento Alves, casado, branco de 53 anos e natural de Curitiba, com 10 pessoas; e o fogo n. 114, de Francisco Luiz, casado, pardo de 40 anos e natural da vila do Príncipe, com 7 pessoas;
- ◆ em 1816, são quatro moradores novos: o fogo n. 52, de Albino Fernandes, casado, pardo e de 18 anos, com 2 pessoas; o fogo n. 57, de Bento da Costa, casado, pardo de 25 anos, e natural de Curitiba, com 2 pessoas; o fogo n. 58, de José Manoel, casado, pardo de 20 anos, e natural de Curitiba, com 3 pessoas; e o fogo n. 148, de Pedro Manoel, casado, branco de 28 anos e natural de Castella, com 3 pessoas.

No total, foram 79 pessoas distribuídas em 18 fogos, o que indica um número pouco expressivo, e no ano de 1808 mais casais se estabeleceram na vila. Os fogos com 2 pessoas compreendem o casal. Do número total, temos 32 filhos, 13 agregados e 1 escravo. O número de filhos (40%) indica que esses indivíduos compunham a mão de obra familiar; como eram solteiros, iriam casar-se e favorecer o crescimento populacional. Se partirmos dos mapas populacionais, podemos afirmar que houve aumento populacional: em 1803, eram 599 habitantes (492 livres e 107 cativos), saltando para 995 (871 livres e 124 cativos) em 1816¹²³. Tratou-se de um aumento geral de 599 para 995 habitantes, cerca de 66%, sendo que os livres saltam 77% e

¹²³ AESP: Maços de População. Lages 1776-1818. Ordem: C00226.

os cativos 15%, mostrando que essa fronteira era realmente uma oportunidade também para setores menos afortunados. Esses números mostram que, apesar das poucas indicações de moradores novos, a povoação prosperava lentamente com a chegada de homens, e não somente com a reprodução endógena na vila.

Gráfico 1 – População em Lages, 1777 a 1850.



Fonte: AESP: Maços de População de Lages. Ordem: C00226. Arquivo Público Municipal de Florianópolis/SC. Pasta n. 70. Caixa 37:1833-1834. Arquivo Thiago de Castro. Lages/SC. Pasta: administração Municipal. Documento n. 412-422. Em 26 de maio de 1860, a vila foi elevada à categoria de cidade e o município possuía 10.000 habitantes.

Nos primeiros vinte anos (1777-1794¹²⁴) de ocupação, a população total de Lages aumentou em 167 pessoas, um aumento tímido; o percentual maior era de “rapazes e raparigas”, com idades entre 7 e 15. No decorrer de mais vinte anos (1794-1816¹²⁵), o aumento foi de 170 pessoas, com percentual maior no número de jovens e adultos, o que também se evidenciou nos anos seguintes. Em 1850, há mais de 3000 habitantes a mais do que em 1777, e mais de 25%¹²⁶ da população era do sexo feminino e abaixo dos 20 anos. Enquanto no período de 1776 a 1816 temos uma maior oscilação populacional e sua taxa de crescimento chegou a 1%, no período de 1816 a 1850 houve um crescimento de 4,6%. O aumento após 1816 é espantoso. Este aumento pode estar associado a estabilidade nas guerras contra os indígenas, no fim das disputas políticas entre capitanias, o cessar das guerras no Brasil Meridional entre portugueses e espanhóis e quiçá

¹²⁴ AESP: Maços de População. Lages 1776-1818. Ordem: C00226. Anos 1777: 658 habitantes; destes, 55 índios e 36 índias. Nos demais censos, não aparecem mais separados.

¹²⁵ AESP: Maços de População. Lages 1776-1818. Ordem: C00226.

¹²⁶ Eram 862 solteiras, 144 casadas e 2 viúvas.

além do listados, chegaram e se fixaram novos habitantes.

A incidência maior de população jovem feminina e masculina ao longo do período possibilitou a procriação e conseqüentemente o aumento populacional. Comparando o número de fogos com a população total, temos uma média de 7 habitantes por fogo. Em geral, habitavam o fogo o casal, os filhos, os agregados e os escravos. Sobre as especificidades dos habitantes trataremos adiante; aqui queremos apenas demonstrar que homens e mulheres se fixaram e constituíram família desde os primórdios da colonização. Portanto, é possível perceber que, ao longo de sete décadas, os habitantes (escravos, forros e livres) nascidos na vila ou migrantes propiciaram, ainda que de maneira tímida e lenta no início, a ocupação dos campos. O principal estímulo para se deslocar era a possibilidade de acesso à propriedade da terra associada à criação de animais e ao cultivo da terra.

Numericamente é demonstrado um crescimento tímido; o distanciamento da vila em relação a outras vilas e os constantes ataques/confrontos com indígenas certamente não eram atrativos favoráveis para novos habitantes. A bandeira empreendida por Correia Pinto e outros homens não fora suficiente para criar um espaço seguro, e a falta de auxílio efetivo dos governadores na instalação dos novos habitantes fazia com que a vila de Lages não fosse um local de atração – foram necessários em torno de 40 anos para que a população triplicasse. Outro fator: as terras estavam disponíveis, mas torná-las produtivas exigia trabalho e ferramentas, os que não dispunham de recursos humanos e materiais procuravam locais em que tal disponibilidade fosse mais acessível.

Além da busca por casais para criar uma *boa povoação*, Oliveira Vianna destaca que, entre as ordens do Morgado de Mateus a Correia Pinto, estava a preocupação em levar *desocupados* à futura Vila:

[...] a grande utilidade da fundação de Lajes para os povos desta capitania, que, por necessidade, andam vagabundos, sem ter para onde se acomodem, onde façam casa da sua vivenda, e onde plantem para o sustento das suas casas e para pagarem dizimos a Deus Nosso Senhor. Porquanto, tendo determinado, em virtude de ordens de S. Majestade, aumentar as povoações desta capitania, e tendo notícia de que na paragem chamada Lajes, sita no sertão de Curitiba, há terras suficientes para se estabelecer uma boa povoação, ordeno ao capitão-mor, [...] sirva de diretor, fundador e administrador. [...] E lhe permito convoque para o dito efeito todos os forros carijós administrados que tiver notícia andam vadios, e não têm casa e nem domicílio certo, não são úteis a República, e os obrigue a ir povoar as ditas terras (VIANNA, 1987, p. 79).

Com relação aos possíveis desocupados e vadios e sua fixação na vila, somente no mapa dos habitantes de 1798, realizado pelo capitão-mor Bento do Amaral Gurgel, são elencados os *vadios*. Na coluna “ocupações”, constam 3 vadios e mendigos, e mais 18 pertencentes ao corpo

militar, 2 da magistratura e empregos civis, 1 do clero secular, 1 religioso, 36 agricultores, 7 negociantes, 12 jornaleiros, 3 que vivem de suas vendas, 40 escravos e 30 escravas. Não há como saber o número exato de vadios, mas juntamente com os mendigos somam 2,0% da população total, um número reduzido. Não há informações com nomes, idades e locais de origem desses indivíduos. Na carta, o Morgado de Mateus mencionava que os vagabundos da capitania seriam de grande utilidade.

Laura de Mello e Souza, em seu estudo sobre a pobreza mineira no século XVIII, afirma que na colônia existiu, em função da noção de trabalho aqui constituída, a categoria de vadio, que ela utilizou em seu trabalho como sinônimo de “desclassificado social”. Ainda segundo a autora, entre as utilidades dos vadios, está a de povoar as novas zonas de expansão, e frequentemente eram recrutados para compor as milícias das colônias. Nesse contexto, as regiões como a pesquisada por Mello e Souza possuíam um grande contingente de vadios que podiam ser aproveitados em outros espaços da colônia; assim, em 1777, o governador de São Paulo, Martim Lopes Lobo de Saldanha, pediu ao governador de Minas Gerais, d. Antonio de Noronha, que enviasse homens ao Sul. Dentre os 4000 homens (brancos, pardos, negros) recrutados, uma grande quantidade ficou pelo caminho, pois “não se poderia tirar nenhuma utilidade”; outros, “o governador de Viamão ficou com 140, que vestiu e armou em duas companhias de caçadores; o capitão-mor da vila de Lages escolheu 200 e os enviou como socorro para Laguna”; e mais de 100 foram aproveitados na produção de alimentos para as tropas (MELLO E SOUZA, 1986, p. 60-89).

Um ano depois, no censo, o capitão elencou os vadios. Talvez fossem os mesmos que foram enviados a pedido do governador de São Paulo e como naquele período o termo “vadio” era recorrente, foi utilizado. Mas, provavelmente, os que permanecessem em Lages tornaram-se proprietários ou agregados e passaram a servir a capitania, pois, nos registros realizados entre 1777 e 1820, os capitães-mores recensearam os que possuíam propriedades e realizavam atividades agrícolas e de comércio, e não mais elencaram os vadios nos mapas populacionais.

Nas quatro primeiras décadas, a responsabilidade pelo povoamento e pela defesa da vila esteve nas mãos de dois capitães-mores: primeiro de Antonio Correia Pinto, depois de Bento do Amaral Gurgel. Antonio Correia Pinto permaneceu à frente das atividades de administração, defesa e povoamento de 1766 até sua morte, em 28 de setembro de 1783. Com sua morte, a vila ficou três anos sem um administrador oficial. Em 1786, para dar continuidade na ocupação e povoamento seguro dos campos, foi nomeado como capitão-mor o Regente Bento do Amaral

Gurgel Annes, que também permaneceu até sua morte, em 1812 (PEREIRA, 2006, p. 120, 125-126).

O capitão-mor Bento do Amaral Gurgel, por duas vezes, entre 1786 e 1812, foi afastado do cargo; o governador de São Paulo, Antônio da França e Horta, colocou em dúvida a patente de Amaral Gurgel. A primeira vez foi em 1804¹²⁷, quando o governador de São Paulo encaminhou ofício à câmara da vila determinando novas eleições para o cargo de capitão-mor. A nova eleição era justificada pela falta da confirmação régia da patente do então capitão-mor. Em 1805, a Câmara indicou e o governador aceitou o tenente Baltazar Joaquim de Oliveira como novo capitão-mor. Mas, no mesmo ano, França e Horta restituiu no cargo Bento do Amaral Gurgel, pois, por determinação do Conselho Ultramarino, as patentes anteriores a 1795 não precisavam de confirmação¹²⁸.

A segunda vez foi em 1809¹²⁹, quando França e Horta novamente determinou a substituição do capitão-mor. Mas a substituição não ocorreu porque imediatamente o governador explicou o equívoco, através de ofício datado de 8 de novembro¹³⁰. De acordo com a explicação do governador, somente haveria substituição caso Amaral Gurgel tivesse impossibilidade de continuar no comando. O indicado pelo governador para uma possível substituição era o capitão Manoel Cavalheiro Leitão.

Com a morte do capitão-mor Amaral Gurgel, o terceiro capitão-mor foi escolhido entre três candidatos: João Annes do Amaral Gurgel, Manuel Cavalheiro Leitão e Joaquim Ribeiro do Amaral, todos ocupavam cargos na câmara da vila. João Annes era filho de Bento do Amaral e foi o que o sucedeu. Ele permaneceu até 2 de junho de 1814, quando faleceu¹³¹. Provisoriamente assumiu o tenente Baltazar Joaquim de Oliveira, e em 1818 foi empossado o capitão-mor Inácio de Almeida. O novo capitão-mor se encontrava fora da vila, em expedição nos campos de Guarapuava. Diante disso, no mesmo ano, assumiu definitivamente o tenente Baltazar, que permaneceu até 1820.

O quarto e último capitão-mor foi Joaquim Ribeiro do Amaral, de 60 anos, casado e natural de Minas Gerais, proprietário de uma fazenda com criação de animais e plantação para

¹²⁷ AESP: DI, LVI, p. 21.

¹²⁸ AESP: DI, LVI, p. 224-225.

¹²⁹ AESP: DI, LVI, p. 228.

¹³⁰ AESP: DI, LVI, p. 229.

¹³¹ João Annes possuía aproximadamente 30 anos. A causa mortis encontra-se ilegível. PNSP: Livro de óbitos 1799-1822. Livro 02, p. 33. Falecimento registrado pelo vigário José Nunes de Gaspar em 02 de julho de 1814.

seu sustento; fora juiz ordinário da vila nos anos anteriores¹³², foi empossado em 7 de maio de 1826 e permaneceu até dezembro de 1828. Esse capitão-mor foi escolhido, numa listagem de três "homens bons" da vila, por Francisco de Albuquerque Melo, presidente da Província de Santa Catarina.

Esses indivíduos foram capitães-mores e sua função/cargo era administrativa, diferentemente dos cargos de capitães-mores das ordenanças, que eram responsáveis pelo recrutamento militar – recrutamento que, em Lages, era difícil de ser realizado pela falta de homens, os que faziam parte do corpo militar muitas vezes debandavam. Os capitães-mores eram nomeados pelo rei; no caso de Lages, pelo governador da Capitania de São Paulo e, depois, pelo presidente da província de Santa Catarina. A indicação ficou evidente no caso da deposição e recondução ao cargo do capitão-mor Bento do Amaral Gurgel pelo governador França e Horta. Em Lages, o cargo de capitão-mor administrativo foi vitalício, e estes indicavam nomes, retirados entre os *homens bons* da vila, para o cargo de capitão-mor das ordenanças¹³³.

De acordo com Kuhn, o cargo de capitão-mor administrativo era maior do que o exercido pelo capitão-mor das ordenanças, “principalmente pela abrangência de suas atribuições”, entre elas, executar sentenças, demarcar e tomar posse de terras em nome do rei, “podendo dar sesmarias às pessoas que julgasse serem merecedoras” (KUNH, 2006, p. 40-41). O poder de conceder sesmarias foi utilizado pelos capitães-mores na vila de Lages, por exemplo, na relação das propriedades de 1818: uma das propriedades do capitão da Companhia de Cavalaria Pedro da Silva Ribeiro foi dada pelo capitão-mor regente¹³⁴.

A partir de 1828, com a Lei de Organização Municipal do Império¹³⁵, uma nova câmara de vereadores foi eleita e seu presidente tornado o responsável pela administração. Dez anos depois, a vila foi tomada pelos farrapos e somente voltou ao poder imperial no início de 1841 – esse foi um período em que os administradores da vila oscilaram de acordo com suas escolhas políticas¹³⁶.

¹³² AESP: Maços de População. Lages 1776-1818. Ordem: C00226.

¹³³ Sobre a atuação dos capitães-mores, ver a trajetória elaborada pelo historiador Fábio Kuhn do capitão-mor de Laguna, Francisco de Brito Peixoto (KUNH, op. cit. 2006, p. 39-62). E, também, acerca das diferenças de capitão-mor e capitão-mor das ordenanças ver: LACERDA, 2000.

¹³⁴ AESP: ordem CO9869, ano 1818.

¹³⁵ Lei de 1º de outubro de 1828 (Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM-1-10-1828.htm. Acesso em: 10 set. 2012).

¹³⁶ BORGES, 2005. p. 44-46. Arquivo Histórico do rio Grande do Sul, 2009. p. 277. PESAVENTO, 1985. PADOIN, 2001.

Segundo Gil, o capitão era senhor de prestígio e poder:

Além do mando sobre os escravos, os capitães também controlavam a política. [...] Mas ser capitão não era algo inato, ainda que em muitos casos fosse quase hereditário. Ser Capitão era algo desejado, um reconhecimento da ascensão ou manutenção da posição social. E quem acabava regulando, desta forma, a reprodução da hierarquia no ultramar, era a Coroa que tinha o poder de conceder e confirmar aqueles postos (GIL, 2009, p. 224).

A descrição e análise do autor são condizentes com os capitães-mores da vila de Lages, que eram importantes proprietários de escravos e fazendas de cultivo e criação de animais. A sucessão ocorreu somente após a morte tanto de Correia Pinto quanto de Bento do Amaral Gurgel, transformando-se em poder vitalício; só não foi hereditário para o terceiro capitão devido ao falecimento de João Annes.

Nesse período, a organização política da vila girava em torno de uma das principais famílias da vila, a Amaral Gurgel. A boa origem era requisito para ocupar os postos administrativos e militares; assim formaram um *bando*, pois o tenente Baltazar era sobrinho de Correia Pinto e genro de Bento do Amaral Gurgel, Manuel Cavalheiro era cunhado e sobrinho de Bento do Amaral Gurgel e, como já indicado, João Annes era seu filho. Segundo Antonio Sampaio,

Para a elite senhorial, por sua vez, a ocupação de semelhantes postos militares também trazia grandes vantagens. Em primeiro lugar, o fato de servirem ao rei em suas conquistas 'à custa de suas vidas e fazendas', como é corriqueiro nos documentos, os inseria na economia das mercês como importantes credores da atenção régia. Além disso, o combate a índios e quilombolas significava muitas vezes o acesso privilegiado a terras e mão de obra. O poder político daí advindo era considerável (SAMPAIO apud FRAGOSO; GOUVÊA, 2010, p. 470).

O território da vila era parte do planalto dos campos de Cima da Serra, cercado pelos rios Caveiras, Canoas e Lageado, e pela abundante mata de araucária; no entanto, mesmo com a presença de homens de *boa origem*, o isolamento humano foi presença por longos anos. Um dos maiores desafios dos governadores da capitania, dos capitães-mores e do senhorio local foi, além do problema inicial – estabelecer os limites da nova vila –, combater e eliminar os índios, e atrair e garantir aos homens e suas famílias que migravam a permanência nessas paragens.

1.3 Os indesejáveis: indígenas

O grande problema a ser enfrentado e solucionado era a resistência dos *gentios*, que saqueavam propriedades, matavam colonos e não respeitavam os oficiais, matando seus cavalos

enquanto realizavam diligências. Diante da incapacidade do corpo militar perante os indígenas, muitos militares desertaram e parte dos moradores da vila buscava refúgio em outras vilas.

Os indesejáveis gentios faziam parte da comunidade Xokleng que habitava os vales litorâneos e as bordas do planalto e da comunidade Kaingang que ocupava parte do planalto na direção dos rios Canoas e Pelotas no sul do Brasil¹³⁷. Os territórios ocupados por essas comunidades não possuíam limites bem definidos. Provavelmente, porque nas fontes não há nome de sociedades indígenas, os confrontos no final do século XVIII e início do XIX nos campos de Lages foram mais intensos com os Xokleng, pois seu território era mais ameaçado naquele período pelas levas de colonização no litoral e no planalto, enquanto os Kaingang foram cada vez mais empurrados para o interior¹³⁸. De acordo com Silvio Coelho dos Santos (1987, p. 33), “o surgimento de Lages (1771) e o aparecimento de fazendas de criação nos campos de Lages [...] praticamente vieram impedir que os Xokleng continuassem a fazer suas incursões de coleta nos ricos pinhais que se adensavam ao entremeio dos campos”. À medida que as propriedades de pecuária e lavouras iam se formando, os indígenas perdiam território, e aí o confronto tornava-se inevitável.

Para aumentar a segurança e dar continuidade no povoamento, em 1784, chegou à vila o sargento-mor Antonio Rodriguez de Oliveira¹³⁹. O sargento-mor tinha a função de impedir os ataques dos gentios e o abandono das fazendas por seus moradores, iniciando o patrulhamento. Para conseguir executar suas ações, deveria contar com o auxílio de homens "distintos" para ocupar os postos vagos de oficiais¹⁴⁰.

Mesmo com a presença do sargento-mor, o capitão-mor Amaral Gurgel preocupava-se com a "decadência" da vila. Os problemas como a falta de segurança e o medo de ataques dos indígenas fizeram com que ele procurasse auxílio dos governadores de São Paulo e do Rio Grande. Em carta¹⁴¹ ao governador da Capitania de São Paulo, Bernardo Lorena, Gurgel escreveu que, das 16 casas localizadas na sede da vila, 9 eram habitadas e 7 estavam fechadas.

¹³⁷ Sobre a ocupação espacial, ver: NOELLI, 1999-2000. p. 217-269.

¹³⁸ Para Juracilda Veiga, a partir da segunda metade do século XIX, com a efetiva conquista dos campos de Guarapuava, Palmas e Nonoai, as terras ocupadas pelos Kaingang receberam novos habitantes, mas à custa da violência generalizada contra todos os que se opuseram a ela (VEIGA, 2006, p. 52-54).

¹³⁹ Era cunhado de Antonio Correia Pinto (PEREIRA, 2006, p. 123).

¹⁴⁰ Ofício do General Francisco da Cunha Menezes, em 01 de abril de 1784. IHGPR: DI, v. 85, p. 130-131.

¹⁴¹ Carta encaminhada ao governador da Capitania de São Paulo, Bernardo José Lorena, em 26 de setembro de 1791. AESP: n. ordem 275, pasta 8-A: Militares, juízes e Câmara de Lages, Laguna e São Francisco (1721-1822).

Em todo o território (urbano e rural) havia 581 indivíduos¹⁴²: 125 eram homens livres adultos, dos quais podia dispor somente de 40 para compor as diligências contra os gentios; os demais 456 habitantes eram mulheres, escravos, agregados, velhos e meninos, que para ele não podiam fazer frente aos gentios. Para o capitão-mor, o maior problema era a falta de homens de confiança e dispostos a combater os gentios, que assaltavam aquele território com frequência.

Outra preocupação era a falta de homens para exercer as funções de juiz – havia um juiz que não sabia ler, apenas sabia assinar – e de vereadores. O estado era deplorável e de decadência, os proprietários cogitavam vender suas fazendas para viver em lugares mais tranquilos e sem a presença de “bugres”. Diante disso, o capitão-mor solicitava de imediato um destacamento de no mínimo 20 soldados para combater os gentios e guarnecer a fronteira contra um possível ataque espanhol, e mais homens para povoá-la. Destacava, ainda, que os caminhos eram pouco seguros e impediam o comércio de animais (boiadas, tropas de bestas e cavalos).

Em sua correspondência, Gurgel salienta que recebeu do governador do Rio Grande, Francisco da Cunha, a sugestão de criar novas vilas; este enviaria à vila de Lages em torno de 50 índios com ferramentas para plantar milho e feijão para os casais que viessem a povoá-la. Os casais poderiam ser retirados de freguesias e vilas superpovoadas, como Sorocaba, Itú, Jundiáhy, Curitiba e outras. Cunha pretendia guarnecer as fronteiras e rebater os gentios. Os índios oferecidos eram, geralmente, os aldeados ou aqueles feitos prisioneiros por determinações das câmaras municipais, que se encontravam à disposição dos governadores para povoar sertões. A saída de homens das vilas identificadas como superpovoadas requeria benefícios como terras, animais, ferramentas e sementes. Amaral Gurgel notificava, ainda, que na vila os recursos econômicos eram poucos, daí a necessidade ainda maior do pedido de auxílio dos governadores Lorena e Cunha.

Nessa terra de passagem, Amaral Gurgel precisava atrair homens dispostos a enfrentar as longas distâncias, o clima frio e os indesejáveis “bugres”. No entanto, os problemas com os indígenas estavam longe de serem solucionados. Em 17 de outubro de 1782¹⁴³, o Brigadeiro Sebastião Xavier Cabral da Câmara, governador da Capitania do Rio Grande, recebeu carta de Manoel da Fonseca Lemes. O relato de Manoel Lemes foi a partir das notícias recebidas do capitão-mor Amaral Gurgel sobre o assalto de indígenas que acabou com a morte de quatro pessoas na vila de Lages.

¹⁴² O capitão-mor utilizou a contagem dos anos de 1790. AESP: AESP: Maços de População. Lages 1776-1818. Ordem: C00226. Ano de 1790 com 69 fogos.

¹⁴³ IHGPR: DI, v. XXI, p. 13-15.

O fato ocorreu na paragem chamada Lagoinha, distante da vila de Lages cerca de onze léguas. A primeira morte foi a de um homem que foi surpreendido enquanto andava a cavalo pela estrada – o animal assustou-se, deu pinotes e derrubou-o, na sequência os índios o mataram a pauladas. Depois, os índios atacaram com flechas a morada de Luiz Felix, onde se encontravam sua mulher e duas filhas.

[...] vendo o reboliço e motim que vinham fazendo os ditos bugres, Luiz Felix fugiu, mas sua mulher e suas duas filhas foram apanhadas, [...], ao ouvir os gritos de sua consorte, veio-lhe acudir e ambos foram mortos. [...], a filha menor mataram e depois tiraram o couro cabeludo, por este ser muito loiro; e a filha mais velha de oito anos, como era muito bonita, e também loira de cabelo, a conduziram para seus alojamentos. Pois entre os rastros dos bugres foi achado os da menina¹⁴⁴.

Na descrição da violência, o capitão-mor enfatizou a cor dos cabelos e a beleza das filhas de Luiz Felix. Os indígenas arrancaram os cabelos loiros de uma, e a outra levaram consigo pela sua beleza. Talvez o capitão-mor quisesse transformar uma questão de terras em uma questão étnica/de cor, ou realizar a identificação de homens bons e pacíficos como brancos, e de maus aos indígenas, sem esquecer também que ali havia uma fronteira étnica.

Era preciso consolidar o povoamento e revitalizar o centro urbano, mas as solicitações do capitão-mor com relação à segurança não foram atendidas. Então, em 12 de julho de 1797¹⁴⁵, o juiz e os oficiais da câmara da vila de Lages escreveram para a Corte em Lisboa¹⁴⁶: era preciso que soubessem da grande consternação que os habitantes da vila vivenciavam. Segundo eles, havia falta de população, os campos estavam infestados de “gentios bugres” e, por ser aquela uma região de fronteira, estava suscetível à invasão de espanhóis. Evidenciou-se, ainda, a importância da povoação no caminho das tropas para o reino português, “não só por ser fronteira dos domínios da Espanha, como por ser a estrada única, por onde transita o grande comércio de animais do Sul, de que dependem as três capitanias de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. [...] devendo ser povoada com maior número de casais”¹⁴⁷.

O relato enviado à Corte demonstrava uma situação de precariedade que, inserida no quadro geral de minguadas forças e escassos armamentos disponíveis, tornava o espaço difícil de ser habitado. Mesmo com as promessas de ampliar a segurança na vila, os reforços não chegavam a número suficiente, e os gentios, além dos ataques em fazendas e estradas,

¹⁴⁴ IHGPR: DI, v. XXI, p. 14-15.

¹⁴⁵ IHGPR: DI, v. 89, p. 91-96. Ofício assinado por Antonio Marques Arzão, Joannes Annes do Amaral Gurgel, Joze do Amaral, Guilherme Antonio de Ataíde e Manuel da Silva Leiria.

¹⁴⁶ IHGPR: DI, v. 89, p. 91. O parecer sobre a carta foi assinado no Palácio de Queluz em 22 de outubro de 1798, por d. Rodrigo de Souza Coutinho.

¹⁴⁷ IHGPR: DI, v. 89, p. 92.

começaram a atacar a sede da vila. Em 27 de junho de 1806¹⁴⁸, numa noite fria, os gentios atearam fogo na cobertura de palha do quartel do destacamento militar. No destacamento, encontrava-se apenas o tenente comandante Antonio Joaquim da Costa Gavião, que foi insultado pelos gentios e não pode repeli-los pela falta de homens. A providência do governador França e Horta, quando informado do ocorrido, foi solicitar que os habitantes repelissem os gentios e se unissem para reconstruir o quartel.

O tenente Gavião, três meses após o incêndio do quartel, recebeu uma carta do governador França e Horta notificando-o e ameaçando prendê-lo, pois o governador havia recebido denúncia de que Gavião tratava com violência os paisanos e soldados. Gavião castigava os soldados com surras de laço, o que provocava sua deserção¹⁴⁹. Além do pânico da população em relação aos indígenas, ainda havia a preocupação com a violência do tenente Gavião. Em novembro do mesmo ano, Gavião foi preso e encaminhado à vila de Curitiba, mas sem provas de seus delitos; sem ninguém para substituí-lo, ele foi solto logo após.

Com relação aos desertores, o capitão-mor acreditava que haviam fugido em direção à Ilha de Santa Catarina por uma estrada em construção, e ordenou aos moradores e agregados das fazendas que comunicassem a passagem de estranhos, que deveriam ser presos imediatamente. Já o tenente Gavião retornou a Lages em dezembro de 1806, com a incumbência de auxiliar na construção de um novo quartel, a ser coberto com telhas para evitar novos incêndios¹⁵⁰.

Apesar de vários, os pedidos às autoridades sediadas na cidade de São Paulo solicitando homens e armas não foram atendidos – talvez porque os senhores de poder da vila nada eram mediante o poder dos governadores da capitania. Enquanto isso, a vida dos colonos na vila era norteadada pelo temor dos ataques indígenas. Os motivos dos ataques são evidentes, os colonos também eram uma ameaça constante aos indígenas ao empreenderem suas *guerras justas*. Somente em novembro de 1808, após muitas queixas e solicitações do capitão-mor e da câmara da vila, o Príncipe Regente, instalado no Rio de Janeiro, demonstrou preocupação com o abandono da fronteira sul da província de São Paulo e solicitou ao governador França e Horta que declarasse guerra aos índios, que ameaçavam a população das fazendas e das vilas, e continuasse com a distribuição de sesmarias

¹⁴⁸ IHGPR: DI, v. LVII, p. 45-46.

¹⁴⁹ IHGPR: DI, v. LVII, p. 51-52.

¹⁵⁰ IHGPR: DI, v. LVII, p. 79-80.

[...] desde a Vila da Faxina até á Vila das Lages, a maior parte das Fazendas, que estão na dita Estrada, se vão despovoando, huns por terem os Índios Bugres morto os seus moradores, e outras com o temor, que sejam igualmente vítimas. [...]. Ordenar-vos em primeiro lugar: Que logo desde o momento que receber esta Minha Carta Régia, deveis considerar como principiada a Guerra Contra estes Bárbaros índios. [...], dar Sesmarias proporcionais as forças, e cabedais dos que assim as quiserem tomar com o simples ônus de as reduzir a cultura, particularmente de trigo, e mais plantas e cereais, de pastos para os gados, e da essencial cultura dos linhos Cãnhamos, e outras espécies de linhos. (Colecção das Leis do Brazil de 1808. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891. p. 156-159. In: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_obrasraras/).

A Carta Régia de novembro de 1808 do príncipe regente determinou guerra permanente contra os indígenas. Essa era a atitude do príncipe com relação aos indivíduos considerados um entrave ao avanço das fronteiras agrícolas, pois meses antes havia sido decretada guerra ofensiva contra os índios Botocudos de Minas Gerais e do Espírito Santo¹⁵¹. Segundo Santos (1987, p. 77-78), a partir das determinações da Carta Régia, “[...] admitia-se proteção e segurança apenas para os indígenas que aceitassem o poder real, respeitando a presença do branco e a ele se submetendo. O branco, entretanto, recebia as aproximações do índio com armas nas mãos, pois, sempre predominou no sertão o ditado de que ‘índio somente é bom, morto’”.

As determinações da Carta Régia foram seguidas na vila. Para fazer frente aos indígenas, em 1809, André Guerreiro, que possuía a patente de capitão de Cavalaria Miliciana agregada ao Regimento de Curitiba na vila de Lages, recebeu ordem dada pelo governador França e Horta em 1808, para comandar uma expedição de ataque aos gentios nos campos de Guarapuava¹⁵². Também a pedido do capitão-mor Jerônimo Francisco Coelho, da vila de Laguna, André Guerreiro auxiliou com sua companhia no ataque aos indígenas no caminho para Laguna – caminho que, conforme o capitão-mor Jerônimo, estava intrafegável, pois os indígenas se encontravam espalhados ao longo dele¹⁵³.

Em 6 de setembro de 1810, o capitão-mor novamente solicitou as desejadas munições e, com as ordens do Príncipe Regente, França e Horta começou a enviar as munições requeridas pelos habitantes da vila. Em 18 de março de 1811, chegaram “seis arrobas de pólvora com chumbo e bala para espantar os gentios”¹⁵⁴. Junto com o carregamento, vieram alguns casais de vilas próximas a São Paulo para povoar os campos e criar animais. Nesse mesmo ano, o capitão-

¹⁵¹ Carta Régia de 13 de maio de 1808. Enviada a Pedro Maria Xavier de Ataíde e Mello (Fonte: BRASIL. **Leis etc.** Colecção das Leis do Brazil de 1808. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891. p. 37-41. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_obrasraras/).

¹⁵² IHGPR: DI, v. LVIII, p. 112-113.

¹⁵³ IHGPR: DI, v. LIX, p. 16 a 17.

¹⁵⁴ IHGPR: DI, v. LIX, p. 187-188.

mor Amaral Gurgel, ao realizar o recenseamento, elencou entre os habitantes um casal de indígenas: João dos Santos, pardo, 54 anos, natural de São Paulo, e sua esposa, Vitoria, parda, 48 anos, natural da aldeia de Pinheiros¹⁵⁵, que em sua propriedade plantavam para o próprio sustento¹⁵⁶. Ambos não eram nascidos na vila e certamente não mantinham contato com outros indígenas da região, sua presença também foi fruto da política de colonização que visava sempre atrair novos habitantes. A descrição de ambos como pardos nos dá a indicação do lugar que esses povos originários passaram a ocupar nos registros censitários.

Mesmo que de forma tímida, a presença de novos moradores e o aumento populacional, como já descrito, foram ocorrendo ao longo das duas primeiras décadas dos novecentos. Mas, apesar da chegada de armas e homens, o confronto com os indígenas ainda era presente. Em 11 de novembro de 1813, o vigário Jose Nunes Gaspar registrou a morte de três pessoas, e na *causa mortis* escreveu “mortos pelos bugres na Costa da Serra”. Os mortos eram Pedro, 15 anos, filho de Miguel Bicudo e de Anna Joaquina de Benvides, e o casal Thomas, 30 anos, e Thereza, 20 anos¹⁵⁷.

Em 1817, o padre Manuel Aires de Casal também enfatizou a presença negativa de gentios:

A Vila das Lages, aliás, de Nossa Senhora dos Prazeres, padroeira da sua Matriz, a mais meridional da província, não tendo jamais passado de pequena, em razão da má vizinhança dos selvagens, acha-se hoje reduzida a pouca coisa com as assoladoras invasões dos mesmos bárbaros (CASAL, 1817, p. 108).

Em 1827, a falta de homens para compor o clero era uma das preocupações do Conselho de Governo da Província de São Paulo. Para os conselheiros, era preciso promover a catequese dos índios, pois o comércio de almas com a África seria extinto em breve. Daí a necessidade de catequizar para que servissem como mão de obra, “se não tanto para a agricultura, cujos lucros por mais tardios não desafiam prontamente sua cobiça momentânea, ao menos para a pesca, derrubada de matos, abertura de valas, e outros mais afazeres, onde no fim do dia ou da semana percebam o fruto de seu trabalho”¹⁵⁸. Na indicação está o envio de um padre para a estrada denominada Lages, em que se achavam índios embrenhados. O objetivo da catequização era

¹⁵⁵ Aldeamento da Capitania de São Paulo. Ver: MARCHIORO. In: **Anais 3º Encontro de Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**, 2007.

¹⁵⁶ AESP: Maços de População de Lages. Ordem: C00226. Ano 1811, fogo n. 20. Habitantes no bairro Caveiras a Baixo.

¹⁵⁷ PNSPL. Livro de óbitos 1799-1822. Livro 1, s/p.

¹⁵⁸ Jornal **O Farol Paulistano** - 1827 a 1831. n. 60, 3 nov. 1827. p. 237-238. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=700169>. Acesso em: 29 jul. 2014.

‘livrá-los’ da ociosidade e da liberdade selvagem em que viviam.

Mesmo com as medidas tomadas pelas autoridades administrativas das capitanias, mais de oitenta anos após a chegada de Correia Pinto a Lages, a resistência indígena ao processo de colonização continuava. Os ataques constantes às plantações, aos animais e aos homens fizeram parte do cotidiano de quem habitava esses campos.

Em 1858, o naturalista Avé-Lallemant, ao realizar o percurso da Vila de Lages até a ilha de Santa Catarina, deparou-se ao longo do caminho com várias cruzes que, segundo ele, representavam as mortes de brancos, ocasionadas por “bugres” assassinos: “aqui foram assassinados pelos bugres, em pleno dia, a senhora e a cunhada de um alemão com quem em Lajes falei”. Seguindo em sua viagem, entre os campos e florestas, “[...] uma estância pequena e pobre. À nossa esquerda, o cercado de um cemitério sobre uma colina, com cruzes de madeira, entre as quais repousavam as mulheres e crianças mortas pelos selvagens” (AVÉ-LALLEMANT, 1980, p. 87, 97). Além das mortes dos brancos pelos índios, o viajante também destacou a presença de índios convivendo com negros, “no centro de um milharal murcho, uma pequena casa de barro, coberta de palha, na qual arrasta a vida um ou outro negro e índio manso”, mas advertiu “constante perigo de ser atacado e assassinado pelos bugres” (AVÉ-LALLEMANT, 1980, p. 94). As descrições do viajante com relação aos indígenas e seus ataques são as mesmas apontadas pelos habitantes no início da ocupação paulista.

O naturalista também descreveu a existência de armas entre os moradores da vila e, ao referir-se a propriedade de Juca Coelho, localizada próxima ao caminho das tropas, destacou: “a espingarda carregada com uma bala é artigo de fé do estancieiro, a faca e a lança seus brinquedos necessários; os seus empregados formam a guarnição de sua fortaleza, ele vive constantemente numa espécie de pé de guerra”. E o viajante narra ainda o encontro de Juca Coelho com os indígenas: “foi hostil e Juca Coelho foi obrigado a abater¹⁵⁹ a tiro um dos índios” (AVÉ-LALLEMANT, 1980, p. 87-88). Defender-se de outros homens e de animais para garantir a propriedade disseminou a utilização de armas entre os habitantes. Nos inventários *post mortem*, localizamos entre os bens armas: no inventário de Manoel Joaquim do Rego¹⁶⁰, realizado em 1811, descreve-se a existência de duas armas compridas e um trabuco; no de Manoel Joaquim Pereira¹⁶¹, do ano 1833, foram elencadas entre seus bens quatro armas: uma espingarda taquari, duas espingardas velhas e uma pistola velha; em 1843, no inventário de João Zeferino da Silva

¹⁵⁹ Termo que indica a morte de um animal.

¹⁶⁰ MTJSC: Cód. 10, cx. 55.

¹⁶¹ MTJSC: Cód. 10, cx. 55. No capítulo 3 retornaremos ao inventário de Manoel Joaquim Pereira.

Mattos¹⁶², havia “uma arma de fogo boa e uma arma de fogo velha”. As armas eram utensílios que acompanhavam os indivíduos em suas atividades cotidianas.

As caçadas aos selvagens e a destruição das comunidades possibilitaram o enfraquecimento dos indígenas, que gradativamente evadiam-se à procura de refúgios seguros. Muitos indígenas foram transformados em “*bugres mansos*” e incorporados ao trabalho e à vida dos novos habitantes. Somente no primeiro mapa populacional os índios aparecem isolados, a partir daí (1778) não há mais referência a gentios/índios de forma específica; eles aparecem com maior frequência entre os agregados, ou seja, os já “domesticados”. Certamente os não computados são os que o capitão-mor identifica como “sujeitos saqueadores e perturbadores da ordem”. Um exemplo de captura encontramos em 1810: no domicílio do pardo Manoel Alves dos Santos, havia dois agregados, o africano Antônio e “um bugre que não está batizado, de 34 anos, branco e solteiro”¹⁶³. É óbvio que o “bugre” possuía um nome, mas como não havia sido batizado, não era reconhecido como humano. Trata-se esta como uma hipótese da presença dele no domicílio, e de que pardo Manoel tenha participado de guerra contra os indígenas e recebeu o “bugre” como recompensa.

Nas listagens dos habitantes, a presença de gentios entre os agregados é algo recorrente até o ano de 1818. O próprio capitão-mor Bento do Amaral Gurgel, entre 1790 e 1811, possuía entre seus agregados crianças e adultos gentios¹⁶⁴. Iniciados a migração e o estabelecimento de homens aptos ao trabalho e à vida religiosa, o contato com as comunidades tradicionais foi inevitável. De acordo com Machado (2004, p. 58-59), durante o século XIX, a população branca eliminou os “bugres” da região do planalto catarinense, promovendo a

[...] limpeza do terreno [...]. Os bugres adultos e jovens eram os principais alvos de caçadas empreendidas por fazendeiros ou por bugreiros (caboclos especializados em localizar, destruir aldeamentos e capturar alguns sobreviventes). Só conseguiam escapar da morte algumas mulheres jovens, que seriam transformadas em esposas e companheiras de peões, pequenos sitiantes e tropeiros.

O autor destaca que as mulheres tinham maiores chances de escapar da morte. Nas fontes (listas nominativas), os recenseadores nominaram mulheres indígenas casadas com não índios. Entre elas, a índia Margarida Maria, casada com o branco Ignacio João; viviam em uma pequena

¹⁶² MTJSC: Cód. 10, cx. 44.

¹⁶³ AESP: Maços de População. Lages 1776-1818. Ordem C 00226. Anos: 1810, fogo n. 62. Uma propriedade que vive de suas lavouras e planta para seu gasto.

¹⁶⁴ AESP: Maços de População. Lages 1776-1818. Ordem C 00226. Anos: 1790, 1794, 1797, 1798, 1803, 1804, 1805, 1806, 1808 e 1811. Fogo n. 01. Por exemplo, em 1803, entre seus agregados estavam os gentios brancos Joaquim, 12 anos, apreendido na invasão dos mesmos; Maria, 15 anos; e Clotildes, 8 anos. No capítulo 4, enumeramos todos os gentios agregados.

propriedade com dois filhos e cultivando cerca de 20 alqueires de milho, 10 de trigo e 12 de feijão¹⁶⁵. Avé-Lallemant (1980, p. 97) descreveu, em sua passagem pela vila, que o dono de uma pequena e pobre estância vivia com uma índia, depois que sua mulher e filhos haviam sido mortos pelos indígenas.

Alguns dos novos homens ignoravam a presença de indígenas; outros os viam como possibilidade de mão de obra e os tornavam seus agregados, assim eram transformados em gentios mansos cristãos; mas a maioria, auxiliada pelas determinações governamentais, empreendeu *guerra justa* e gradativamente os eliminou. Houve uma diminuição geral das populações indígenas, mas ainda precisa ser realizado um estudo pormenorizado sobre o impacto demográfico nas populações indígenas no planalto catarinense no final do século XVIII e início do XIX.

Entre os desafios enfrentados pelos administradores locais nos anos que se seguiram à fundação da vila, há a oscilação no número de habitantes, de guerras com indígenas e quanto ao estabelecimento de novos homens para as atividades agrícolas e criatórias. A igreja foi uma instituição que esteve ao lado dos administradores ao longo da colonização. Os fatores determinantes para a presença do clero eram o isolamento dos homens que viviam nesses campos e o perigo que representavam os "selvagens". Assim, o catolicismo romano instituído na vila também foi responsável pela manutenção dos novos habitantes em Lages, além de por cristianizar os gentios¹⁶⁶.

A partir da década de sessenta do século XVIII, quando os campos de Lages começaram a ser ocupados, os administradores coloniais passaram a ver esse espaço como um “grande vazio” demográfico, isto é, “por ser tudo deserto”¹⁶⁷, à espera de homens para povoar e produzir. Segundo Vânia Moreira (2001, p. 06), vazio demográfico, “na maior partes das vezes, indica senão a completa ausência de traços humanos em dado território, pelo menos a existência de uma densidade demográfica muito baixa”. Para as autoridades coloniais, o que existia nesses campos era a ausência de traços humanos e de civilização; afirmavam a existência de “gentios indesejáveis que vivem como feras”¹⁶⁸. Daí a necessidade da vinda de homens dispostos a servir

¹⁶⁵ AESP: Maços de População. Lages 1776-1818. Ordem C 00226. Anos: 1803, fogo n. 44 e 1808, fogo n. 105.

¹⁶⁶ IHGPR: DI, v. 89, p. 94.

¹⁶⁷ Carta de d. Luiz Antonio de Souza ao Conde de Oeyras, em 7 de julho de 1767. IHGPR: DI, v. XXIII, p. 204-206.

¹⁶⁸ Carta de d. Luiz Antonio de Souza ao Reverendo Bispo do Rio de Janeiro, em 16 de janeiro de 1767. IHGPR: DI, v. XXIII, p. 309-311.

ao rei e a Deus. A religiosidade se fez presente na vila desde sua fundação, pois tanto para o Morgado de Mateus quanto para Correia Pinto a criação de uma vila exigia edificar uma igreja.

1.4 Na vila: o cuidado com a vida espiritual

Sobre o sertão, escreveu Cristóvão Pereira de Abreu, em 1734: “se ali houver um sacerdote que confesse e reze missa, para alguns moradores que já habitam este sertão, outros tantos virão, e se estabelecerá uma povoação”¹⁶⁹. A iniciação e a continuidade na vida cristã eram fatores determinantes para a colonização portuguesa desde o século XVI, que se ampliava à medida que o território aumentava.

Nos campos de Lages, não foi diferente; em junho de 1767¹⁷⁰, Manuel da Natividade Teixeira e Thomé de Jesus, da ordem dos Franciscanos, foram os primeiros religiosos a andar pelos leitos dos rios Canoas e Pelotas. Assim, diante da necessidade de atuação do clero no seio do sertão, com os que já habitavam e com os novos povoadores, em 1767, foi criada a Paróquia Nossa Senhora dos Prazeres.

O estabelecimento de religiosos na fronteira da Capitania de São Paulo não foi aceito de imediato pelo vigário da Vara de Viamão. Em abril de 1767, Correia Pinto escreveu ao vigário de Viamão: “foi por ordem do general de São Paulo que eu criei uma Vila na fronteira, com licença para erigir um templo dedicado a Nossa Senhora dos Prazeres, e recebi da Real fazenda todos os ornamentos e vasos sagrados”. Na carta, também explicava que o Vice Rei seria comunicado dos fatos e alertava ao “vigário para que nem ele nem outros religiosos passassem daquele continente para os campos de Lages, distrito de Curitiba”¹⁷¹.

Em janeiro de 1768, o Morgado de Mateus justificou ao bispado do Rio de Janeiro e ao vice-rei que as terras de sua capitania iam até o rio Pelotas, e não pertenciam à Freguesia de São Francisco de Paula; portanto, os padres deveriam seguir as determinações desse bispado, e não as de Viamão¹⁷². Para o Morgado de Mateus, a igreja e o clero de Lages estavam diretamente ligados ao capitão-mor da vila, que havia sido nomeado por ele e que, por sua vez, realizaria relatórios ao governador informando sobre a atuação dessa instituição. O reverendo Manoel José

¹⁶⁹ IHGPR: Arquivo da Torre do Tombo. Documento 625, p. 73.

¹⁷⁰ IHGPR: DI, v. XXIII, p. 165.

¹⁷¹ IHGPR: DI, v. XXIII, p. 315. Cópia da carta de Antonio Correia Pinto ao vigário da Vara de Viamão, em 14 de abril de 1767.

¹⁷² IHGPR: DI, v. XXIII, p. 310-313. Carta enviada ao Senhor Conde Azambuja Vice Rey, em 05 de janeiro de 1768.

Vaz, da diocese de São Paulo, também escreveu no mesmo mês ao bispado do Rio de Janeiro sobre a importância de religiosos para a vida espiritual dos povoadores em Lages, e que os padres enviados deviam obediência à sua diocese¹⁷³.

Com o fim das pendências religiosas, em 2 de agosto de 1771, o Morgado de Mateus escreveu: “fundou o capitão-mor [...] uma povoação, edificando igreja, para a qual lhe entreguei a imagem de Nossa Senhora dos Prazeres”¹⁷⁴. Era o marco inicial da presença do catolicismo romano nos confins da Capitania de São Paulo. Além das determinações para a construção da igreja, houve a preocupação com o seu patrimônio material. Assim, como veremos adiante, o governador fez doação de duas léguas e meia de terras de testada e outro tanto de sertão nos campos de Lages.

Corrêa Pinto trouxe consigo o padre Paulo Severo de Moraes e Oliveira. No local destinado para as construções religiosas, o padre Severo, com seus escravos, construiu um rancho para a casa de conselhos, uma matriz, um sobrado para sua residência e um tanque para lavagem da roupa dentro da vila. Para que os “bugres” não avistassem o tanque em que as mulheres iriam lavar a roupa, mandou construir um paredão ao seu redor¹⁷⁵.

O padre Severo permaneceu na vila de Lages entre 1768 e 1772. Depois, mudou-se para a vila de Itapetininga com seus escravos, lá se tornou vigário e proprietário de uma fazenda de gado vacum e cavalari. A propriedade, adquirida por compra, já era habitada por oito moradores que não possuíam títulos; mesmo assim a Câmara de Itapetininga confirmou a propriedade ao padre¹⁷⁶.

Para os capitães-mores e os governadores, o socorro espiritual era tão importante quanto o temporal para as povoações dos sertões. Era preciso que os padres transpusessem as distâncias para chegar até seus rebanhos. Na vila de Lages, havia muitas almas que ficavam mais de cinquenta léguas da igreja, “não podendo nunca ouvir missa, nem confessar-se na quaresma, e até os rapazes se batizam adultos”¹⁷⁷. Ainda, desejava-se um religioso prudente para instruir os sólidos princípios da religião, que amasse suas ovelhas e fosse exemplo para os homens que

¹⁷³ IHGPR: DI, v. XXIII, p. 319-321. Cópia da carta do vigário Capitular de São Paulo ao Bispo do Rio de Janeiro, em 13 de janeiro de 1768.

¹⁷⁴ IHGPR: DI, v. XV, p.76-77.

¹⁷⁵ COELHO, 1856. p. 179.

¹⁷⁶ Em 20 de novembro de 1781, o padre recebeu a confirmação de uma carta de sesmaria, “pela qual foi dada légua e meia de terras de testada e duas de sertão”, na paragem de Capivari, distrito da Vila de Itapetininga. IHGPR: Arquivo da Torre do Tombo. Documento 685, 686 e 687.

¹⁷⁷ IHGPR: DI, v. XXIII, p. 312-313.

viviam distantes do sossego espiritual¹⁷⁸.

Entre 1779 e 1783, esteve à frente dos trabalhos espirituais o padre franciscano Ignacio Dias do Amaral Gurgel. O padre saiu de São Paulo em outubro de 1778 e trouxe em sua companhia Manoel Antunes Xavier, um desafeto do governador Martim Lopes de Saldanha. De acordo com o governador, Manoel havia causado muitos problemas e deveria viver no distante continente das Lages. As ordens, tanto para o padre quanto para o capitão-mor, eram vigiar e não deixar Manoel sair da vila de Lages. Além dos ofícios cristãos, a primeira atividade a ser realizada pelo padre era identificar todos os desertores que viviam na vila e encaminhá-los até a capital da capitania¹⁷⁹.

Com a morte do padre Ignacio, em 1783, os moradores ficaram mais de um ano sem missa na igreja da vila. Havia a “falta de vigário que administrasse o sacramento, ao menos na hora da morte. Para se confessar, era preciso ir até a Freguesia da Vacaria ou à vila de Laguna, que ficavam a mais de quarenta léguas”¹⁸⁰. Para os homens que compunham a câmara da vila, a presença de sacerdotes era crucial para a felicidade do povo, pois a falta deles criava inquietação e lamentos.

A falta de homens instruídos "ao menos nas primeiras letras e língua latina" fazia com que os padres auxiliassem a câmara da vila quando se precisava enviar ofícios à capitania, pois entre os que poderiam ser juízes e vereadores havia poucos que conheciam a língua latina. Diante da falta de homens letrados, a câmara solicitou, em 1797, um mestre “[...] de ler, escrever, contar, e um professor de língua latina, pagos pelo subsídio literário da Capitania, para instruir a mocidade. Instruídos poderiam depois seguir vocação religiosa e ficar em sua terra paternal”¹⁸¹. A proposta da câmara era alfabetizar meninos para que posteriormente pudessem também se tornar padres.

A distribuição dos sacramentos e a catequese ocupavam a maior parte do tempo dos padres, pois, além do atendimento na sede da vila, havia a necessidade de ir até as propriedades rurais, trabalho que na maioria das vezes custava ao padre esforço físico e tempo, pois era necessário andar no lombo de mulas por dias. A extrema-unção era um dos momentos que exigia a locomoção do padre. Quando o defunto era da *nobreza da terra*, o esforço era ainda maior, pois era preciso acompanhar o traslado do morto até a igreja, sendo o enterramento feito no

¹⁷⁸ IHGPR: DI, v. 89, p. 94.

¹⁷⁹ IHGPR: DI, v. 81, p. 63.

¹⁸⁰ IHGPR: DI, v. 89, p. 94.

¹⁸¹ IHGPR: DI, v. 89, p. 95.

espaço interno. Nos registros de óbitos, a expressão “enterrado na capela mor da igreja” é recorrente. Segundo as leis do arcebispado da Bahia,

É costume pio, antigo, e louvável na Igreja Católica, enterrarem-se os corpos dos fieis Cristãos defuntos nas Igrejas, e Cemitérios dela: porque como são lugares, a que todos os fieis concorrem para ouvir, e assistir às Missas, e Officios Divinos, e Orações, tendo à vista as sepulturas, se lembrarão de encomendar a Deos nosso Senhor as almas dos ditos defuntos, especialmente dos seus, para que mais cedo sejam livres das penas do Purgatório, e se não esquecerão da morte, antes lhes será aos vivos mui proveitoso ter memória dela nas sepulturas (VIDE, 2010, p. 140).

Sabemos que a prática do sepultamento nas igrejas foi amplamente difundida no Brasil, e na vila de Lages não era diferente¹⁸². Em 28 de setembro de 1783, morreu o capitão-mor Antonio Correia Pinto, e em seu registro o vigário Antonio Antunes de Campos descreveu meticulosamente o ritual do enterramento de um dos homens mais importantes da vila:

[...] foi acompanhado solenemente de sua casa igreja, e lhe oferecido missa solene de corpo presente, e seu cadáver foi sepultado dentro desta igreja Matriz de Nossa senhora dos Prazeres de Lages, acima do arco e ao pé dos degraus do presbitério, sem ônus de esmola que se costuma dar por concessão dos reverendos [...], o enterro se fez no dia seguinte, em vinte nove de setembro¹⁸³.

Antonio José Pereira morreu em 27 de novembro de 1779, em sua fazenda denominada Curitibanos, e foi enterrado na igreja da vila de Lages dois dias depois, com missa de corpo presente¹⁸⁴; o traslado do corpo de sua fazenda até a igreja foi o motivo pelo qual o enterro aconteceu dois dias depois da morte. O tenente Bento Soares da Mota doou 20 vacas para a construção da igreja na vila; ele foi um dos primeiros habitantes e possuía fazendas de gado vacum e cavalari. Quando faleceu, em 17 de maio de 1801, em Lages, “[...] recebeu todos os sacramentos; morreu no seu juízo com grande mostra de predestinado escolhido para o céu; seu corpo foi amortalhado em hábito franciscano de burel e por mim acompanhado. A ele fiz officio solene de sepultura com missa de corpo presente; foi enterrado na sepultura acima das grades acompanhado com a cruz da fábrica”¹⁸⁵. Por suas doações e *status*¹⁸⁶, foi enterrado próximo à cruz central e recebeu maior dedicação do padre Manoel Muniz.

O tenente Bento Soares da Motta, ao ser amortalhado com o hábito franciscano, estava transpondo uma prática que cruzou o Atlântico, e também a escolha pode ter sido influenciada

¹⁸² Ver: REIS, 1991. RODRIGUES, 2005.

¹⁸³ PNSPL: Livro de óbitos 01, fls 17 e 18. O registro de óbito é acompanhado do testamento do capitão-mor.

¹⁸⁴ PNSPL: Livro de óbitos 01, fls. 11. Registro realizado no dia 30 de novembro de 1779 pelo padre Ignacio Dias do Amaral Gurgel.

¹⁸⁵ Além dessas informações, consta no registro que doou suas fazendas aos parentes. Não possuía filhos legítimos, somente um bastardo. Cf. PNSPL: Livro de óbitos 01, fls. 10-11.

¹⁸⁶ RODRIGUES, 1997.

pelo padre franciscano que realizou o enterro. Segundo Reis,

[...] o uso da mortalha franciscana era uma herança ibérica. Data da Idade Média o costume de as pessoas em Portugal pedirem em testamento que seus cadáveres fossem amortalhados com o hábito e São Francisco. [...] Santo que deixou a vida faustosa de filho de comerciante para viver pobremente, sua mortalha representava simplicidade cristã, atitude que ajudava a conquistar a morte serena (REIS, 1991, p. 117).

Na igreja de Lages, eram enterrados livres e escravos, e na maioria das vezes lado a lado. De acordo com as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, todo católico tinha o direito de ser enterrado em uma igreja de sua escolha; como na vila de Lages só havia uma, todos os católicos, independentemente da condição jurídica, eram enterrados lá. Ainda segundo essa legislação, os senhores deveriam cuidar do sepultamento de seus escravos.

E porque é alheio da razão e piedade cristã, que os senhores, que se serviram de seus escravos em vida, se esqueçam deles em sua morte, lhes encomendamos muito, que pelas almas de seus escravos defuntos mandem dizer missas, e pelo menos sejam obrigados a mandar dizer por cada um escravo, ou escrava que lhe morrer, sendo de quatorze anos para cima, a missa de corpo presente, pela qual se dará a esmola acostumada¹⁸⁷.

Os registros de óbitos da vila até 1820¹⁸⁸ indicam uma maioria de sepultamentos de escravos na igreja e uma menor parcela em cemitérios de fazendas; como o sepultamento da escrava Bernarda de 40 anos, casada com o escravo José, ambos pertencentes ao capitão Joaquim José Pereira: morreu em casa, e seu corpo foi amortalhado com um pano e enterrado na igreja¹⁸⁹. Em Lages, a situação foi diferente da apontada por João José Reis (1991, p. 193), ao encontrar espaços como o Campo da Pólvora em Salvador, onde eram enterrados suicidas, criminosos, indigentes e escravos. Havia uma irmandade de homens pretos e pardos, mas não como as estudadas por Mariza Soares (2000, p. 152), que realizassem procedimentos como o pagamento do padre, da mortalha, do esquife, da sepultura, da missa e das velas.

Sobre a irmandade em Lages, encontramos uma petição dos provedores da Irmandade Nossa Senhora do Rosário à câmara da vila. Os provedores pediam, na seção da câmara de 10 de janeiro de 1855, a concessão de 225 palmos em quadro de terreno para edificar uma capela. A petição foi discutida: “por conhecer a Câmara que esta irmandade já existia em nome e que por hora um compromisso havia, mandou lançar o seguinte despacho: depois de aprovado e apresentado o respectivo compromisso retorne a requerer”¹⁹⁰. De acordo com os

¹⁸⁷ VIDE, op. cit, p. 293.

¹⁸⁸ Livro de Registro de Óbitos 1799-1822. Paróquia Nossa Senhora dos Prazeres de Lages. Livros 01 e 02. Reis (1991) e Rodrigues (2005) indicam que os sepultamentos em igrejas foram realizados até 1850 no Brasil.

¹⁸⁹ PNSPL: Livro de Registro de Óbitos 1799-1822. Livro 02, s/p. Registro realizado em 15 de fevereiro de 1801.

¹⁹⁰ MTC: Livro da Câmara, 1853-1860. p. 49-50. Na petição não consta os nomes dos provedores da irmandade.

encaminhamentos da câmara, a irmandade precisava apresentar a documentação/compromisso para comprovar que era uma instituição legítima, apesar dos vereadores estarem cientes de sua existência. Segundo Claudia Malavota, que analisou a documentação da Irmandade do Rosário de Desterro na primeira metade do século XIX,

A Irmandade era regulada por um Compromisso que estabelecia critérios relativos à constituição dos cargos, à adesão dos Irmãos e, principalmente, às ações de ajuda aos mesmos no que diz respeito à educação dos órfãos, o enterro e sufrágio da alma dos Irmãos falecidos e à compra da alforria dos cativos. Portanto, a Irmandade do Rosário, embora formada dentro das normas católicas do período, representava uma instituição legítima para africanos e crioulos porque possibilitava, entre outras questões, o estabelecimento de ajuda mútua e de cuidado para com os Irmãos e seus filhos (2007, p. 179)¹⁹¹.

Em 9 de abril de 1858, passados mais de três anos do primeiro pedido, os senhores Manoel Rafael Marques, Sebastião Paulo da Silveira, Ricardo Antonio da Silveira e Domingos Furtado de Noronha, provedores da irmandade, solicitaram à câmara 70 palmos de terreno de frente e de fundo na rua da Cadeia, para edificarem a igreja de Nossa Senhora do Parto e do Rosário, o que “teve o seguinte despacho: conceder aos suplicantes o terreno [...], com a condição de levantarem a Ermida em toda a extensão da frente, coberta de telhas [...], e não levantando no prazo de nove meses, perderão o direito ao terreno”¹⁹². De acordo com Costa (1982, p. 357), a igreja da irmandade foi construída pelo preto velho João, natural de Angola: “Levantada para a Irmandade N. S.^a do Rosário, que congregava os escravos da cidade, e seus descendentes, a 'capelinha' foi posta sob proteção e seu mesmo orago de N. Senhora do Parto”.

Não encontramos fontes que tratem da história da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário em Lages¹⁹³ (fundação, composição da mesa, membros, seus eventos, se recebia esmolas, etc.), mas ela existiu, e sua igreja recebeu por cerca de cem anos seus membros em sede própria. Era prioridade para a irmandade a construção de um espaço exclusivo para suas cerimônias e seus serviços, mas “a grande maioria das irmandades de negros e mulatos tinha de satisfazer-se, pelo menos em seus primeiros anos, com a permissão de usar um altar quer na igreja de outra irmandade, quer na igreja da paróquia” (RUSSELL-WOOD, 2005, p. 215). A irmandade dos homens de cor em Lages tinha renda, pois a solicitação para a câmara era de um terreno, o que significa que possuíam os materiais para a construção, e certamente o pedreiro

¹⁹¹ Ainda sobre as irmandades, ver: BOSCHI, 1986; SCARANO, 1975.

¹⁹² MTC: Livro da Câmara, 1853-1860. p. 128-129.

¹⁹³ A genealogista Tânia Arruda Kotchergencko, em seu blog <http://lageshistorica.blogspot.com.br>, postou, em 21 de março de 2011, a transcrição de um requerimento da Irmandade do Rosário enviado ao vigário de Lages sobre a eleição da rainha da festa do Congado em Lages, no ano de 1866. Não localizamos a fonte indicada pela genealogista.

João Angola fazia parte da mesa da irmandade. Quiçá tenha sido permitido a essa irmandade utilizar um altar da única igreja da vila e, apesar de falta de documentos sobre a questão no período pesquisado, é possível afirmar que os irmãos de cor criaram uma entidade associativa reconhecida oficialmente, caso contrário não teriam recebido o terreno da câmara.

Quando a câmara concedeu terreno e autorização para a construção de uma capela para a irmandade, em 1858, os enterramentos já ocorriam no cemitério. A igreja do Rosário, ou *capelinha*, como era chamada, foi demolida na década de 1930, e sua padroeira foi entregue aos franciscanos (ATAIDE, 1988, p. 66). Apesar da existência da irmandade de homens pretos e pardos, os senhores eram também os responsáveis pelas "despesas" do enterro de seus escravos em Lages.

Alguns senhores preferiam sepultar seus escravos e sua família na própria fazenda ou em fazendas próximas do local onde ocorria o óbito; isso ocorria principalmente em função da distância em relação à sede da vila, e também para evitar gastos fúnebres. Francisco, escravo de Antonio de Souza Pereira, faleceu quando acompanhava seu senhor pelo caminho novo de Laguna; foi enterrado sem sacramentos na fazenda de Manoel da Silva Ribeiro, localizada na paragem chamada Pelotas, distantes três ou quatro dias de viagem¹⁹⁴. Em 2 de agosto de 1816, faleceu repentinamente o senhor Boaventura Fernandes de Oliveira, com mais 65 anos de idade, e por “sua vontade foi enterrado no campo atrás de sua casa”¹⁹⁵.

Nem sempre o clero conseguia desenvolver suas funções, pois, como no caso de Francisco, a distância impossibilitava sua presença; no referido caso, o registro foi realizado a partir do relato do senhor do cativo defunto, Antonio de Souza Pereira. Se a presença do padre no momento do enterro nem sempre era possível, com os batismos era diferente, uma vez que nos registros encontramos: “na igreja Matriz de Nossa Senhora dos Prazeres de Lages batizei e pus os santos óleos”¹⁹⁶, identificando, pois, a realização do ato. Também destacamos que em Lages, de acordo com as listas populacionais¹⁹⁷, o número de batismos foi sempre maior que o de óbitos, o que de certa forma aproximava as 'ovelhas de seu pastor' e mostra como o batismo era realmente o sacramento a que se atribuía a maior importância.

De 1777 a 1820, foram dezenove os padres¹⁹⁸ que passaram pela igreja de Lages. Essa constante troca de padres, acompanhada do processo de ambientação no lugar, dificultava ainda

¹⁹⁴ PNSPL: Livro de óbitos 01, s/fls. Registro realizado pelo padre Paulo Severo em 05 de agosto de 1771.

¹⁹⁵ PNSPL: Livro de óbitos 01, s/fls. Registro realizado pelo vigário Joaquim de Sá.

¹⁹⁶ PNSPL: Livro de batismo, livros 01 -13.

¹⁹⁷ AESP: Maços de População. Lages 1776-1818. Ordem: C00226.

¹⁹⁸ MTC. Pasta: escravidão.

mais a presença desses sacerdotes nos locais mais distantes da igreja matriz.

Os padres que estiveram na vila contavam com o auxílio de escravos ou agregados. O padre Antonio Rodrigues Chaves Marinho, natural de Mogiguaçu, vigário entre 1803 e 1805, possuía o escravo negro crioulo Joaquim, de 61 anos. O padre Francisco José de França, natural de Curitiba, vigário entre 1807 e 1808, era proprietário de dois escravos: Francisco, negro de Nação, com 31 anos, e Pedro Bugre, de 10 anos (esta alcunha provavelmente indica mestiçagem ou origem indígena). O padre Joaquim de Sá Sotto Maior, natural de Curitiba, vigário entre 1815 e 1825, possuía dois escravos: Francisco, negro crioulo, com 22 anos, e Antonio, negro de Nação da Costa, com 20 anos; e mais dois agregados: o negro Antonio, de 30 anos, e o pardo Simplício, de 18 anos. Todos os escravos e agregados pertencentes aos padres eram solteiros¹⁹⁹.

O único inventário que encontramos do clero é o do padre Elias Rodrigues Moreira. O padre Elias era natural de Sorocaba, e morreu em 5 de novembro de 1849; seu inventário foi realizado em 10 de dezembro do mesmo ano. Em seus bens, além de roupas, panelas, santos e castiçais, vemos que o padre era proprietário de 9 potros, 9 cavalos, 13 mulas, 1 égua, 1 besta e 1 vaca, e também havia “um escravo velho com o ofício de pedreiro, com parte de ferramentas de seu ofício, de nome Bento, por 300\$000”²⁰⁰.

Um fato curioso relatado por Avé-Lallemant sobre o padre diocesano Camilo Lelis Nogueira nos chama a atenção: ao passar entre os rios Canoas e João Paulo, o viajante conheceu uma fazenda que “fica como enterrada entre colinas cobertas de relva amarela e enormes matas de araucárias e causa uma impressão profundamente melancólica. Sepultura chama-se a estância do padre Camilo” (1980, p. 99). O proprietário da fazenda era o padre Camilo, que foi pároco em Lages de 1846 a 1853²⁰¹ e, quando já velho, mudou-se para a fazenda que havia adquirido por três contos de réis. Quando o viajante passou por Sepultura em 1858, Camilo não mais atuava como padre; trabalhava no campo cultivando trigo e aveia com o auxílio de escravos, entre eles o pardo Zeferino²⁰². Padre Camilo foi substituído pelo padre Antonio Luiz Esteves de Carvalho, que permaneceu até 1891 como pároco²⁰³ em Lages.

A atuação do clero, regular e depois secular, difundiu princípios cristãos entre os velhos e novos habitantes da vila, contribuindo para o andamento da política de colonização empreendida

¹⁹⁹ AESP: Maços de População. Lages 1776-1818. Ordem: C00226.

²⁰⁰ MTJSC. Caixa 03. Inventário e autos de apreensão dos bens do padre Elias Rodrigues Moreira. Lages, 1849.

²⁰¹ MTC. Pasta: escravidão.

²⁰² MTC. Pasta: escravidão. Documento n. 1648.

²⁰³ **Histórico da Diocese da Lages: 50 anos, 1977.** p. 08 e 09.

para esses campos.

1.5 Lages a Sorocaba: homens e animais

Como já destacado, os campos de Lages serviram a partir da segunda metade do século XVIII de passagem e de pouso no transporte de animais e mercadorias destinados à Capitania de São Paulo. A abundância de terras, o tropeirismo e, simultaneamente à criação e invernagem, a produção agrícola destinada a subsistência e comércio causaram a diáspora de diferentes regiões do Brasil para o planalto ou campos gerais. Portanto, a vila de Lages foi criada no caminho das tropas, e também para abastecê-lo. O mercado de Sorocaba carecia de animais, e os campos de Cima da Serra eram favoráveis à prática da pecuária. Em Lages, diferentemente da ocupação dos campos de Viamão, não foram os tropeiros os primeiros a ter fazendas, mas foi a *bandeira* de Correia Pinto em direção ao sul da Capitania de São Paulo a principal responsável pela ocupação desses campos.

Oliveira Vianna, ao descrever a ocupação do Brasil Meridional, destaca o papel desempenhado pelas bandeiras paulistas, afirmando serem estas as responsáveis pelo processo colonizador: “esse caráter de leva emigratória do latifúndio encontra-se também na bandeira de Correia Pinto. [...] Na bandeira de Correia Pinto vão escravos e cavalgaduras” (VIANNA, 1987, p. 76-83). Para o autor, esses homens povoam com currais todo o planalto de Lages, indicando a relação econômica entre Sorocaba e o passo do rio Pelotas. Os animais criados nos campos de Lages já possuíam um destino: o mercado de Sorocaba; mas isto só era possível com o trabalho dos tropeiros. No entanto, além dos homens com seus escravos e cavalgaduras, migraram homens despossuídos economicamente, mas com perspectiva de tornarem-se proprietários de terras.

A bandeira de Correia Pinto facilitou a vinda de novos homens, mas a sua permanência foi facilitada, entre outros fatores, pelo trabalho desenvolvido pelos tropeiros. Muitos homens dedicaram-se a levar e trazer mercadorias de todas as espécies e tamanhos no lombo de animais, mas também carregaram suas memórias e histórias pelos caminhos acessíveis e tortuosos das capitânicas. Mas, afinal, quem eram esses homens que viajavam dias, transpunham obstáculos humanos e geográficos, comercializando animais e outras mercadorias entre Viamão e Sorocaba?

Para Almeida (1945, p. 102), o tropeiro dos caminhos que levam a Sorocaba é o homem

corajoso e desbravador: “quanta coragem e perseverança a do tropeiro ou criador no devassar dos nossos sertões”. Esse autor formatou uma imagem desse tropeiro associada a homens destemidos que cruzavam léguas sem descanso.

Em Lages, segundo Licurgo Costa (1982, p. 169), no ano de 1790, havia 14 tropeiros. Mas na listagem identificamos somente quatro homens ligados a esse trabalho: Manoel Cavalheiro Leitão (tropeiro e escrivão da igreja), Manoel Pereira Bicudo (tropeiro e curtidor), Miguel Bicudo de Brito (tropeiro e inspetor do registro do rio Canoas) e Francisco José Santana (tropeiro). Os demais não eram tropeiros, tendo em vista que dois eram capatazes e oito criavam animais em suas fazendas – entre os fazendeiros, o capitão-mor Bento do Amaral Gurgel.

O autor simplifica e relativiza a definição de “tropeiro” para Lages ao afirmar que “[...] a maioria deles era de fazendeiros ou estancieiros estabelecidos, a partir do início do século XVIII, ao longo do caminho das tropas que ia dos campos da Banda Oriental à Vila de Sorocabana. Fazendeiros e tropeiros ao mesmo tempo” (COSTA, 1982, p. 165).

Costa (1982) não faz referência à existência nos documentos por ele consultados do número de viagens realizadas pelos tropeiros que também exerciam outras atividades, mas provavelmente não foram muitas, e não as realizaram com objetivo exclusivo de transportar, senão também de comercializar os animais. A maioria dos homens citados pelo autor eram proprietários de fazendas onde criavam animais, e nas listas²⁰⁴ consultadas aparecem como negociantes, não como tropeiros.

Já de acordo com Tiago Gil, “[...] os tropeiros de gado da rota Viamão-Sorocaba não se constituíam como um grupo social preciso. Não possuíam identidade étnica, política ou de classe, ainda que sua *performance* social fosse orientada tendo em conta a imagem pública que estes negociantes de animais possuíam”. Eles não podem ser definidos somente como condutores de tropas. O autor afirma ainda que “são um grupo muito heterogêneo e difícil de definir, o que é salientado pelo caráter oportunista e episódico deste negócio”. Seu estudo se contrapõe à imagem e à representação do tropeiro com um perfil único, ou como um homem corajoso que desbravou sertões. Ao apontar as suas características, o autor enfatiza que esse grupo era “pouco frequentado por profissionais e aberto a iniciativas 'aventureiras' de famílias com poucos recursos” (GIL, 2009, p. 51, 230).

Nos campos de Lages, o tropeirismo não era atividade exclusiva de quem transportava

²⁰⁴ AESP: Maços de População. Lages 1776-1818. Ordem: C00226. Nas Listas de Lages, o condutor de tropas é o que leva os animais até o ponto de venda, a grande maioria conduzia os animais até Curitiba. Também há proprietários de fazendas que são negociantes de animais, mas não são identificados como tropeiros.

animais, todavia, não podemos descartar que possa ter havido senhores de terras e criadores de animais tropeiros. Seria ingênuo negar que coexistiam proprietários de terras e tropeiros, uma vez que o trabalho dos tropeiros existia em função das mercadorias produzidas pelos primeiros, como animais e produtos agrícolas de subsistência e de exportação.

Em agosto de 1810, o padre Francisco José da França²⁰⁵ escreveu carta ao sargento-mor João da Costa sobre sua ida a Sorocaba. O objetivo da viagem do padre era negociar diretamente seus animais: “fui a Sorocaba com a minha pequena quitanda de animais que deixou-me feliz, por me livrar deles, vendendo parte fiado e alguns por receber”²⁰⁶. Apesar de ir negociar seu gado, o padre não era um tropeiro; isso significa que nem todo sujeito que negocia/comercializa o gado pertencia a esse grupo profissional. Embora os animais se autotransportassem, o trabalho do tropeiro não se restringia a conduzi-los, estendia-se a fazer acontecer o negócio das tropas.

De 1798 a 1818 temos nas listas a identificação de homens residentes em Lages cuja ocupação era de condutor de tropas e boiadas.

Quadro 1 – Condutores de tropas entre 1798 e 1818²⁰⁷.

Anos	Nome, estado civil, cor, idade, naturalidade, filhos, escravos e agregados	Ocupação
1798	Francisco Simoiny, solteiro, branco, 35 anos – S/I 1 escravo	Condutor de tropas
	Francisco José de Santa Anna, casado, branco, 23 anos – S/I 2 agregados	Condutor de tropas
1799	Bernardino da Costa, casado, branco, 70 anos – S/I 1 escravo	Condutor de tropas
1803	Francisco Luiz de Siqueira, solteiro, branco, 41 anos – Freguesia Santo Antônio da Lapa 1 agregado e 1 escravo	Condutor de tropas e lavoura
1804	<i>Geronimo de Gois, casado, pardo, 63 anos – Curitiba</i> 6 filhos e 2 agregados	Condutor de tropas e lavoura
1805	Jozé da Rosa Leite, casado branco, 37 anos – Itapetininga 2 filhos	Condutor de tropas e lavoura
	<i>Geronimo de Gois, casado, pardo, 64 anos – Curitiba</i> 6 filhos e 2 agregados	Condutor de tropas e lavoura

²⁰⁵ Permaneceu em Lages de 1805 até 1811. O padre Francisco faleceu em 01 de novembro de 1811, enquanto estava no púlpito divulgando o evangelho ao povo. O registro foi realizado pelo padre Antonio Rodrigues Chaves Mariano. PNSPL: Livro de óbitos 02, fls 27.

²⁰⁶ Carta escrita em 22 de agosto de 1811, ao Sargento-mor João da Costa de Laguna. AESC. Caixa 08. v. I.

²⁰⁷ Nos períodos de 1776 a 1797 e 1818 a 1850, não dispomos das listagens populacionais.

	Joaquim de Oliveira, solteiro, branco e 61 anos – Curitiba 1 filho e 3 escravos	Condutor de tropas e lavoura
1806	<i>Boaventura, solteiro, branco, 62 anos – Lisboa</i> 1 filho e 2 escravos	Condutor de tropas e lavoura
	Manoel Antonio Rezende, casado, branco, 39 anos – São Paulo 4 filhos e 6 agregados	Condutor de tropas e lavoura
1807	<i>Boaventura, solteiro, branco, 64 anos – Lisboa</i> 1 filho e 2 escravos	Condutor de tropas e lavoura
1810	Alferes Antonio Jose Pereira, solteiro, branco, 31 – Lages 2 escravos e 3 agregados	Condutor de tropas e lavoura
1811	Antonio Alvez, casado, branco, 30 anos – Itapetininga	Condutor de tropas e lavoura
	Cabo Antonio Gonçalves, casado, branco, 20 anos – Curitiba 2 filhos	Condutor de tropas e lavoura
	Horacio dos Santos, casado, negro, 45 anos – Curitiba 4 filhos	Condutor de tropas e lavoura
	Benedito Rodrigues, casado, branco, 40 anos – Curitiba 3 filhos	Condutor de tropas e lavoura
	Miguel Nunes, casado, pardo, 28 anos – Lages 4 filhos	Condutor de tropas e lavoura
	Amaro Jozé, casado, pardo, 28 anos – Curitiba 3 filhos	Condutor de tropas e lavoura
	Antonio da Maia, casado, pardo, 26 anos – Viamão 1 filho	Condutor de tropas
1816	Joaquim Ribeiro, casado, branco, 51 anos – Minas Gerais 1 filho, 2 escravos e 3 agregados	Condutor de tropas e lavoura
	Francisco Simão da Silva, casado, branco, 50 anos – Vila do Príncipe 6 escravos	Condutor de tropas
	Antonio do Amaral, casado, branco, 40 anos – Lages 1 escravo e 5 agregados	Condutor de tropas e lavoura
	Salvador Nunes, casado, branco, 50 anos – Curitiba 1 escravo e 5 agregados	Condutor de tropas
1818	Jose Joaquim, casado, branco, 20 anos – Rio Grande 1 filho e 1 agregado	Condutor de tropas e lavoura
	Anacleto Xaves, casado, branco, 60 anos – Freguesia Santo Antônio da Lapa 1 filho	Condutor de tropas e lavoura
	João Xaves, casado, branco, 20 anos – Freguesia Santo Antônio da Lapa 1 filho	Condutor de tropas e lavoura

Felizardo Xaves, casado, branco, 26 anos – Freguesia Santo Antônio da Lapa 1 filho	Condutor de tropas e lavoura
Francisco Ramos, casado, branco, 20 anos – Lages 2 filhos	Condutor de tropas e lavoura
João Antônio, casado, branco, 25 anos – Sorocaba 1 filho	Condutor de tropas e lavoura
Albino, casado, branco, 20 anos – Sorocaba 1 filho	Condutor de tropas e lavoura

Fonte: AESP: Maços de População. Lages, 1776-1818. Ordem C 00226.

Pela tabela, percebe-se que poucos foram os homens nascidos em Lages que se dedicaram à atividade de conduzir animais²⁰⁸; ela era mais atrativa aos homens que vinham de outras vilas e cidades. Tem-se uma grande rotatividade, o que indica que esses homens podem ter-se estabelecido para serem tropeiros, mas aparecem somente como tropeiros em um ano e logo após são nominados somente como ‘vivem de suas lavouras’; isso indica que a atividade de tropeiro para esses homens era menos atrativa em relação à agricultura. Somente Geronimo de Gois (64 anos) e Boaventura (64 anos) aparecem mais de uma vez na atividade do tropeirismo, talvez não tenham continuado a conduzir tropas devido à idade avançada que possuíam. São 28 tropeiros elencados, mas que se dedicaram exclusivamente a essa prática foram seis; os demais realizavam concomitantemente o cultivo de lavouras, "produzindo para o seu gasto". Acerca das atividades do tropeiro, Carlos Bacellar (2001, p. 33) enfatiza que eram sazonais, e “[...] não era possível a sobrevivência exclusivamente em termos de compra e venda de gado, principalmente no que diz respeito ao peão das tropas. O homem que estivesse diretamente envolvido com essas tropas [...] necessitava ter uma família instalada ativamente na lavoura, produzindo alimentos e aguardando seu retorno”.

Há maior incidência de homens casados (78%); logo, a esposa e os filhos permaneciam na propriedade produzindo alimentos enquanto o marido e pai conduzia as tropas pelo sertão. Os condutores de tropas elencados também eram auxiliados por seus filhos, escravos e agregados. A idade não era um fator determinante para exercer a atividade: são 57% de 20 a 40 anos, e 42% de 40 até 70 anos. Com relação à cor, os condutores de tropas e boiadas de Lages eram 82 % de brancos, 14% de pardos e 3,5% de negros.

No ano de 1818, dos sete condutores de tropas, quatro pertenciam à família Xaves. O

²⁰⁸ Ver: SUPRINYAK, 2008. p. 92-97.

patriarca, Anacleto, seus dois filhos, João e Felizardo, e seu genro, Francisco Ramos. Certamente a família migrou para desenvolver a atividade do tropeirismo, já conhecida em seu local de nascimento – Lapa (PR) –, e ao mesmo tempo produzia para a subsistência, neste caso sem o auxílio de agregados e escravos.

A diversidade presente na amostragem dos condutores de tropas residentes em Lages está em concordância com a descrição de Tiago Gil (2009) quando afirma que não há uma identidade única para o *ser* tropeiro, mas a existência da heterogeneidade nesse grupo. O tropeiro, além de condutor das tropas, é o agente na comercialização dos animais e, quando está na estrada, é o dono da tropa.

Com o crescimento das fazendas e a criação de animais, o tropeiro gradativamente formava sua teia de fornecedores e consumidores. Os tropeiros cujo ponto de partida era Lages, ou os que por lá passavam com suas tropas e outras mercadorias, impulsionaram gradativamente o desenvolvimento econômico e populacional local. Com o trabalho dos tropeiros, as paragens de gado aumentavam nos campos gerais, e assim atraíam cada vez mais homens ligados à pecuária e à agricultura, facilitando o gradual povoamento e a ampliação nas vias de comunicação no sul do Brasil.

À pecuária juntou-se aí um pouco de agricultura; e na sua parte mais oriental, onde aparece a mata que reveste a serra, a extração da erva-mate. Estas atividades animaram a colonização. Para o sul, nos campos de Lages, o povoamento se rarefaz consideravelmente, e é quase só a grande via de comunicação do extremo-Sul, por onde transitam o gado e, sobretudo as tropas de bestas que vêm do Rio Grande, e em Sorocaba (São Paulo), se distribuem pelas capitânicas do Centro e do Norte, é quase só onde esta via que dá sinais da presença do homem (PRADO JÚNIOR, 2001, p. 66-67).

O transporte dos rebanhos tinha em seu itinerário locais de descanso, as denominadas paragens, que deveriam ser espaços seguros e amplos, para abrigar os animais e os tropeiros. As condições do terreno, os locais de pastagem, as fontes de água e os pousos foram responsáveis pela configuração dos sinuosos trajetos percorridos por homens e animais. Em geral, os tropeiros – homens pretos, pardos ou brancos – se acostumavam às longas caminhadas e passavam a maior parte do tempo nas estradas, cruzando rios, planaltos e imensas pastagens. No caso dos tropeiros que viviam em Lages, seu itinerário não era longo, pois geralmente levavam as tropas até Curitiba e retornavam, e no período de frio intenso (inverno) não conduziam animais, o que possibilitava sua maior permanência junto à família.

Laura de Mello de Souza (apud NOVAIS, 1997, p. 63-80), ao descrever a vida cotidiana

nos caminhos, destaca:

As tropas de muares e cavaleiros que vinham do Sul dormiam muitas vezes ao relento, batendo estacas à beira de algum córrego afim de, nelas, amarrar seus animais. [...] os camaradas se juntavam à noite para fumar, conversar e arriscar alguma cantoria, [...], esse meio de vida no meio do mato, em constante movimento, é eminentemente contraditória, construindo, no seio da vida grupal, elementos inegáveis de uma sensibilidade mais afetiva ao isolamento, na qual aos poucos foi crescendo a valorização dos espaços mais íntimos.

Nos trajetos, a geografia apresenta-se como um agente: a hidrografia, com suas águas mansas, possibilitava passar pelos rios; a vegetação rasteira alimentava os animais; o clima determinava os períodos em que as tropas passavam ou pousavam; e o relevo dava a direção dos caminhos. De Sorocaba até a planície do Guaíba, a viagem seguia na direção de vales e cortando rios, entre eles, o Canoas, o Caveiras e o Pelotas, na vasta região de Lages com destino aos campos de Vacaria (DEL PRIORI; VENÂNCIO, 2006, p. 77). Os tropeiros oriundos do Sul em direção a São Paulo percorriam os campos de Viamão, atravessavam o rio Pelotas, paravam no Registro de Santa Vitória, para posteriormente alcançarem os campos de Lages e os de Curitiba.

Cecília Westphalen, ao descrever o vestuário e a alimentação nos Campos Gerais, destaca a importância do tropeiro na aquisição de mercadorias em Sorocaba:

[...] os moradores dos Campos Gerais vestiam-se com os panos de algodão e riscados vindos de São Paulo, ou de algumas peças de linho, de Santa Catarina, [...] ou, mais comumente, com panos grosseiros preparados nas próprias fazendas, [...]. Todavia, algumas famílias de posse, assim como os tropeiros, costumavam adquirir, quando das viagens às feiras de Sorocaba, tecidos do Rio de Janeiro importados principalmente da Europa (1995, p. 37).

O transporte de mercadorias e de homens no lombo de cavalos, burros e mulas fazia parte do cotidiano nos Campos Gerais. Sérgio Buarque de Hollanda, em sua obra *Caminhos e Fronteiras*, destaca que, transpostos os obstáculos ligados aos caminhos, o número de burros e mulas aumentava rapidamente, e no ano de 1770 quem dispusesse de recursos não hesitaria em buscar animais nos campos, em especial de Viamão, para negociá-los em Sorocaba. Para o autor, as feiras de animais em Sorocaba marcaram uma etapa na evolução da economia e da sociedade paulista (HOLLANDA, 1994, p. 131-132).

Para o viajante e botânico Saint-Hilaire, os homens dos campos gerais estão sempre a cavalo, e a maior parte da população se dedica à criação de gado²⁰⁹. De acordo com o pintor,

²⁰⁹ SAINT-HILAIRE, op. cit., 1978. p. 18-19. Permaneceu e viajou por diversas províncias no Brasil de 1816 a 1822.

escritor e viajante Rugendas, além dos homens, os quadrúpedes são indispensáveis em viagens pelo interior do Império: “No Brasil, o único meio de transporte, tanto para homens como para as mercadorias, é o cavalo ou a mula” (1979, p. 50). Em 1858, Avé-Lallemant definiu Lages como o "centro da terra das vacas" (1980, p. 80). Nos séculos XVIII e XIX, fazia parte do cotidiano encontrar pelas estradas tropas de mulas realizando o comércio entre as províncias, quer ligando o litoral ao interior ou o próprio interior internamente.

Iniciado o movimento vagaroso de passagem pelos campos de Lages das tropas de muare, que seguiam viagem de sol a sol, descortinava-se o território e ampliava-se a circulação de homens e animais, oriundos de diferentes locais do Brasil. Contudo, com o tropeirismo pelo interior, houve um contato maior entre paulistas e rio-grandenses, que, por sua vez, dinamizaram a ocupação e as atividades econômicas desses campos. Segundo Joana Maria Pedro, o planalto catarinense foi parte do processo de povoamento e exploração realizado pelos paulistas em direção ao Sul:

No século XVIII, caçando o gado solto e selvagem nos vastos territórios entre a Capitania de São Vicente e a Colônia de Sacramento e levando-o através de Santa Catarina para as áreas de mineração. Nessa atividade destacou-se [...], a região do Planalto, especialmente Lages (1988, p. 15).

O comércio de gado no Brasil Meridional teve em Lages um ponto de controle da Fazenda Real. Nos campos de Lages, a vida econômico-comercial não dependia exclusivamente do mercado externo (para a exportação), mas também dos mercados paulista e mineiro. Eram extensos campos servindo à criação e absorvendo o homem do planalto. Nesses campos, os animais viviam soltos e as divisas ou limites entre as propriedades eram, principalmente, os marcos naturais, como rios e riachos.

Os proprietários das propriedades que eram cortadas pelas estradas/caminhos por onde circulavam as tropas, ao mesmo tempo que eram beneficiados por essa via de transporte e comunicação, deviam conservá-las e garantir a circulação de homens e animais. Como o trabalho de conservação das estradas era pouco executado, os caminhos ficavam em estado lastimável e ocasionavam verdadeiras tragédias em períodos de chuva, pois as enxurradas erodiam o solo em precipícios, que tragavam os cavalos quando estes não ficavam presos nos lamaçais. Para não se verem totalmente prejudicados, sem animálias e sem cargas, “perdidas pelas estradas ao rigor do tempo”, os tropeiros paravam nos pousos até que as condições climáticas possibilitassem seguir viagem (SOUZA apud NOVAIS, 2007, p. 41-81).

Em Lages, o inverno longo, rigoroso e chuvoso era um problema a ser enfrentado pelos

tropeiros e também pelos criadores de animais, uma vez que os animais perdiam peso nesse período. De acordo com Avé-Lallemant (1980, p. 80), depois de oitenta anos de fundação da vila, “[...] para viajar, são precisos burros e estes estão metidos nas florestas quentes. Aqui ninguém viaja no inverno: as manhãs são muito frias, os dias muito curtos, os caminhos muito maus”.

Apesar das dificuldades, a criação de animais era realidade nos campos, e o comércio de mulas e gado bovino do Sul para São Paulo se intensificou, principalmente a partir de 1800, período que também registrou aumento no número de homens que se dedicaram ao trabalho de tropeiro. Os dados apontam que no período de 1750 a 1780 foram comercializadas cerca de 5.000 mulas por ano; entre 1780 e 1800, 10.000; de 1800 a 1826, chegaram a 20.000; e de 1825 a 1889, chegaram a Sorocaba mais de dois milhões de animais, mais da metade eram mulas (KLEIN, 1989, p. 356).

Para além do seu local de origem, os povoadores paulistas, com suas bandeiras ou não, se fixaram somente com suas famílias, ou com agregados e escravos, e dedicaram-se à criação de animais e ao cultivo de gêneros alimentícios. Foram responsáveis pelo desenvolvimento interno da economia, e configuraram lentamente a estrutura rural e urbana da vila de Lages. Nessa vila, os processos de ocupação e colonização²¹⁰ estão associados à marcha para o interior, e podem ser analisados à luz de dois fatores, como já destacado: o domínio do Império português no Sul associado à definição da fronteira da Capitania de São Paulo; e, não menos importante, a consolidação do caminho das tropas, que possibilitou a implantação de fazendas de criar gado *vacum*, *muare* e *cavaleares*.

Esses dois fatores são compreendidos no contexto da expansão da fronteira agrícola²¹¹ que, neste caso, promoveu contatos inter-regionais e ampliou a ocupação nas terras *inabitadas* e disponíveis a homens que *pedissem* ou *aceitassem* viver nessas paragens do Sul. O ponto de partida do povoamento foram o comércio interno de animais e a produção agrícola, pois os campos de Lages eram propícios para a expansão da agricultura, da pecuária e abundantes em madeiras, especialmente a *araucária*.

As referências indicam que a história do povoamento e colonização dos campos de Lages mescla-se com a história do novo caminho pelo interior para a condução das tropas do Sul com destino a Sorocaba. Os homens que se estabeleceram nesses campos tinham neste caminho e no

²¹⁰ Conforme Hebe Mattos (2009, p. 88), “A posse da terra ao longo dos séculos XVIII e XIX foi determinada por fatores econômicos e culturais, que variam conforme a época e a região”.

²¹¹ Ver: LINHARES, v. 1, n. 2, 1996, p. 101-131.

trabalho dos tropeiros o porto seguro para suas produções. Assim, de modo geral, os campos de Lages estiveram ligados à criação de gado e à invernagem de tropas, que, ao longo do século XIX, foram sendo ampliadas, garantindo o abastecimento das regiões paulistas e mineiras, além da presença de famílias que viviam da produção de alimentos em suas roças.

Capítulo 2 – A propriedade da terra

As terras na colônia eram propriedades pertencentes à Coroa Portuguesa, e as legislações sobre sua posse eram determinadas pelas ordenações do reino. Apesar de o reino não ter conhecimento exato sobre a repartição das terras na colônia, sua concessão, através das sesmarias, possibilitou o povoamento e ao mesmo tempo criou propriedades privadas em terras públicas. As sesmarias no Brasil foram concedidas com direito vitalício e hereditário, constituindo-se na plena propriedade²¹².

Em 1532, Martim Afonso de Souza²¹³ estabeleceu o dízimo aos sesmeiros²¹⁴, que perdurou até julho de 1822, quando as concessões de terras em sesmaria e os dízimos pagos à Ordem de Cristo foram suspensos. Nesse interstício, em 1795, o Conselho Ultramarino baixou um decreto buscando regular a demarcação de sesmarias. Por esse decreto, a fiscalização e as demarcações passaram a ser tarefas das câmaras. Em 10 de dezembro de 1796, a rainha Maria I suspendeu o decreto do Conselho Ultramarino; e em 25 de janeiro de 1809, através de um novo alvará, regulamentou-se a distribuições das sesmarias. Segundo Ferlini (2010, p. 218), “d. João baixou novo alvará, que ordenava não se passar carta de concessão ou de confirmação de sesmaria sem que primeiro houvesse medição judicial julgada por sentença passada em julgado”. O acesso às propriedades por populações livres pobres foi um dos fatores para a suspensão das concessões das sesmarias em 1822, e até setembro de 1850 a posse das terras públicas ocorreu pela apropriação privada²¹⁵.

2.1 Formas de apropriação

A partir da segunda metade do século XVIII, nos campos de Cima da Serra – vila de Lages –, iniciava a ocupação e a obtenção de terras com finalidades e significados econômicos e políticos. Era o início da ocupação do espaço que mais tarde se constituiria no planalto

²¹² Ver: ALVEAL; MOTTA. In: MOTTA, 2005, p. 427- 431.

²¹³ Em 20 de novembro de 1530, na vila do Crato, Martim Afonso de Souza recebeu carta patente. Era o início das sesmarias no Brasil. LIMA, 1988, p. 36.

²¹⁴ Cf. HOLANDA, 2004, p. 96-107. Segundo Holanda, “os impostos eram pagos em espécie. [...] O colono, quer português ou estrangeiro, podia possuir terras em sesmaria, com a única condição de professar a religião católica”. (p. 99).

²¹⁵ Não iremos reconstituir a história política das terras no Brasil. Ver: LIMA, op. cit., 1988.

catarinense, e indubitavelmente se formava uma fronteira²¹⁶ de expansão da pecuária e agricultura já existente nos Campos Gerais. Para Paulo P. Machado, “com o caminho das tropas, formou-se um longo curso de fazendas de invernada e criação, locais de importância fundamental ao repouso e engorda do gado extenuado pelas longas jornadas, o que acabou por transformar esta região em fronteira de expansão da pecuária paranaense e gaúcha” (2004, p. 61).

E, para fomentar o paulatino povoamento, o Morgado de Mateus iniciou a concessão de sesmarias²¹⁷ nos confins do sul da Capitania de São Paulo. Os primeiros sesmeiros seriam homens de *cabedais*, pertencentes a famílias de posses e de boa índole. As primeiras áreas ocupadas se restringiam às planícies próximas dos rios e da estrada das tropas, onde se encontravam campos com pastagens naturais, consideradas melhores para a criação de animais.

A primeira sesmaria nesses campos foi para Antônio Correia Pinto, em 21 de junho de 1754. Ele a recebeu do governador da Capitania do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrade, o conde de Bobadela. A sesmaria localizava-se em Cima da Serra de Viamão, possuía duas léguas²¹⁸ de comprimento e mais de uma de largura, por onde passava a estrada dos tropeiros – o Caminho das Tropas – e próximo ao passo do rio Tainhas. De acordo com as instruções de obtenção, Correia Pinto iria se estabelecer com casas, currais, plantas e animais vacuns e cavалares²¹⁹. A sesmaria estava localizada no limite entre a capitania de São Paulo e a do Rio Grande do Sul. O Rio Grande do Sul era uma capitania subordinada ao Rio de Janeiro e, como o governador de São Paulo não havia ainda iniciado a distribuição de sesmarias ao sul de seu território, o registro foi expedido pelo governador do Rio de Janeiro²²⁰. Mas somente após uma década, e por determinação do Morgado de Mateus, o novo sesmeiro chegou à sua propriedade.

De acordo com Paulo P. Machado (2004, p. 74), isso ocorreu no planalto de Santa Catarina porque “a apropriação privada das terras teve início com o estabelecimento das primeiras fazendas, em meados do século XVIII, quando muitos particulares já possuíam títulos de sesmaria expedidos pelo governador de São Paulo”.

²¹⁶ Entendemos a fronteira como um “Território de circulação de pessoas e mercadorias. A fronteira não deve ser confundida com o limite político, definido pelos tratados internacionais. Também, em termos administrativos, o espaço fronteiriço era administrado, especialmente pelo fato de haver uma menor presença do aparato estatal. O controle social nestas regiões era muito precário, devido à menor presença dos agentes efetivos do poder metropolitano” (KUHN, 2006, p. 22).

²¹⁷ AESP: Livros de Sesmarias, Patentes e Provisões.

²¹⁸ Léguas de sesmaria: 43.560,000 m² (MOTTA, 2010, p. 290).

²¹⁹ Demarcação do Sul do Brasil: pelo Governador e Capitão General Gomes Freire de Andrada: 1752-1757. Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1933, p. 50-552. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br>. Acesso em: 17 dez. 2011.

²²⁰ Cf.: BELLOTTO, 2007, p. 24 a 26. OSÓRIO, 2007, p. 87.

Na vila de Lages, de 1766 até 1773, foi o capitão-mor Antonio Correia Pinto quem realizou pareceres sobre a posse das terras; depois, a câmara da vila passou a ter essa responsabilidade juntamente com os capitães-mores. Mas foi somente depois das determinações de 1809 que a Câmara da vila e o capitão-mor designaram homens para o trabalho de demarcar e fiscalizar as sesmarias. Foram nomeados como piloto²²¹ Pedro da Silva Ribeiro e como juiz²²² o capitão Manuel Cavalheiro Leitão²²³. De acordo com Hebe Mattos (2013, p. 83-84),

O sentido patrimonial da política de doação de sesmarias havia sempre reforçado, em termos legais, a necessidade de revalidação da concessão, condicionada a efetiva ocupação, e o direito da Coroa de fazer as terras voltarem a seu domínio, quando não cumprida esta última condição. Desse modo, qualquer título de propriedade tornava-se inócuo, se contestado, se não se provava a revalidação da sesmaria (que raramente se fazia).

Após o estabelecimento do capitão-mor Correia Pinto, as doações de sesmarias pelo Morgado de Mateus se intensificaram na vila de Lages. Em 6 de agosto de 1768²²⁴, os novos habitantes dos campos de Lages receberam duas léguas e meia de terras de testada e outro tanto de sertão. Essa sesmaria era para o patrimônio da Igreja²²⁵ e não poderia ser vendida ou transpassada em tempo algum. Em 1º de outubro de 1772²²⁶, foi o tenente Manoel Barbosa Franco, natural de Braga (Portugal), que recebeu campos na cabeceira do rio Caveiras, onde

²²¹ Alvará de 25 de janeiro de 1809, artigo IV: "Em cada Vila haverá também um *Piloto* para as medições e demarcações, eleito pela Câmara, o qual servira três anos, tirando-o competente provimento". Coleção de Leis do Império do Brasil – 1809. v. 1, p. 21. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/alvara/antioresa1824/alvara-40031-25-janeiro-1809-571578-publicacaooriginal-94714-pe.html>. Acesso em: 19 ago. 2013. Em 1810, o capitão Pedro da Silva Ribeiro, branco, 54 anos, vive em sua fazenda com a esposa, Ana, branca, 43 anos, seus doze filhos, três escravos e seis agregados. Possui 10 vacuns, 20 cavalos, 18 muare e 1 rebanho de ovelha (AESP: Maços de Populações. Lages 1776-1818. Ordem C00226, fogo n. 97).

²²² Alvará de 25 de janeiro de 1809, artigo II: "[...] haverá em todas as Vilas um *juiz* das sesmarias, que servira por três anos; as Câmaras proporão três pessoas nesta Capitania à Mesa do Desembargo do Paço, e nas mais ao Governador e Capitão General para se escolher delas a que mais apta parecer, devendo ser propostos com preferencia bacharéis formados em direito ou filosofia, e na falta deles, pessoas que forem de maior probidade e saber". Coleção de Leis do Império do Brasil – 1809. v. 1, p. 21. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/alvara/antioresa1824/alvara-40031-25-janeiro-1809-571578-publicacaooriginal-94714-pe.html>. Acesso em: 19 ago. 2013. Em 1810, o capitão das Ordenanças Manuel Cavalheiro Leitão, branco, 41 anos, vive em sua fazenda com a esposa Matildes, branca, 38 anos, seus seis filhos e seis escravos. Possui lavouras e negócios com renda de 60 mil reis por ano, 12 vacuns e ovelhas (AESP: Maços de Populações. Lages 1776-1818. Ordem C00226, fogo n. 03).

²²³ AESP: Livro de Sesmarias, Patentes e Provisões. n. de Ordem 375, livro 39.

²²⁴ AESP: Livros de Sesmarias, patentes e Provisões. n. Ordem 366, livro 18.

²²⁵ AESP: Livros de Sesmarias, patentes e Provisões. n. Ordem 366, livro 18. Esta sesmaria não foi confirmada pelo rei de Portugal. A Mitra Diocesana de Lages tentou por várias vezes obter o direito de posse. As disputas terminaram em março de 1974, quando o Supremo Tribunal Federal não reconheceu o direito de propriedade para a Igreja. De acordo com o parecer do Supremo, esta sesmaria não foi confirmada pelo rei português (BOGACIOVAS apud **ASBRAP**. n. 6, 1999, p. 30-31).

²²⁶ AESP: Livros de Sesmarias, patentes e Provisões. n. Ordem 366, livro 18.

passou a criar animais cavalares e vacuns. Em 17 de maio de 1773²²⁷. Antonio Gonçalves Padilha²²⁸, natural de Curitiba, recebeu terras e as denominou de fazenda de Nossa Senhora da Natividade, na estrada São Paulo-Viamão; estabeleceu-se com a família e escravos, cultivando suas roças e criando gado e bestas. Em 12 de janeiro de 1774²²⁹, quem recebeu sua sesmaria foi José Caetano de Souza, natural da vila de Curitiba; eram uns campos que faziam divisa com as terras do capitão-mor Antonio Correia Pinto. E em 13 de janeiro de 1774²³⁰, a doação foi para Manoel Antonio de Araújo, natural da cidade de Braga (Portugal) e morador da cidade de São Paulo; era uma fazenda de animais entre os rios Pelotinhas e Caveiras.

Os sucessores do Morgado de Mateus deram continuidade à distribuição de terras. O governador Martim Lopes Lobo de Saldanha concedeu mais duas sesmarias: uma em 11 de outubro de 1775²³¹, ao Alferes José Raposo Pires, natural de São Paulo, que recebeu a fazenda denominada Nossa Senhora do Socorro e a habitou com sua família, agregados e escravos – dedicou-se à pecuária de vacum e cavalariagem; a outra foi em 27 de janeiro de 1779²³², para o mulato Manuel Barros, natural de São Paulo, que residia havia nove anos em terras devolutas nos campos de Lages.

Na sequência, o governador Francisco da Cunha Menezes concedeu, em 23 de dezembro de 1785²³³, ao senhor João Costa Moreira, morador e capitão-mor de Laguna, uma fazenda de criar animais na paragem Tijucas, distrito da vila de Lages.

Já o governador Bernardo José Lorena concedeu duas sesmarias. A primeira, em 8 de março de 1790²³⁴, para Manuel Teixeira Oliveira Cardoso, natural de Porto (Portugal). Eram campos devolutos onde Manuel Teixeira se estabeleceu e passou a criar animais vacuns e cavalares. A segunda, em 30 de outubro de 1790²³⁵, para o guarda-mor Bernardino da Costa Figueira, que recebeu campos e matos próximos ao rio Caveiras e os denominou Índios. Quando

²²⁷ AESP: Livros de Sesmarias, patentes e Provisões. n. Ordem 367, livro 19.

²²⁸ "Morador em Viamão, recebeu sesmaria, a 17/05/1773, [...], do Governador Capitania de São Paulo, o Morgado de Mateus, uns campos na paragem chamada as Lages, Fazenda de Nossa Senhora da Natividade. [...]. O suplicante Padilha havia estabelecido nesses campos, roças, escravos, gados e bestas. Por não haver ainda câmara, foi ouvido o Capitão Mor Regente Antônio Correia Pinto que deu parecer favorável" (BOGACIOVAS apud ASBRAP. n. 6, 1999, p. 28).

²²⁹ AESP: Livros de Sesmarias, patentes e Provisões. n. Ordem 367, livro 19. No registro não há informações sobre que atividades desenvolviam.

²³⁰ AESP: Livros de Sesmarias, patentes e Provisões. n. Ordem 367, livro 19.

²³¹ AESP: Livros de Sesmarias, patentes e Provisões. n. Ordem 367, livro 20.

²³² AESP: Livros de Sesmarias, patentes e Provisões. n. Ordem 368, livro 21. Carta de sesmaria lançada em 19 de novembro de 1783 na Vila de Lages, pelo tabelião Antonio de Araújo França.

²³³ AESP: Livros de Sesmarias, patentes e Provisões. n. Ordem 368, livro 22.

²³⁴ AESP: Livros de Sesmarias, Patentes e Provisões. n. Ordem 369, livro 25.

²³⁵ AESP: Livros de Sesmarias, Patentes e Provisões. n. de Ordem 369, fls. 80 a 80-v, livro 25.

recebeu a sesmaria, já cultivava e criava animais nesses campos desde 1782, com sua família e escravos. Exercia a função de contratador de dízimos da vila e também era proprietário de uma fazenda seca.

De acordo com Borrego²³⁶, que utilizou as listas nominativas para analisar as relações entre comerciantes e proprietários de terras na Capitania de São Paulo no século XVIII, o termo “fazenda seca” indica estabelecimentos que comercializavam

[...] tecidos vendidos em vara ou côvado, e estavam disponíveis roupas dos vestuários feminino e masculino, calçados, acessórios, joias, peças de roupa, materiais de higiene. Comercializavam-se também utensílios domésticos para cozinhar, limpar e para o serviço de mesa; objetos de uso pessoal, de escritório, de trabalho manual; peças de mobiliário, de decoração e de culto; instrumentos musicais e afins. Ainda havia apetrechos de trabalho para sapateiros, carpinteiros, ferreiros, parteiras e outros oficiais mecânicos; equipamentos de transporte e acessórios, armas e munições.

De acordo com as listas nominativas, em 1798²³⁷, sobre o guarda-mor Bernardino, branco, 55 anos, tem-se: “vive de seu negócio de fazenda seca, e de presente contratador dos dízimos desta vila”, com seus escravos – Pedro, 60 anos, e Francisco, 12 anos – e com o agregado Jose, mulato de 20 anos. Já em 1799²³⁸, não possui mais seu negócio de fazenda seca, e, com um salto em sua idade para 70 anos, “vive de seu negócio de tropas desta vila até Curitiba”. Possui o escravo Pedro, preto, 70 anos e solteiro. Esses são os únicos anos em que foi elencado nas listas, e em nenhuma delas é citada a propriedade da terra recebida em 1790.

Os limites das sesmarias descritas são a região central dos campos de Lages, isto é, elas ficavam próximas aos rios Lavatudo, Pelotinhas, Caveiras, Canoas, Pelotas e ao caminho das tropas; eram propriedades em que ocorria a criação de animais associada ao cultivo agrícola. Os sesmeiros eram homens provenientes principalmente de São Paulo e Curitiba e recebiam as propriedades com objetivo de transformar o meio geográfico e humano. Mas, na região, as sesmarias também eram adquiridas alegando-se posse anterior, como as sesmarias de Bernardino da Costa e de Manoel de Barros. Nesse grupo dos dez primeiros sesmeiros, com exceção da sesmaria para a igreja, cerca de 60% das propriedades dedicavam-se à atividade de "animais de criar vacuns e cavalares"; e 40%, a "lavouras, criações de animais vacuns e cavalares"²³⁹.

²³⁶ BORREGO. In: *Anais Congresso Internacional Pequena Nobreza nos Impérios Ibéricos de Antigo Regime*. maio 2011, p. 6. Ver também: RODRIGUES, 2009, p. 191-214. ARAÚJO, 2009, p. 285.

²³⁷ AESP: Maços de Populações. Lages 1776-1818. Ordem C00226. Ano 1798, fogo n. 51.

²³⁸ AESP: Maços de Populações. Lages 1776-1818. Ordem C00226. Ano 1799, fogo n. 52.

²³⁹ AESP: Livro de Sesmarias, Patentes e Provisões. n. de Ordem 366, 367, 368, 369 e 375.

Essas propriedades tinham em média 12 alqueires paulistas, com exceção das propriedades de Manuel de Araújo e do mulato²⁴⁰ Manuel de Barros, que possuíam um pouco mais de 16 alqueires paulistas cada uma²⁴¹. As atividades econômicas desenvolvidas nessas sesmarias já eram realizadas no Rio Grande de São Pedro e nos campos de Curitiba, e gradativamente se estendiam para o espaço ainda 'desabitado', apontando também a vocação futura dos campos de Lages: a criação de animais e o cultivo da terra. Apesar de possuir atividades econômicas similares às do Rio Grande do Sul, aqui as propriedades não foram denominadas de estâncias²⁴², mas de fazendas. O termo “fazenda” que se propagou nos campos de Lages foi o mesmo que, de acordo com Vainfas, passou a ser utilizado quando,

No início do século XVII, frei Vicente vinculou fazenda à atividade rural, mencionando um colono 'que fez ali uma grande fazenda de gado, e outros a seu exemplo fizeram o mesmo [...]'. Antonil utilizou o termo em diversas passagens do seu *Cultura e opulência do Brasil* (1711) e também o relacionou à pecuária: 'E porque as fazendas e os currais de gados se situam onde há largueza de campo e água ...'. (2000, p. 220).

O termo “fazenda”, instituído desde o início da ocupação desses campos, relaciona-se à atividade econômica de criação de animais, associada à extensão territorial da propriedade.

A partir da distribuição das sesmarias, os campos de Lages começam a ter novas configurações. A povoação por fazendeiros na segunda metade do século XVIII, os sesmeiros²⁴³, propiciou gradativamente a formação de pequenos núcleos populacionais, pois em geral traziam consigo suas famílias, fatores estes responsáveis pela dinamização da produção agrícola e pecuária voltada para o mercado interno. Bem define Schwartz para o período: “[...], estava ocorrendo no Brasil, em fins do período colonial o crescimento da economia interna e, por intermédio do desenvolvimento e da integração regionais, o início de um mercado nacional” (2001, p. 129-169).

Se no total dessa primeira relação foram dez sesmarias, não eram apenas esses homens e propriedades que se encontravam nas terras do continente da vila de Lages. Nos documentos dessas sesmarias, temos as confrontações com outras propriedades adquiridas através da compra.

²⁴⁰ Segundo Hebe Mattos (2004, p. 17), mulato é “um termo de época diretamente ligado à mestiçagem ou mestiço que muitas vezes lhe é associada”. Entre os sesmeiros, Manuel de Barros foi o único identificado como mulato. Conforme veremos a seguir, a presença de mulatos e ou pardos como proprietários não é uma exceção. Eles foram muito presentes, pois tivemos ao longo do período investigado um número significativo de homens de cor como senhores de terras e de escravos.

²⁴¹ Um alqueire, em São Paulo e Paraná, equivalia a 24.200m² (2,42ha). Ver: GUIMARÃES; LACERDA. In: MOTTA, 2010. p. 289.

²⁴² Cf. OSÓRIO, 2007, p. 103-105.

²⁴³ OLIVEIRA, 1996.

Eram as propriedades dos alferes²⁴⁴ Simão Barbosa Franco²⁴⁵ e Manoel de Souza Passos²⁴⁶; dos capitães²⁴⁷ João Antunes Pinto, Antônio José Pereira, Manuel de Araújo Gomes; e dos senhores de campos José do Amaral, José Gomes, Antonio de Souza Pereira, Sebastião Pinto da Cruz, José Gomes Valente, Antonio de Souza Pereira, Joaquim Rodrigues dos Santos, Manoel Corrêa da Câmara e Mateus José de Souza. De acordo com Hebe Mattos (2013, p. 84), “mesmo sob o domínio da Coroa Portuguesa, sempre fora possível vender ou passar em herança terrenos que jamais haviam sido oficialmente doados”. Dessa maneira, esses proprietários se instalaram antes ou depois do capitão-mor Correia Pinto, mas foi através dele que passaram a obter títulos de posse. Nessas propriedades adquiridas por compra, criavam-se animais e cultivava-se o solo. Diferenciavam entre si o padrão de produção, e o tamanho variava entre 4.000 e 13.000 alqueires.

Essas propriedades adquiridas por compra apresentam diferenças e similaridades em sua estrutura humana e agrária. Por exemplo, em 1791, o capitão Manoel de Araújo Gomes vivia somente com seus escravos e agregados em sua fazenda de criar animais, com cerca de 150 vacuns, 30 cavalares e 20 muares. Interessante que era um núcleo adulto e masculinizado composto pelos escravos Antonio, de 53 anos, Silvestre, de 48 anos, Domingos, de 37 anos, José, de 25 anos, Miguel, de 23 anos, Matheus, Gonçalo e Pedro, de 21 anos e os agregados Antonio, de 40 anos, e Angelo índio, de 80 anos²⁴⁸. No ano de 1798, a propriedade de José do Amaral era um sítio cultivado com milho (60 alqueires), feijão (15 alqueires), trigo (12 alqueires) e 2 pedras de linho. Viviam na propriedade o casal, com 9 filhos, 1 escrava, 6 agregados, 5 sobrinhos órfãos²⁴⁹; e Mateus José de Souza, que veio junto com Antonio Correia Pinto e assinou a ata de instalação do Pelourinho em 1766, e possuía duas propriedades – ele, a esposa, os 5 filhos, 1 escravo e 4 agregados viviam em uma das fazendas. Na outra, viviam 5 agregados e 1 escravo. Nas duas propriedades eram cultivados 50 alqueires de milho e 20 de feijão, e criava-se cerca de 60 cavalos, 300 vacuns e 25 muares²⁵⁰. Enquanto o proprietário do sítio, José do Amaral, e o fazendeiro Mateus José de Souza viviam com suas famílias consanguíneas (esposa e filhos), em

²⁴⁴ AESP: Livros de Sesmarias, patentes e Provisões. n. Ordem 367, livro 19. Eram alferes da Companhia de Auxiliares de Cavalaria de Lages.

²⁴⁵ Era um antigo morador, natural de Itú (São Paulo) e possuía campos de criação.

²⁴⁶ Sua propriedade aparece como limite com as de José Caetano de Souza, José Raposo Pires e Manuel Antonio de Araújo.

²⁴⁷ AESP: Livros de Sesmarias, patentes e Provisões. n. Ordem 367, livro 19. Eram capitães das ordenanças da vila de Lages.

²⁴⁸ AESP: Maços de Populações. Lages 1776-1818. Ordem C 00226. Ano 1791, fogo n. 20.

²⁴⁹ AESP: Maços de Populações. Lages 1776-1818. Ordem C 00226. Ano 1798, fogo n. 07.

²⁵⁰ AESP: Maços de Populações. Lages 1776-1818. Ordem C 00226. Ano 1798, fogo n. 75 e 76.

todas as propriedades do capitão Araújo Gomes encontramos apenas agregados e escravos. Gradativamente ia-se formando um quadro fundiário com propriedades voltadas à produção, atendendo ao mercado interno e com estruturas de produção e trabalho diferenciadas, isto é, a presença significativa da mão de obra familiar, de agregados e de escravos.

Essas estruturas também eram determinadas pelo tamanho ou quantidades de propriedades que um indivíduo possuía. Nos campos de Lages, as propriedades foram denominadas, conforme sua extensão, de fazendas, sítios e chácaras²⁵¹, e se mantiveram ao longo dos processos de ocupação e povoamento. De acordo com Graciela Garcia, “a definição de chácara em sua acepção mais usual englobaria essas três características: sua pequena extensão, a proximidade com os núcleos urbanos e sua dedicação preferencial à agricultura” (apud MOTTA, 2010, p. 94-95); e o termo “sítio”, segundo Angelo Carrara, “foi se fixando com a ideia de pequena propriedade rural” (apud MOTTA, 2010, p. 437).

Com a nomeação das sesmarias, e com a elaboração em 1818²⁵² do censo sobre as terras da Capitania de São Paulo, Inventário de Bens Rústicos, podemos dispor de um quadro mais detalhado sobre a estrutura agrária da vila de Lages. A relação de 1818 nos fornece dados acerca da estrutura agrária da região, evidenciando a apropriação de terras após 44 anos da fundação da vila.

Com relação às formas de apropriação da terra, das 82 propriedades recenseadas em 1818, 58% foram adquiridas através da compra; 22%, dadas pela câmara; 16%, obtidas por herança; 2,4%, doadas; e 1,2%, dadas pelo capitão-mor regente²⁵³. Do total, 4 não eram cultivadas, o que representa menos de 5% das propriedades; mas somente em duas destas havia a justificativa de que seus proprietários eram “ausentes por se encontrarem na Capitania de São Pedro”. Eram ausentes o alferes José da Silva, que possuía uma fazenda dada pela câmara de Lages, cultivada, pois era “morador no Continente do Sul”, e José Gomes Valente, com uma propriedade adquirida por compra e cultivada – também não vivia nela, porque era “morador no Rio de Janeiro”. Por esse se tratar de um espaço de fronteira, alguns proprietários possuíam

²⁵¹ AESP: CO9869. Propriedades e bens rústicos 1820. As propriedades lageanas eram denominadas chácaras (com menos de 4000 alqueires), sítios (de 4000 até 7000 alqueires) e fazendas (com mais de 8000 alqueires).

²⁵² AESP: ordem CO9869. Este mapa foi realizado obedecendo ao Aviso Régio de 20 de outubro de 1817, criado por d. João VI, em função da política de desenvolvimento agrícola, e encaminhado aos governadores das províncias, determinando um levantamento e cadastramento de todas as propriedades rurais no Brasil. Foi o Sargento-mor Baltazar Joaquim de Oliveira quem elaborou o Mapa Indexado dos Bens Rústicos da Vila de Lages. Ele era natural de Parnaíba (SP); foi Juiz Ordinário da Câmara de Vereadores e Juiz de órfãos. E era sobrinho do capitão Mor Antônio Corrêa Pinto e genro do Capitão Mor Bento do Amaral Gurgel.

²⁵³ AESP, ordem CO9869, ano 1818.

terras e viviam em outras capitânicas, e também havia a prática do vai e vem. A posse da terra/propriedade garantia a seu proprietário utilizá-la ou não. Segundo Hebe Mattos (2013, p. 88), “A posse sobre a terra gerava presunção de domínio sobre uma determinada extensão, que podia então ser arrendado, alienado, deixado por herança ou mesmo cedido, por favor, a título de empréstimo”.

Os dados indicam o tamanho das propriedades e, ao classificá-las por hectares, temos 62,1% de 0 a 50 ha, 18,2% de 51 a 100 ha, 17,0% de 101 a 150 ha, 2,4% com mais de 151 ha. Transformando em alqueires paulistas, são 82,9% das propriedades com até 50 alqueires – e 69% destas possuem até 20 alqueires – e, de 50 a 100 alqueires, são 17% – isto significa que a maioria das propriedades tinha menos de 50 alqueires²⁵⁴.

Com relação à presença escrava nas 82 propriedades listadas na relação dos bens rústicos de 1818, foram registrados 58 escravos, distribuídos em 22 propriedades. Porém, no cruzamento com a lista nominativa daquele ano, temos 105 escravos em 23 propriedades²⁵⁵. Para melhor entendermos a disparidade no número de população cativa elencada nos dois censos de 1818, realizamos comparação com a lista de 1816²⁵⁶: esta apresenta 135 cativos em 36 propriedades. Sem a incidência de fatos nos registros censitários, não poderia ter havido diminuição no intervalo de elaboração das duas listas de 105 para 58 cativos. A contagem presente na lista nominativa de 1818, com 105 escravos, se aproxima da lista elaborada dois anos antes (1816), com 135 escravos. Certamente o registro de 58 cativos na relação dos bens rústicos está inconcluso.

Nessa listagem de 1818, encontramos mais de uma propriedade pertencendo à mesma pessoa. Eram quatro proprietários: Mateus José da Silva, com 2 propriedades adquiridas através de compra; Mateus José de Souza, com 2 propriedades, sendo uma adquirida por compra e outra herdada; o capitão Pedro da Silva Ribeiro, também com 2 propriedades, uma dada pelo capitão-mor regente e outra dada pela câmara; e Paulo José Pereira, com 3 propriedades, duas herdadas e uma doada.

Os dados também evidenciam a maior apropriação pela compra. Nesses campos, houve a presença de um mercado privado, num período em que os meios legais²⁵⁷ de definição de

²⁵⁴ Ver nota n. 40, da obra: MACHADO, Cacilda. **A trama das vontades: negros, pardos e brancos na construção social do Brasil escravista**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008. p. 65-66.

²⁵⁵ AESP: Maços de Populações. Lages 1776-1818. Ordem C00226. Ano 1818. Cabe destacar que ambos os registros de 1818 foram realizados pela mesma pessoa.

²⁵⁶ AESP: Maços de Populações. Lages 1776-1818. Ordem C00226. Ano 1816.

²⁵⁷ Em 17 de julho de 1822, houve a extinção das sesmarias, e somente em 18 de setembro de 1850 temos a Lei de

mercantilização da terra ainda não existiam. Chama-nos a atenção o percentual significativo de propriedades dadas pela câmara da vila (22%); certamente laços de parentesco, compadrio e quiçá a necessidade de povoar mais rápido a região levaram os juizes de demarcações de terras a indicarem à câmara nomes de proprietários.

Cruzando esses dados com a lista dos habitantes de 1818, obtemos as seguintes informações sobre a propriedade dada pelo capitão-mor regente ao capitão Pedro da Silva Ribeiro: viviam nela o capitão das milícias reformado Pedro da Silva Ribeiro; os filhos Pedro José Ribeiro, branco, solteiro, com 36 anos, e Francisco da Silva Ribeiro, branco, 25 anos, casado com Anna, branca, de 20 anos; os filhos de Francisco e Anna: Jacinta, branca, 4 anos, e Fidencia, branca, 2 anos; os agregados pardos Aguida, casada, 62 anos, Laurinda, 5 anos; o casal Joaquim, 40 anos, e Maria, 32 anos, com seus filhos Manuel, 12 anos, e Marinha, 5 anos; o casal Bernardo, 30 anos, e Maria, 24 anos, e seus filhos Francisco, 4 anos, e Joaquim, de 3 anos. Na fazenda, havia 39 vacuns, 30 cavalares, 4 muares e plantava-se para o gasto²⁵⁸. Em 1820, essa é a única propriedade recenseada com a designação “foi concedida por sesmaria e povoada por animais vacuns e cavalares”. Ela também compõe o pequeno número de propriedades com mais de 50 alqueires, pois possuía 53,9 alqueires e denominava-se Pelotinhas.

No ano de 1820²⁵⁹, foi elaborada uma nova relação das propriedades e dos habitantes da Paróquia da vila de Lages. Com relação às formas de apropriação e acesso à terra, assim como no ano de 1818, o maior percentual de aquisição foi através de compra, seguido por posse de devolutas. A posse de terras devolutas²⁶⁰ está associada a um processo colonizatório que não levava em consideração os habitantes nativos, ao entender os espaços como “vazios” ou terras de ninguém.

Terras, que definiu juridicamente o acesso e posse de propriedades. Nesse período intermediário, houve diferentes formas de aquisição; entre outras, temos a posse pela necessidade de pequenos lotes que poderiam se expandir e o uso da violência na delimitação de fronteiras, o que acabou ocasionando grandes propriedades. Com relação à legislação da terra, ver: LIMA, op. cit., 1988.

²⁵⁸ AESP: Maços de Populações. Lages 1776-1818. Ordem C00226. Ano 1818, fogo 141.

²⁵⁹ AESP: CO9869. 1820. 5ª Comarca. Proprietários de Bens Rústicos. Elaborada pelo tenente comandante Baltazar Joaquim de Oliveira.

²⁶⁰ Ver: FALCÃO, 1995.

Tabela 1 – Formas de apropriação / acesso à terra (1820).

Forma	Nº de Unidades	%
Compra	48	66,6
Devoluta	12	16,6
Herdada	07	9,7
Sesmaria	01	1,4
Doação	01	1,4
Data	01	1,4
S/I	02	2,4
Total	72	100

Fonte: AESP: 1820, n. ordem CO9869.

Nesse período, das 72 propriedades elencadas, 44,4% “têm cultivado com animais vacum, cavalari e muar”; 27,7%, “cultivado com animais e plantações”; 25%, “cultivado com plantações”; e 2,7%, “não povoado”²⁶¹. Foram enumerados 60 escravos, no entanto, para algumas propriedades aparece apenas a terminologia, não o número de escravos. Com relação aos animais, não há quantidade, apenas são nominados como vacuns, cavallares e muares, assim como não há relação de produtos agrícolas.

Uma das propriedades devolutas pertencia ao capitão-mor Ignacio de Almeida Leite. Eram uns campos denominados de Bananeiras, com uma légua de frente e duas de fundo, estavam povoados com animais vacuns e cavallares e contavam com gente agregada²⁶². De acordo com as listas dos habitantes, em 1816²⁶³ e 1818²⁶⁴, o capitão encontrava-se ausente, e estava com sua família no Continente do Sul. Isso indica que transitava entre as fronteiras e possuía negócio de animais, o que pode ter possibilitado que se apropriasse de campos devolutos em Lages. Na sua ausência, a fazenda era ‘cuidada’ pela *gente agregada*.

Como em 1818, aqui também encontramos proprietários com mais de uma propriedade: Mateus José de Souza, com 2 propriedades adquiridas por compra, e Manuel Cavalheiro Leitão, com 3, também adquiridas através de compra. No cruzamento das duas listas de Bens Rústicos,

²⁶¹ AESP: CO9869. 1820. Proprietários de Bens Rústicos.

²⁶² AESP: CO9869. 1820. Proprietários de Bens Rústicos. Propriedade n. 1.

²⁶³ AESP: Maços de Populações. Lages 1776-1818. Ordem C00226. Ano 1816, fogo n. 01.

²⁶⁴ AESP: Maços de Populações. Lages 1776-1818. Ordem C00226. Ano 1818, fogo n. 01.

há discrepância entre as informações sobre as formas de aquisição das propriedades de Mateus José de Souza, pois em 1818 possuía uma propriedade adquirida por compra e outra de herança, mas em 1820 ambas aparecem como adquiridas por compra. As descrições realizadas nos censos se contradizem, mostrando que os capitães não verificavam os registros anteriores acerca da estrutura agrária, tampouco averiguavam os documentos que os proprietários possuíam.

Entre as propriedades herdadas, estão a de Paulo José Pereira e José Joaquim Pereira²⁶⁵. Eles as herdaram de seu pai, o capitão Joaquim José Pereira²⁶⁶, que morreu em 22 de novembro de 1811²⁶⁷. De acordo com a descrição de 1820, “José Joaquim Pereira tem uma fazenda denominada Fazenda Grande, que foi herdada de seu pai e está povoada com animais cavalares e vacuns. Tem de frente uma légua e duas e meia de fundo”²⁶⁸. Seu irmão “Paulo José Pereira tem uma fazenda denominada São Luiz, que herdou de seu pai e está povoada com animais vacuns e cavalares, tem de frente três quartos de légua e três léguas de fundo”²⁶⁹.

Nas listas de 1816 e 1818, os irmãos herdeiros foram nominados como proprietários de terra. Paulo José Pereira, em 1816, com uma fazenda de criar, com 100 vacuns e negócio de tropas. Em 1818, Paulo possuía a fazenda da Tijuca, com 34 vacuns, 40 cavalares, em que plantava milho para seu gasto, e a fazenda da Boa Vista, com 10 cavalares e muares, um rebanho de ovelhas e na qual também plantava para seu gasto²⁷⁰. José Joaquim Pereira, em 1816, vivia de suas lavouras, e em 1818, possuía uma fazenda de criar animais, 80 vacuns, 70 cavalares, um

²⁶⁵ Na relação de 1820, o nome José Joaquim Pereira foi trocado pelo nome de seu falecido pai, Joaquim José Pereira. Nas listas, é nominado corretamente de José Joaquim Pereira. AESP: Maços de Populações. Lages 1776-1818. Ordem C00226. Anos de 1797 a 1818. No registro de nascimento, encontramos: “Aos sete dias de julho de 1796, nesta igreja de Nossa Senhora dos Prazeres de Lages, batizei e pus os santos óleos ao inocente Jose Joaquim, filho legítimo do capitão Joaquim Jose Pereira e sua mulher dona Anna Maria de Santa Rita, a qual sepultei no mesmo dia [...]”. PNSPL: Livro de batismo n. 01, fls. 15.

²⁶⁶ Consta nos censos de 1789 a 1810, na coluna ocupações, a descrição: “tem fazenda de criar animais cavalares, muares, vacuns, burros e ovelhas. Planta mantimentos”. Foi casado com Anna Maria de Santa Rita, com quem teve três filhos, Umbelina Maria do Amor Divino, Paulo José Pereira e José Joaquim Pereira. Para exemplificar, no ano de 1803, foram registradas quatro fazendas de sua propriedade: a primeira habitada por ele, seus três filhos, escravos e agregados; a segunda era a fazenda São Luiz, habitada por escravos e agregados; a terceira, o Morro Agudo; e a quarta, denominada Pedras Brancas, era habitada apenas pelos escravos. AESP: Maços de Populações. Lages 1789-1810. Ordem C00226. Ano 1803, fogo n. 58.

²⁶⁷ Cf. registro de óbito de 22 de novembro de 1811. PNSPL: Livro de óbitos, n. 2, p. 27. A causa de sua morte foi “febre podre amarela”, ele foi enterrado em “sepultura privilegiada acima das grades da igreja matriz de Nossa Senhora dos Prazeres”.

²⁶⁸ AESP: CO9869. Relação das propriedades dos habitantes da Paróquia da vila de Lages no ano de 1820, n.59.

²⁶⁹ AESP: CO9869. Relação das propriedades dos habitantes da Paróquia da vila de Lages no ano de 1820, n. 60.

²⁷⁰ AESP: Maços de Populações. Lages 1776-1818. Ordem 00226. Ano de 1816, fogo 172. Ano de 1818 fogs 144 e 145.

rebanho de ovelhas, e em que plantava para seu gasto²⁷¹ – em ambas as propriedades há presença de escravos e agregados.

Na relação verificada, o tamanho das propriedades segue o padrão da listagem de 1818, e foi acrescentado, no ano de 1820, que seus proprietários eram senhores de terras, novamente com as denominações de fazendas, chácaras, sítios, além de ter havido a inclusão de propriedades nominadas como campos. Das 72 propriedades listadas, 38,8% eram fazendas, 26,3% eram sítios, 25% eram campos e 9,7% eram chácaras.

Nas propriedades identificadas como campos, têm-se o cultivo e a criação de animais. Entre elas, a de Lauriano Jose Ramos, que é “senhor de uns *campos* denominados Gomes, por devolutas, tem de frente meia légua, mais ou menos, e de fundo três léguas, tem cultivado e com animais vacuns e cavalares”²⁷², e a de Manoel Teixeira, que é “[...] senhor de um rincão de *campos*, denominado Costa das Vacas Gordas, que recebeu de herança de sua mulher. Os campos têm meia légua de frente e légua e meia de fundo, cultivado com animais cavalares e vacuns e dois escravos”²⁷³. Nas propriedades denominadas campos, como nas fazendas, havia a criação de animais, principalmente vacuns e cavalares.

2.2 *As proprietárias*

Outro dado presente nas listas de 1818 e 1820 é a presença de mulheres como senhoras de terras. Em 1818, eram as senhoras Ana Joaquina de Benevides²⁷⁴ e Úrsula Maria Álvares²⁷⁵, com duas propriedades cada, compradas; Brígida Maria²⁷⁶ e Francisca Antonia, com uma propriedade cada, compradas; Isabel Rodrigues e Teresa Maria, com uma propriedade cada, ambas dadas pela câmara – juntas representavam 7,3% das propriedades do período.

Já em 1820, Brígida Maria foi nomeada como proprietária de uma fazenda e Úrsula Maria Álvares, de uma chacara e um sítio – todos por compra; e Teresa Maria, de um sítio por posse de devoluta. As novas proprietárias desse ano eram Maria do Nascimento, viúva de José do

²⁷¹ AESP: Maços de Populações. Lages 1776-1818. Ordem C00226. Ano de 1816, fogo 99. Ano 1818, fogo n. 134.

²⁷² AESP: C09869. Relação das propriedades dos habitantes da Paróquia da vila de Lages, no ano de 1820, n. 2.

²⁷³ AESP: C09869. Relação das propriedades dos habitantes da Paróquia da vila de Lages, no ano de 1820, n. 18.

²⁷⁴ Ana Joaquina de Benevides, natural de Lages, branca, mãe de sete filhos. AESP: Maços de Populações. Lages 1776-1818. Ordem C00226. Ano de 1818, fogo n. 33.

²⁷⁵ Úrsula Maria Alves era natural da vila de Lages, era parda e teve seis filhos. AESP: Maços de Populações. Lages 1776-1818. Ordem C00226. Ano de 1818, fogo n. 96.

²⁷⁶ Brígida Maria, natural de Capela Grande/ Viamão, branca, com um filho. AESP: Maços de Populações. Lages 1776-1818. Ordem C00226. Ano de 1816, fogo n. 138.

Amaral, Maria Inês e Liberata Maria²⁷⁷, todas com um sítio adquirido por compra, e Ana Maria²⁷⁸, com uma chácara, também comprada. As mulheres eram proprietárias de 9,7% do total das propriedades desse ano.

A história destas e de tantas outras mulheres está ligada à expansão do povoamento. A partir dos dados estatísticos da vila de Lages, temos os seguintes percentuais: em 1798, 11% dos fogos eram chefiados por mulheres; em 1803, eram 13%; em 1808, 7%; em 1811, 14%; em 1816, 16,2%; em 1818, eram 11,6%. Segundo Eni Samara, os domicílios chefiados por mulheres na capital da província de São Paulo em 1836 eram 30%. Quanto à vila de Lages, de ocupação recente e baixos índices populacionais, comparativamente à cidade de São Paulo, verifica-se a presença significativa de mulheres na chefia dos fogos. E Samara (2003, p. 39) destaca: “[...] na São Paulo da primeira metade do século XIX, por exemplo, estabeleceram-se hierarquias e valores, normas de convivência e de sociabilidade típicos. Por outro lado, convivem e coexistem papéis formais e informais numa sociedade escravista onde um terço dos chefes de domicílio era do sexo feminino”.

Analisamos a cor, o estado civil e as atividades desenvolvidas pelas chefes dos fogos nos anos de 1798, 1811 e 1816. Com relação à cor, o maior índice de mulheres era de pardas, 47,3%; as brancas eram 36,8% e as negras, 15,7%. Sobre o estado civil, temos 42,1% de viúvas, 26,3% de casadas e 33,3% de solteiras²⁷⁹ – entre as viúvas, predominam as mulheres de cor branca, e entre as solteiras, as de cor preta. As viúvas e as casadas geralmente viviam de suas lavouras; já entre as solteiras ocorre a diversificação das atividades: “vive de suas costuras, de suas agências, de fiar, de salário”. De acordo com as ocupações, é possível perceber que as mulheres viúvas e casadas residiam principalmente no meio rural, enquanto as solteiras viviam em sua maioria em seus fogos na sede da vila. Em sua maioria, as mulheres nomeadas “solteiras” não viviam sozinhas, pois possuíam filhos, que certamente eram fruto de relações não consensuais. Eram mulheres que cuidavam da administração da casa, das atividades agrícolas e de seus pequenos negócios. Elas assumiram tais responsabilidades na ausência provisória ou definitiva de seus companheiros.

A parda Úrsula Alves, natural da vila de Lages, foi nominada entre os anos de 1807 e 1816 como casada e com marido ausente. Com o auxílio dos filhos, plantava para seu

²⁷⁷ Liberata Maria, natural de Laguna, parda, não teve filhos. AESP: Maços de Populações. Lages 1776-1818. Ordem C 00226. Ano de 1818, fogo n. 129.

²⁷⁸ Anna Maria, natural de Ilha Grande, branca, com um filho. AESP: Maços de Populações. Lages 1776-1818. Ordem C 00226. Ano de 1818, fogo n. 11.

²⁷⁹ AESP: Maços de Populações. Lages 1776-1818. Ordem C00226. Anos 1798, 1811 e 1816.

sustento²⁸⁰. Em 1807, Úrsula possuía 24 anos e um filho, Joaquim, 11 anos. Em 1811, foi elencado mais um filho: Manoel, 2 anos. Em 1816, eram quatro filhos que viviam no fogo: José, 7 anos, Francisco, 5 anos, Candido, 3 anos, e Marianna, de 1 ano. Pela idade dos filhos, o marido não permanecia muito tempo distante do domicílio. No entanto, no registro de batismo de Marianna²⁸¹ (o único que localizamos), o pai é incógnito. Certamente o pai não estava fisicamente presente, o que levou o pároco a informar a paternidade como inexistente, já que nas listas Úrsula é sempre identificada como casada.

Entre as mulheres viúvas, está Maria de Boaventura. Sua história a difere das demais mulheres da vila, pois ela recasou três vezes. Maria de Boaventura do Amaral e Silva nasceu em São Paulo no ano de 1749, era sobrinha do capitão-mor Bento do Amaral Gurgel. Chegou a Lages com seu marido José Francisco de Moraes Navarro, na bandeira de Correia Pinto. José Francisco morreu em 1782, em Lages²⁸², deixando para a esposa uma fazenda de criar animais vacuns e cavaleiros. Dessa união, nasceram quatro filhos: Henrique José do Amaral, Manoel Antonio de Amaral, Teobaldo José do Amaral e Maria Jacinta do Amaral²⁸³. Em 1783, a viúva Maria de Boaventura, com 31 anos, casou-se em segundas núpcias com o viúvo José Raposo Pires²⁸⁴. José Raposo morreu onze dias após o casamento²⁸⁵. Em 1784, Maria de Boaventura noivou e passou a viver maritalmente com João Damasceno de Córdova²⁸⁶. Em 1786, a viúva

²⁸⁰ AESP: Maços de Populações. Lages 1776-1818. Ordem C00226. Ano de 1807, fogo n. 46. Ano de 1811, fogo n. 31. Ano de 1816, fogo n. 160. Neste ano (1816), morava na propriedade o agregado Benedito, 30 anos e solteiro.

²⁸¹ Fonte: Brasil, Santa Catarina, Registros da Igreja Católica, 1714-1977. Index and images. Family Search. Disponível em: <http://FamilySearch.org>. Acesso em: 2014.

²⁸² AESP: Maços de Populações. Lages 1776-1818. Ordem C00226. Ano de 1782. Classe 10 - óbitos. José Francisco de Moraes Navarro nasceu em Taubaté, no ano de 1741. Morreu com cerca de 40 anos.

²⁸³ PNSPL: Livro de batismo, n. 1. Anos: 1777, 1779, 1781 e 1782. E ainda Maria Jacinta do Amaral casou-se com Bento Ribeiro de Córdova, irmão de seu padrasto João Damasceno de Córdova, em 27 de maio de 1798. Foram testemunhas Bento do Amaral Gurgel e João Damasceno de Córdova (PNSPL: Livro de casamento, n. 1, fls 16). O casal Maria Jacinta e Bento Ribeiro viveu na fazenda de João Damasceno e Maria de Boaventura até o ano de 1805.

²⁸⁴ O casamento foi realizado às 11 horas do dia 16 de setembro de 1783 na igreja de Nossa Senhora dos Prazeres de Lages. As testemunhas foram o capitão-mor Antônio Correia Pinto e o capitão Bento do Amaral Gurgel. O alferes José Raposo Pires, viúvo de Francisca Cardoso Bueno que morreu em 1782, em Lages. Dona Maria de Boaventura do Amaral e Silva era viúva de José Francisco de Moraes Navarro. O alferes José Raposo Pires nasceu na cidade de São Paulo em 1716. José Raposo recebeu carta de sesmaria em 1775 do Governador Martim Lopes Lobo de Saldanha de terras devolutas nos campos de Lages. Possuía em 1782 uma fazenda de vacuns e cavaleiros. AESP: Maços de Populações. Lages 1776-1818. Ordem C00226. Ano de 1782. Classe 10 – óbitos; PNSPL: Livro de casamento n.1, fls 22.

²⁸⁵ Morreu em 27 de setembro de 1783 com mais ou menos 76 ou 77 anos, com todos os sacramentos. O padre Antonio Antunes de Campos ainda registrou: “Deixou como testamenteira sua esposa Maria de Boaventura. Ordenou em seu testamento que se dissessem 50 missas pela sua alma. Foi sepultado dentro da igreja, acima da grade e embaixo do arco”. PNSPL: Livro de registro de óbitos, n.1, fls 16.

²⁸⁶ Na lista de 1798, fogo, 70, João Damasceno foi descrito como branco, 53 anos e compositor de solfa. Possuía uma fazenda com 16 cavalos, 20 muaras, 12 vacuns, 100 ovelhas. Produzia 50 alqueires de milho, 30 de feijão, 16 de trigo, 5 pedras de linho. Vendeu na vila 18 mulas. Viviam na fazenda a família, 4 escravos e 2 agregadas indígenas. AESP: Maços de Populações. Lages 1776-1818. Ordem C00226.

casou-se pela terceira vez²⁸⁷. João Damasceno de Córdova recebeu a patente de sargento-mor das ordenanças em 1799, substituindo Manoel Rodrigues de Athaydes. Em 1803²⁸⁸, João e Maria de Boaventura possuíam duas fazendas, uma na vila de Lages e outra na freguesia de Vacaria. Era o ano de 1805, 25 anos depois do terceiro casamento, quando Maria de Boaventura ficou viúva novamente. João morreu na cidade de São Paulo, e Maria de Boaventura, com 50 anos, encontrava-se em Lages, na fazenda do casal, com cinco filhos, genro, netos, uma agregada indígena e seis cativos. Na fazenda, criavam animais vacuns (20), cavalares (30), muares (5), um rebanho de ovelhas e plantavam para seu gasto. O casal teve cinco filhos: Antonio, João, Maria do Nascimento, José e Anna²⁸⁹.

No período de 1806 até sua morte, em 1817²⁹⁰, Maria de Boaventura foi responsável pelo domicílio. Ela administrava a fazenda com criação de animais vacuns, cavalares, muares, ovelhas e a produção agrícola para subsistência. Ao longo desse período, o trabalho na lavoura e com os animais era realizado por seus filhos, escravos e agregados²⁹¹. Maria de Boaventura casou-se rápido após as duas primeiras viuvezes; Sheila de Castro Faria explica que “a mulher branca, com maior probabilidade de ser proprietária de bens e escravos, mantinha melhores condições de acesso a outro casamento, mesmo que tivesse filhos pequenos” (FARIA, 1998, p. 155). Com a segunda viuvez, Maria de Boaventura ficou com a posse de duas fazendas e escravos. Possivelmente não se casou pela quarta vez porque estava então com mais de 50 anos, era considerada uma mulher velha, e também, diferentemente das duas viuvezes anteriores, agora tinha filhos adultos em sua companhia²⁹².

Em geral, as mulheres que enviuvaram continuaram as atividades desenvolvidas pelos maridos, garantindo a sobrevivência de sua família. Além de Maria de Boaventura, outras como a parda Maria da Conceição, viúva do pardo Vicente Rodrigues de Athaydes, e a viúva de Manoel Rodrigues de Athaydes, Maria do Rozário, continuaram administrando os negócios da

²⁸⁷ João antes de viver com Maria havia sido padrinho de um filho de Maria. Em função do compadrio, o padre Antonio Antunes de Campos precisou pedir autorização do bispo de São Paulo para realizar o casamento. João Damasceno nasceu em 1742 em Santos (SP).

²⁸⁸ AESP: Maços de Populações. Lages 1776-1818. Ordem C00226. Ano de 1803, fogo n. 2.

²⁸⁹ AESP: Maços de Populações. Lages 1776-1818. Ordem C00226. Ano de 1805, fogo n. 2.

²⁹⁰ PNSPL: Livro de óbito, n.1, fls 37.

²⁹¹ AESP: Maços de Populações. Lages 1776-1818. Ordem 00226. Ano de 1806, fogo n. 4; ano de 1807, fogo n. 113; ano de 1808, fogo n. 129; ano de 1810, fogo n. 90, ano de 1811, fogo n. 91; ano de 1816, fogo n. 133. Pela ordem dos fogos nas listas, a fazenda da viúva localizava-se próxima a fazenda de seu genro e cunhado Bento Ribeiro de Córdova.

²⁹² Em 1806 e 1807, o filho mais velho era o sargento das ordenanças, Antonio de 21 anos. De 1808 a 1811, era João, com 23 anos. Em 1816, vivem como agregados na fazenda sua filha caçula Anna com 20 anos e seu genro Mateus José com 25 anos. AESP: Maços de Populações. Lages 1776-1818. Ordem C00226.

família e criando os filhos sozinhas. Para Maria Nizza da Silva, “a situação de viuvez, ou de ausência prolongada do marido, é que levava as mulheres a assumir a gestão do patrimônio, quer no meio rural, quer no meio urbano”²⁹³. Essas mulheres brancas e não brancas tiveram participação ativa em suas famílias e na sociedade através da gerência de suas propriedades.

Se levarmos em conta a constituição de uma sociedade colonial que as excluía de participar da vida política e econômica, os percentuais de mulheres chefes de domicílio em Lages são significativos. Num espaço cujas atividades econômicas (agricultura e pecuária) eram de domínio masculino, elas apresentam posição significativa entre os chefes dos fogos, pois, apesar de minoria, a chefia de domicílios também foi um espaço de atuação de mulheres, indicando assim outras possibilidades de organização familiar²⁹⁴.

Vera Ferlini (2010, p. 213), ao escrever sobre a diversidade da configuração social e latifundiária nos três primeiros séculos de colonização, afirma a existência de um complexo padrão fundiário e social, que, por sua vez, possibilitou “a coexistência da grande exploração, de pequenos proprietários escravistas e de pequenos produtores não escravistas; embora o escravismo fosse o padrão produtivo e social dominante, a sociedade continha outras formas de trabalho e de inserção”.

A estrutura agrária nos campos de Lages na passagem do século XVIII para o XIX insere-se num novo padrão de propriedade da terra, cuja base não era o latifúndio agroexportador, pois apresenta uma grande variedade produtiva, e parte significativa dos fogos dessa vila se encontravam nas médias e pequenas propriedades. Ela constituiu-se a partir de uma nova dinâmica social e fundiária, caracterizada pela presença de fazendeiros e proprietários pobres livres²⁹⁵; assim, a análise da distribuição da terra em Lages nos elucida uma apropriação do território da vila bastante desigual, visto que a maioria das propriedades pertence aos menos afortunados.

²⁹³ SILVA, 1996, p. 94.

²⁹⁴ Ver: SAMARA, 1989. Eni de Mesquita Samara apresenta dados para demonstrar que em São Paulo não houve somente a ‘extensa família patriarcal’, mas sim a existência de famílias pequenas.

²⁹⁵ MOTTA, 2008.

2.3 Estrutura fundiária: lavouras e fazendas

Nas listas²⁹⁶ de 1776 a 1787, as descrições dos habitantes são realizadas por classes²⁹⁷; o que temos, então, é o nome dos habitantes separados por sexo, idade e condição jurídica, impossibilitando identificar os chefes de família e seus respectivos domicílios. De 1789 a 1797²⁹⁸, os indivíduos são nominados pelos fogos que habitam, com as mesmas informações contidas nas classes. Em 1798 e 1799²⁹⁹, os habitantes continuam sendo identificados pelos fogos e incluem-se a cor dos indivíduos e a coluna das ocupações. A diferença no número de fogos oscilou ao longo de todo o período, mas entre os anos de 1798 e 1799 foi gritante, visto que em 1798 eram 82 e em 1799 esse número decaiu para 52. Essa redução pode ser explicada pelo problema do isolamento em que a vila se encontrava nos primeiros anos de ocupação, e também demonstra que não havia um crescimento linear dos domicílios. De 1803 a 1818³⁰⁰, a metodologia empregada na elaboração dessas listas, além dos elementos das listas anteriores, traça um perfil mais detalhado dos indivíduos³⁰¹, com a ocupação do chefe do domicílio, de sua família, dos agregados e dos escravos.

A partir de 1803, abarca-se também a divisão territorial da vila em localidades, denominados de bairros³⁰². Com a separação territorial da vila em bairros, os domicílios, tanto os urbanos quanto os rurais, passaram a ser assim elencados. Na tabela a seguir, apresentamos o número de domicílios existente em cada bairro; para tal, utilizamos os intervalos de 1803, 1807, 1811, 1816 e 1818.

²⁹⁶ De 1776 a 1782, a contagem foi realizada pelo capitão-mor Antonio Correia Pinto; de 1782 a 1812, pelo capitão-mor Bento do Amaral Gurgel; e de 1812 até 1818, pelo capitão-mor Baltazar Joaquim de Oliveira. Contavam também com o auxílio dos padres, pois a igreja era responsável pelos registros de batismo, casamento e óbitos. Fonte: AESP: Maços de População. Ordem C00226.

²⁹⁷ São oito classes distribuídas por idade e gênero. As quatro primeiras classes são somente para o sexo masculino, incluindo homens livres e escravos: 1ª classe de 0 a 7 anos, a 2ª classe de 7 a 15 anos, a 3ª classe de 15 a 60 anos e a 4ª de 60 até 90 anos. As quatro classes seguintes são para a população do sexo feminino, também enumeradas com livres e escravas, assim: a 5ª classe era de 0 a 7 anos, a 6ª classe de 7 a 14 anos, a 7ª classe de 14 a 40 anos e a 8ª classe de 40 a 90 anos. A contagem inclui, ainda, o número de nascimentos e mortos, separados em livres e escravos. (ver o Anexo B, onde exemplificamos parcialmente com o ano de 1778).

²⁹⁸ Ver o Anexo C, onde exemplificamos parcialmente com o ano de 1789.

²⁹⁹ Ver o Anexo D, onde exemplificamos parcialmente com o ano de 1798.

³⁰⁰ Ver o Anexo E, onde exemplificamos parcialmente com o ano de 1803.

³⁰¹ AESP: Maços de População. C00226. Mapa Geral dos habitantes da vila de Lages 1803-1818. Com nomes, empregos, naturalidade, cores, ocupações e especificações de fatos acontecidos em cada domicílio.

³⁰² AESP: Maços de População. Lages 1776-1818. Ordem C00226. Anos de 1801, 1811, 1816 e 1818. Após 1818, não encontramos as listas de habitantes, temos somente os mapas de população, que não trazem informações sobre a localização dos domicílios.

Tabela 2 – Número de domicílios por bairros/localidades.

Bairros	1803	1807	1811	1816	1818
1. Circunvizinho da Vila	15	51	15	25	32
2. Caveiras Abaixo	22	X	16	X	04
3. Restinga Seca	06	X	X	X	X
4. Tributos	09	X	X	X	X
5. Taipas	10	X	X	X	X
3. Amola Facas	X	23	22	28	11
4. Pedras Brancas	11	12	13	13	X
5. Caveiras Acima	X	32	27	X	18
6. Pelotinhas	X	X	X	X	26
7. Portão	X	X	X	20	11
8. Bandeirinhas	X	X	X	27	14
09. Costa da Serra	24	10	32	14	13
10. Rocío	X	X	X	14	X
11. Aleixo	X	X	X	09	X
12. Capão Alto	X	X	X	32	X
13. Butia	X	X	X	X	06
14. Lava Tudo	X	X	X	X	02
15. São Luís	X	X	X	X	09
Total	99	128	125	182	146

Fonte: AESP: Maços de População. C00226. Mapa Geral dos habitantes da Vila de Lages 1776-1818. Anos de 1803, 1811, 1816 e 1818.

O número de bairros e as nomenclaturas oscilavam a cada nova contagem: em 1803, eram 7; em 1807 e 1811, eram 6; em 1816, 8; e 10 em 1818. Um dado interessante, que perpassa todos os bairros, é a existência de domicílios cujas famílias plantavam “para seu gasto”³⁰³.

Os bairros *Circunvizinho da Vila* e *Costa da Serra* são os únicos que se mantêm ao longo do período. Com relação ao *Circunvizinho da Vila*, é o que apresenta uma maior ocupação; ali residiam homens que desempenhavam diferentes ofícios e funções: escrivães, pedreiros, ferreiros, negociantes, lavradores, carpinteiros, sapateiros e outros. Também encontramos as propriedades de alguns dos homens mais influentes politicamente na vila, como o capitão-mor Bento do Amaral Gurgel, o capitão Manoel Cavalheiro Leitão e o tenente Baltazar Joaquim de Oliveira. Logo, por incluir a própria vila, atraía um número maior de pessoas, que se dedicavam a atividades rurais e urbanas concomitantemente. Esse é o único bairro que ao longo do período teve aumento no número de domicílios. No bairro *Costa da Serra*³⁰⁴, caracterizado por extensas

³⁰³ AESP: Maços de População. Lages 1776-1818. Ordem C00226.

³⁰⁴ Atualmente, encontram-se os municípios de São Joaquim, Urupema e Bom Jardim da Serra.

planícies e localizado no caminho para Laguna e Desterro, 40% das propriedades eram fazendas, entre elas estavam as duas fazendas de Mateus José de Souza.

No bairro Amola Facas, localizado no caminho das tropas, de Lages em direção a Curitibaanos, além das propriedades dedicadas ao trabalho com animais e produção de alimentos, há um percentual significativo de propriedades cujos chefes dos domicílios possuem os ofícios de carpinteiros e ferreiros, além da produção de mantimentos³⁰⁵. Em 1803, esses dois ofícios (carpinteiros e ferreiros) somados perfaziam 21% da ocupação dos chefes desses fogos; em 1807, 4,0%; em 1811, 28%; em 1816, 55%; em 1818, 19,8%. A diminuição em 1807 e 1818 foi em função do aumento considerável no número de fogos cujos chefes viviam somente de suas lavouras. Por se tratar de propriedades localizadas em torno do caminho das tropas, pode ter havido a necessidade, em alguns períodos com maior intensidade, de homens especializados para suprir demandas produzidas pelos indivíduos que transitavam, consertando carroças e ferrando animais.

Certamente a divisão em bairros auxiliava no mapeamento populacional e possibilitava localizar os domicílios; e, quando não existiam marcos naturais em meio à extensão dos campos, os limites entre as propriedades. Nos registros paroquiais (de nascimento, casamento e óbito), não há a identificação dos indivíduos de acordo com suas habitações nos bairros.

Na tabela a seguir, elencamos o número de propriedades dedicadas ao trabalho com animais e cultivo da terra. Separamos as propriedades em fazendas (grandes propriedades que desenvolviam atividades de criação de animais com excedentes comerciais e lavouras de mantimentos) e de subsistência (as médias e pequenas propriedades com atividades em menor quantidade na criação de animais, mas que se dedicavam às lavouras de mantimentos e comercializavam parques excedentes).

³⁰⁵ AESP: Maços de População. Lages 1776-1818. Ordem C00226. Anos de 1803, 1811, 1816 e 1818. Na coluna das ocupações, a terminologia 'planta mantimentos para seu gasto' é descrita em um número significativo de fogos, que geralmente contam com a presença da família e de agregados. E, quando elencados, os produtos produzidos eram milho e feijão. Por exemplo: Anselmo José, natural de Laguna, pardo, casado com a parda Joaquina Maria de Jesus, planta em sua propriedade 'mantimentos para o consumo de casa, sendo 10 alqueires de milho e 10 de feijão'. Ano 1798, fogo n. 18 e 1803, fogo n. 28. A produção servia ao consumo interno, mas era possível que eventualmente houvesse comercialização. Mantimento: "Os comerres, viveres, alimentos [...] o manter, suster, conservar. SILVA, 1922. p. 263/264 (edição fac-símile da 2. ed., de 1813 / 1. ed.: Lisboa, Officina de Simão Thadeo Ferreira, 1789). Acerca da produção agrícola analisamos no capítulo a seguir.

Tabela 3 – Composição das unidades produtivas – 1798 a 1820.

Período	Nº e %	Ocupação	Nº de propriedades: fazendas e subsistência	Nº total de fogos
1798	12 = 17,1%	Fazendas	70	82
	58 = 82,9%	De subsistência		
1799	20 = 47,6%	Fazendas	42	54
	22 = 52,4%	De subsistência		
1803	21 = 26,9%	Fazendas	78	99
	57 = 73,1%	De subsistência		
1805	20 = 26,0%	Fazendas	77	82
	57 = 74,0%	De subsistência		
1807	26 = 21,5%	Fazendas	121	132
	95 = 78,5%	De subsistência		
1811	20 = 22,5%	Fazendas	89	125
	69 = 77,5%	De subsistência		
1816	23 = 28,1%	Fazendas	82	182
	59 = 71,9%	De subsistência		
1818	20 = 24,4%	Fazendas	82	146
	62 = 75,6%	De subsistência		
1820	28 = 38,9%	Fazendas	72	xx
	44 = 61,1%	De subsistência		

Fonte: AESP: Maços de População. C00226. Mapa Geral dos habitantes da Vila de Lages 1776-1820.

Estão agrupadas em subsistência os que declararam “planta para seu gasto”, “vive nas suas lavouras e planta mantimentos para seu gasto”, “planta para seu sustento”, “planta para seu gasto com vacuum e cavalari”. Essas propriedades possuem em sua maioria mão de obra familiar; algumas possuem agregados e um ou dois escravos. Os agricultores que cultivavam alimentos, em geral, possuíam pequena escravaria e sobreviviam trabalhando na agricultura de subsistência³⁰⁶. No entanto, a agricultura de subsistência não significava produzir o tempo todo para o sustento da família, pois, havendo mais mão de obra, era possível produzir em maior escala; ou, se as condições climáticas fossem favoráveis, principalmente com chuvas regulares,

³⁰⁶ LUNA; KLEIN, 2010. p. 295-317.

essas propriedades podiam aumentar a produção e comercializar os excedentes. Não era de caráter mercantil a produção, visto que a circulação de mercadorias, quando existia, era em pequenas quantidades e rendia ínfimos recursos. Paulo Zarth analisou os relatórios das câmaras municipais de São Leopoldo, Porto Alegre, Rio Pardo, Pelotas, São Borja e Rio Grande entre 1849 e 1854; segundo o historiador, com exceção de São Leopoldo, “a produção de gêneros de subsistência parece estar restrita ao consumo das famílias dos próprios lavradores e aos pequenos mercados das vilas locais” (2002, p. 207).

Com relação à mão de obra nas propriedades de subsistência, Gutiérrez, através da análise do Inventário dos Bens rústicos de 1818, afirma: “[...] a distribuição dos escravos entre propriedades de diferentes tamanhos de área revela, numa visão de conjunto, que havia padrões perfeitamente identificáveis. As propriedades de menores dimensões quase não empregavam escravos [...]. No grupo das micropropriedades, com 20 ha ou menos, 92,5% não possuíam escravos” (2006, p. 111).

Essas propriedades possuem no rol de suas produções milho, feijão, trigo e animais vacum e cavalari. A produção extraída dessas propriedades, isto é, suas lavouras e criações, não era “[...] voltada para a produção de excedente comercial e realização de lucros. Dedicavam-se, antes, ao suprimento de suas necessidades, que, apesar disso, pressupunham a troca, como a multiplicidade das pequenas vendas voltadas a reduzidos mercados locais pareciam sugerir” (CASTRO, 2009, p. 63).

Já as fazendas, agrupei-as através das expressões “tem uma fazenda de criar”, “uma fazenda de criar com lavoura, cavalari e vacum” e “uma fazenda de criar e negócio de tropas”. Nas fazendas, a indicação da existência de animais – vacum, cavalari e muar – é sempre presente, e somente em algumas há a identificação de lavouras. Provavelmente a maioria era produtora de alimentos, mas, como viviam das atividades com animais, não registravam outras atividades no momento do censo. Nas fazendas além da presença da família, temos como mão de obra agregados e escravos. A lida com o gado não ocupava agregados e escravos integralmente, então seriam estes os responsáveis também pelo plantio de alimentos.

Ao longo desses vinte anos, as lavouras apresentam-se em maior número do que as fazendas, indicando que as propriedades nos campos de Lages não eram somente fazendas com grandes rebanhos, mas apontam para a existência significativa de médias e pequenas propriedades. O número de propriedades onde se desenvolvia a agricultura era maior em relação às que se dedicavam a atividades criatórias. Os produtores de ‘mantimentos para seu gasto’

estavam disseminados por todo o território da vila, contrariando a imagem difundida de que nos campos Lages havia somente a existência de proprietários com fazendas de criação de gado³⁰⁷; e tanto nas fazendas como nas lavouras predominou a presença da família (casal e filhos).

Portanto, a estrutura de produção ia além da pecuária; apesar de esta ser a atividade de maior destaque econômico e base da projeção política, ela era complementada e complemento da agricultura, e a estrutura agrária era caracterizada pela diversidade no tamanho das propriedades. Carlos Eduardo Suprinyak (2008, p. 32) afirma que, nos “limites meridionais da capitania de São Paulo, caracterizada durante o período colonial pelo absenteísmo dos proprietários e pelo isolamento econômico, desestimulou-se o desenvolvimento da agricultura devido à inexistência de mercados consumidores nas proximidades”. Para o autor, no planalto dos Campos Gerais, disseminou-se somente a atividade de criação de gado. Por outro lado, Cacilda Machado (2008, p. 60) enfatiza: “na passagem do XVIII para o XIX, a população da freguesia de São José se mantinha basicamente do fruto do trabalho na agricultura e na criação, de resto, característica de toda a região de Curitiba e seu entorno”. Enquanto Suprinyak utiliza fontes secundárias produzidas na década de 1970, Machado chega a essa conclusão a partir da análise realizada nas listas populacionais e de bens rústicos; assim, de acordo com essas fontes, havia, além da pecuária, a produção de parques excedentes agrícolas, comercializados nas freguesias e vilas próximas, o que se aplica também ao território da vila de Lages.

O monopólio das terras esteve associado à criação de animais, mas ganhou nova significação, conforme demonstrado na tabela anterior, com a significativa presença de lavradores, que migravam atraídos pela abundância de terras livres e foram responsáveis por alterar os significados socioeconômicos da propriedade da terra. As áreas de pastagens naturais localizadas próximas aos cursos de rios e de estradas eram mais valiosas e também mais importantes para a criação de gado e foram transformadas em fazendas; já as propriedades de subsistência ficavam geralmente nas áreas de campos cobertos, onde o mato precisa ser roçado e queimado para posterior plantação. De acordo com Carlos Lima, “[...] a desigualdade entre os *proprietários* grassava soberana. Até a pequena Lages era tão desigual quanto municípios bem maiores, como Curitiba e Castro” (LIMA apud XAVIER, 2012, p. 312).

Nos campos de Lages, considerados distantes e isolados quando comparados aos campos de Curitiba e Viamão, encontramos áreas rurais e em processo de expansão. Por ser uma

³⁰⁷ Com ênfase na existência majoritária de grandes propriedades nos campos de Lages: PIAZZA, 1983. PIAZZA, 1999. COSTA, 1982. VIANNA, 1987.

fronteira³⁰⁸ agrícola em processo de expansão espacial, atraía migrantes para essas áreas, tanto para a criação de animais quanto para a produção agrícola. Os espaços considerados “vazios”, mas não o eram, pois se encontravam habitados por comunidades indígenas, recebiam homens pobres livres que vinham atraídos pela abundância de terras; esses indivíduos são diferentes da figura do senhor de terras, do latifundiário escravista, aqui presença numerosa. Esses homens livres pobres, ao cultivarem produtos agrícolas, foram responsáveis pelo desenvolvimento do mercado interno e por estratégias de sobrevivência no espaço da agricultura mercantil baseada no trabalho escravo.

As propriedades de subsistência eram numericamente superiores às fazendas, mas os inventários³⁰⁹ existentes do período de 1796 a 1850 são em maior número de proprietários que possuíam fazendas. Dos 54 inventários catalogados, 41 são de fazendeiros com ‘uns campos de fazenda’ e 13 são de médios e pequenos proprietários com ‘pequena parte de campos’ ou ‘uma chácara’³¹⁰. Do total dos inventários catalogados, em 43 deles é possível identificar e quantificar todos os bens.

Entre os inventários de pequena propriedade, está o caso de Constância Maria³¹¹, inventariante de seu falecido marido Manoel Francisco de Paula. O casal tinha 7 filhos, entre 5 e 22 anos, todos solteiros. Constância declarou “que os bens são de tão pouco monte que não podem suportar a despesa de um inventário regular”. Os bens eram um campo, uma casa velha, 51 reses de criar, 8 mulas mansas, 7 cavalos mansos, 9 éguas xucas, 5 potrinhos, 6 cangalhas, 1 par de canastras, 2 machados, 2 enxadas, 2 foices e 2 panelas de ferro; e foram avaliados em 467\$280 réis.

O caso citado traz para análise o problema da falta de inventários de homens pobres da vila e o do número pequeno de inventários de propriedades de médio e pequeno porte. Talvez muitos deixaram de realizá-los em virtude dos custos; aí pode residir o fato da falta de inventários de homens desafortunados da vila. Pois, se os poucos bens deixados por Manoel

³⁰⁸ Sobre fronteira, ver: MOTTA, 2010. p. 226-234.

³⁰⁹ MTJSC: seção Lages. Os inventários *post mortem* dos habitantes de Lages do período de 1796 a 1850 estão depositados no Museu do Judiciário em Florianópolis (SC). O livro com a lista de todos os inventários da vila de Lages encontra-se no arquivo do Fórum da Comarca de Lages. No entanto, alguns dos inventários listados nesse livro não estão no Museu do Judiciário. E nessa lista não encontramos inventários de homens pobres da vila.

³¹⁰ Isso justifica que o historiador Jovani Scherer classifique esta fonte (os inventários *post-mortem*) como *postos de observação imperfeito*, tendo em vista "a baixa representatividade social dos inventários". SCHERER, 2008.

³¹¹ MTJSC. Cód. 10, Cx 42 (O-9). Inventário realizado em 1 de agosto de 1848.

Francisco de Paula para a família não compensavam inventariar, como seria aos que possuíam menos bens ainda³¹².

Na vila, a grande incidência de indivíduos que possuíam pequenas e médias propriedades, em que basicamente a família era a responsável pela produção de alimentos e criação de animais, leva-nos a analisar o perfil *desses* proprietários, em especial dos homens de cor. Afinal, para adquirir uma propriedade, ocupá-la e torná-la produtiva, era preciso dispor de recursos. E, conforme os dados ora apresentados, a ocupação, seguida do avanço da fronteira agrícola, também foi realizada pelos “que viviam de suas lavouras ou plantavam para seu gasto”, os proprietários pobres; não somente pelos fazendeiros.

2.4 Os proprietários de cor

Ao analisarmos as motivações para a colonização do sul da Capitania de São Paulo, restam explicitados os interesses políticos da Coroa; em especial, impedir os avanços castelhanos, definir os limites internos entre as capitanias e ligá-las através de um caminho terrestre mais seguro que o marítimo. Esses interesses, associados às condições geográficas do relevo, possibilitaram a continuidade das atividades realizadas nos campos de Curitiba, a criação de animais para atender o mercado interno. Porém, à medida que novos homens chegavam, iniciaram-se também o cultivo da terra e a produção de alimentos.

Nas listas nominativas da vila, há a descrição dos indivíduos proprietários de terras; e um número significativo desses indivíduos que cultivavam a terra, criavam animais ou viviam da simples roça de subsistência eram pardos e pretos. De acordo com Faria (1998, p. 120), foram “as regiões de fronteira agrícola em expansão que mais viram aumentar o contingente de pardos/pretos livres/forros em praticamente toda a história do Brasil”.

Ao longo de todo o período de ocupação dos campos lageanos, ser proprietário não foi privilégio e exclusividade para homens brancos. Numa sociedade marcada pelos privilégios e exclusões ligadas a hierarquias sociais na colônia, temos nesses campos indivíduos saídos de mundos diferentes, mas que possuíam em comum o desejo de acesso à terra. Os homens que transitaram e se estabeleceram nesse sertão como proprietários, como o pardo Vicente de

³¹² Pensamos esses desafortunados como os “homens e mulheres de vida não privilegiada” de que trata Ginzburg. Conforme: GINZBURG, Carlo. Provas e Possibilidades à margem de “Il ritorno de Martin Guerre” de Natalie Zemon Davis. In: **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: DIFEL, 1989. p. 179-202.

Athaydes, o mulato Manoel Barros e o branco Bento do Amaral Gurgel, assim como outros homens de seu tempo, apresentam um perfil diferenciado, quer na sua origem, quer em sua condição jurídica³¹³. A propriedade da terra representa liberdade, pois possibilita impor seu próprio ritmo de trabalho e a segurança na medida em que garante permanência familiar.

Homens livres ou recém-saídos da escravidão buscavam sustento familiar, autonomia e liberdade. Rios e Mattos estudaram as populações negras no pós-abolição, mas suas análises acerca do ‘viver daquilo que se produz’ se aplicam aos períodos colonial e imperial: “conseguir um espaço para roça e mantê-lo, com suas possibilidades de trabalho em família, produção, relativa independência e toda a dimensão de realização pessoal que ela possibilitava foi uma ambição constante” (2005, p. 243).

Os indivíduos que compuseram a população proprietária da vila de Lages eram livres e forros, brancos, pardos e pretos; chegavam nesses campos, geralmente, atraídos pela abundância de terras livres e melhores condições socioeconômicas. Nesse contexto, Eni Samara destaca que “um novo povoado podia significar mais espaços disponíveis para lavoura ou roçados e o desejo de ascensão à situação de proprietários, o que conferia status e maior dignidade social” (2003, p. 62). Cabe destacar que as pesquisas sobre a constituição da sociedade colonial e imperial no contexto da mobilidade social dos homens de cor já avançaram bastante, e assim podemos afirmar que as hierarquias sociais vão além da composição senhores e escravos³¹⁴.

Percorrendo a lista dos habitantes de 1798, encontramos pela primeira vez a cor dos proprietários de terras. Seus nomes, discriminados individualmente, vinham acompanhados pela cor, idade, estado civil e ocupações. A partir desse registro, foi possível conhecer quem eram os homens livres de cor que residiam na vila e eram senhores de terras.

Nas listas a partir de 1803, os termos utilizados para os chefes dos domicílios sempre são “brancos”, “negros” e “pardos”, nunca “pretos”. Já no mapa geral da população, que é realizado a partir dessas listas, o termo “negro” desaparece e são utilizados “pretos livres”, “pretos cativos”, “pardos livres”, “pardos cativos”, “mulatos livres” e “cativos”. Apesar da mudança de

³¹³ João Fragoso destaca que o parentesco ou as alianças entre desiguais possibilitava mobilidade social. Tornar-se senhor de si e proprietário de terra tornava real a mobilidade. O pardo Vicente de Athaydes era filho de um senhor branco, o mulato Manoel de Barros que obteve título de sesmaria. Sem dúvida, o parentesco e as alianças propiciaram que indivíduos que não compunham o centro da nobreza da terra em Lages estabelecessem relações com esta. Fragoso destaca a constituição da estratificação na sociedade colonial associada ao compadrio, parentesco e alianças entre desiguais. Assim, para o autor, “[...] a sociedade da América lusa fora montada sob os auspícios do Antigo Regime e de sua velha concepção corporativa. Na verdade, aqui fora reinventada uma estratificação com ares estamentais. Reinvenção, pois possuía singelas diferenças das estruturas de tipo antigo, presentes no Velho Mundo” (FRAGOSO apud FRAGOSO; GOUVÊA, 2010, p. 282).

³¹⁴ Entre outras: FLORENTINO; GÓES, 1997. SLENES, 2011. GRAHAM, 2005.

terminologia, as listas e os mapas são assinados pela mesma pessoa, porém nada impedia que mudassem a forma de registrar.

O historiador Roberto Guedes,³¹⁵ ao analisar o modo como a escravidão influenciou o registro da cor na vila de Porto Feliz (1798 e 1843), encontrou nos documentos o mesmo apresentado na documentação da vila de Lages:

Minha hipótese é a de que aludem, nos mapas, a uma coletividade abstrata, mas, nas listas, trata-se de uma observação pontual dirigida aos membros dos domicílios. Portanto, o emprego dependia da fonte e de quem registrava. Preto, pardo e mulato, quando usados na elaboração dos mapas, se reportavam a uma coletividade. Por outro lado, pardo e negro, utilizados nas listas, eram classificações personalizadas. No caso de os responsáveis pelos mapas e pelas listas serem as mesmas pessoas, também se observa uma desigualdade genérica para uma coletividade e outra, pontual (GUEDES, 2007, p. 16).

É preciso considerar que a atribuição de cor “negra” refere-se se à condição passada de escravos ou a um contato muito próximo com o cativo; já “pardos” abarca o passado escravo, mas também os já nascidos livres. Hebe Mattos, ao estudar os processos civis e criminais do século XIX envolvendo homens de cor no Rio de Janeiro, nos fornece subsídios para entender o significado das cores. “A cor negra aparecia virtualmente como sinônimo de escravo ou liberto (preto forro), bem como os pardos apareciam geralmente duplamente qualificados como pardos cativos, forros ou livres. Apenas quando qualificava forros e escravos, o termo 'pardo' reduzia-se ao sentido de mulato [...]” (MATTOS, 2013, p. 104).

Em 1798, das 70 propriedades agrícolas, 38 pertenciam a homens brancos, 28 aos mulatos, 3 a pretos forros e 1 a um negro forro³¹⁶ – eram proprietários de fazendas de criar animais e de propriedades com plantações de mantimentos. Entre os proprietários de cor com fazendas, temos somente o já citado mulato Manoel de Barros³¹⁷ e o negro forro Thomaz³¹⁸. Diferindo das listas posteriores, somente nesse ano as cores na lista são branco, preto, negro e mulato – e as cores negro e preto são seguidas pela condição forra.

³¹⁵ Ver também: GUEDES. In: FRAGOSO, 2006, p. 458.

³¹⁶ AESP: Maços de População. Lages 1776-1818. Ordem C00226. Ano de 1798.

³¹⁷ AESP: Maços de População. Lages 1776-1818. Ordem C00226. Anos de 1798. Fogo n. 54. Manoel de Barros, mulato, 65 anos, casado Ignácio, mulata, 57 anos. Tem uma fazenda de criar animais com 60 vacuns, 40 cavalares, 10 muars. Vende anualmente 10 cavalares, 25 vacuns e muars. Planta mantimentos e colhe 50 alqueires de milho e 30 de feijão. Vivem na fazenda 3 filhos, mulatos e solteiros, o casal de escravos João, preto, 50 anos e Joana, preta, 40 anos, e mais Marcelo, preto, solteiro com 20 anos, e a agregada Anna mulata, solteira com 10 anos.

³¹⁸ AESP: Maços de População. Lages 1776-1818. Ordem C00226. Anos de 1798. Fogo n. 20. Thomaz, negro forro, solteiro 50 anos, tem uma fazenda de criar animais com 50 vacuns, 20 cavalares e 10 muars. Vivem em sua propriedade os agregados, Joaquim, mulato, solteiro, domador com 30 anos, e Francisco, mulato, solteiro, jornaleiro com 18 anos.

Tabela 4 – Composição: números de propriedades e proprietários por cor, de 1798 a 1818, a partir das listas nominativas.

Anos	Propriedade	Negros	Pardos	Branco	Total de propriedades
1798	De subsistência	03 ³¹⁹	27 ³²⁰	28	70
	Fazendas	01 ³²¹	01 ³²²	10	
1803	De subsistência	06	27	24	78
	Fazendas	00	02	19	
1811	De subsistência	08	21	32	89
	Fazendas	00	02	26	
1816	De subsistência	03	16	20	82
	Fazendas	00	01	42	
1818	De subsistência	01	39	27	82
	Fazendas	00	00	15	
	Total	22	136	234	401

Fonte: AESP: Maços de Populações. Lages 1776-1818. Ordem C 00226.

* Mantivemos na tabela os termos empregados nas listas dos habitantes.

Ao analisar a quantidade de propriedades em cálculos percentuais, temos o seguinte: em 1798, 54,2% pertencentes aos brancos, 40% aos mulatos e 5,7% aos pretos e negros forros; para 1803, 55% eram brancos, 37,1% pardos e 7,6% negros; em 1811, 65,1% eram brancos, 25,8% pardos e 8,9% negros; em 1816, eram 75,6% de brancos, 20,7% de pardos e 3,6% de negros; em 1818, 51,2% pertenciam aos brancos, 47,5% aos pardos e 1,2% aos negros³²³. A incidência maior dos homens de cor está nas propriedades dedicadas à subsistência.

A partir desses números, é possível afirmar não só a presença, mas também a participação desses homens de cor na vida econômica da vila. Os negros, em sua maioria, são proprietários de sítios e chácaras em que produzem para a subsistência, diferindo de pardos e brancos, que possuíam, além de sítios e chácaras, fazendas. Assim, evidencia-se que indivíduos negros instrumentalizaram como puderam a fronteira aberta, instalando-se como proprietários e agregados.

Os índices ao longo de todo o período indicam que 60,5% dos proprietários são brancos, 33,9% são pardos e 5,4% são negros. Isso significa que, juntos, os homens não brancos se aproximam de 40% dos proprietários de terras nos campos de Lages. Os dados apontam que um número significativo desses negros e pardos livres produzia poucos excedentes porque possuía,

³¹⁹ Cf. lista: pretos forros.

³²⁰ Cf. lista: mulatos.

³²¹ Cf. lista: negro forro.

³²² Cf. lista: mulatos.

³²³ AESP: Maços de População. Lages 1776-1818. Ordem C00226. Anos de 1803, 1811 e 1818.

em geral, áreas menores de terras; também, entre os indivíduos de cor, a presença maior é de pardos. De acordo com Hebe Mattos (2013, p. 42-43),

[...] o qualitativo pardo sintetiza, como nenhum outro, a conjunção entre classificação racial e social no mundo escravista. Para tornarem-se simplesmente “pardos”, os homens livres descendentes de africanos dependiam de um reconhecimento social de sua condição de livres, construído com base nas relações pessoais e comunitárias que estabeleciam. Mesmo que a prática, por diversas vezes, não correspondesse à representação, a cor da pela tendia a ser por si só um primeiro signo de *status* e condição social para qualquer forasteiro.

Isso pode significar que havia entre os libertos ou nascidos livres, mesmo com pais negros, o registro da cor parda dada a possibilidade maior de mobilidade e trânsito no mundo dos homens livres. Para elucidar a mobilidade social, retornemos à história do pardo Vicente: enquanto ele e sua esposa nasceram de ventre escravo, tornaram-se libertos e, depois de mais de duas décadas, tronaram-se proprietários de um fogo, seus filhos pardos e nascidos livres tiveram maior facilidade para se incorporar ao mundo dos proprietários livres. Sua filha parda Florinda casou-se com o branco Francisco de Souza Machado, que possuía uma fazenda na Costa da Serra³²⁴. Na propriedade de Francisco e Florinda, criavam-se animais vacuns e cavalares e plantava-se para o consumo na propriedade. Além de proprietário, Francisco tinha o ofício de ferreiro e atuava como soldado miliciano³²⁵. A outra filha, Maria, casou-se em primeiras núpcias com o pardo e condutor de tropas José de Freitas; em segundas núpcias, com o pardo José Joaquim³²⁶, também condutor de gado. Em um sítio, Maria produzia para seu gasto com o auxílio dos filhos³²⁷. Já Anna casou-se com o branco João de Souza de Oliveira³²⁸, natural de Sorocaba e proprietário de um sítio – viviam de suas lavouras. O filho Claro era senhor de terras em 1832³²⁹. Os filhos do pardo Vicente e da também parda Maria da Conceição ampliaram a mestiçagem ao casar-se com brancos.

De 1803 a 1818, os indivíduos pardos e negros proprietários eram nascidos na vila ou oriundos de diferentes lugares do Brasil. Os locais de origem com identificação mais exata eram as Capitanias de São Paulo, do Rio Grande de São Pedro, de Santa Catarina e de Portugal, mais

³²⁴ Cf.: AAHRGS, v. 11, p. 516. Francisco de Sousa Machado recebeu carta de título de terras na Costa da Serra Geral, tendo ao norte o arroio da Erva. A escritura datada de 14 de novembro de 1815. Casaram-se em 16 de agosto de 1807.

³²⁵ AESP: Maços de População. Lages 1776-1818. Ordem C00226. Ano 1807, fogo n. 8. Nesses anos, Francisco possuía 32 anos e Florinda 16 anos.

³²⁶ PNSPL: Livro de matrimônio n. 2, fls 75. Casamento realizado em 13 de abril de 1825.

³²⁷ AESP: Maços de População. Lages 1776-1818. Ordem C00226. Ano 1808, fogo n. 137.

³²⁸ PNSPL: Livro de matrimônio n. 2, fls 85. Casaram-se em 08 de julho de 1811. AESP: Maços de População. Lages 1776-1818. Ordem C00226. Ano 1811, fogo n. 116. Ana quando casou-se tinha 15 anos e João 20 anos.

³²⁹ MTJSC: COD. 10, Caixa 55. Ano: 1833.

especificamente das vilas e cidades de Parnaíba, Santos, Curitiba, Taubaté, Sorocaba, vila de São Paulo, Conceição, Guarulhos, Porto Alegre, Viamão, Rio Grande, Laguna, Desterro, Angra, Braga, Ilha de São Miguel, Porto, Lisboa, Ilha Terceira e alguns, de forma abrangente, dos Campos Gerais. Já os nascidos nas Minas Gerais e no Rio de Janeiro não trazem nomes de freguesia, vilas e cidades.

Indicamos que “pardo” e “negro” são termos que acompanham as descrições de proprietários nas listas populacionais. Acompanhamos quatro deles desde o primeiro até o último ano em que são elencados: os negros Florinda e Floriano, que possuem propriedades de subsistência, e os pardos Antonio e Manuel, que possuem fazenda.

A negra Florinda do Terço³³⁰, natural do Rio de Janeiro, viúva, com 44 anos em 1803, era possuidora de uns campos, onde viveu com três filhos negros até 1806, criando animais, com 10 cavaleiros por ano, e “plantando mantimentos para seu gasto”.

O negro Floriano dos Santos³³¹, natural de Sorocaba, 28 anos em 1803, casado com a parda Maria Tereza, com 18 anos, plantava para seu próprio consumo. Entre 1803 e 1806, viveram com o casal uma filha e duas agregadas pardas. De 1807 a 1809, não há mais agregados e a cor das filhas foi redefinida para “negras”. Em 1810, são quatro filhos; e retornam a cor para “pardos”. Em 1811, Floriano, além de produzir para o sustento de sua família, passou a conduzir tropas até Curitiba. Em 1816, Floriano está registrado com cinco filhos pardos, “vive de salários e planta para seu gasto”.

Já o pardo Antônio José Pereira³³², nascido em Lages, aparece recenseado pela primeira vez em 1806, com 30 anos, solteiro, possuindo uma fazenda de “criar animais vacuns, cavaleiros e muares, um rebanho de ovelhas e planta mantimentos”. Viviam em sua fazenda 7 agregados pardos, 1 identificado como pardo forro e 2 como escravos negros, sendo um de nação Angola e outro crioulo. O número dos agregados se altera em 1816, quando aumenta para 14, todos igualmente identificados como pardos; em 1818, são 9 agregados: 7 pardos e 2 negros. Nos dois últimos censos (1816 e 1818), Antônio José Pereira foi nominado como natural de Vacaria e não mais de Lages, talvez porque houve alteração dos recenseadores – até 1811 foi realizado por

³³⁰ AESP: Maços de População. Lages 1776-1818. Ordem C00226. Ano 1803, fogo n. 62, no bairro Pedras Brancas. No ano 1805, no fogo n. 49, foi incluído o termo *crioula* ao seu nome. Ano 1806, fogo n. 52.

³³¹ AESP: Maços de População. Lages 1776-1818. Ordem C00226. Ano 1803, fogo n. 14. Ano 1805 fogo n. 16. Ano 1806, fogo n. 19. Ano 1807, fogo n. 24. Ano 1808, fogo n. 22. Ano 1810, fogo n. 17. Ano 1811, fogo n. 14. Ano 1816, fogo n. 39, no bairro Circunvizinho da Vila.

³³² AESP: Maços de População. Lages 1776-1818. Ordem C00226. Ano 1806, fogo n. 47. Ano 1807, fogo n. 98. Ano 1808, fogo n. 112. Ano de 1810, fogo n. 79. Ano 1811, fogo n. 78, no bairro Caveiras Acima. Ano 1816, fogo n. 97. Ano 1818, fogo n. 114.

Bento do Amaral Gurgel, em 1816 foi realizado por Manoel Cavalheiro Leitão, em 1818, por Baltazar Joaquim de Oliveira. Casos como este não só ajudam a pensar a mestiçagem que vigia naquela sociedade, mas também indicam que a escolha de agregados poderia seguir critérios étnico-raciais.

Em 1805, foram relacionados entre os habitantes da vila de Lages o pardo forro Manuel de Oliveira³³³, natural de São Paulo, 35 anos, casado com a negra Rufina, natural de Lages, 28 anos, e seus dois filhos pardos – proprietários de uma fazenda onde criavam animais vacuns, cavalares, muares e plantavam mantimentos para seu gasto. Além daqueles recenseados em 1805, em 1806 adquiriram o escravo pardo João e Rufina foi identificada como parda; em 1807, Rufina “volta a ser” negra, acompanhada por 4 filhos pardos, 3 agregados (2 pardos e 1 negro de Nação) e 1 escravo pardo; em 1808, são 5 filhos pardos, 2 agregados (1 negro e 1 branca) e 1 escravo pardo. De 1811 a 1816, vive na propriedade o casal com cinco filhos pardos.

Para Roberto Guedes, há uma hipótese para a mudança na cor dos indivíduos nas listas, como no caso de Rufina e das filhas de Maria Tereza com Floriano dos Santos: “Minha hipótese é a de que as cores indicam ora uma coletividade abstrata ora uma observação pontual, dirigida aos membros dos fogos. Isso dependia da fonte e da idiossincrasia de quem registrava. [...] O que sugere uma caracterização pontual e personalizada nas listas é que as mesmas pessoas frequentemente mudavam de cor” (apud FRAGOSO et al., 2006, p. 461).

Os filhos de Floriano dos Santos e de Manoel de Oliveira são fruto da união de pardos e negros, e foram identificados como pardos. Neste caso, a designação da cor dos filhos acompanhou o laço parental que mais se distancia do cativo, isso significa que “a designação de ‘pardo’ era usada, antes, como forma de registrar uma configuração social” (MATTOS, 2013, p. 42), e também para explicitar que são descendentes de pais livres, mas de uma ancestralidade e de uma memória assentada na experiência pretérita do cativo.

Por ser essa uma região de fronteira aberta, os não brancos tinham possibilidades de inserção e ascensão socioeconômica, visto que os habitantes migravam de locais distantes para esses campos. Para Sheila de Castro Faria, a mobilidade era uma característica marcante entre os homens pobres: “mover-se, em busca de melhores condições de sobrevivência, tornava-se uma atitude previsível e esperada; identificava-se, para os forros e seus descendentes, com o exercício da liberdade” (1998, p. 102).

³³³ AESP: Maços de População. Lages 1776-1818. Ordem C00226. Ano 1805, fogo n.75. Ano 1806, fogo n. 72. Ano 1807, fogo n. 38. Ano 1808, fogo n. 40. Ano 1811, fogo n. 25. Ano 1816, fogo S/I, no bairro Amola Facas.

Aqui, como no caso do negro Floriano dos Santos, além de cultivar suas roças, atuavam (mesmo que eventualmente) como condutor de tropas. Essas informações indicam a presença de proprietários com núcleos familiares diversos; a começar pelos chefes de domicílio, pois há viúva, casados e solteiros. Enquanto Florinda tem somente o auxílio dos filhos, Antonio José e Manuel de Oliveira, além dos filhos, possuem agregados e escravos. Aqui não há 'modelos explicativos' que possam dar conta, pois, na contramão da sociedade escravista tradicional, esses homens e mulheres se inseriam e gozavam de autonomia. Novamente, cabe mencionar (e talvez mereça ser explorado mais extensamente ao longo do trabalho) que identificamos certa seleção étnico-racial de proprietários negros com relação aos seus agregados, demonstrando que *preferiam* entreter relações mais próximas com indivíduos com os quais compartilhavam memórias comuns.

Manoel de Oliveira era pardo forro e adquiriu um escravo pardo; mesmo assim, ele e os demais, apesar da mobilidade social, não tiveram um processo de enriquecimento. Assim como eles, a maioria dos homens de cor proprietários, contavam muito mais com a mão de obra familiar e de agregados do que com a de cativos.

Além desses exemplos, voltemos ao sesmeiro mulato Manuel de Barros: nas listas nominativas, o reencontramos, vivendo com sua família, agregados e escravos em sua fazenda, localizada nas cabeceiras do rio Pelotas e do Lavatudo. Pelos registros das datas, chegou aos campos de Lages por volta de 1770, com cerca de 30 anos. De 1776 a 1787, foi registrado na 3ª classe (homens livres de 15 a 60 anos) dos habitantes da vila. Em 1789, viviam na fazenda, com o casal, 6 filhos, 2 escravos menores e 1 agregado possuidor de 2 escravos; em 1790, eram 7 filhos, 1 escravo, 16 agregados – entre estes, um preto forro e mais um escravo dos agregados; de 1791 até 1796, não há alteração de filhos e escravos, apenas dos agregados, com saída do casal José Esteves e Anna Maria de Barros; em 1797, foram elencados somente 6 filhos na propriedade – talvez os agregados e escravos tenham sido ocultados, ou não existiam.

Quadro 2 – Fazenda do pardo Manuel de Barros, natural de São Paulo, e da parda Ignacia Rodrigues, natural do Rio de Janeiro, 1804 a 1811.

Ano	N. fogo	Ocupação – fazenda	Filhos	Agregados	Escravos
1798	54	Vacum 60, cavalari 40, muar 10, 50 alqueires de milho e 30 de feijão	03 (M)	01 (M)	03 (Pr)
1803	33	Vacum 50, cavalari 20, muar 8, 10 alqueires de farinha e 12 de feijão	01 (Pa)	03 (Pa) 01 (N)	05 (N)
1804	31	Vacum 50, cavalari 24, muar 12, com mantimentos	00	03 (Pa)	05 (N)
1805	31	Vacum 30, cavalari 10 e muar 11	00	03 (Pa)	05 (N)
1806	34	Vacum 30, cavalari 10, muar 11 e mantimentos	00	03 (Pa)	05 (N)
1807	86	Vacum 10, cavalari 07, muar 12 e mantimentos	01 (Pa)	05 (Pa)	05 (N)
1810	73	Vacum 19, cavalari 11, muar 05 e mantimentos	01 (Pa)	01 (Br) 01 (Pa)	05 (N)
1811	67	Vive de suas lavouras	01 (Pa)	00	05 (N)

AESP: Maços de População. C00226. Mapa Geral dos habitantes da Vila de Lages 1776-1818.
 Legenda: Pa = pardo; M= mulato; N = negro; Pr = preto; Br = branco.

No ano de 1798, toda a família Barros é registrada como mulata; nos anos subsequentes, metamorfoseiam-se em pardos. De 1803 a 1807, os agregados pardos são os netos de Manuel e Ignacia. Em 1810, os agregados são o casal Pascoal, índio, branco, 22 anos, e sua esposa, Joana, parda, natural de Lages, com 48 anos. Os 5 escravos negros são os mesmos: João e sua esposa crioula, Joana, com 3 filhos crioulos: Maria, Ana e Marcelo. O escravo João era africano e foi descrito de 1803 a 1806 como natural de Angola; em 1807, de Nação; em 1810, da Guiné; em 1811, aos 50 anos, é somente João aleijado. No ano de 1811, a chefe do fogo é a viúva Ignácia³³⁴. Essa família parda fazia parte da elite proprietária de terras e de escravos em Lages.

Entre os proprietários negros listados entre 1803 e 1816, quatro eram nascidos na África:

³³⁴ Conforme registro de óbito realizado pelo padre Antonio Rodrigues Chaves Mariano, Manoel de Barros morreu em 19 de julho de 1810, com mais de 70 anos, e foi enterrado abaixo do púlpito na igreja de Nossa senhora dos Prazeres. O falecido ficou devendo ao vigário 5 mil réis. PNSPL: Livro de óbitos, n. 02, fls. 25.

de 1803, Domingos da Silva e João do Amaral; de 1807, João Nunes; de 1816, somente Francisco. Ao seguirmos as anotações nas listas, temos as seguintes informações:

- Em 1798, encontramos o preto forro Domingos, 50 anos, casado com a negra Maria, de 35 anos. No fogo, residiam com o casal seus 3 filhos, Rafael, mulato, 15 anos, Maria, mulata, 11 anos, e José, mulato, 5 anos – todos solteiros. Plantavam mantimentos e colhiam anualmente 5 alqueires de milho e 6 de feijão. Em 1803, reencontramos Domingos da Silva³³⁵, agora negro forro de nação Mina, 53 anos, casado com a parda Maria, natural das Missões e de 40 anos. Eram agricultores, plantavam para seu gasto e tinham em sua companhia o filho José, pardo, de 8 anos. Em 1805, o filho José morreu afogado no rio Caveiras. Em 1808, foi elencado mais um filho: Antonio, pardo, de 7 anos. Nesse ano, produziram 12 alqueires de milho e 10 de feijão e possuíam 4 cabeças de gado vacum. Em 1810, além de produzirem alimentos, possuíam 3 vacuns e 3 cavalos em sua propriedade, próxima à vila. No último ano (1811) em que os encontramos registrados, haviam mudado de residência, indo se estabelecer no bairro Costa da Serra, onde viviam de suas lavouras.

- João do Amaral³³⁶, negro forro Cabinda, 74 anos e casado com a preta forra Francisca Maria, Benguela, de 64 anos. Viviam com o casal o filho Miguel, negro, crioulo, de 13 anos, e a agregada Maria *gentia* (índia), branca, de 1 ano. Eles plantavam mantimentos para seu gasto na propriedade localizada próxima à vila. Essa estrutura do domicílio se manteve até 1806. João, com mais de 80 anos, e Francisca, com 75 anos, juntamente com o filho Claro, negro, com 50 anos e solteiro, reaparecem em 1816, com domicílio no bairro Pedras Brancas e vivendo de suas lavouras.

- João Nunes, negro, natural da Guiné, 50 anos, era casado com a negra Francisca, de 50 anos e também da Guiné³³⁷. Vivia com o casal o filho Miguel, negro, solteiro e com 25 anos. Venderam naquele ano de 1807 30 alqueires de milho e 10 de feijão, e possuíam 5 cabeças de gado vacum. Em 1808, a produção de feijão aumentou para 20 alqueires; passaram a contar com a mão de obra do agregado Antonio, branco, solteiro, 21 anos, que, de acordo com o registro, era “um bugre que não foi batizado”. Em 1811, o domicílio era habitado somente pela família, que

³³⁵ AESP: Maços de População. Lages 1776-1818. Ordem C00226. Ano 1803, fogo n. 13. Ano 1804, fogo n.14. Ano 1805, fogo n. 15. Ano 1806, fogo n. 18. Ano 1808, fogo n. 21. Ano 1810, fogo n. 16, localizado no bairro Circunvizinho da Vila. Ano 1811, fogo n. 110, no bairro Costa da Serra.

³³⁶ AESP: Maços de População. Lages 1776-1818. Ordem C00226. Ano 1803, fogo 41. Ano 1804, fogo 35. Ano 1805, fogo 35. Ano 1806, fogo 38, localizado no bairro Circunvizinho da Vila. Ano 1816, fogo 78, localizado no bairro Pedras Brancas.

³³⁷ AESP: Maços de População. Lages 1776-1818. Ordem C00226. Ano 1807, fogo 86. Ano 1808, fogo 94. Ano 1811, fogo 62, localizado no bairro Pedras Brancas.

vivia de suas lavouras.

- Em 1816, há Francisco³³⁸, de nação, negro, 50 anos, casado com Engracia, negra, com 50 anos; o casal vivia de suas lavouras.

Pelas idades, esses africanos chegaram ao Brasil através do tráfico negreiro na segunda metade do século XVIII, tornaram-se senhores de si e adquiriram a desejada propriedade da terra. Com exceção da família de Domingos, as demais são negras. As quatro famílias cultivavam suas roças, porém na propriedade de Domingos da Silva e de João Nunes, além da produção de milho e feijão, havia alguns animais. Eram unidades produtoras de alimentos, sem a presença de escravos e dependentes do trabalho familiar.

Outro dado é a presença de dois agregados indígenas: Antonio, adulto que trabalhava na propriedade de João Nunes, e Maria, agregada de João do Amaral. Porém, Maria era um bebê que necessitava de cuidados, certamente realizados pela preta forra Francisca Maria. Maria teria sido tirada de sua família ou abandonada por ela? Já descrevemos anteriormente os conflitos entre os indígenas e os novos habitantes da vila; nossa hipótese é de que a família de Maria esteve envolvida em conflitos, o que ocasionou sua presença, mas sem seus pais, na propriedade de João do Amaral. Esses indivíduos aparecem apenas nessas listagens, o que impede de acompanharmos suas trajetórias.

Constam, juntamente com o nome desses homens e mulheres pretos forros, os locais de procedência, Guiné e Mina, e os grupos étnicos Cabinda, Benguela; também somente a identificação por nação. Quem cunhou esses e outros locais de procedência e grupos étnicos para os africanos foram os colonizadores. No Brasil, a utilização do termo “nação” serviu para identificar e ao mesmo tempo classificar esses africanos; no século XVIII, a prática de identificar os africanos escravos e forros por nações já estava arraigada³³⁹.

Com relação à nomenclatura dada pelos colonizadores aos locais de procedência, Mariza Soares (2000, p. 109) assinala: “[...] não existe qualquer homogeneidade nos nomes das procedências: vão desde os nomes de ilhas, portos de embarque, vilas e reinos a pequenos grupos étnicos. [...] Do Reino do Congo vêm, além dos ditos congos, os muxicongos, loangos, cabindas e monjolos”. Para a autora, não é possível ter certeza de que a nação corresponda realmente ao grupo étnico desses africanos.

Apesar da aparentemente rígida hierarquia social na colônia, a configuração social nos

³³⁸ AESP: Maços de População. Lages 1776-1818. Ordem C00226. Ano 1816, fogo n. 31. João era morador no bairro do Rocío.

³³⁹ SOUZA, 2002. p. 138-147.

campos de Lages é complexa. A observação nas listas da vila de Lages nos auxilia a demonstrar que, além dos brancos, pardos e negros também possuíam bens materiais e conquistaram acesso à propriedade fundiária. Também a presença desses africanos no rol de proprietários, como já confirmada pela historiografia brasileira³⁴⁰, nos permite verificar maior plausibilidade acerca da presença do tráfico interprovincial e principalmente do acesso à terra de homens saídos da escravidão.

Os proprietários não brancos em Lages eram formados por casais pardos e negros. Os esposos e esposas eram de origem africana e crioula. Alguns haviam rompido há pouco suas ligações com o cativo; outros já estavam adaptados socialmente ao universo dos livres. É possível perceber que esses proprietários se inseriram na fissura da sociedade colonial; para o local em que viviam e a sociedade em que estavam inseridos, ser proprietário garantia *status* perante os que não possuíam propriedade, mas possuíam a mesma cor.

Além de proprietários de terras, há também homens livres pretos e pardos em atividades não exclusivamente agrícolas. Eles viviam de suas agências, de jornais, de salários como alfaiate, ferreiro, carpinteiro, soldados e condutores de tropas³⁴¹.

Tabela 5 – Ocupações de pardos e negros, 1803 a 1818.

Anos	Pardos	Negros	N. de fogos pardos e negros	% dos fogos de pardos e negros	N. total de fogos destas atividades ³⁴²	Total geral de fogos																																				
1803	1 salário		03	14,2	21	99																																				
	2 agências						1811	5 salários	01 salário	14	38,8	36	125	3 tropeiros		3 agências		2 carpinteiros		1816	18 salários	04 salários	43	43,0	100	182	13 agências	02 agências	1 jornais		2 ferreiros		1 comerciante		1 fiar		1 costura		1818	3 salários	01 agências	09
1811	5 salários	01 salário	14	38,8	36	125																																				
	3 tropeiros																																									
	3 agências																																									
	2 carpinteiros																																									
1816	18 salários	04 salários	43	43,0	100	182																																				
	13 agências	02 agências																																								
	1 jornais																																									
	2 ferreiros																																									
	1 comerciante																																									
	1 fiar																																									
	1 costura																																									
1818	3 salários	01 agências	09	14,0	64	146																																				
	3 agências																																									
	1 negócio																																									

³⁴⁰ SAMPAIO. In: FRAGOSO, 2006. GUEDES. In: FRAGOSO; ALMEIDA; SAMPAIO 2007. FARIA, 1998. FRAGOSO. In: FRAGOSO; GOUVÊA, 2010.

³⁴¹ AESP: Maços de População. Lages 1776-1818. Ordem C00226.

³⁴² Excluimos o número de fogos cujas atividades são de subsistência e fazendas.

Fonte: AESP: Maços de População. C00226. Mapa Geral dos habitantes da Vila de Lages 1803-1818.

Assim como nas atividades agrícolas, aqui também predominou a cor parda em relação à negra. Em todos os anos, viver de seus salários e de suas agências foi o que predominou como ocupação; por se tratar de uma vila essencialmente rural, esses homens certamente plantavam pequenas roças. É notório que o percentual maior de homens de cor encontrava-se nas atividades agrícolas de subsistência, não nas ocupações de ofícios. Os números indicam a preferência dos indivíduos pretos e pardos em serem proprietários de terra e, por consequência, prover a sobrevivência familiar com o cultivo de suas roças e com a criação de animais, pois a propriedade da terra significava muito na constituição das hierarquias socioeconômicas da vila.

Entre os proprietários de bens materiais na vila, estavam os homens pardos e pretos, porém a maioria não estava entre os mais abastados, ou seja, entre os que possuíam grandes propriedades, cargos administrativos e títulos honoríficos – talvez porque as hierarquias eram muito mais sociais que econômicas. De acordo com Sheila Faria, “Negros e seus descendentes, libertos ou livres, eram 'pobres' mais pela condição estigmatizada que possuíam do que pelos bens materiais que efetivamente puderam acumular” (apud SOARES, 2007, p. 106).

Prevaleceram na organização e composição das estruturas políticas da vila as condições econômicas estruturadas na propriedade da terra. Para Hebe Mattos de Castro (2009, p. 86), “a abundância de terras livres criava uma margem ampliada de ação para o pequeno produtor empobrecido, não eliminava a subordinação social enquanto estratégia de sobrevivência necessária num mundo que poucos direitos lhes reconhecia, e onde não se faziam politicamente representar”.

Eram indivíduos e famílias que viviam de sua renda, e viver nos campos de Lages propiciava maior facilidade de mobilidade espacial e social, por se tratar de uma fronteira aberta e, neste caso, de oportunidades. Para tal,

[...] a qualificação do processo de mobilidade requer que o mesmo seja pensado para além de uma pura e simples ascensão vertical, embora esta não deixe de ser importante. É preciso entender que, numa sociedade hierarquizada, a mobilidade se dá dentro de determinados limites, reforçando e criando novas e diferentes segmentações (SOARES apud GUEDES, 2011, p. 43).

A mobilidade social nesses campos também era fruto da dinâmica (limitada)³⁴³ desse espaço em formação; e, ainda, a mobilidade social não foi acessível a todos os homens de cor ao

³⁴³ Ver: HESPANHA, 2006, p. 121-143.

longo do processo de ocupação e colonização.

Podemos caracterizar a economia de um número significativo de proprietários de cor como sendo de menores recursos econômicos, quando comparados aos recursos do pequeno percentual de brancos proprietários de fazendas. A maior parte desses indivíduos contava com a mão de obra familiar, ainda que em alguns domicílios houvesse agregados e escravos. Além disso, os proprietários de cor que eram detentores da posse de um pequeno número de escravos certamente não os isentavam do trabalho braçal nas propriedades, o qual deviam compartilhar com seus trabalhadores cativos.

Nos campos da vila da Lages, a propriedade, para além do seu sentido mercantil, possuía um sentido social, isto é, mais que a produção para o comércio e o acúmulo de excedentes, ela possibilitou e forneceu aos indivíduos de diferentes *status* e cor a constituição de laços de sociabilidade que acabaram por configurar a identidade agrária desse local.

Capítulo 3 – Mercado interno: criar e cultivar

A vila de Lages tem sua origem ligada à criação e ao transporte de animais entre o Sul e o Sudeste do Brasil; no entanto, o que vamos ter nesses campos, além das lides pecuárias, são as atividades agrícolas voltadas para a produção de gêneros alimentícios. As atividades agrícolas eram realizadas, em sua maior parte, pela mão de obra familiar, auxiliada por agregados e por um ou dois escravos. O número de propriedades dedicadas à lavoura era superior ao das dedicadas à criação de animais. Em todos os domicílios lageanos, independentemente da principal atividade econômica desenvolvida neles, havia atividades agrícolas voltadas para a produção desses gêneros, pois essas atividades eram desenvolvidas tanto no espaço urbano quanto no rural. Tiago Gil sintetiza a economia de Lages:

À margem da estrada das tropas, havia uma “micro-economia” local que tratava de aproveitar os negócios da rota de escoamento dos animais do sul. E não estou falando da pequena produção pecuária de Lages que seguia na mesma artéria até São Paulo, mas de um punhado de pastores, condutores de animais e pequenos negociantes que encontravam alternativas de sobrevivência naquela rota, em paralelo à pequena lavoura. Havia também fazendas de criação de bom porte, com grande número de escravos, como a Fazenda Morro Agudo, a Pedras Brancas e a São Luis, onde o proprietário, Joaquim José Pereira, criava um bom número de animais para exportação (GIL, 2009, p. 90).

A população da vila de Lages nos anos finais do século XVIII e ao longo do século XIX sobrevivia basicamente com os produtos extraídos das lavouras e com a criação de animais. A produção era diversificada: nas lavouras, cultivava-se principalmente milho, feijão e trigo; na pecuária, a produção era de vacuns, muars, cavalares e ovelhas. Os excedentes oriundos da pecuária eram comercializados pelos negociantes de tropas e conduzidos pelos tropeiros, primeiramente até Curitiba e, a partir de 1830, também para Desterro.

3.1 A criação de animais

Em 1768, o capitão-mor Antonio Correia Pinto recebeu ordens do governador da Capitania de São Paulo para fiscalizar e garantir que todos os criadores de animais destas paragens pagassem os quintos a fazenda real. E ainda, que não permitisse que animais roubados passassem pelo registro do rio Canos em direção aos campos de Curitiba. A criação de animais na vila de Lages que começava a se desenvolver, segundo o Morgado de Mateus, deveria atender

aos comerciantes que transportam os animais para outras partes da Capitania e para a Capitania de Minas Gerais³⁴⁴. Assim, os animais que eram criados na recém-criada vila de Lages tinham um destino. A realidade da vila de Lages se assemelha à de outras vilas do Brasil no período colonial e imperial, visto que algumas famílias passaram a criar animais para abastecer o mercado interno. Em geral, eram possuidoras de fazendas destinadas à criação de animais e, concomitantemente, produziam para a subsistência.

Os dados presentes nas listas nominativas possibilitam quantificar a produção agrícola e pecuária nas propriedades da vila, principalmente nas fazendas, porque a produção de produtos para o consumo diário em pequenas propriedades esporadicamente foi registrada. Sabemos que esses dados nem sempre indicam o real, mas também não podemos ignorá-los, pois nos fornecem uma amostragem parcial da produção (agrícola e pecuária) de cada propriedade e, conseqüentemente, indicam quem eram as famílias mais abastadas da vila. Como a produção era destinada para o mercado interno, e os campos do Brasil Meridional eram favoráveis à criação de animais vacuns, cavalares e muares, utilizaremos os dados das listas dos anos de 1798, 1811, 1818 e o mapa de 1803 para quantificar a produção pecuária da vila.

Tabela 6 – Levantamento da produção pecuária na vila de Lages, 1798-1818.

	1798	1803	1811	1818	Total
Vacum	1340	1008	382	830	3560
Muar ³⁴⁵	338	275	366	84	1063
Cavalar ³⁴⁶	1341	1142	696	928	4107
Total	3019	2425	1444	1842	8730

Fonte: AESP: Maços de População de Lages. Ordem: C00226.

Em 1798, os animais computados estavam principalmente em fazendas e campos, isto é, em propriedades de grandes extensões, mas isso não significa sua ausência nas propriedades menores. A propriedade com menor número de animais desse ano pertencia ao sapateiro Vitorio Antonio³⁴⁷: eram 10 cavalos, 4 vacuns e 2 muares. Já na fazenda do capitão-mor Bento do

³⁴⁴ IHGPR: DI, v. LXV, p. 112-114.

³⁴⁵ Agrupamos em muares: mulas, bestas e burros.

³⁴⁶ Agrupamos em cavalares: potros e cavalos.

³⁴⁷ AESP: Maços de População de Lages. Lages 1776-1818. Ordem C00226. Ano de 1798, fogo n. 16. Foi registrado que Vitorino vivia de seu ofício de sapateiro. No fogo, residiam sua mulher, 5 filhos menores de 9 anos e 2

Amaral Gurgel³⁴⁸ havia a maior quantidade de animais: 400 vacuns, 110 cavalos e 10 muares – os animais do capitão-mor representavam 17,2% da produção pecuária da vila nesse ano. Somente a partir de 1798 há o registro da quantidade de animais vendidos de cada propriedade. Assim, do total de animais, temos 12,3% de vacuns, 52,6% de muares e 9,3% de cavalares comercializados.

Em 1798, os cinco³⁴⁹ maiores proprietários de animais, elencados a seguir, detinham 50,7% do rebanho computado naquele ano:

1º. Capitão-mor Bento do Amaral Gurgel, natural de São Paulo, 70 anos, branco, casado com dona Genoveva Raquel da Fontoura, era senhor de 520 animais e 7 cativos – viviam na propriedade 2 agregados;

2º. Capitão Joaquim José Pereira, natural de Alenquer (Lisboa), 53 anos, branco, viúvo com 3 filhos, era senhor de 495 animais e 59 cativos – viviam na propriedade 2 agregados;

3º. Mateus José de Souza, natural de Angra (Portugal), branco, 56 anos, casado com dona Clara Maria, 230 animais e 1 cativo – viviam na propriedade 5 filhos e não havia agregado;

4º. João Damaceno de Córdova, natural de Santos (São Paulo), 53 anos, branco, casado com Maria de Boaventura do Amaral, possuía 148 animais e 4 cativos – viviam na propriedade 4 filhos e 2 agregados;

5º. Tenente Baltazar Joaquim de Oliveira, natural de Parnaíba, 40 anos, branco, casado com dona Maria Joaquina, com 4 filhos, era senhor de 140 animais e 3 cativos – viviam também na propriedade 8 agregados.

No de ano 1803, foi realizado o Mapa de exportação e importação da Paróquia. Conforme as informações contidas no mapa, foram exportados para São Paulo 300 cavalares, 250 muares e 500 vacuns³⁵⁰. Isso significa que foram comercializados/vendidos 41,5% de vacuns, 11,3% de mulas e 47% de cavalos³⁵¹. Nos dois anos (1798 e 1803) em que temos as informações sobre a

agregados, sendo um jornaleiro e outro que vivia de seu salário. A família e os agregados eram mulatos. Além da presença dos animais que havia, foram colhidos naquele ano 20 alqueires de milho e 10 de feijão.

³⁴⁸ AESP: Maços de População de Lages. Lages 1776-1818. Ordem: C00226. Ano de 1798, fogo n. 01. Viviam no fogo o capitão, sua mulher, um filho menor, 7 escravos e 2 agregados gentios. Também produziram nesse ano 200 alqueires de milho, 48 de feijão e 18 de trigo.

³⁴⁹ Listamos os cinco maiores pecuaristas da vila nos anos de 1798, 1803, 1811 e 1818. O cômputo foi realizado a partir do número total de animais recenseado em cada ano. Apesar de não termos os seus inventários, é possível afirmar que esses indivíduos eram os mais afortunados da vila no período. Outro elemento é que entre os grandes proprietários há os que possuem cargos militares, associando assim a propriedade da terra com os cargos militares.

³⁵⁰ AESP: Maços de População de Lages. Lages 1776-1818. Ordem: C00226. Ano de 1803. Além dos animais, foram vendidos para São Paulo 102 couros.

³⁵¹ Os números totais do mapa diferem dos apresentados na lista – nesta, eram 975 vacuns, 337 muares e 817 cavalares. Optamos pelos dados do mapa, uma vez que informa as exportações e importações.

comercialização dos animais, é notório que o principal produto em pé comercializado em 1798 era o muar; e em 1803, o cavalari. A maior comercialização de muares no final do século XVIII pode ser explicada pelo valor que esses animais possuíam. No mercado, os burros e as mulas eram os animais de maior preço (OSÓRIO, 2007, p. 122-123). Porém, à medida que avançamos no século XIX, o comércio de cavalos ganha cada vez mais espaço no mercado consumidor, especialmente os cavalos mansos.

O valor total das exportações em 1803 (potros, mulas, bois e couros³⁵²) foi de 1:632\$640 réis; já as importações tiveram a soma de 534\$000 réis. Os produtos importados foram 16 barris de aguardente, 7 arrobas de açúcar e 50 alqueires de algodão, perfazendo o valor de 384\$000 réis, e mais 5 peças de algodão no valor de 150\$000 réis. Com exceção do algodão que era adquirido em São Paulo, os demais produtos eram comprados na vila de Laguna. Assim, o algodão chegava pelo caminho das tropas aberto por Cristóvão Pereira de Abreu, que ligava os campos de Vacaria aos campos de Curitiba; e os demais produtos, pelo caminho dos Conventos, que ligava Laguna aos campos de Cima da Serra. O mercado de animais era restrito, como também era restrita a aquisição de mercadorias. As importações, conforme descrito pelo capitão-mor, não eram diversificadas. Na vila, poucas eram as atividades econômicas que não estivessem ligadas diretamente à agricultura e pecuária – entre elas, a de costureiras e sapateiros.

De acordo com os números da lista, em 1803, o produtor com a maior quantidade de animais era o sargento-mor das Ordenanças João Damaceno de Córdova; sua fazenda possuía 13,1% do rebanho total da vila³⁵³. O proprietário recenseado com o menor rebanho foi o pardo João Pinto dos Reis; ele e sua família “vivem de seus animais”, sendo 8 vacuns e 6 cavalares³⁵⁴, o que significa 0,5% da produção recenseada nesse ano. Outro fator é que, na lista, o queijo³⁵⁵ era seguido da palavra “vende”, indicando comercialização.

³⁵² Quanto a Lages, não há indicação nas listas de um intenso comércio de couros. Segundo Farinatti, os couros comercializados no século XIX em Alegrete eram um ganho secundário nas receitas dos criadores, porém como um produto de troca, na aquisição dos gêneros necessários à estância. Ver: FARINATTI, 2010, p. 122-123.

³⁵³ AESP: Maços de População de Lages. Lages 1776-1818. Ordem C00226. Ano de 1803, fogo n. 02. Eram 160 vacuns, 97 cavalares e 24 muares. Era casado com dona Maria; tinham 6 filhos. Também possuía outra fazenda, localizada na freguesia de Nossa Senhora da Oliveira de Vacaria, onde também criava animais vacuns, cavalares e muares. Já descrito no capítulo 2, João Damaceno de Córdova foi o terceiro marido de dona Maria Boaventura do Amaral e era irmão e sogro de Bento Ribeiro de Córdova.

³⁵⁴ AESP: Maços de População de Lages. Lages 1776-1818. Ordem C00226. Ano de 1803, fogo n. 72. Além dos animais, plantava mantimentos para seu gasto.

³⁵⁵ Sobre a produção do queijo e sua comercialização, trataremos ao longo deste capítulo.

Em 1803, os cinco maiores produtores de animais são os mesmos de 1798, e possuíam juntos 41,1% de todo o rebanho. A quantidade de animais declarada no censo mudou a ordem de colocação em relação à contagem anterior:

- 1º. Sargento-mor das ordenanças João Damaceno de Córdova, proprietário de 281 animais e 7 cativos – além da família, habitavam a propriedade 3 agregados;
- 2º. Capitão Joaquim José Pereira, proprietário de 254 animais e 45 cativos – além da família, habitavam a propriedade 5 agregados;
- 3º. Mateus José de Souza, com 170 animais, 1 cativo, 6 agregados e 5 filhos;
- 4º. Tenente Baltazar Joaquim de Oliveira, com 160 animais, 2 escravos, 2 agregados e 6 filhos;
- 5º. Capitão-mor Bento do Amaral Gurgel, possuía 132 animais e 5 cativos – viviam na propriedade 4 agregados e 5 filhos do casal.

O número de animais indicados na lista de 1811 é parcial, pois em algumas fazendas há a seguinte expressão: “tem fazenda de criar animais vacuns, cavalares e muares”³⁵⁶. Portanto, a criação de animais nesse ano era maior do que a recenseada/nominada. A fazenda herdada por Nicolau de Lis era a que possuía o maior número de animais: 184 muares e 85 vacuns³⁵⁷. Já a fazenda com o menor número de animais era a do pardo Manoel de Oliveira, com 30 cavalos e 9 vacuns³⁵⁸. Enquanto a fazenda administrada por Nicolau de Lis tinha 18,6% do total do rebanho da vila, a do pardo Manoel de Oliveira possuía 2,7%.

Os cinco maiores criadores detinham 48,5% de todo o criatório, e nesse ano foram nominados outros grandes criadores³⁵⁹, conforme consta a seguir:

- 1º. Nicolau de Lis, natural de Portugal, 52 anos, branco, casado com dona Umbelina, com 3 filhos, administrava a fazenda herdada, com 269 animais e 15 escravos;
- 2º. Bento Ribeiro do Amaral, natural de São Paulo, 45 anos, branco, casado com dona Gabriela, era senhor de 139 animais e 6 escravos – possuíam 4 filhos;

³⁵⁶ AESP: Maços de População de Lages. Lages 1776-1818. Ordem C00226. Ano de 1811. As fazendas que não possuem a quantidade de animais eram estas: fogo n. 07, do capitão das milícias Andre Guerreiro; fogo n. 95, do capitão das ordenanças Ignacio da Silva Ribeiro; fogo n. 96, de Domingos José de Brito; fogo n. 98, de Mateus José de Souza; fogo n. 100, de Mateus José da Silva; fogo n. 101, de Paulo José Pereira; e fogo n. 102, de Joaquim Jose Pereira.

³⁵⁷ AESP: Maços de População de Lages. Lages 1776-1818. Ordem C00226. Ano de 1811, fogo n. 83, “tem a seu cargo a fazenda da testamentaria do falecido seu sogro, o capitão Joaquim Jose Pereira”.

³⁵⁸ AESP: Maços de População de Lages. Lages 1776-1818. Ordem C00226. Ano de 1811, fogo n. 25. Também plantava para seu sustento com auxílio da família.

³⁵⁹ Dois dos maiores criadores eram falecidos: o capitão Joaquim José Pereira e o sargento-mor das ordenanças João Damaceno de Córdova.

3º. Capitão-mor Bento do Amaral Gurgel, com 115 animais e 9 cativos – viviam na propriedade 5 filhos e 1 agregada;

4º. Miguel Bicudo, natural de Parnaíba, 49 anos, branco, casado com dona Anna, possuía 96 animais e 2 escravos – viviam na fazenda 10 filhos e 2 agregadas;

5º. Tenente das Milícias Balthazar Joaquim de Oliveira; em sua fazenda foram registrados 82 animais e 1 cativo – residiam nela 10 filhos e 3 agregados.

Em 1818, diferentemente de nos anos anteriores, os animais recenseados não estão presentes em sua maioria nas fazendas; as unidades menores, isto é as lavouras, também foram contempladas. Talvez nesse ano, a preocupação tenha sido nominar melhor os domicílios. Entre as propriedades com o menor número de animais, temos as seguintes: a do pardo Salvador Correia, com 2 cavalos e 1 vacum³⁶⁰; a do pardo José Francisco, com 2 cavalos e 2 vacuns³⁶¹; a do branco Joaquim Ignacio de Souza, com 6 cavalos e 3 vacuns³⁶²; e a do branco Baltazar França, com 6 cavalos e 3 vacuns³⁶³. Em todas havia produção para o consumo dos habitantes do domicílio e os animais não geravam nenhuma produção excedente. Aqui fica explicitado mais uma vez que ser homem branco não significava possuir melhores condições econômicas.

O maior rebanho pertencia a Paulo José Pereira, o primogênito do capitão Joaquim José Pereira, com 84 vacuns, 120 cavaleiros e 30 muaras distribuídos em três fazendas de sua propriedade³⁶⁴. Também como ocorreu no ano de 1811, foi registrada a existência de vacuns, cavaleiros e muaras na fazenda do capitão Manoel Cavalheiro Leitão, não quantificados³⁶⁵.

Em 1818, os cinco maiores proprietários de cabeças de animais representavam 34,8% da produção da vila. Nesse ano, a realidade difere da dos anos anteriores, mas principalmente da de 1798, quando somente nas grandes e médias propriedades foram recenseados animais. No entanto, continuamos a ter na vila senhores que produziam em maior escala:

³⁶⁰ AESP: Maços de População de Lages. Lages 1776-1818. Ordem C00226. Ano de 1818, fogo n. 113. O fogo era habitado pela família.

³⁶¹ AESP: Maços de População de Lages. Lages 1776-1818. Ordem C00226. Ano de 1818, fogo n. 105. Era solteiro.

³⁶² AESP: Maços de População de Lages. Lages 1776-1818. Ordem C00226. Ano de 1818, fogo n. 74. O fogo era habitado pela família.

³⁶³ AESP: Maços de População de Lages. Lages 1776-1818. Ordem C00226. Ano de 1818, fogo n. 71. O fogo era habitado pela família.

³⁶⁴ AESP: Maços de População de Lages. Lages 1776-1818. Ordem C00226. Ano de 1818, fogo n. 126, fazenda São Luis; fogo n. 144, fazenda Tijuca; e fogo n. 145, fazenda Boa Vista.

³⁶⁵ AESP: Maços de População de Lages. Lages 1776-1818. Ordem C00226. Ano de 1818, fogo n. 02. Não sabemos se nesses casos os proprietários se recusaram a fornecer os dados ou se parte considerável do gado estava *alçado*, isto é, solto no campo, dificultando uma contabilidade exata.

- 1°. Paulo José Pereira, natural de Lages, 32 anos, branco, casado com Ana Maria, possuía 234 animais e 14 cativos – residiam ainda 2 agregados e o casal não tinha filhos;
- 2°. José Joaquim Pereira, natural de Lages, 23 anos, branco, casado com Úrsula Maria, contabilizou 150 animais e 5 cativos – viviam na fazenda 2 agregados e o casal não possuía filhos;
- 3°. Joaquim José Pereira, natural de Laguna, 34 anos, branco, casado com Maristela do Amaral; em sua fazenda havia 90 animais, 6 escravos – viviam na fazenda 3 filhos e 3 agregados;
- 4°. Antonio José Pereira, natural de Curitiba, 54 anos, pardo e solteiro, possuía 86 animais e 2 cativos – em sua fazenda viviam 11 agregados, sendo sete menores de 7 anos;
- 5°. José Antonio Borges, natural das Ilhas, 53 anos, branco, casado com Maria Custódia, era senhor de 72 animais e 2 cativos – também habitavam o fogo 6 filhos.

Se observarmos somente os números dispostos nas listas, mesmo com as flutuações, foi registrada a diminuição na produção de animais ao longo do período. Podemos apenas enfatizar que não era uma produção para comercialização em larga escala, e as fontes não apontam para os reais motivos da diminuição no número absoluto dos rebanhos, como também os registros podem não terem sido fiéis aos animais criados nesses campos, pois em alguns fogos os animais não são quantificados e apenas nominasse ‘uma criação de animais’. Os animais criados nos campos de Lages até a terceira década do século XIX eram comercializados juntamente com os animais que vinham dos campos de Vacaria e Viamão. Pela localização das fazendas nos bairros da vila, é possível afirmar que as fazendas com maiores rebanhos localizavam-se próximas à estrada das tropas e na Costa da Serra. No entorno do pequeno núcleo urbano da vila, havia mais sítios e chácaras, em que a principal atividade era a produção agrícola de gêneros alimentícios. Também de acordo com as informações contidas nas listas ao longo do período, a pecuária na vila de Lages era formada por um maior número de cavaleiros, seguido de vacuns e em menor proporção de muaras.

Não há informações sobre se os diferentes tipos de animais eram mansos ou xucros, mas provavelmente no censo eram listados principalmente os animais mansos. Também não há referências sobre a elaboração do censo na vila, isto é, se o capitão-mor ou quem realizasse a contagem percorria anualmente todos os domicílios da vila ou se seus proprietários é que levavam as informações até o recenseador. Ficamos com a hipótese de que os proprietários informavam sobre o que possuíam; assim, diferentemente dos inventários em que os avaliadores acompanhavam o levantamento dos bens *in loco*, nas listas em geral, ocorria ausência e mesmo

inexatidão de informações. No período mapeado, foi informado que havia em várias propriedades rebanho de ovelhas. A quantidade de ovelhas só foi registrada em 1798, e somente em duas propriedades³⁶⁶.

Os maiores criadores já elencados tinham sua renda econômica principal associada à atividade da pecuária. Para esses criadores de diferentes tipos de animais, a produção gerava excedentes e propiciava acúmulo de capital, possibilitava-lhes maior *status*, poder local e geralmente rendia cargos ou títulos militares, casos do Amaral Gurgel e do Pereira. Dos indivíduos que possuíam o maior rebanho, de acordo com as informações das listas, como o capitão-mor Bento do Amaral, não localizamos seus inventários, o que impossibilita detalhar seus bens e acompanhar o crescimento ou decréscimo de sua fortuna. Mas, de todos os capitães-mores da vila, localizamos o inventário do capitão-mor Ignácio de Almeida Leite³⁶⁷, e a partir dele é possível perceber que os animais formavam a maior parte da fortuna dos homens mais importantes da vila.

O capitão-mor Ignácio de Almeida Leite morreu em 23 de agosto de 1820³⁶⁸, e em 15 de setembro daquele ano foi iniciado o seu inventário³⁶⁹, tendo-se como inventariante sua esposa, dona Joaquina Gomes Mapela Moller. Como já descrevemos no capítulo 2, a fazenda Bananeiras era a única propriedade da lista de 1820 que registrava a presença de *gente agregada*, indicando a ausência do proprietário e de sua família. A inventariante declarou que o casal possuía dois filhos, Eufrazio Gomes Maciel, 21 anos, e Moises Antonio Pereira de Almeida, 20 anos. Os bens listados no inventário são uns campos com casa e mais benfeitorias, avaliados em 70\$000 réis, onde havia 72 vacas (248\$000 réis), 7 touros (28\$000 réis), 24 terneiros (68\$000 réis), 1 junta de bois lavradores (16\$000 réis), 30 éguas (30\$000 réis), 9 potros (11\$520 réis), 2 cavalos mansos (6\$000 réis), 2 éguas mansas (4\$000 réis), o escravo mulato João (128\$000 réis), a escrava crioula Jacinta (102\$450 réis), uma morada de casas (80\$000 réis), prata (25\$000 réis) e 4 contos

³⁶⁶ AESP: Maços de População de Lages. Lages 1776-1818. Ordem C00226. Ano de 1798, fogo n. 13. Na fazenda do capitão Joaquim José Pereira, havia 50 ovelhas. E, na fazenda de João Damaceno, havia 100 ovelhas. Na sequência, analisamos os rebanhos de ovelhas.

³⁶⁷ Quando Antonio Correia Pinto faleceu, as listas possuíam a distribuição dos indivíduos por classe e sem a coluna ocupações. Ignácio de Almeida Leite, apesar de possuir propriedade em Lages, foi designado em 1809, pelo Governador Antônio José da Franca e Horta, como comandante da expedição contra o gentio de Guarapuava, não permanecendo no posto de capitão-mor quando foi empossado em 1818, por ainda se encontrar nos campos de Guarapuava. No final dos anos de 1816 e 1818, quando foram elaboradas as listas daqueles anos, foi registrado “ausente no continente do Sul com sua família e bens”. AESP: Maços de População de Lages. Lages 1776-1818. Ordem C00226. Ano de 1818.

³⁶⁸ Era natural da vila de Itapeva do Faxina, que havia sido desmembrada da vila de Sorocaba. PNSPL: Livro de óbitos n.1, fls 28.

³⁶⁹ MTJSC: Cód. 10, cx 55.

de réis. De acordo com a viúva, o casal possuía uma tropa de bestas, que seu filho Eufrasio vendeu sem autorização, enquanto ela acompanhava o falecimento de seu marido, para Lourenço José Resende. Também possuíam gado no Continente do Sul para trazer, cujo número de animais a viúva declarou ignorar. Esse capitão era senhor de campos em Lages e nos campos de Viamão. No inventário, foram listados e avaliados somente os bens existentes na vila de Lages. É possível que os 4 contos de réis, valor significativo à época, sejam provenientes da comercialização da tropa de bestas realizada, sem o aval da viúva, por Eufrasio.

Do capitão-mor Antonio Correia Pinto, há o testamento registrado junto com seu registro de óbito, em que consta a declaração de que era proprietário de duas fazendas de criar animais vacuns, cavalares e escravos³⁷⁰. Mas os animais não foram nominados, e ele mesmo solicita a contagem num futuro inventário a partir das marcas que os animais possuíam. Somente com essas informações não é possível mensurar os bens existentes em cada uma das fazendas do referido capitão; mas seus bens eram os animais, os escravos e as duas fazendas.

Analisando os inventários *post mortem* do período de 1820 a 1850³⁷¹ da vila de Lages, verificou-se que a produção pecuária tinha no gado vacum e cavalari a sua principal produção. Enquanto nas listas, como bem afirmou o capitão-mor Bento do Amaral Gurgel ao enviar a lista anual dos habitantes e suas ocupações do ano de 1808 ao príncipe regente, “Vossa Excelência há de aceitá-la, pois nesta terra não tem quem a faça nos termos conforme se deve”³⁷². Nas listas, faltavam informações, principalmente pela dificuldade de contato entre as propriedades e estas com a sede da vila. Por exemplo, os proprietários de terras localizadas no bairro Costa da Serra demoravam, em geral, de 3 a 4 dias no lombo de cavalos ou mulas para chegar até a sede da vila. Já nos inventários, os registros dos bens eram realizados de maneira mais específica. Há que considerar que nos inventários *post mortem*, entre outros, havia o interesse dos herdeiros em mapear com exatidão os bens.

³⁷⁰ PNSPL: Livro de óbitos n.1, fls 17-18. Realizado em 28 de setembro de 1783.

³⁷¹ A partir de 1820, não disponibilizamos mais das listas, e anteriormente a esse período os inventários localizados possuem muitas rasuras, dificultando a quantificação dos animais.

³⁷² AESP: Maços de População de Lages. Lages 1776-1818. Ordem C00226. Ano de 1808.

Tabela 7 – Número de animais presentes nos inventários, 1820-1850.

Animais	1820-1829³⁷³	1830-1839³⁷⁴	1840-1850³⁷⁵	Total
Vacum	509	466	4005	4980
Cavalar	481	482	3926	4889
Muar³⁷⁶	33	38	2076	2147
Ovinos	202	118	705	1025
Total	1023	986	10007	12016

Fonte: MTJSC: código 10. 43 – inventários *post mortem* da Comarca de Lages.

Os dados sobre os rebanhos, apresentados na tabela anterior, são uma amostragem a partir dos 43 inventários analisados, o que não significa a totalidade do rebanho e dos inventários da vila para o período³⁷⁷. Da mesma forma que para os números dispostos nas listas, nos inventários, os percentuais de vacuns e cavalares produzidos/criados se aproximam entre si. No primeiro período, a média foi de 341 animais por inventário; no segundo, de 246; no terceiro, de 278. Analisando o percentual de animais, o rebanho muar foi o que apresentou um aumento sensível ao longo do período, com cerca de 16%. Já os rebanhos bovinos e cavalares tiveram declínio de cerca de 9% na produção, e o ovino despencou em 12%. O gado vacum, cavalar e muar foi relacionado em todos os inventários, e os ovinos somente em 14 inventários. A partir dos dados dos inventários *post mortem*, é possível perceber que o rebanho das fazendas nos campos de Lages que dispunham da produção de vacuns, cavalares, muares e ovinos era composto de 39% de vacuns, 37% de cavalares, 17% de muares e 7% de ovinos.

A quantidade de animais nos inventários oscilou. Examinando-se os inventários e suas particularidades, verifica-se que a quantidade de animais oscila ainda mais, visto que o inventário com a menor quantidade contém 17 animais e o com a maior dispõe de 1588 animais:

³⁷³ Analisados 3 inventários.

³⁷⁴ Analisados 4 inventários.

³⁷⁵ Analisados 36 inventários.

³⁷⁶ Estão agrupados em muares não apenas as mulas, mas também os burros, as bestas e os burros hectors.

³⁷⁷ Nilsen Borges realizou análise sistemática de 150 inventários *post mortem* lageanos no período de 1840 a 1860. De 1840 a 1849, foram 32 inventários; de 1850 a 1859, foram 59 inventários; e de 1860 a 1865, foram 55 inventários. Do total, em 6 não há nenhum tipo de animal (BORGES, 2005, p. 81). Borges contou com um número maior de inventários para o período posterior a 1850. O recorte temporal dos inventários que pesquisamos é de 1820 a 1850. Anteriormente a 1820, os poucos inventários mapeados são ilegíveis.

- em março de 1849, morreu Maria de Almeida, casada com Thomaz Silveira Duarte. Realizado o inventário dos bens do casal, foram elencados 2 vacuns, 14 cavalares e 1 muar, avaliados em cento e três mil réis (103\$000)³⁷⁸;

- em 22 de fevereiro de 1847³⁷⁹, Manoel Ribeiro da Silva solicitava ao juiz dos órfãos de Lages a realização do inventário pela morte de sua esposa, dona Brandina dos Prazeres e Silva. Foram elencados 628 vacuns, 587 cavalares e 373 muares, avaliados em doze contos, novecentos e sete mil réis (12:907\$000).

Os muares, ao longo da primeira metade do século XIX, não tiveram significativa expressão numérica nos rebanhos; apesar do aumento no último período, em nenhum momento superaram 20% da produção total de animais. No entanto, como já afirmado anteriormente, seu valor era superior em relação ao dos outros animais. Por exemplo, no inventário de dona Brandina, 6 burros foram avaliados em 240\$000 réis; 6 potros, em 30\$000 réis; e 6 bois, em 96\$000 réis. Neste caso, um burro valia 40\$000 réis, enquanto um boi valia 16\$000 réis.

Entre os inventariados, há Manoel Caetano do Amaral³⁸⁰, um dos maiores produtores de muares. O inventário *post mortem* foi realizado pela viúva, dona Genoveva do Amaral Cavalheiro, em 1850. Foi declarado que o casal possuía móveis (ferramentas, utensílios domésticos), ouro e prata (utensílios domésticos, jóias), escravos (5 homens e 4 mulheres), dinheiro (963\$520 réis), bens de raiz (terra e casas), dívidas ativas, dívidas passivas e animais. Os animais vacuns eram 116 reses de criar (812\$000 réis), 43 vacas de cria (430\$000 réis), 3 novilhas (30\$000 réis) e 2 bois carreiros (24\$000 réis). Os cavalares, 93 éguas xucras (372\$000 réis), 18 cavalos mansos (216\$000 réis), 16 éguas mansas (96\$000 réis) e 5 cavalos redomão (40\$000 réis). Os muares, 474 bestas xucras (4.740\$000 réis), 108 bestas mansas (1.512\$000 réis), 5 bestas xucras (24\$000 réis), 4 bestas xucras (24\$000 réis) e 1 burro hechor³⁸¹ (20\$000 réis). Portanto, eram 164 vacuns, 132 cavalares e 592 muares. Comparando os valores dos

³⁷⁸ MTJSC: Cód. 10, cx 42.

³⁷⁹ MTJSC: Cód. 10, cx 43.

³⁸⁰ MTJSC: Cód. 10, cx. 42. Foi casado com dona Genoveva do Amaral Cavalheiro, com quem teve 4 filhos. Genoveva e Manoel Caetano eram primos de primeiro grau. Manoel Caetano era filho de Caetano José de Souza e Ignácia Maria do Amaral. Genoveva era filha do capitão Manoel Cavalheiro Leitão e Mathilde do Amaral. Ignácia Maria e Matilde eram irmãs, filhas de José do Amaral e sobrinhas do capitão Bento do Amaral Gurgel. Manoel Caetano do Amaral morreu no dia 24 de setembro de 1849, com 49 anos de idade. A *causa mortis* foi desastre que ocorreu nos campos das Vacas Gordas. PNSPL: Livro de óbitos n. 3, fls 12.

³⁸¹ Hechor era um burro reprodutor, essencial na produção de mulas e muito valorizado. "Este é o animal mais caro presente nos inventários de fazendeiros, chegando a valer 15 cavalos mansos. O alto preço deste animal é devido ao adestramento e tratamento especial desde o seu nascimento, para posterior cobertura de éguas, também condicionadas desde filhotes à aceitação dos burros reprodutores" (HAMEISTER, 2002, p. 74-75). Ver: GARAVAGLIA, 1999. p. 210-211; KÜLZER, 2009. SANTOS, 2009. FARINATTI, 2003. p. 147.

animais mansos, temos uma vaca por dez mil réis, um cavalo por doze mil réis e uma besta (mula) por 14 mil réis. Os muares apresentados nesse inventário, diferentemente dos listados nos demais, não eram uma criação auxiliar, mas a principal. A grande quantidade de bens elencados no inventário pode ser explicada pela origem do falecido e de sua esposa: eles pertenciam/descendiam das famílias Souza, Amaral Gurgel e Cavalheiro Leitão, o que lhes propiciou heranças, facilidade na aquisição de terras e, conseqüentemente, a criação de animais.

A criação de muares estava ligada ao mercado de Sorocaba e às próprias condições dos produtores lageanos, que gradativamente ocupavam mais áreas de terras e investiam na criação, que lhes rendia maior ganho. Segundo Farinatti (2010, p. 118-119), “os muares eram criados com finalidade quase que exclusivamente comercial. Desde os tempos coloniais, tropeiros desciam de São Paulo, dos Campos Gerais do Paraná, de **Lages**³⁸² e voltavam com tropas de muares, consistindo em uma das mais importantes atividades econômicas do período”. Apesar de possuírem maior valor, os muares tiveram menor incidência nos inventários e nas listas, significando que os criadores lageanos comercializavam em maior quantidade com o mercado de Sorocaba, e depois com o de Desterro, vacuns e cavalares.

Além do comércio nesses dois mercados, os cavalares de Lages em maior proporção e os vacuns em menor foram adquiridos, tomados de empréstimo ou apanhados durante a guerra dos Farrapos (1835-1845)³⁸³. Entre outros fatores, essa guerra teve relação direta com a produção da pecuária, pois as forças rebeldes e imperiais, por onde passavam, deixavam os campos em estado lastimável, pois necessitavam de animais vacuns para saciar a fome dos exércitos, cavalares e muares para as longas caminhadas e batalhas. Não vamos realizar uma análise sobre a Farroupilha, apenas situar que, no momento que os farrapos e os imperiais passavam ou estavam em Lages, houve alterações na sociedade e economia de Lages.

No período de 1838 a 1840, Lages foi incorporada à República Rio-Grandense, pois havia sido “tomada” pelos rebeldes farrapos em março de 1838. Em dezembro de 1839, a câmara de Lages enviou ofício ao presidente da província relatando a entrada e a presença dos rebeldes, destacando que os referidos rebeldes não haviam feito danos nas propriedades, mas haviam levado as cavalhadas que se achavam em depósito, e os proprietários de gados e cavalos lamentavam as perdas. Apesar de a câmara informar ao presidente da Província de Santa Catarina sua cumplicidade com o Império, ao longo do conflito, muitos lageanos juntaram-se aos

³⁸² Grifo nosso.

³⁸³ FLORES, 1985. SPALDING, 1982. MASSOCHIN, 2010. p. 82-91.

farrapos, inclusive fornecendo animais. De acordo com o relato do presidente da Província realizado em 1839³⁸⁴, o próprio Juiz de Paz Alferes Borges negou-se a entregar cavalos à Nação, e convidou os rebeldes a entrarem na vila e lhes entregou cavalos.

Em 1842, após a retirada oficial dos farrapos de Lages, o tenente coronel Manoel Rodrigues de Souza relatou que ainda existiam homens nos campos de Cima da Serra auxiliando os rebeldes; eles estavam na fazenda dos Soares e na estância de Antônio Manoel Velho, onde também se ocultavam as cavalhadas para não emprestá-las às forças legais³⁸⁵. Em 1843, a câmara informava ao presidente da província que, após as repetidas entradas dos rebeldes farrapos e sua definitiva expulsão, não se ouviam mais lamentações dos proprietários de animais e de lavouras com possíveis ataques e roubos. Gradativamente a guerra deixava de fazer parte do cotidiano das fazendas, que também retomavam a produção/criação dos animais³⁸⁶.

As fazendas que produziram a maior quantidade de animais nos anos finais do século XVIII e iniciais do XIX pertenciam a homens brancos (95%) e pardos (5%), que em sua maioria haviam migrado para esses campos. Com exceção de alguns proprietários, entre eles o capitão Joaquim José Pereira, os demais fazendeiros não eram grandes senhores de escravos. Isso significa que o trabalho com os animais nas fazendas era realizado pelas pequenas e médias escravarias auxiliadas por agregados e pela própria família.

O comércio de animais pelo caminho das tropas foi a tônica da economia das fazendas da vila. Em Lages, parte do caminho foi denominada de estrada da Coxilha Rica, em que foi construído um corredor de taipas (HERBERTS, 2009). Por esse corredor, passaram milhares de animais com destino aos campos de Curitiba. As taipas foram construídas para definir a estrada, para impedir que as tropas oriundas do Sul se dispersassem pelas fazendas e principalmente para impedir que os tropeiros pousassem em locais que não fossem específicos para pouso. Mas, após 1820, à medida que a província de Santa Catarina incorporava o planalto, o comércio de animais passava a ter mais uma rota.

Em 1838, o presidente da Província de Santa Catarina registrou a abertura da estrada pelo Trombudo, ligando Lages a Desterro. Assim, os vacuns e cavalares que anteriormente eram vendidos para São Paulo agora eram também comercializados em Desterro, e esse comércio

³⁸⁴ SANTA CATARINA. Discurso pronunciado na abertura da Assembleia Legislativa da província de Santa Catarina na segunda sessão ordinária da segunda legislatura provincial em 1839 pelo respectivo presidente, o brigadeiro João Carlos Pardal. Cidade do Desterro, Typ. Provincial, 1839, p. 15 e 16. Disponível em http://www.crl.edu/ptbr/brazil/provincial/santa_catarina. Acesso em: jul. 2013.

³⁸⁵ APESC. Caixa 8. Correspondências diversas 1748-1889, fls 112.

³⁸⁶ APESC. Caixa 23. Correspondência da Câmara municipal de Lages, 1839-1843. p. 227-230.

abastecia de carne a capital³⁸⁷. Iniciada a nova rota, os animais criados nos campos de Cima da Serra percorriam menores distâncias, comparativamente ao caminho das tropas, até o mercado consumidor. Esse caminho aumentou o contato entre os habitantes do interior da província com a capital. Vinte quatro anos depois da abertura da estrada do Trombudo, o presidente da província recebeu uma circular da câmara de Lages em que os lageanos informavam que tinha na criação de gado seu principal e mais importante produto³⁸⁸ de comercialização com a capital. Assim, os animais eram o produto mais importante e mais comercializado pelos fazendeiros dos campos de Lages.

3.2 Produção de mantimentos

A criação de animais, sua comercialização para além da vila e a rentabilidade oriunda dessa atividade não significaram a ausência de lavouras; pelo contrário, a agricultura era desenvolvida na maioria das propriedades lageanas. Além da criação do gado, as fazendas cultivavam produtos agrícolas de subsistência para alimentação da família dos proprietários, dos agregados e dos escravos. Nas pequenas e médias propriedades, com trabalho familiar, de agregados e parques cativos, ocorria quase que exclusivamente a produção de mantimentos.

Especificamente em Lages, o clima e o tipo de ocupação possibilitou o desenvolvimento da agricultura para o abastecimento local. A limpeza do terreno, o plantio, a colheita eram atividades que seguiam mais as necessidades da população local do que determinações oficiais, apesar da preocupação inicial do Morgado de Mateus em enviar casais para ocupar e produzir nestes campos. Assim como foi característico da grande propriedade, muitas pequenas e médias propriedades eram ocupadas, tornadas produtoras e somente após eram regularizadas. Lages, apesar de ser caminho de passagem, era um local isolado do interior do Brasil, ou seja, era necessário produzir os alimentos a serem consumidos.

Nos campos de Lages, os principais produtos produzidos e consumidos nas propriedades, de acordo com as listas e mapa, eram o milho, o feijão e esporadicamente o trigo³⁸⁹, e quando

³⁸⁷ Discurso pronunciado pelo presidente, o brigadeiro João Carlos Pardal, na abertura da Assembleia Legislativa da Província de Santa Catharina na primeira sessão ordinária da segunda legislatura provincial em 1838. Typ. Provincial: Desterro, 1838. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/925>.

³⁸⁸ APESC: Correspondências diversas da província 1748- 1889. cx 8. Fls 213. Circular emitida em 14 de agosto de 1862.

³⁸⁹ Nas listas e mapas até 1820 e nos inventários até 1850, não há indicação da extração e beneficiamento da ervamate. Segundo Paulo Pinheiro Machado, a partir de 1870, estabeleceram-se no planalto catarinense médios e

havia excedentes desses produtos, eles eram comercializados localmente.

De acordo com Carlos Bacellar, que mapeou a produção na lavoura sorocabana de 1799 a 1806, o milho era “o carro-chefe dessa agricultura”, destinado ao autoconsumo, e “a venda dentro dos limites do município, voltada para viajantes e tropeiros”. E acrescenta: “o milho, base da alimentação de tropeiros e tropas; feijão, elemento importante na dieta colonial” (BACELLAR, 2001, p. 137, 150). Segundo Gutierrez (2004), na primeira metade do século XIX, no Paraná os fazendeiros criavam vacuns e cavalares, e cultivavam alimentos para a subsistência, destacando-se o milho³⁹⁰. O cultivo e consumo do feijão também foram destacados por Cacilda Machado (2008) em seu estudo sobre a freguesia de São José, nos campos de Curitiba. A produção de alimentos e o cultivo em maior escala, principalmente de milho e feijão nos campos de Lages, refletem o processo de ocupação e colonização, isto é, indivíduos brancos, pardos e pretos que migraram ou nasceram aqui sobreviviam com o cultivo da terra.

Com relação às informações sobre a produção agrícola dispostas nas listas nominativas, não há nenhum padrão de registro contínuo; em alguns anos como 1803, 1811 e 1818 foi escrito que havia produção, mas não foi elencado para todas as propriedades o que produziam e a quantidade dessa produção. Mesmo assim, no período de 1798 a 1811, é possível a realização de uma amostragem da quantidade de milho, de feijão e de trigo produzido e comercializado por cada domicílio.

Tabela 8 – Produção agrícola na vila de Lages, 1789-1811.

Produtos	1798	1803	1811	Total
Milho	2753	577	404	3734
Feijão	688	453	209	1350
Trigo	175	---- ³⁹¹	40	215
Total	3616	1030	653	5299

Fonte: AESP: Maços de População de Lages. Ordem: C00226. A medida desses três produtos é em alqueires³⁹².

pequenos lavradores independentes, provenientes do Paraná e do Rio Grande do Sul, que “colhiam folhas de erva-mate de ervas nativas e devolutos, para o beneficiamento doméstico e a venda a representantes de casas comerciais do litoral. Indiretamente, a coleta e beneficiamento da erva-mate produzida [...], estavam associadas à economia das tropas e mulas” (MACHADO, 2004, p. 69-70).

³⁹⁰ GUTIÉRREZ, 2004, p. 102-127.

³⁹¹ Foi descrita apenas a quantidade de trigo vendido.

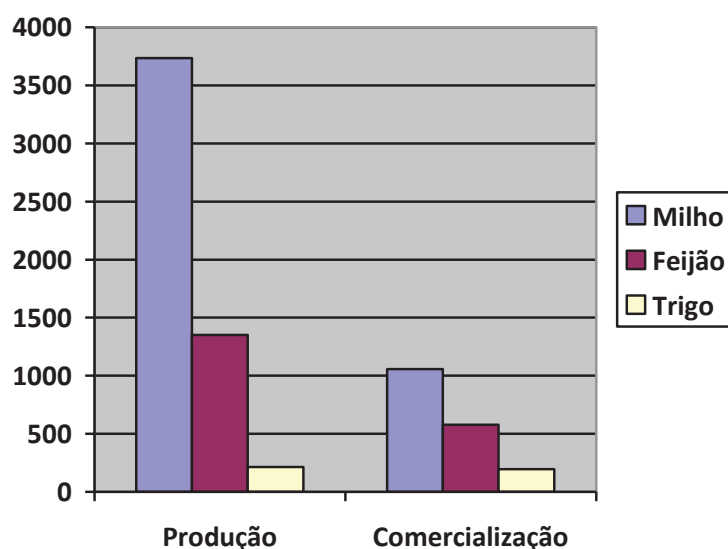
³⁹² Luna e Klein (2001), em estudo sobre a conversão de alqueires em quilos, chegaram à conclusão de que o alqueire de milho com densidade de 0,8333 corresponderia a 30,225 quilos, e o alqueire de feijão representaria 30,225 quilos. Ver: LUNA; KLEIN, mar. 2001.

Tabela 9 – Produtos agrícolas comercializados na vila de Lages, 1789-1811.

Produtos	1798	1803	1811	Total
Milho	197	457	404	1058
Feijão	35	335	209	579
Trigo	12	142	40	194
Total	244	934	653	1831

Fonte: AESP: Maços de População de Lages. Ordem: C00226. A medida desses três produtos é em alqueires.

A produção desses produtos ao longo do período foi muito superior à sua comercialização, indicando um maior consumo nas próprias propriedades. Provavelmente a quantidade expressa indica a produção parcial destes produtos, isto é, são números aproximados e não exatos da produção, visto que no período a avaliação da produção era realizada pelo olho do proprietário.

Gráfico 2 – Comparativo da produção e comercialização total dos produtos em alqueires, 1798-1811.

Fonte: AESP: Maços de População de Lages. Ordem: C00226.

De acordo com os dados presentes nas tabelas acima, ocorria a produção voltada em maior escala para o consumo nas próprias propriedades. O milho era o principal produto produzido e comercializado: do total da produção, em 1798, ele representava 76,1%; em 1803, era 56%. Já para o total da comercialização, em 1798, era de 80,7%; em 1803, de 48,9%. Em

1811, temos os mesmos números de produção e comercialização do milho: 61,8%³⁹³. A produção e comercialização do feijão vinha em segundo lugar; e em menor proporção, o trigo.

A importância da cultura do milho foi descrita por Carlos Augusto Taunay, em 1839, no Manual do agricultor brasileiro³⁹⁴. Para ele, o milho era a base de sustento para os habitantes das províncias, pois era possível fazer com seus grãos canjica, cuscuz, pirão, farinha (fubá). Os animais eram alimentados com os grãos e também com as plantas, quando estas ainda eram verdes. Taunay orienta sobre o plantio, que deveria ser em covas, na sequência deveria realizar-se a limpeza da roça duas vezes e, quando da colheita, os grãos deveriam estar maduros – ainda, era importante armazená-los em locais distantes de poeira, ratos e insetos. Assim, o milho fazia a fartura e glória das fazendas. Sobre o feijão, Taunay ressaltou que era um alimento tanto de senhores quanto de escravos. Fácil de ser produzido e de diferentes espécies, os mais usuais entre os brasileiros eram o preto, o vermelho e o branco. O trigo se adaptava melhor nas províncias do Sul; segundo Taunay, desde os tempos dos donatários e até de Dom João VI, foram enviados colonos para o Rio Grande do Sul com objetivo de produzir trigo e também cânhamo (TAUNAY, 2001, p. 50-51, 127).

O milho, além de servir para alimentar os animais nas propriedades, era presente nos pousos, onde tropeiros e animais paravam durante as viagens pela estrada de tropas que cruzava esses campos. Moacir Flores (1998, p. 53) descreve o consumo de milho nos pousos para alimentar os animais:

No fim de cada jornada, alivia-se a carga da besta, dando a cada uma ração de milho, posta num bernal, suspenso ao pescoço do animal ou, na falta deste, colocava-se o milho sobre um couro estendido no chão. Enquanto a mula comia, o arriero passava-lhe sobre os pelos a raspadeira, depois soltava-os no pasto. Cada besta consumia meia quarta de milho, mais a pastagem natural.

Na fazenda do capitão-mor Bento do Amaral Gurgel, em 1798, foram colhidos 200 alqueires de milho (em torno de 6.000 quilos), 40 de feijão (cerca de 1.200 quilos) e 18 (cerca de 544 quilos) de trigo – tudo consumido na propriedade. Em 1803 e 1811, foi descrito que plantava mantimentos para seu gasto³⁹⁵. Assim como na propriedade do capitão-mor, em outras, principalmente nos anos de 1803 e 1811, não foram registrados os alqueires colhidos e comercializados, mas havia produção. No caso das fazendas, havia a necessidade de produção ou

³⁹³ Certamente a produção e a comercialização não foram iguais, mas na lista produção e venda são registradas com a mesma quantidade.

³⁹⁴ Taunay descreveu sobre vários gêneros de cultura existentes no Brasil no período, além do milho, feijão e trigo, arroz, abóbora, batata doce, inhame, mandioca e outros. Ver: TAUNAY, 1839.

³⁹⁵ AESP: Maços de População de Lages. Lages 1776-1818. Ordem C00226. Anos 1798, 1803 e 1811, fogo n. 01.

aquisição de mantimentos em maior escala para a alimentação dos indivíduos que viviam nela, principalmente de milho para alimentar os animais no período de inverno, quando as pastagens diminuían consideravelmente.

Em 1815, Aires de Casal escreveu que a vila de Lages era banhada por muitos rios e as terras eram férteis, cultivavam-se legumes, linho, trigo, milho, criava-se gado grosso e miúdo (CASAL, 1976, p. 108). No levantamento (tombamento) das propriedades rurais da vila de Lages em 1817³⁹⁶, destacou-se que a agricultura nessa vila era de subsistência e resumia-se às culturas do milho, feijão, trio e linho.

Levando em consideração os fogos elencados com a quantidade de animais e a quantidade de produtos produzidos em cada ano, e mais os fogos registrados, entre outros, como que “plantam para seu sustento, vivem de suas lavouras, que consomem no gasto de sua casa”, é possível afirmar que o cultivo de milho, feijão, trigo estava presente em cerca de 90% das propriedades lageanas. Neste contexto, todos os que se dedicavam à pecuária também possuíam lavouras para alimentar seus habitantes e seus animais. Para os que tinham sua ocupação ligada somente à lavoura, a maioria das famílias da vila, a sobrevivência era fruto do cultivo de lavouras. Em 1789, 67% dos fogos produziam milho e feijão; destes, 17,1% eram fazendas de criação, portanto, a produção de mantimentos era disseminada na maior parte dos domicílios e em alguns ocorria a produção de pequenos excedentes agrícolas.

Na vila de Lages, conforme consta nas listas nominativas, um proprietário era criador de animais quando possuía uma fazenda e um rebanho de vacuns, cavalares e muares; logo, se dedicava mais à criação. Era lavrador quando possuía uma chácara ou sítio, isto é, possuía alguns animais e plantava para seu sustento e comercializava poucos excedentes. Helen Osório (2007, p. 85) analisou a ocupação dos possuidores de terras de 1784 na capitania do Rio Grande; para a autora, “os dados da ‘Relação’ indicam que a lógica econômica daquela sociedade era dada pela produção pecuária, mesmo sendo os lavradores a maioria entre os produtores”. Essa mesma lógica foi construída pela imagem secularizada dos campos de Lages, isto é, um espaço formado por grandes propriedades com criatório de animais. Mas os dados presentes nas fontes indicam para a existência de um espaço com lavradores e suas propriedades de produção agrícola. Para

³⁹⁶ Cf.: AGUIRRA. In: **Revista do Arquivo Municipal**, 1935, p. 57- 64. E ainda, segundo Torres, “O Tombamento realizado em 1817 devia esclarecer o nome da fazenda e do seu proprietário, a superfície, o número de braças de testada e de fundo, a natureza das culturas, o número de escravos e a declaração de residência do dono das terras. [...], é um precioso documento, muito embora nem sempre as informações correspondem exatamente às ordens emanadas de sua majestade” (TORRES, 2010, p. 15).

Osório, a categoria lavrador

[...] constituía-se num produtor rural que era *simultaneamente* um agricultor e um pastor, que alimentava seu grupo familiar com sua produção de trigo, milho, feijão ou farinha de mandioca, carne e leite de seu pequeno rebanho e que possivelmente comercializava algum excedente alimentar, alguma vaca ou alguns couros (OSÓRIO, 2007, p. 86).

Lembrando que as fontes utilizadas nesta pesquisa registram de forma incompleta os dados sobre o que produziam e a respectiva produção, consideramos o fato da presença dos termos “agricultor ou vive de suas lavouras” como indicador de indivíduos cultivando roças. Utilizando como referência a conversão de alqueires em quilos proposta por Luna e Klein (2001), conseguimos ter uma referência da quantidade de quilos de produtos produzidos e comercializados na vila. Não são números exatos, primeiro porque a conversão, segundo os autores citados, foi realizada a partir da produção atual desses produtos, segundo porque a quantidade expressa nas listas e nos mapas provavelmente sofreu alterações no momento da contagem da produção. Portanto, os quilos a seguir são uma amostragem dos dados disponíveis.

Em 1798, foram produzidos aproximadamente 83.000 quilos de milho, 20.000 quilos de feijão e 5.250 quilo de trigo; e comercializados 6.000 quilos de milho, 1.050 de feijão e 362 quilos de trigo. Em 1803, foram produzidos 17.400 quilos de milho e 13.692 de feijão; e vendidos 13.800 quilos de milho, 10.125 quilos de feijão e 4.292 quilos de trigo. Em 1811, pela carência nas informações, temos a produção e a comercialização de 12.210 quilos de milho, 6.317 de feijão e 1.200 de trigo.

Não era uma produção em larga escala e, como enfatizado, o cultivo de milho, feijão e trigo era para consumo nas propriedades e na própria vila. Segundo Tiago Gil, em Lages,

As culturas do milho, do feijão e do trigo eram as mais expressivas, nesta ordem. A maior parte da produção, ao menos é o que diz a fonte, estava destinada ao consumo familiar, com safras que variavam entre cinco e duzentos alqueires de milho, por exemplo. Da produção destinada à venda, contabilizei apenas 205 alqueires de milho, procedentes de cinco produtores, além de 43 de feijão e 12 de trigo, cujo destino principal era provavelmente a própria aldeia (GIL, 2009, p. 88).

O inventário *post mortem* de dona Anna Maria de Jesus³⁹⁷ demonstra o que provavelmente deveriam ser a criação de animais e a produção de milho e feijão nas médias e

³⁹⁷ MTJSC: Cód. 10, cx. 43. Em 9 de setembro de 1846, foi realizado o inventário de dona Anna Maria de Jesus; o inventariante foi seu genro, o alferes Ignácio da Silva Ribeiro. A única dívida inventariada foi o valor de 18\$500, gastos no funeral. Esse é único inventário localizado por nós no qual, entre os bens, há milho e feijão. O valor desses dois produtos se aproxima do valor dos vacuns.

pequenas propriedades. Ela era senhora de uma chácara, onde produzia mantimentos³⁹⁸. Os bens inventariados de dona Anna Maria foram onze vacuns (68\$000 réis), oito cavalares (53\$000 réis), duzentos e vinte oito mãos³⁹⁹ de milho (54\$720 réis), seis alqueires de feijão (12\$000 réis), dois machados (\$800 réis), uma foice (\$320 réis), uma panela de ferro (\$640 réis), um freio (1\$000 réis), uma chocolateira (\$320 réis), uma carga de sal (3\$200 réis), dinheiro (6\$520 réis) e o escravo Miguel, de 50 anos (200\$000 réis). Era uma propriedade com alguns animais vacuns e cavalares, os bens mais valiosos, mais um escravo velho, algumas ferramentas e alguns utensílios de uso doméstico, uma pequena quantia de dinheiro, que certamente foi obtida na comercialização de algum excedente, e a produção de milho e feijão para a subsistência.

A transformação do milho e do trigo em farinha nas primeiras décadas de colonização certamente era realizada em moinhos tocados a mão; mas não dispomos de informações mais precisas nas fontes que possam confirmar nossa hipótese. Localizamos dois inventários com moinhos: o inventário de Manoel Palhano de Jesus, realizado no ano de 1841, em que consta “um moinho, avaliado em 4\$000 réis”⁴⁰⁰; e o inventário de Maria Antônia de Jesus, de 1850, que tem “um moinho movido por água com seus pertences, avaliado em 25\$600 réis”⁴⁰¹. Um moinho movido a água sugere a produção e comercialização de farinha. Avé-Lallemant (1980, p. 69) também descreveu que em Lages havia alguns moinhos movidos por rodas hidráulicas. À medida que avançava o século XIX, a configuração rural dos campos era modificada, não só com a chegada de novos habitantes, mas com a introdução de novas técnicas para a fabricação de farinha.

Nos inventários *post mortem*, foram relacionados instrumentos agrícolas. Em 90% deles, há machados e foices; em 70%, há machados, foices e enxadas; em 30%, há machados, foices, enxadas e tesouras⁴⁰². Segundo Farinatti (2010, p. 127), só eram inventariados os instrumentos agrícolas que “tinham lâminas ou ponta de metal”. A maior parte das ferramentas inventariadas foi descrita como velha, e seu valor era baixo. Essas ferramentas encontradas nas fazendas apontam para a existência da agricultura, isto é, como descrito nas listas, os fazendeiros

³⁹⁸ AESP. CO 9869. 1820, nº 27. Uma chácara denominada Lajeado foi comprada e tem de distância um quarto em quadra. Localizava-se próxima da sede da vila.

³⁹⁹ São 228 espigas de milho. “Não se lhe depara o nome nos inventários antigos que contam o milho as mãos, por espigas” (ALMEIDA apud MOURA, 1999, p. 42).

⁴⁰⁰ MTJSC: Cód. 10, cx 44. O moinho fazia parte dos bens que se encontravam na fazenda localizada na costa do bairro Lavatudo.

⁴⁰¹ MTJSC: Cód. 10, cx. 42. Inventário de Maria Antônia de Jesus. Realizado em 4 de outubro de 1850. O inventariante era o viúvo José Silveira de Souza. O moinho estava em uma parte de terras que o inventariante havia comprado de Claro José de Athaydes.

⁴⁰² MTJSC. Cód. 10. 43 inventários.

produziam ‘para seu gasto’.

Além do milho, feijão e trigo, no ano 1798, foi elencada a produção de 15 pedras de linho cânhamo⁴⁰³, e em 1803 registrou-se a venda de 62 arrobas de toucinho⁴⁰⁴. Com relação à produção de toucinho, não dispomos de mais informações nas listas. A presença de porcos nos inventários é escassa: em 4,6% eles foram elencados; isto significa que apenas em dois inventários *post mortem* foram relacionados suínos entre os animais. Em 1833, Manoel Joaquim Pereira⁴⁰⁵ deixou aos seus herdeiros (esposa e 12 filhos), entre outros, 2 porcos capados, avaliados em 6 mil réis (6\$000), e uma porquinha avaliada em 1 mil réis (1\$000). Em 1846, morreu Manoel José Correia⁴⁰⁶, e entre os bens inventariados havia 14 porcas de cria, avaliadas em vinte dois mil e quatrocentos réis (22\$400), e 1 porco capado, avaliado em dez mil réis (10\$000).

Quiçá por seu pequeno valor comercial, a criação de porcos não foi nominada nos inventários *post mortem* e nas listas, mas devia ocorrer na maior parte das propriedades, onde também ocorria o consumo da carne e de seus derivados como parte da dieta alimentar. Segundo o relato de Avé-Lallemant (1980, p. 88-89), nas fazendas havia abundância de porcos: “[...] a espécie de porco não é grande, um bom porco fornece até 100 libras de toucinho. Faz-se da carne uma linguiça grosseira, gostosa, que se conserva por muito tempo”. Esses animais eram criados soltos e em cercados. Os animais soltos no período em que o pinhão está maduro embrenhavam-se nos pinhais à procura desse alimento. Em 12 de julho de 1849, a câmara municipal de Lages aprovou novas leis, denominadas de posturas, a serem seguidas e obedecidas pelos habitantes. O artigo 48 dispunha sobre a proibição de animais nas ruas: “ninguém poderá trazer soltos, ou vagando pelas ruas desta Vila, porcos ou outros animais daninhos, sob pena de serem mortos ou vendidos em leilão por conta da câmara, aqueles que forem úteis depois de mortos, restituindo a seus donos a quantia que exceder a 2\$000 réis de seu produto”⁴⁰⁷. Se a câmara estava preocupada

⁴⁰³ AESP: Maços de População de Lages. Lages 1776-1818. Ordem: C00226. Anos 1798. Fogo de José do Amaral com 2 pedras de linho; fogo de Joaquim Machado com 1 pedra de linho; fogo de José da Rosa com 2 pedras de linho; fogo de Francisco Rodrigues com 2 pedras de linho; fogo de Joaquim José Rodrigues com 3 pedras de linho; e fogo de João Damaceno com 5 pedras de linha. O linho cânhamo é uma planta originária da Ásia Central, e difundida pela sua fibra, que é utilizada na confecção de tecidos, cordões navais e velas. Ver: WEHLING. In: **Anais do Simpósio comemorativo do bicentenário da restauração de Rio Grande (1776-1976)**, 1979, p. 216-243. MENZ, 2005. p. 139-158.

⁴⁰⁴ AESP: Maços de População de Lages. Lages 1776-1818. Ordem: C00226. Anos 1803. Fogo n. 31 de Miguel Bicudo de Arantes, 16 arrobas; fogo n. 35 de Manoel Teixeira de Brito, 6 arrobas; fogo n. 37 de Antonio da Ponte Correia, 20 arrobas; fogo n. 57 de José Luiz, 10 arrobas; e fogo de José de Barros, 10 arrobas.

⁴⁰⁵ MTJSC. Cód. 10, cx. 55. Na sequência, voltaremos ao inventário do Sr. Manoel Joaquim Pereira.

⁴⁰⁶ MTJSC. Cód. 10, cx. 45.

⁴⁰⁷ MTC. Livro de atas da Câmara, 1846-1853, fls 103-104.

com os porcos que vagavam pelas ruas, resta sugerida sua existência, comercialização e consumo.

Além da criação de animais muares, cavalares e vacuns para com o mercado interno, da produção de mantimentos agrícolas e seus poucos excedentes comercializados no mercado local, nos campos de Lages houve a produção e o comércio de queijos, e a manufatura da lã de ovelhas.

3.3 A produção de queijos e lã

No dia 1º de fevereiro de 1786, Clara Maria de Athaydes, a primogênita de Manoel de Athayde e Maria do Rosário, com cerca de 12 anos de idade, casou-se com o viúvo Matheus José de Souza, que tinha mais ou menos 44 anos de idade⁴⁰⁸. Em 1820, Matheus José de Souza foi recenseado como proprietário da fazenda denominada Socorro, comprada e que se encontrava povoada com animais de criar vacuns, cavalares e plantações; tinha uma légua de frente e três de fundo⁴⁰⁹. As dimensões da fazenda estão dentro do que poderia ser considerada uma grande propriedade para a vila de Lages naquele período.

Essa fazenda possuiu uma especificidade na sua produção: enquanto nas demais fazendas encontramos animais e produção de gêneros alimentícios para consumo, nela temos a maior produção/fabricação de queijos da vila. Saliento que esse produto não aparece na lista de exportações da vila, apenas nas ocupações de algumas fazendas, com o termo “vende queijos”. Talvez porque para a maioria dos fazendeiros não interessava a produção do queijo, mas a comercialização dos animais, ficando o queijo e outros derivados do leite, como a manteiga, apenas para o consumo no domicílio⁴¹⁰. A fazenda Socorro localizava-se no bairro Costa da Serra, caminho da vila de Lages para Laguna.

⁴⁰⁸ PNSPL: Livro de casamentos n. 1, fls 57a. Casamento realizado pelo vigário Francisco Xavier de Carvalho em 01 de fevereiro de 1786. “Mateus José de Souza, filho de José de Souza Medeiros e de sua mulher Maria Ignes da Conceição, natural da cidade de Angra, viúvo de Maria Josefa de Carvalho e Clara Maria de Athaydes, filha de Manoel Rodrigues de Athaydes e Maria do Rozário, natural desta vila. Foram testemunhas o sargento-mor Antonio Rodrigues de Oliveira e Joaquim Jose Monteiro, ambos casados e moradores da vila”.

⁴⁰⁹ AESP C09869: Relação das propriedades, 1820.

⁴¹⁰ Taunay destacou que havia em 1839 a produção de queijos em vários locais do Brasil, mas com maior abundância nas províncias de Minas Gerais e Rio Grande (TAUNAY, 1939, p. 184).

Foto 1 – Vista parcial do cemitério da fazenda Socorro⁴¹¹



Fonte: Ismênia Ribeiro Schneider, pesquisadora de genealogia serrana de Santa Catarina, (<http://genealogiaserranasc.blogspot.com.br/>). Foto de João da Silva Ribeiro Junior e Ismênia Batista de Souza (2007).

Segundo a crônica familiar, nele está enterrado Matheus José de Souza (1737-1820).

Mateus José de Souza migrou para os campos de Lages, assim como seu sogro, Manoel de Athaydes, na bandeira paulista organizada por Antonio Correia Pinto. Presenciou a escolha do terreno para a Igreja e o levantamento do pelourinho em 1771. Foi vereador da vila de 1772 a 1784⁴¹². De 1798 a 1818, nas listas, há a fazenda de propriedade de Matheus José de Souza, onde vivia com a mulher, Clara Maria⁴¹³, os filhos, agregados e escravo. No quadro a seguir, transcrevemos a coluna *ocupações*, em que temos a discriminação da produção agrícola e pecuária da fazenda de Matheus José de Souza presente nas listas populacionais, bem como a mão de obra existente.

⁴¹¹ Atualmente a fazenda Socorro localiza-se no município de Bom Jardim da Serra (SC).

⁴¹² MTC: Livro de registro de letra da Câmara da vila de Nossa Senhora dos Prazeres de Lages, 1778. Em 26 de julho de 1778, recebeu da câmara sessenta e seis mil e oitenta réis (66\$080).

⁴¹³ Clara Maria de Athaydes morreu em 13 de dezembro de 1810, com 35 anos. Foi enterrada na igreja na Vila. Registro realizado pelo vigário Francisco José de França. Fonte: PNSPL: Livro de óbitos n. 2, fls 26.

Quadro 3 – Fazenda de Matheus José de Souza, 1798 – 1818.

Anos	Vacuns	Cavalares	Muares	Ovelhas	Queijos	Couros	Mão de obra: familiar e
1798	200	30	-----	-----	-----	-----	4 agregados e 1 escravo
1799	50	12	-----	rebanho	500	-----	6 agregados e 2 escravos
1803	150	20	-----	rebanho	350	20	6 agregados e 1 escravo
1805	50	12	-----	rebanho	500	-----	3 agregados
1806	100	20	-----	rebanho	500	-----	3 agregados
1807	200	30	-----	rebanho	400 + 30 ⁴¹⁴	-----	5 agregados e 2 escravos
1808	200	30	-----	rebanho	400	-----	5 agregados e 2 escravos
1810	8	5	2	-----	-----	-----	10 agregados
1816	180	-----	-----	-----	-----	-----	7 agregados
1818	44	6		-----	-----	-----	10 agregados ⁴¹⁵

AESP: Maços de População de Lages. Ordem: C00226.

Também produziam mantimentos para o consumo na fazenda.

Os queijos fabricados durante uma década, segundo a descrição censitária, eram vendidos para Laguna. Pela quantidade de produção, deveriam utilizar, além do leite das vacas, também o das ovelhas, pois entre 1799 e 1805 há um pequeno rebanho de vacuns para a quantidade de queijos produzidos e, também, enquanto há fabricação de queijos nessa fazenda, há o rebanho de ovelhas. Ressalta-se que o número total de gado vacum não deveria ser somente gado de leite.

Não é uma fazenda cuja mão de obra é predominante de cativos; pelo contrário, era formada basicamente por indivíduos livres. Quando há a nomeação de cativos, faz-se referência aos pardos Faustino e sua mulher, Anna. Mas Faustino e Anna não foram cativos a vida toda, eles tornaram-se livres e passaram a ser agregados⁴¹⁶. Sem dúvida, Anna e Faustino, entre outros trabalhos, dominavam a arte do fabrico do queijo, pois o casal é presente ao longo de todo o

⁴¹⁴ Produzidos em outra propriedade do mesmo proprietário. Fogo n. 123.

⁴¹⁵ Os agregados possuem também seus rebanhos. São Faustino e Anna com 10 vacuns; João da Silva e Maria Benta com 20 vacuns e 10 cavalares; e Manoel de Atahyde e Anna Lima com 10 vacuns e 6 cavalares – este era filho de Matheus e Clara Maria.

⁴¹⁶ Descreveremos sobre Faustino e Anna no capítulo 4.

período. Os motivos que ocasionaram o fim da produção dos queijos são desconhecidos.

Além da fazenda Socorro, outras propriedades produziram queijos:

- a de Domingos José de Brito, natural de Viamão, branco, solteiro, 49 anos, porta-bandeira da Companhia dos Milicianos. Em 1803⁴¹⁷, vendia 200 queijos e 20 couros para Laguna. Possuía um rebanho de ovelhas, 65 vacuns e 20 cavalares. Em sua fazenda, a mão de obra era formada pelo agregado pardo David, de 10 anos, e pelo escravo crioulo negro Vitorio, de 21 anos. Nos anos de 1805⁴¹⁸ e 1806⁴¹⁹, continuava com a mesma produção de queijos (200), e seu rebanho de vacuns aumentou para 80, também os habitantes do fogo continuavam os mesmos. Já em 1807⁴²⁰, a mão de obra aumentou consideravelmente: eram 3 escravos negros (Vitorio, 22 anos, Jose de Nação, 19 anos, e Domingos, 16 anos) e 4 agregados solteiros (Luiz Rodrigues, branco, 32 anos, o pardo David, 16 anos, as negras Joaquina, 32 anos, e Maria, 24 anos). Com o aumento na mão de obra, aumentou a produção de queijos para 300, e “marcava 80 vacuns, 20 cavalares, 10 muares, um rebanho de ovelhas e planta para seu gasto”. No ano de 1808⁴²¹, a mão de obra e a produção de queijos são iguais às do ano anterior, mas seu rebanho aumentou para 100 vacuns, 30 cavalares e 20 muares;

- a fazenda do cabo da esquadra dos milicianos Ignacio da Silva Ribeiro, natural de Viamão, branco, 29 anos, casado com Anna Muniz, em 1803⁴²², vendia 100 queijos. Possuía 35 vacuns, 20 cavalares e poucas ovelhas. O casal tinha 3 filhos menores e 2 agregados. Seus agregados eram duas crianças indígenas: Joaquim, de 11 anos, e Maria, de 4 anos, que obviamente haviam sido capturados. Em 1805⁴²³, o cabo miliciano vivia com as pessoas nominadas no censo anterior; diminuiu a produção de queijos para 50 e possuía 40 vacuns, 14 cavalos e 8 muares. A única alteração em 1806⁴²⁴ foi o aumento na fabricação de queijos, que passou a 150. Em 1807 e 1808⁴²⁵, Ignácio, a esposa, os filhos e os dois agregados indígenas produziram 200 queijos, plantavam para seu sustento; ainda, havia 80 vacuns, 21 cavalares e 16 muares;

⁴¹⁷ AESP: Maços de População de Lages. Lages 1776-1818. Ordem C00226. Ano de 1803, fogo n. 68.

⁴¹⁸ AESP: Maços de População de Lages. Lages 1776-1818. Ordem C00226. Ano de 1805, fogo n. 52.

⁴¹⁹ AESP: Maços de População de Lages. Lages 1776-1818. Ordem C00226. Ano de 1806, fogo n. 55.

⁴²⁰ AESP: Maços de População de Lages. Lages 1776-1818. Ordem C00226. Ano de 1807, fogo n. 131.

⁴²¹ AESP: Maços de População de Lages. Lages 1776-1818. Ordem C00226. Ano de 1808, fogo n. 149.

⁴²² AESP: Maços de População de Lages. Lages 1776-1818. Ordem C00226. Ano de 1803, fogo n. 69.

⁴²³ AESP: Maços de População de Lages. Lages 1776-1818. Ordem C00226. Ano de 1805, fogo n. 53.

⁴²⁴ AESP: Maços de População de Lages. Lages 1776-1818. Ordem C00226. Ano de 1806, fogo n. 56.

⁴²⁵ AESP: Maços de População de Lages. Lages 1776-1818. Ordem C00226. Ano de 1807, fogo n. 132; ano 1808, fogo n. 150.

- no ano de 1803⁴²⁶, na fazenda administrada pelo pardo Bartolomeu da Silva, natural de Laguna, viúvo, eram vendidos 100 queijos, 11 quilos de carne seca e sebo, e havia 20 vacuns e 11 cavalares. Além do viúvo, viviam e trabalhavam na fazenda seus 6 filhos, com idade entre 8 e 18 anos de idade. Em 1805⁴²⁷, fabricava 40 queijos e havia 10 vacuns e 3 cavalares – a produção de queijos e os animais diminuíram muito em relação ao ano de 1803. Já em 1806⁴²⁸, houve um pequeno aumento na produção, passando-se a 50 queijos, e os habitantes do fogo continuavam sendo os mesmos;
- na fazenda do capitão reformado Pedro da Silva Ribeiro, que foi dada a ele pelo capitão-mor Correia Pinto, registrou-se nos anos de 1807 e 1808⁴²⁹ a produção de queijos, 50 em cada ano; além de 30 vacuns, 12 cavalares e 16 mueres; e a produção de mantimentos. Nessa fazenda, viviam o casal com 12 filhos, 3 escravos e 5 agregados;
- no ano 1807, na fazenda Tijucas, de propriedade do capitão Joaquim José Pereira, havia 150 vacuns e a produção de 300 queijos, realizada por 5 cativos⁴³⁰;
- na fazenda de Matheus José da Silva, natural da ilha de Santa Catarina, branco, solteiro, 41 anos, em 1808⁴³¹, foram produzidos 200 queijos. Nessa propriedade, a mão de obra era formada por um escravo e seis agregados; com 10 vacuns, 30 mueres, 20 cavalares, um rebanho de ovelhas e o plantio para o gasto. Saint-Hilaire (1978, p. 20) relatou sobre os queijos consumidos: “Os queijos de Campos Gerais não deixam nada a desejar se comparados aos de Minas, mas eles também são fabricados em quantidade muito pequenas [...], o laticínio dessa região é muito bom e constituiu o principal alimento dos pobres e dos escravos”.

As propriedades/fazendas ora descritas são as únicas em que encontramos a fabricação de queijos, e seus excedentes eram comercializados⁴³². Essas mesmas propriedades, antes de 1803 e depois de 1808, continuavam com seus rebanhos de ovelhas e de vacuns; no entanto, na coluna

⁴²⁶ AESP: Maços de População de Lages. Lages 1776-1818. Ordem C00226. Ano de 1803, fogo n. 66. A fazenda pertencia a seu sogro, o mulato Manoel de Barros.

⁴²⁷ AESP: Maços de População de Lages. Lages 1776-1818. Ordem C00226. Ano de 1805, fogo n. 55.

⁴²⁸ AESP: Maços de População de Lages. Lages 1776-1818. Ordem C00226. Ano de 1806, fogo n. 58.

⁴²⁹ AESP: Maços de População de Lages. Lages 1776-1818. Ordem C00226. Ano de 1807, fogo n. 130; ano de 1808, fogo n. 148. Entre os cativos está Joaquim, casado com a agregada Maria.

⁴³⁰ AESP: Maços de População de Lages. Lages 1776-1818. Ordem C00226. Ano de 1807, fogo n. 125. Os cativos eram o capataz Thomaz, de 50 anos; Floriano, 20 anos; João, 24 anos; Marcelina, 26 anos; e Narciso, 2 anos – todos negros e solteiros.

⁴³¹ AESP: Maços de População de Lages. Lages 1776-1818. Ordem: C00226. Ano de 1808, fogo n. 147.

⁴³² O viajante Langsdorff, ao percorrer diversas localidades da Província de São Paulo, entre os anos de 1825 e 1826, anotou a existência de estabelecimentos comerciais com queijos, couro e outros produtos. Ver: SILVA, Danuzio Gil Bernardino da (Org.). **Os Diários de Langsdorff**. v. 2. Campinas: Associação Internacional de Estudos Langsdorff; Rio de Janeiro: Fiocruz, 1997.

ocupações esse produto não foi mais nominado. Não podemos afirmar que deixou de ser produzido, mas talvez tenha deixado de ser um produto gerador de lucro, pois, de acordo com as informações nas listas populacionais, possuía um único mercado de comercialização, a vila de Laguna. A mão de obra para a produção do queijo, em geral, era realizada pela família e agregados.

Unindo a produção total das fazendas, incluída a de maior produção, a de Matheus José de Souza, temos uma quantidade significativa de queijos produzidos e comercializados.

Tabela 10 – Peças de queijos produzidos, 1803-1808.

Anos	1803	1805	1806	1807	1808
Peças de queijos	750	590	900	1280	1100

Fonte: AESP: Maços de População de Lages. Ordem: C00226.

Enquanto o mercado de animais (potros, mulas, bois) e couros era realizado principalmente pelo caminho das tropas pelos campos de Curitiba até Sorocaba, as fontes indicam para o período em que o comércio de queijos era realizado com Laguna, isto é, os pedaços de queijos eram transportados no lombo de mulas pelo sinuoso Caminho dos Conventos. O contato comercial com Laguna era intenso, apesar da pouca diversidade de produtos adquiridos, pois comprava-se aguardente, açúcar e sal⁴³³. As propriedades com produção de queijos, sua maioria, localizavam-se no bairro Costa da Serra, que ficava no caminho da sede da vila para Laguna. É possível apontar, pela quantidade de queijo produzido, que na vila de Lages, de 1803 a 1808, havia homens especializados no fabrico de queijos, realidade diferente da descrita pelo viajante Saint-Hilaire, em 1820, sobre a produção de queijos nos Campos Gerais – segundo ele, “o trabalho sedentário das fábricas de laticínios jamais agradaria a homens que de um modo geral preferem os violentos exercícios a cavalo ou então o repouso absoluto” (SAIN-HILAIRE, 1978, p. 20).

Lembra-se que a produção de queijo ocorreu ao longo do período em propriedades onde havia, além de vacuns, rebanho de ovelhas, indicando a utilização do leite de vacas e de ovelhas para a fabricação de queijos. Nas listas nominativas, especificava-se a quantidade de milho, feijão, trigo, vacuns, cavaleiros e muares, mas não o número de ovelhas, apenas denominavam-se a elas “rebanho”. Somente na lista de 1798 e nos inventários há o número de ovelhas. Nos inventários *post mortem* pesquisados, em 30,2% deles localizamos rebanhos de ovelhas com

⁴³³ AESP: Maços de População de Lages. Ordem: C00226. Ano de 1803. Mapa dos produtos da paróquia de Lages. Neste mapa dos gêneros exportados e importados para o porto de Laguna, não constam os queijos.

quantidade variável.

Quadro 4 – Ovelhas nos inventários *post mortem*, 1820-1850.

Ano	Inventariado	N. de ovelhas
1823	João Antônio Borges	16
1825	Antônio da Costa Varela	202
1833	Maria Leite ⁴³⁴	50
	Manoel Joaquim Pereira	68
1841	José da Silva Furtunato	114
	Antônio José de Freitas	38
	Maria Rita	85
1844	Francisco Ricardo da Silva	150
1845	Maria Custodia do Amaral	5
	Ricardo Francisco Moreira	53
	Hibia Maria da Conceição	140
1846	Manoel José Correia	40
1850	Anna Maria do Amaral ⁴³⁵	80

Fonte: MTJSC, Cód. 10. 43 inventários *post mortem* da Comarca de Lages.

O inventariado com o maior rebanho foi Antônio da Costa Varela⁴³⁶, proprietário da fazenda Boa Vista, comprada de seu cunhado Paulo José Pereira. A fazenda possuía meia légua de frente e duas de fundo⁴³⁷. Compunham o rebanho nominado no inventário 202 ovelhas e 412 vacuns, 124 cavaleares, 7 muares. A fazenda com o menor rebanho, que pertencia a Maria Custodia do Amaral, era administrada por seu genro, Antônio da Costa Varela⁴³⁸; nela havia 5

⁴³⁴ Esposa do ‘homem sumamente pobre’ Antônio do Amaral Gurgel e cunhada do capitão-mor Bento do Amaral Gurgel.

⁴³⁵ Era filha do sargento-mor João Damasceno de Córdova. O inventariante foi o viúvo Matheus José de Souza, neto de Manoel Rodrigues de Athaydes.

⁴³⁶ Natural de São Francisco de Paula de Cima da Serra, filho do coronel João da Costa Varela e Maria Joaquina de Santa Anna. Casado com Manoela Joaquina de Macedo e pai de 10 filhos. Sua fazenda localizava-se no bairro Costa da Serra.

⁴³⁷ AESP: Maços de População de Lages. Ordem: C09869, nº.6. Em 1820 “estava povoada com animais vacuns e cavaleares, e existindo na propriedade o dono e gente alugada”.

⁴³⁸ Maria Custódia do Amaral era filha de José do Amaral Gurgel e de Maria do Nascimento. Logo, era sobrinha do capitão-mor Bento do Amaral Gurgel. Seu genro Antônio da Costa Varela era filho do mesmo Antônio (inventariado em 1825) e de sua esposa Manuela Joaquina.

ovelhas, 2 vacuns, 167 cavalares e 5 muares⁴³⁹.

Vejamos o caso do criador Manoel Joaquim Pereira, sobre ele dispomos das informações presentes nas listas e de seu inventário *post mortem*. Em 1804, Manoel Joaquim Pereira e sua mulher, Francisca Rodrigues de Paula, compraram de Manoel Cavalheiro Leitão uma propriedade rural com uma légua de frente e três de fundo, era a fazenda denominada Raposo. Entre os anos de 1807 e 1820⁴⁴⁰, a família e, em alguns momentos, agregados trabalhavam em atividades agrícolas, cultivando milho, feijão, outros produtos “para seu gasto”, criando animais vacuns, cavalares, muares e um rebanho de ovelhas. Na propriedade de Manoel Joaquim, havia um rebanho diversificado. Em 19 de julho de 1833⁴⁴¹, na fazenda denominada Raposo, foi iniciado o inventário do falecido Manoel Joaquim, com a presença da viúva Francisca, do juiz dos órfãos, Bento Ribeiro de Córdova, e dos avaliadores Serafim Muniz de Mouro e Bento Borges do Amaral e Castro. Os herdeiros eram os filhos: Bento, José, Joaquim, Rita, Anna, Tereza, Escolástica, Gertrudes, Maria e Vicencia. Os bens inventariados do casal e seus respectivos valores eram:

Bens inventariados	Valores (réis)
Dinheiro	4\$800
Prata	12\$120
Cobre	\$200
Estanho	1\$680
Ferramentas	7\$460
Ferros	10\$520
Casas	25\$600
Utensílios domésticos	6\$800
Campos do Raposo	700\$000
Muares	108\$400
Cavalares	772\$500
Gado vacuum	479\$000
Ovelhas	38\$080
Porcos	7\$000
Roupa	2\$000
Bens recebidos por dote	36\$800
Total	2\$212960

⁴³⁹ MTJSC. Cód. 10, cx. 43.

⁴⁴⁰ AESP: Maços de População de Lages. Lages 1776-1818. Ordem C00226. Ano de 1807, fogo n. 41; ano 1808, fogo n. 43; ano 1810, fogo n. 33; ano 1811, fogo n. 28; ano de 1818, fogo n. 73. AESP, C0 9869, propriedade 11. Manoel Joaquim era natural de Viamão e Francisca de Paula, natural de Curitiba.

⁴⁴¹ MTJSC: Cód. 10, cx. 55.

Dívidas	427\$760 ⁴⁴²
Total	1\$785200

Fonte: MTJSC: Cód. 10, cx. 55.

Diferentemente da maioria dos proprietários de fazenda, ele não era um senhor de escravos. Nas listas, além da família, em alguns anos, há agregados. Nos anos de 1807 e 1808, era o menor Manoel, natural de Lages; e em 1810 e 1811, o casal Antônio Moura, 21 anos, e sua mulher, Rita, 15 anos, ambos brancos e naturais de Curitiba. No entanto, os agregados não representavam a base da mão de obra. Todas as tarefas ligadas à produção de alimentos e à criação de animais eram realizadas pelos membros da família de Manoel Joaquim Pereira. Com relação ao rebanho de ovelhas existente nessa propriedade, eram 68, e cada uma foi avaliada em quinhentos e sessenta réis (\$560). O valor das ovelhas é menor comparativamente ao dos outros animais inventariados: individualmente, uma besta mansa foi avaliada em 6\$3000 réis; um cavalo manso, em 5\$000 réis; e uma vaca mansa, em 3\$000 réis. É possível compreender que o baixo valor de uma ovelha fazia com que os criadores optassem por animais que rendessem maior lucro; neste caso, o maior rebanho era o de cavalos.

As ovelhas também forneciam, além do leite e da carne, a lã, que, para esse espaço, era uma matéria-prima indispensável, especialmente para a confecção de vestimentas. Encontramos descrição específica sobre a utilização da lã nas listas de 1810 e 1811. Novamente ressaltamos que a escrita na coluna *ocupações* não significa o real de todos os domicílios, visto que são informações extremamente sucintas. Nos demais anos, há a nomeação de rebanhos de ovelhas; portanto, as manufaturas domésticas com a lã, bem como a produção de queijos, mesmo não sendo descritas, certamente existiam.

Em 1810, na propriedade de Manoel Joaquim Pereira, “fazem a lã, gasta em sua casa”⁴⁴³. Na propriedade do capitão das ordenanças Manoel Cavalheiro Leitão, “tem ovelhas que a lã consome nas manufaturas de sua casa”. Nesse mesmo ano, em outras 17⁴⁴⁴ propriedades, a lã está elencada entre os produtos consumidos na casa. Entre os domicílios com lã, está o do

⁴⁴² As despesas com funeral foram de 68\$040 réis. No inventário *post mortem* de Manoel Joaquim, entre seus bens não consta tear; assim como nos demais inventários pesquisados não o encontramos – certamente existiam, mas não foram elencados.

⁴⁴³ De acordo com Marin, nas vilas havia simplicidade na vestimenta, pois em geral as pessoas usavam roupas feitas com tecidos grosseiros de algodão e lã. Ver: MARIN. In: SETUBAL, 2004. p. 89-190.

⁴⁴⁴ AESP: Maços de População de Lages. Lages 1776-1818. Ordem: C00226. Ano de 1810, fogo n. 03, 07, 09, 27, 29, 32, 33, 34, 45, 67, 85, 87, 88, 89, 90, 94, 95, 97 e 98. Lista nominativa realizada pelo sargento-mor comandante João Annes do Amaral Gurgel, totalizando 19 fogos. Assim, em 16, 6% dos fogos desse ano foi descrita a atividade de manufatura com a lã.

capitão das milícias André Guerreiro e sua mulher, Florinda do Amaral; o de Maria da Conceição, viúva do pardo Vicente Rodrigues de Athaydes; o de Ignacia de Rodrigues, viúva do mulato Manoel de Barros; uma fazenda dos herdeiros do capitão Joaquim José Pereira; a fazenda administrada por Nicolau de Liz e sua mulher, Umbelina. Para além dos domicílios em que a manufatura da lã é descrita, há mais cinco deles com rebanhos de ovelhas; assim, nesse ano, 22% do total de domicílios possuíam ovelhas, e delas certamente aproveitavam-se a lã e o leite.

Em 1811, o número de propriedades com rebanho de ovelhas era de 10%, percentual menor que no ano anterior. O capitão Bento do Amaral Gurgel registrou em seu domicílio: “tem seu rebanho de ovelhas que consome a lã manufaturada em sua casa”⁴⁴⁵. E em outros domicílios, dentre eles, no do tenente Balthazar Joaquim de Oliveira e no de Maximiliano Barbosa do Rego, registrou-se a seguinte expressão: “tem um rebanho de ovelhas que consome a lã no vestuário de sua casa”⁴⁴⁶. Para o domicílio de Salvador Nunes, anotou-se: “tem seu rebanho de ovelhas e consome a lã no vestuário de seus filhos”⁴⁴⁷. Na propriedade de Bento Ribeiro do Amaral, a “lã é consumida no vestuário dos escravos”⁴⁴⁸.

Ainda em 1811, na propriedade de Bento Ribeiro de Córdova, o rebanho de ovelhas “lhe rende manufaturas, com rendimento anual de 26\$000 réis”⁴⁴⁹. Era a fazenda Morrinhos, onde viviam Bento, sua mulher, Maria, 5 filhos menores de 10 anos e 3 cativos pardos, adultos e solteiros. Além do rebanho de ovelhas, havia 25 cavalos, 30 vacuns e 9 muares. Em 1816, Bento Ribeiro de Córdova foi descrito como “vive de seus negócios de tropas e de sua agricultura”⁴⁵⁰. E em 1818⁴⁵¹, dos 146 fogos, somente para 12 deles foi descrita a presença de rebanho de ovelhas – entre eles o fogo de número 72, de Bento Ribeiro de Córdova. Em 15 de junho de 1840, foi realizado o inventário *post mortem* dos bens de Bento⁴⁵², em que constam utensílios

⁴⁴⁵ AESP: Maços de População de Lages. Lages 1776-1818. Ordem C00226. Ano de 1811, fogo n. 01. Em sua fazenda, entre os anos de 1803 e 1810, tem um rebanho de ovelhas.

⁴⁴⁶ AESP: Maços de População de Lages. Lages 1776-1818. Ordem C00226. Ano de 1811, fogo n. 12 e 23.

⁴⁴⁷ AESP: Maços de População de Lages. Lages 1776-1818. Ordem C00226. Ano de 1811, fogo n. 29. Salvador era viúvo, com 6 filhos entre 4 e 12 anos.

⁴⁴⁸ AESP: Maços de População de Lages. Lages 1776-1818. Ordem C00226. Ano de 1811, fogo n. 88. Nesse ano, os cativos que compunham a escravaria de Bento Ribeiro do Amaral eram João, 50 anos, negro, solteiro; Aleixo, 11 anos, negro; Benedita, 30 anos, parda, solteira; Anna, 29 anos, negra, casada; João e José, negros com 2 anos.

⁴⁴⁹ AESP: Maços de População de Lages. Lages 1776-1818. Ordem C00226. Ano de 1811, fogo n. 92.

⁴⁵⁰ AESP: Maços de População de Lages. Lages 1776-1818. Ordem C00226. Ano de 1816, fogo n. 132.

⁴⁵¹ AESP: Maços de População de Lages. Lages 1776-1818. Ordem C00226. Ano de 1818, fogo n. 72, 73, 76, 90, 92, 93, 97, 114, 132, 134, 135 e 137. O fogo n. 134 pertencia ao herdeiro José Joaquim Pereira.

⁴⁵² Natural da vila de Santos, era genro e cunhado de Maria de Boaventura.

domésticos, ferramentas, móveis, roupas, cativos, animais vacuns, cavalares e muares, casas e campos⁴⁵³. No inventário, não há ovelhas nem tear.

Apesar de a manufatura da lã não estar entre as principais atividades dos habitantes dos campos de Lages, as poucas informações confirmam não só sua existência, mas também a preocupação em confeccionar agasalhos, quer para os próprios filhos, quer para os cativos. Os rebanhos de ovelhas são elencados nas fazendas ou em pequenas fazendas. Em sua passagem pelos Campos Gerais, o viajante Saint-Hilaire (1978, p. 22) destacou: “[...] todos os fazendeiros possuem rebanhos de carneiros, mas esses animais não são vendidos e poucas pessoas comem a sua carne (1820). São criados unicamente por causa de sua lã, com a qual se confeccionam cobertores e outros tecidos grosseiros”. Como temos na vila de Lages um percentual maior de pequenas e médias propriedades, os lavradores que produziam para a subsistência ou parques excedentes provavelmente teriam alguns gados ovinos para tosquiar⁴⁵⁴. Afinal, para viver e sobreviver em Lages, com seu inverno de temperaturas negativas, era preciso agasalhar-se, daí a importância dos rebanhos de ovelhas para a confecção de tecidos rústicos de lã.

Em seu relato, Avé-Lallemant (1980, p. 80-81) destaca o cotidiano na vila de Lages durante a estação fria: “por causa do frio, a gente, vai cedo para a cama. [...] Antes das 8 horas nenhuma porta se abre e nenhuma pessoa põe o nariz fora da janela sem que se desfaça o orvalho que gelou durante a noite. Retiram-se, entre ponchos e cobertas de lã”.

Com a lã, era possível tecer cobertores, vestuários e pelegos para montaria. Uma peça realizada com a lã e muito presente no vestuário dos indivíduos lageanos era o poncho – entre os bens inventariados, existiam as roupas, e uma peça de roupa muito presente era justamente o poncho. Não há como afirmar que os ponchos eram fabricados nas manufaturas caseiras da vila ou eram trazidos pelos tropeiros, o fato é que a matéria-prima para sua confecção era a lã. O poncho velho de Manoel Joaquim Pereira foi avaliado em um mil e duzentos réis (1\$200),

⁴⁵³ MTJSC: Cód. 10; cx. 44. Ano 1840. Os bens de maior valor e importância são os 6 escravos, Claudiano (500\$000 réis), Sepriano (500\$000 réis), Adão (250\$000 réis), Mateus (300\$000 réis), Vito (100\$000 réis) e Isabel (500\$000 réis); os animais: 44 vacas sem cria (176\$000 réis), 12 vacas mansas (60\$000 réis), 5 terneiros de ano (10\$000 réis), 20 touros de dois anos (80\$000 réis), 2 touros de ano (20\$000 réis), 2 bois carreiros (30\$000 réis), 5 éguas xucras (380\$000 réis), 3 pastores (15\$000 réis), 26 potrancas de ano (52\$000 réis), 40 potros de dois anos (240\$000 réis), 20 potros de ano (40\$000 réis), 58 éguas de cria (290\$000 réis), 3 burros xucros (65\$000 réis), 12 éguas mansas (72\$000 réis), 5 cavalos novos (50\$000 réis), 7 cavalos velhos (35\$000 réis), 15 bestas mansas (38\$000 réis), 37 bestas de dois anos (373\$000 réis), 13 bestas de ano (83\$200 réis), 6 burros (30\$000 réis); uma casa na vila (900\$000 réis); casa e benfeitorias na estância dos Morrinhos (60\$000 réis); Campos dos Morrinhos (2:500\$000 réis); Rincão de Campos, para cria (1:000\$000 réis); uma parte de campos (200\$000 réis).

⁴⁵⁴ Retirar a lã da ovelha. A tosquia era realizada uma vez ao ano, e na vila de Lages este trabalho era realizado na primavera, já que no inverno a lã protege os animais. Sobre a tosquia nos Campos Gerais, Saint-Hilaire (1978, p. 22) escreveu: “É no mês de agosto, com a chegada do calor, que se costuma tosquiar as ovelhas”.

superior ao valor de duas ovelhas. Já Bento Ribeiro de Córdova possuía um poncho com forro avaliado em quatorze mil réis (14\$000). Segundo Avé-Lallemant (1980, p. 85), é possível distinguir a riqueza de um cavaleiro de classe e riqueza pelo uso de “ponchos de listras variadas flutuando ao vento”.

O poncho fazia parte da vestimenta dos habitantes do sul do Brasil. Denise Soares de Moura analisou a gente de São Paulo na aquarela ‘Palácio do governo de São Paulo, 1827’, realizada por Jean-Baptiste Debret, e destaca a presença de tropeiros com ponchos e de homens pertencentes a camadas populares também utilizando o poncho. Para a autora (2006, p. 56), “a cultura da sociedade paulista tomou de empréstimo elementos da cultura gaúcha, como o poncho”, que era utilizado por viajantes, tropeiros e trabalhadores das tropas. O beneficiamento da lã na vila de Lages ocorria nas propriedades e era realizado pelos que habitavam o fogo. Em nenhuma lista os recenseadores descreveram homens como tecelões. Outro fator é que a transformação da lã em manufatura, com exceção da realizada na propriedade de Bento Ribeiro de Córdova, era realizada nas propriedades da vila e para o consumo dos indivíduos que habitavam o fogo.

Nas propriedades em que foi registrado na produção o termo “rebanho”, é impossível precisar a quantidade exata de ovelhas, pois poderiam ser 50, 68 ou 100. E, ainda, os inventários e as listas apontam a pouca importância desse tipo de pecuária, já que ela não é nominada ou é inexistente na maioria das propriedades.

O que as fontes (listas e inventários) demonstram é que a riqueza dos homens desses campos era medida pelos animais que possuíam. Os vacuns, cavалares e muares eram as mercadorias com maior valor, mas as lavouras garantiam a sobrevivência de fazendeiros e de lavradores, porque os produtos importados eram poucos e não abasteciam esse espaço agrário. Os proprietários lageanos não eram autossuficientes, mas também não viviam exclusivamente do comércio de animais. Retornemos ao pardo forro Vicente de Athaydes: ele foi proprietário de uma casa de comércio abastecida com produtos oriundos de Laguna, ao mesmo tempo que criava animais e produzia alimentos para o consumo no domicílio.

Não identificamos uma produção exclusivamente voltada à criação de animais, tampouco somente de subsistência, mas ambas coexistiam. Em resumo, nos campos de Lages, além da criação de animais, o grosso dos domicílios tinha na vida agrícola, com o plantio do milho, feijão, trigo e outros alimentos, a principal atividade econômica.

Capítulo 4 – O lugar de escravos e agregados

A população dos campos de Lages era formada por três categorias principais – proprietários, agregados e cativos –, que foram encontradas desde o início do processo de ocupação em íntima interdependência. Na configuração produtiva das propriedades, um número maior era caracterizado por dedicar-se à subsistência, mas em alguns momentos poderia render parques excedentes e possibilitar a aquisição de um ou dois escravos⁴⁵⁵; nelas também podiam trabalhar e viver agregados. Nas demais, as denominadas “fazendas”, cultivava-se e criava-se em maior escala e contava-se com o auxílio principalmente da mão de obra escrava, mas também havia agregados. Neste capítulo, analisaremos o lugar dos escravos e dos livres pobres (agregados) na vida social e econômica da vila.

4.1.1 Os cativos

O espaço agrário da vila de Lages, na passagem do século XIX para o XX, era caracterizado pela presença de pequenas e médias propriedades dedicadas à agricultura de alimentos e à pecuária, as quais contavam principalmente com a mão de obra familiar, e em menor proporção com a agregada e escrava. Já nas fazendas, o aproveitamento da mão de obra familiar era menor, enquanto a agregada e a escrava eram maiores, pois se tratava de um espaço econômico com maiores condições de atrair e abrigar agregados e de promover a reprodução endógena de cativos e/ou adquiri-los no mercado escravista. As vilas no Brasil registraram a presença de cativos em maior ou menor escala, e a mão de obra de indivíduos escravizados promoveu o desenvolvimento das atividades no meio rural e urbano. Mediante análise serial das listas nominativas dos habitantes da vila de Lages, traçamos a porcentagem progressiva de livres e escravos.

⁴⁵⁵ Provavelmente, a característica dessa região como local de passagem tornava imprescindível uma cultura agrícola voltada para o abastecimento desses indivíduos em trânsito, gerando oportunidades para a negociação dos excedentes das pequenas e médias propriedades.

Gráfico 3 – População escrava (Lages 1798-1850).

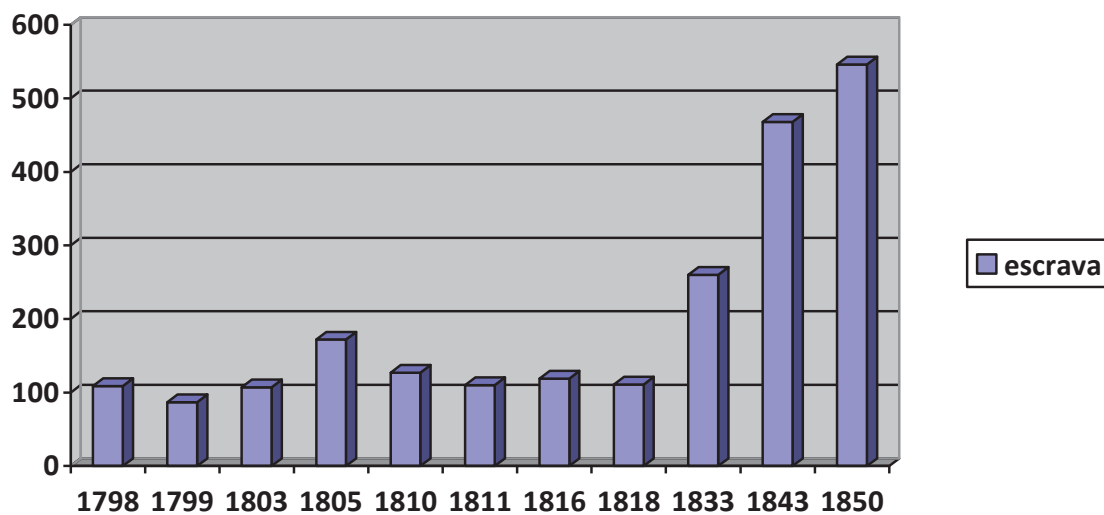
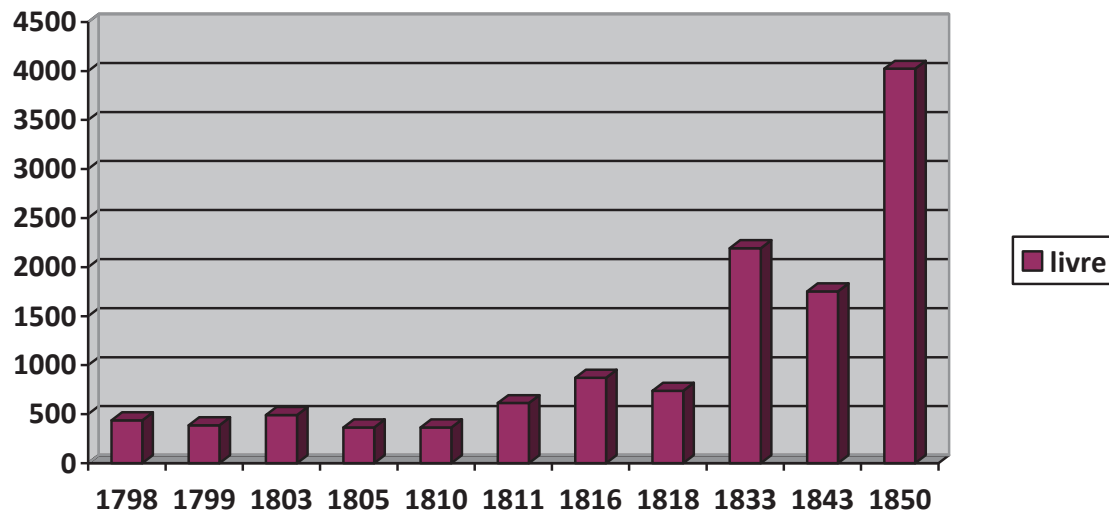


Gráfico 4 – População livre (Lages 1798-1850).



Fonte: AESP: Maços de Populações. Lages 1776-1818. Ordem C 00226. Arquivo Histórico Municipal de Florianópolis. Caixa 37. Nº 70: Ofícios da presidência da província para a câmara municipal, 1833-1834. Arquivo Histórico Thiago de Castro. Lages/SC. Pasta: Administração municipal. Mapas de população, óbitos, batismo e casamentos da freguesia da vila de Lages, 1843-1850.

Localizada no caminho das tropas, Lages era uma das vilas de São Paulo com o menor crescimento populacional. Segundo Francisco V. Luna, “Do ponto de vista populacional, tanto o Caminho do Sul como o Litoral mostravam menor expressão, com percentuais de 10 a 18% da população e taxas de crescimento inferiores à média das demais regiões”⁴⁵⁶. O crescimento não foi equilibrado, e os números indicados nos gráficos acima evidenciam flutuações populacionais. Mas, ao compararmos a contagem de 1798 com a de 1850, podemos perceber que, ao longo do primeiro meio século de colonização e ocupação, a vila apresentou crescimento populacional. O crescimento maior foi principalmente a partir da década de 1840.

Com relação à população cativa, é notório que em nenhum momento foi superior à livre, representando, ao longo do período, entre 10% e 30% da população total; e seu ritmo de crescimento foi marcado por oscilações. De 1798 até 1803, tivemos percentuais mais lineares da presença de cativos. Em 1798, dos 546 habitantes, 19,9% eram cativos; em 1799, eram 475 habitantes e 18,3% cativos; em 1803, dos 599 habitantes, os cativos eram 17,8%. Já de 1805 até 1850 os percentuais variaram muito: em 1805, eram 536 habitantes, 32% eram cativos; em 1810, dos 616 habitantes, 20,6% eram cativos; em 1811, havia 724 habitantes e 15,1% cativos; em 1816, a população total era de 990, sendo 12,0% cativos; em 1818, eram 849 habitantes e 13% de cativos; em 1833, dos 2454 habitantes, 10,5% eram cativos; em 1843, havia 2220 habitantes e 21,0% cativos; em 1850, a população total era de 4569 e 12% cativos.

O percentual de população escrava permite visualizar não só sua existência, mas a permanência desses cativos ao longo de todo o período. O ano com menor percentual foi 1833, com 10,5%, e o ano com maior incidência foi 1805, com 32% de indivíduos escravos. Ao comparar os anos, é aparente que no ano de 1805 houve um decréscimo na população livre e um aumento no número de cativos. De acordo com os mapas populacionais, em 1803 morreram 38 indivíduos livres e 1 cativo; e em 1805, 6 livres e 2 cativos. Com relação aos nascimentos, foram indicados somente em 1803: 12 crianças livres e 12 cativas⁴⁵⁷. A natalidade e a mortalidade demonstradas nos mapas não justificam a alteração nos números de habitante livres e cativos; certamente houve outros fatores, como a mudança dos livres para outras vilas mais seguras, ou o aumento no poder de compra dos lavradores e fazendeiros, que investiram em cativos⁴⁵⁸. Assim, pelos números, podemos afirmar que os indivíduos livres sempre representaram o maior

⁴⁵⁶ LUNA, 1998, p. 99-169.

⁴⁵⁷ AESP: Maços de Populações. Lages 1776-1818. Ordem C00226. Anos de 1803 e 1805.

⁴⁵⁸ A oscilação na população livre e cativa não ocorreu pela fragmentação do espaço geográfico e administrativo da vila de Lages, e depois município de Lages, pois isso só começou a ocorrer após 1850, com a criação do município de Campos Novos, em 1854, Curitiba, em 1869, e São Joaquim, em 1887.

percentual da população da vila, mas em nenhum momento os trabalhadores escravizados foram inexistentes.

Piazza (1999, p. 16) afirmou que “a área de pecuária extensiva do planalto catarinense, centrada em Lages, demonstra a fraca densidade da população escrava dentro do criatório catarinense”, em detrimento do litoral catarinense. De acordo com censos estudados por este autor, em 1810 não havia nenhum escravo registrado em Lages, enquanto em Desterro eram 2.313 e em Laguna eram 1.337; daí a afirmativa do autor quanto à existência e concentração de escravos no litoral catarinense. No entanto, registrou, também, que no ano de 1840 Lages contava com uma população de 1.000 escravos⁴⁵⁹, o que em certa medida representava concentração populacional cativa.

A partir das listas nominativas e seus números indicados no gráfico 3 – “população escrava (Lages 1798-1850)” –, podemos afirmar a existência de escravos em 1810. Afinal, seria impossível passarem despercebidos os 20,6% de cativos daquele ano. Com relação ao número de escravos em 1840, não temos informações mais precisas, pois não encontramos lista ou mapa populacional daquele ano, mas, se em 1833 eram 260 e em 1843, 468, como explicar que num breve intervalo de tempo – sete anos – teriam aumentado de 260 para 1000 e diminuído em três anos para 468. Os dados utilizados pelo autor não foram os censitários, visto que estes apresentam números diferentes para a população escrava.

Licurgo Costa, ao descrever os escravos que moravam em Lages, afirma que o seu número reduzido era em função de ser “naquela época, um centro de atividades quase exclusivamente pastoris e o negro não ter sido, nunca, um grande entusiasta das lidas do campo”. E afirma ainda que o homem cativo “era para a lavoura e atividades correlatas”, e a mulher cativa, para os “trabalhos caseiros” (COSTA, 1982, p. 181-183). A aptidão ao trabalho teria sido o motivo principal, de acordo com Costa, para o baixo número de escravos, argumento de que discordamos, pois a falta de cativos estava associada às condições socioeconômicas dos homens que viviam nessa região, e não à aptidão dos cativos. Ao mesmo tempo, mostra-se contraditória a afirmação do autor, pois em Lages, como veremos a seguir, a concentração de escravos era mais presente nas fazendas, cuja atividade principal era a criação de animais vacuns, muares e cavaleiros. Conforme apontado por Piazza e Costa, a vila de Lages possuía pouca relevância mediante as demais vilas e cidades de Santa Catarina após 1820. Mas o maior equívoco desses

⁴⁵⁹ As fontes utilizadas por esse autor para elaboração da tabela III (PIAZZA, 1999, p. 16) são os relatórios de diversas autoridades guardados no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Não localizamos esses relatórios no Arquivo, tampouco Piazza cita quem são estas autoridades.

pesquisadores está na negligência do passado escravista da vila e na maneira superficial como o analisaram.

Beatriz Mamigonian e Vitor Cardoso, com abordagens diferenciadas de Piazza e Costa, reconstituíram através dos registros eclesiásticos e documentos de ordem administrativa e fiscal a presença de africanos na Ilha de Santa Catarina; de acordo com os mesmos, em 1796, na freguesia da Lagoa, a população livre era de 81% e 18% eram escravizados; na freguesia de Desterro, no mesmo período, os escravos eram 26% e os livres, 74%; já no distrito do Ribeirão da Ilha, os cativos eram em torno de 30%. Na Ilha, houve menores oscilações da população cativa, e em virtude de sua maior inserção no circuito comercial de gêneros de abastecimento ela foi-se ampliando. “Os mapas populacionais levantados pelas autoridades da capitania demonstram que de 1796 até 1814, o número de escravos de toda a Ilha aumentou quase 40%. O uso da mão de obra escrava nas pequenas e médias propriedades agrícolas locais passou a ser cada vez mais corrente” (MAMIGONIAN; CARDOSO apud MAMIGONIAN; VIDAL, 2013, p. 24, 25, 26). Tanto na vila de Lages quanto na Ilha, a população livre é maior e o percentual de escravos sempre oscilou. Uma semelhança da Ilha com Lages era a presença de cativos em propriedades pequenas e médias.

Em 1820, Lages passa a pertencer à província de Santa Catarina, e em 1833 foi elaborado um mapa populacional de toda a província. Através deste, é possível perceber que a população escrava em Lages era a menor da província, mas não inexistente ou sem importância, sendo que a população cativa em toda a província nunca foi superior a 30%.

Tabela 11 – População livre e escrava nas localidades da província de Santa Catarina no ano de 1833.

Localidades	Livres		Escravos		Total
	N ^{os}	%	N ^{os}	%	
Desterro ⁴⁶⁰	12245	72,8	4586	27,2	16831
Laguna	9187	78,6	2495	21,4	11682
São José	8428	78,8	2263	21,2	10691
São Francisco	5927	80,4	1443	19,6	7370
São Miguel	3689	78,6	1002	21,4	4691

⁴⁶⁰ Cf. MALAVOTA, 2007, p. 39. Das localidades mapeadas em 1833, somente Desterro era cidade. Em 1726 Desterro foi elevada à condição de Vila e passou a ser sede do governo da Capitania de Santa Catarina; em 1823, assim como outras vilas no Brasil devido à independência, a Vila de Nossa Senhora do Desterro foi elevada à categoria de cidade, passando a chamar-se somente Desterro.

Porto Belo	3479	85,1	608	14,9	4087
Lages	2194	89,4	260	10,6	2454

Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Florianópolis. Caixa 37. Nº 70: Ofícios da Presidência da Província para a câmara municipal, 1833-1834.

Com exceção de Lages, as demais localidades situam-se no litoral, e em todas as livres, incluídos os libertos, compõem mais de 72% da população. O maior percentual de cativos está na capital – Desterro. As vilas de Laguna, São José, São Miguel e São Francisco possuem percentuais de cativos que se aproximam. Em toda a Província, nesse ano, não há grande concentração de cativos por domicílio; Desterro possui a maior concentração, com uma média próxima a dois escravos para cada domicílio. Dos 12.657 cativos recenseados na província, a cor predominante é a preta, com 88,5%, diante de 11,5% de pardos. Os libertos são 1.234: 69,9% de pardos e 30,1% de pretos. A vila de Lages é o local com maior percentual de indivíduos pardos livres, pois em 1833 eram 53%, enquanto na capital eram 17,9%. Contudo, os números desse ano diferem quando elencados os pretos livres, visto que na capital eles compunham 56,6%⁴⁶¹ da população e em Lages, 25%⁴⁶².

Essa diferença no número de escravos entre o litoral e o interior pode estar associada à maior presença de autoridades na costa em detrimento do interior, além de haver maior contato entre os habitantes do litoral em função da proximidade com o porto. Sabemos que as famílias desse período não gostavam de *se dar ao rol*, considerando uma intromissão em sua intimidade ter que fornecer os números exatos de moradores de seus fogos. Assim, as famílias tinham mais possibilidades, no interior, de não se dar ao rol. Nesse cômputo geral, não há equilíbrio entre os sexos, o índice maior é de homens cativos, perfazendo 60,9%. A população absoluta de escravos no litoral, se comparada à de Lages, é significativamente superior, todavia precisamos considerar que o litoral era a região com maior densidade demográfica.

Em 1850⁴⁶³, a população total de Santa Catarina era de 86.490 habitantes; 21,0% eram cativos. Lages possuía 5,3% da população total da província nesse ano. Dos 4569 habitantes recenseados em Lages em 1850, 71,6% eram de brancos, 16,4% de pardos e negros livres e 12% eram cativos pardos e pretos. Nesse ano, os homens livres de cor eram superiores ao de cor

⁴⁶¹A historiadora Beatriz Mamigonian, em seu texto *Africanos em Santa Catarina: escravidão e identidade étnica (1750-1850)*, analisa os censos, e segundo ela entre 1796 e 1820, “do total da população de cor, liberta ou escrava, 89% eram pretos, tanto na ilha quanto no litoral adjacente” (MAMIGONIAN, In: FRAGOSO et al, 2006, p. 625).

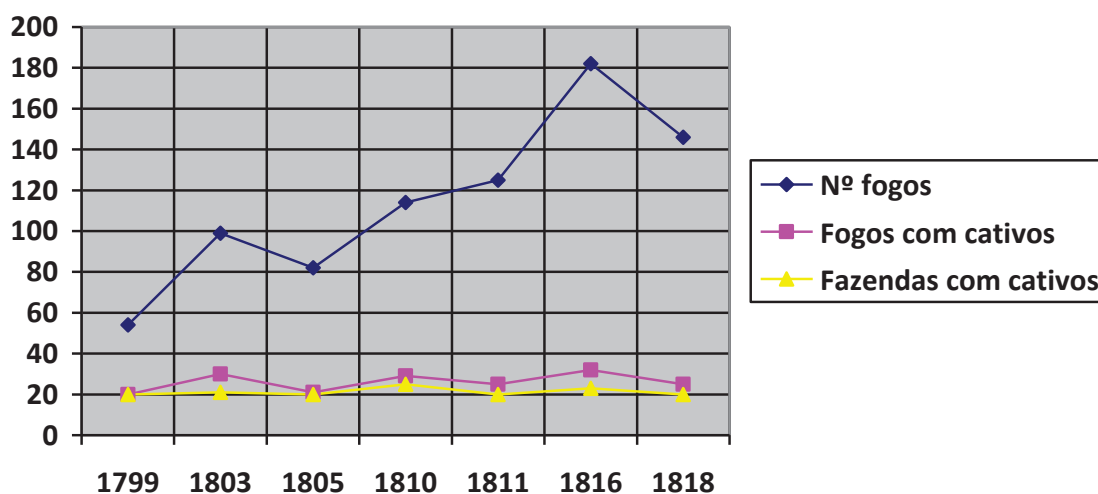
⁴⁶²AHMF: Caixa 37. Nº 70: Ofícios da Presidência da Província para a câmara municipal, 1833-1834.

⁴⁶³PIAZZA, 1975, p. 19. Os dados deste ano fornecidos por Piazza provêm de documentos oficiais, em sua maioria, Relatórios de Governadores da Capitania e Presidente de Província.

cativos. Os números indicam, mesmo que registrados de forma imprecisa na maioria das vezes, para percentuais maiores de indivíduos livres; contudo, na Capitania e Província de Santa Catarina, houve ao longo do século XIX significativa presença dos trabalhadores escravos na composição da população.

Para demonstrar a presença cativa nas propriedades lageanas, valemo-nos aqui dos dados presentes nas listas, e computamos os fogos que possuíam escravos no período de 1799 a 1818. Outro dado interessante e incluído no gráfico a seguir é a porcentagem de fazendas mediante o número total de fogos da vila, que possuíam cativos.

Gráfico 5 – Fogos com escravos (Lages 1799 a 1818⁴⁶⁴).



Fonte: AESP: Maços de Populações. Lages 1776-1818. Ordem C 00226.

Esses números confirmam que a concentração de cativos estava principalmente nas fazendas. Pode-se observar que no ano de 1799 há escravos somente nas propriedades listadas como fazendas. Para os anos seguintes, encontramos a maioria dos escravos nas fazendas e em número menor nas propriedades de subsistência. Assim, seguindo os registros das Listas nominativas, a população cativa de Lages se encontrava basicamente nos campos, lidando com animais e concomitantemente cultivando lavouras.

Ao compararmos o total de fogos com os que possuem escravos, temos os seguintes percentuais: em 1799, 37% dos fogos tinham escravos, aumentando para 30% em 1803, e diminuindo nos anos seguintes para 25% em 1805, 20% em 1810, e 17% em 1816 e 1818. Ainda,

⁴⁶⁴ Do período posterior a 1818, não dispomos das listas, e os mapas não permitem identificar as propriedades que possuem escravos.

se compararmos o quantitativo de todo o período, dispomos de um percentual inferior a 30% de fogos com escravos. Isso indica que ser dono de escravos era para poucos senhores, e reafirmamos que a população cativa sempre foi superior a 10% dos indivíduos que habitavam a vila, e sua presença foi maior nas fazendas.

Computando o número de cativos nos mapas populacionais, no intervalo de tempo de 1803 a 1850, eles representavam 17% da população do total do planalto de Santa Catarina. Conforme apontado por Horário Gutiérrez⁴⁶⁵, em seu estudo sobre o Paraná de 1800 a 1830, esse é um perfil diferenciado da posse escrava, pois com uma posse de até 10 cativos por propriedade e senhor, não se assemelha a outras localizadas, especialmente a açucareira e a mineradora.

Contudo, cabe frisar a existência de cativos em fogos que não eram fazendas; sem dúvida que são em número reduzido, mas esse é um dado que explica a existência de um número de proprietários menos afortunados que possuíam cativos. Possivelmente adquiriram um ou dois escravos com os limitados excedentes que possuíam, complementando com esses trabalhadores a mão de obra familiar.

Entre 1798 e 1818, 65% dos senhores de escravos lageanos possuíam pequenas escravarias, entre um e quatro cativos. As propriedades de médio porte, com de cinco a nove escravos, perfaziam em torno de 30%; as que tinham acima de dez escravos, o que consideramos uma grande escravaria para a região em questão, eram apenas 5%. De acordo com as fontes documentais, eram em maior número os senhores de escravos em Lages que possuíam até quatro escravos. Em 1799, dos 20 domicílios com escravos, 80% possuíam até quatro escravos; em 1805, dos 21 domicílios que tinham escravos, 62% possuíam até quatro escravos; em 1818, dos 25 domicílios, 56% possuíam até quatro cativos. Nesses mesmos anos, os domicílios com mais de dez escravos eram cerca de 5%⁴⁶⁶. Isso significa que havia agricultores⁴⁶⁷ e muitos senhores de fazendas com pequenas escravarias.

A especificidade desse espaço de fronteira aberta, caracterizado pelo desenvolvimento de atividades ligadas à pecuária e à produção de alimentos, onde a maioria dos proprietários possuía médias e pequenas propriedades e contava com a mão de obra familiar, é o argumento para classificarmos as escravarias em: pequenas, de 1 a 4; médias, de 5 a 9; e grandes, de 10 a 20 escravos. Com mais de 20 escravos, encontramos nas listas nominativas apenas uma propriedade no período. Ao longo do período, a estrutura de posse não sofreu mudanças, pois em torno de

⁴⁶⁵ GUTIÉRREZ, 1987, p. 298-300.

⁴⁶⁶ AESP: Maços de Populações. Lages 1776-1818. Ordem C 00226. Anos 1798 a 1818.

⁴⁶⁷ Criavam animais e produziam alimentos.

90% dos cativos viviam nas pequenas e médias escravarias. Enquanto os grandes escravistas foram minoria, os pequenos senhores jamais deixaram de ser maioria, visto que a maior parte dos escravistas tinha no máximo 4 escravos; por outro lado, os escravistas com até 9 escravos foram os que tiveram maior crescimento ao longo do período.

O predomínio de pequenas e médias escravarias, ou de senhores de poucos escravos, não é exclusividade da vila de Lages. Francisco Vidal Luna, utilizando os dados censitários da vila de Sorocaba entre os anos de 1778 e 1836, afirma que nesse período cerca de 20% dos fogos apresentavam escravos e próximo de três quartos dos escravistas possuíam de 1 a 5 escravos. Com relação aos senhores com grandes escravarias, destaca que somente 1% dos senhores possuía mais de 40 escravos, e estes representavam de 10 a 15% do total (LUNA, 1986, p. 2-6). Esses senhores mapeados por Luna eram em sua maioria agricultores; para o autor, “os agricultores de gêneros, os mais expressivos quantitativamente, resultaram médias de escravos por proprietário extremamente estáveis (entre 4 e 4,5) ao longo de todo o período” (LUNA, 1986, p. 16). Na Ilha de Santa Catarina, entre as décadas de 1790 e 1800, 50% das propriedades com escravos tinham um ou dois escravos; as que possuíam de três a dez perfaziam em torno de 46%; e as com mais de dez escravos eram apenas 4%⁴⁶⁸.

Cacilda Machado (2008, p. 45-49), trabalhando com os mapas dos habitantes da freguesia de São José dos Pinhais, entre os anos de 1765 e 1830, evidenciou que eram poucos os que podiam ter escravos. De acordo com as informações coletadas por essa historiadora, em 1765 não havia escravos em 79% dos domicílios; em 1782 e 1803, eram 80,5%; e em 1827, eram 83,6%. Com relação à posse, em 1782, 58% dos escravistas tinham entre 1 e 4 cativos; em 1803, eram 66%; e em 1827, eram 72%.

A posse escrava nas vilas de Sorocaba e São José dos Pinhais assemelha-se à da vila de Lages. O que temos em comum é o perfil socioeconômico dos senhores. Mas os percentuais para essas vilas diferem dos de outras localidades do Brasil, especialmente das que possuem senhores com perfil diferenciado do encontrado aqui. Na vila de Porto Feliz, durante a primeira metade do século XIX, Roberto Guedes analisou as listas nominativas dos habitantes e dividiu em pequenos senhores (de 1 a 10 escravos), médios (entre 11 e 20) e grandes (com mais de 21), e destacou que os pequenos senhores sempre formaram a maioria dos escravistas. O autor identificou a queda de cativos entre os pequenos e médios escravistas e o aumento da participação dos grandes

⁴⁶⁸ Cf. texto: Tráfico de escravos e a presença africana na Ilha de Santa Catarina de Beatriz Mamigonian e Vitor Cardoso (MAMIGONIAN; ZIMMERMANN, 2003, p. 34).

senhores, quando houve concomitantemente a concentração da propriedade escrava com a atividade açucareira na vila, principalmente a partir de 1815. Mesmo assim, na estrutura de posse de escravos entre os produtores de açúcar, havia “significativa participação de pequenos e médios escravistas” (GUEDES apud PAIVA; IVO, 2008, p. 311-320). Os médios senhores escravistas para Porto Feliz equivalem aos grandes senhores escravistas para Lages. Se compararmos a quantidade de fogos com escravos em áreas agroexportadoras, os percentuais aumentam muito em relação a Lages; a título de exemplo, mencionamos as duas vilas da Bahia estudadas por Schwartz (1983, p. 280): em Inhambuque, 48,7%; em Água Fria, 86,9% dos fogos continham escravos.

As pequenas e médias escravarias apontadas por Francisco Luna e Cacilda Machado e a existente na vila de Lages demonstram que não houve um padrão, mas indicam que nas unidades de produção de alimentos e de gado o número de pequenos escravistas era bem maior. Assim, foram senhores com pequenas e médias escravarias, distribuídos em menos de 30% dos domicílios, que determinaram a posse escrava em Lages.

Outro item importante nas pequenas e médias escravarias é a composição por sexo e idade. Como eram escravarias menores, creio que os senhores optavam, quando compravam cativos, pelos mais aptos ao trabalho para as atividades de pecuária e de roças de mantimentos. Na tabela doze distribuímos os cativos por sexo e pelas faixas etárias⁴⁶⁹.

⁴⁶⁹ Sheila de Castro Faria, a partir de estudos em Schwartz (1988) e Mattoso (1982, 1992), adota de 0 a 13 anos para as crianças, por ser a partir dos 13 anos que o cativo é considerado apto ao trabalho. Para José Flávio Motta (1999, p. 130-135), as crianças também têm idade de 0 a 13, os adultos de 14 a 50 e os idosos com +de 50 anos. Manolo Florentino e José Roberto Goes (1997, p. 66) classificam os infantes entre 0 e 14 anos, os adultos entre 14 e 40 anos e os idosos com + de 41 anos. Não há consenso entre os estudiosos acerca da classificação na idade dos cativos, porém os intervalos se aproximam, e, a partir das classificações já existentes, utilizamos a idade de 0 a 14 anos para as crianças, de 15 a 50 para os adultos e + de 50 para os idosos.

Tabela 12 – Composição por sexo e faixa etária dos escravos (Lages 1799, 1805 e 1818).

Faixa etária	1799		1805		1818		Total por sexo			
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	%	Fem.	%
0 a 14	09	12	19	18	15	16	43	48,31	46	51,69
15 a 50	35	20	68	49	40	30	143	59,09	99	40,91
50 anos ou +	09	02	10	08	06	04	25	64,10	14	35,90
%	60,92	39,08	56,39	43,61	54,95	45,05	211	57,02	159	42,98
Total	87		172		111					

Fonte: AESP: Maços de Populações. Lages 1776-1818. Ordem C00226.

A população masculina, de modo geral, representa 57% de toda a escravaria. O número maior de homens também se fez presente no principal centro escravista do Brasil. No Rio de Janeiro, entre 1790 a 1830, “os homens representavam entre 55% e dois terços de toda a escravaria” (FLORENTINO; GÓES, 1997, p. 61).

A população masculina adulta (15 a 50 anos) e idosa (+ de 50 anos) era superior à feminina. Porém, entre os menores de 14 anos, o índice maior era de meninas. A incidência maior de homens em idade adulta está associada ao mercado atlântico de escravos, e, apesar da distância da vila em relação ao mercado de escravos no Rio de Janeiro, muitos cativos que viviam em Lages tinham desembarcado naquele porto. Segundo Florentino (1997, p. 59), “Os cativos recém-desembarcados eram definitivamente marcados por um enorme desequilíbrio sexual e etário: cerca de 3,2 homens para cada mulher, proporção que, contados somente os adultos, chegava a 3,4/1”. Os homens velhos, com mais de 50 anos, assim como os adultos, são numericamente superiores às mulheres adultas e velhas. E no cômputo total o número maior de cativos, tanto de homens quanto de mulheres, estava na idade adulta.

Outro dado importante na constituição das escravarias da vila é a presença de significativo número de cativos com menos de 14 anos, lembrando que a ocupação da vila é recente, pois a primeira contagem populacional é de 1766, logo após a instalação do pelourinho. A presença de crianças caracteriza a reprodução demográfica endógena entre os cativos. As crianças de ambos os sexos, nesse intervalo de tempo, sempre foram presentes e representavam mais de 20% do total da escravaria. Analisando a presença de crianças (0 a 14 anos) entre os anos de 1805 e 1818, é visível que havia reprodução em cativeiro. Também ao compararmos os

cativos de 0 a 14 anos entre os anos de 1799 e 1818, é visível o aumento do número destes, indicando que naquelas senzalas existiam flores, ou, melhor, famílias (SLENES, 2011).

4.1.2 *Cativos casados*

Partindo dos dados que demonstram a existência de casais cativos e suas famílias, mapeamos os indivíduos nomeados como casados nos anos elencados na tabela 12. Obtivemos os seguintes resultados: em 1799,⁴⁷⁰ eram 7 casais; em 1805,⁴⁷¹ eram 8 casais; e em 1818,⁴⁷² eram 7 casais de cativos. Os cativos listados nos censos como casados são apenas os que de fato eram casados pela igreja católica, mas não eram os únicos que promoveram a reprodução, pois temos os filhos de uniões consensuais, e nesta vila ser filho de mãe solteira e de pai incógnito era algo recorrente nos assentos batismais. Neste momento, não iremos adentrar no debate acerca da família escrava⁴⁷³, queremos apenas ressaltar a presença de menores de 14 anos nas listas nominativas.

Os registros de nascimentos nos mapas populacionais também comprovam que desde o início do povoamento houve a reposição da mão de obra escrava⁴⁷⁴ através da reprodução endógena, e os índices indicam que foram as crianças do sexo feminino que mais sobreviveram. Certamente os senhores beneficiavam-se dessa reprodução para aumentar seus patrimônios humanos. No caso das escravarias lageanas, é preciso destacar que a opção pela reprodução está associada, entre outros fatores, às estruturas econômicas dos senhores, pois eram pequenos e médios senhores, que não dispunham de grandes excedentes para adquirir escravos do comércio atlântico ou no mercado interno, e certamente tinham interesse na manutenção e crescimento de suas escravarias, daí incentivavam a reprodução. Portanto, a reprodução endógena foi importante para a composição e manutenção das escravarias dos senhores de poucos recursos.

O capitão Bento do Amaral Gurgel possuía uma escravaria média, isto é, de 4 a 9 cativos. Entre seus cativos, estava a africana Maria, mãe de quatro filhos. A história da cativa Maria demonstra as relações estabelecidas entre cativos, e destes com livres. Foram batizados cinco

⁴⁷⁰ AESP: Maços de Populações. Lages 1776-1818. Ordem C00226. Ano 1799.

⁴⁷¹ AESP: Maços de Populações. Lages 1776-1818. Ordem C00226. Ano 1805.

⁴⁷² AESP: Maços de Populações. Lages 1776-1818. Ordem C00226. Ano 1818.

⁴⁷³ Conforme o historiador Robert Slenes (1999, p. 48), que pesquisa família escrava: “[...] a família escrava – nuclear, extensa, intergeracional – contribuiu decisivamente para a criação de uma “comunidade” escrava”. Este é o conceito de “família” válido para as escravarias de Lages.

⁴⁷⁴ De acordo com os mapas populacionais, tivemos 3 nascimentos em 1799, 9 em 1805 e 7 em 1818 de crianças cativas pretas e pardas. AESP: Maços de Populações. Lages 1776-1818. Ordem C00226. Anos 1799, 1805, 1818.

filhos de Maria: Antonia (26/11/1778)⁴⁷⁵, Ignácio (14/04/1784)⁴⁷⁶, Angelo (14/09/1787)⁴⁷⁷, Marianna (25/07/1788)⁴⁷⁸, liberta na pia batismal, e João (05/07/1791)⁴⁷⁹. Os filhos de Maria foram apadrinhados por indivíduos livres de *status superiores*, sendo que em um dos casos – de João –, por um casal de agregados libertos⁴⁸⁰. Isso nos faz pressupor que tinham possibilidades maiores (principalmente relacionais) de proteger os seus afilhados. Entretanto, sabemos que as comunidades negras escravizadas não estavam isentas de hierarquias internas, assim, existiam cativos razoavelmente bem posicionados (mesmo ainda escravos), livres pobres e negros libertos. Isso nos enseja a provocação de que alguns escravos podiam ser ótimos padrinhos, enquanto alguns livres pobres pouca valia tinham como proteção dos batizandos.

No registro de batismo da filha Antonia, consta que Maria é casada com o pardo forro Martinho, que também é pai da inocente. No cruzamento de informações, encontramos o registro de casamento de Maria e Martinho. Nesse registro (25/04/1775)⁴⁸¹, Martinho é natural de Mogi das Cruzes, filho legítimo de Feliz Alvez e Luciana Nunes; e Maria de Nação Guiné (África), escrava do capitão Bento do Amaral Gurgel. Na relação populacional de escravos pretos e pardos de 1778, realizada pelo capitão-mor Antonio Correia Pinto, encontramos Maria, 26 anos, e a inocente Antonia, ambas escravas de Bento do Amaral Gurgel⁴⁸². Na listagem de homens livres desse ano, há um Martinho de Moura, 28 anos, no entanto não podemos afirmar se é quem procuramos⁴⁸³.

Nos registros de Ignacio, Angelo e Marianna, o pai é incógnito. No registro de João, há a

⁴⁷⁵ PNSPL: Livro de batismo, nº 1. s/fls. Vigário Ignacio Dias de Macedo. Os padrinhos de Antônia foram Augusto de Souza Rabello e sua mulher, Maria.

⁴⁷⁶ PNSPL: Livro de batismo, nº 1. s/fls. Vigário Antonio Antunes de Campos. Seus padrinhos foram Bento Soares da Motta, solteiro, e Domingos Leite, casado.

⁴⁷⁷ PNSPL: Livro de batismo, nº 1. s/fls. Vigário Francisco Xavier de Carvalho. Apadrinhado por José do Amaral e sua mulher Maria.

⁴⁷⁸ PNSPL: Livro de batismo, nº 1. s/fls. Vigário Manoel Pereira de Faria. Liberta na pia batismal pelo senhor Bento do Amaral Gurgel 'sem constrangimento algum e de livre vontade', e as testemunhas foram Manuel Pereira de Farias e o tenente Diogo Pinto de Azevedo.

⁴⁷⁹ PNSPL: Livro de batismo, nº 1. fls 82. Vigário Manoel Pereira de Faria. Os padrinhos foram Ignacio Rodrigues, pardo liberto e sua mulher, Gertrudes.

⁴⁸⁰ Ver sobre comunidades de senzala: ENGELMANN, 2008; FRAGOSO; RIOS. In: CASTRO; SCHNOOR, 1995. Sobre apadrinhamentos verticais, horizontais, *não tão verticais e nem tão horizontais*, ver: WEIMER, 2013.

⁴⁸¹ PNSPL: Livro de matrimônio, nº 1. s/fls. Realizado pelo vigário Ignácio Machado. As testemunhas do casamento: Bento Soares da Motta, solteiro e Lourenço de Araújo, casado.

⁴⁸² AESP. Maços de População. Lages 1776 -1818. Ordem C00226. Ano 1778. Maria foi elencada na 7ª classe, nº 18, escrava do capitão Bento do Amaral Gurgel. Antonia, classe 10, nº 8.

⁴⁸³ AESP. Maços de População. Lages 1776 -1818. Ordem C00226. Ano 1778. Martinho de Moura, 3ª classe, nº 19. Ele aparece somente neste ano.

nominação do pai, o também esposo de Maria, o pardo liberto Francisco Martins dos Santos⁴⁸⁴, natural de Curitiba. Maria casou-se pela primeira vez, de acordo com as datas, com 13 anos e teve seu primeiro filho com 16 anos; após seis anos, teve o segundo filho, de pai incógnito. Infelizmente, não encontramos mais informações sobre Martinho. A africana Maria era jovem, e a partir de 1789 nas listas populacionais é descrita como esposa de Francisco Martins dos Santos. Certamente os filhos de pai incógnito são de outro(s) relacionamento(s), ou são filhos de Francisco, não perfilhados. Em 1789⁴⁸⁵, na primeira Lista dos habitantes por fogos da vila, no fogo do capitão Bento do Amaral Gurgel, foram nominados cativos Maria e seu filho, Angelo. Em 1803⁴⁸⁶, entre os escravos do capitão, estão Maria, nação Benguela, esposa de Francisco dos Santos, negra, 41 anos; Angelo, crioulo, filho de Maria e pardo; e João, crioulo, também filho de Maria e negro. Aquele 1805⁴⁸⁷ foi o último ano que Maria, Francisco e seu filho João viveram na propriedade do capitão Bento do Amaral. A cativa Maria pertenceu à escravaria do capitão por mais de 27 anos, e deu a seu senhor 4 filhos cativos.

O fragmento descrito aponta para a existência de famílias escravas, e principalmente para a reprodução endógena. Não temos pretensão de discutir neste momento os laços de compadrio; contudo, a família da cativa Maria estabeleceu laços com indivíduos de status *superior*, e isso significa que extrapolar o cativo também decorre da “necessidade, num mundo hostil, de criar laços morais com pessoas de recursos, para proteger-se a si e aos filhos” (SLENES apud ALENCASTRO, 1997, p. 271).

Assim como a cativa Maria, muitos cativos casaram-se na vila de Lages. Através dos registros paroquiais, é possível identificar as uniões matrimoniais entre cativos. A partir dos matrimônios católicos, constituíam-se famílias nucleares, isso não significa a inexistência de outras formas de famílias cativas, ou que o matrimônio significasse exclusivamente a reprodução endógena⁴⁸⁸, mas essa fonte paroquial nos permite identificar os casais de cativos e nos auxilia na compreensão da presença de crianças entre a população cativa.

O casamento entre cativos estava previsto nas Constituições Primeiras em vigor desde 1707 na colônia; segundo esse documento eclesiástico, os escravos podiam unir-se com pessoas

⁴⁸⁴ Não localizamos o registro de casamento de Maria e Francisco. Francisco consta como agregado do capitão Bento do Amaral Gurgel. Acerca dos agregados, trataremos mais adiante.

⁴⁸⁵ AESP. Maços de População. Lages 1776 -1818. Ordem C00226. Ano 1789, fogo n. 01.

⁴⁸⁶ AESP. Maços de População. Lages 1776 -1818. Ordem C00226. Ano 1803, fogo n. 01.

⁴⁸⁷ AESP. Maços de População. Lages 1776 -1818. Ordem C00226. Ano 1805, fogo n. 01.

⁴⁸⁸ Slenes (2011), Florentino e Góes (1997) desencadearam o debate acerca do matrimônio escravo: se era uma concessão do senhor ou uma conquista dos escravos.

cativas ou livres, e seus senhores não podiam impedir. Analisando tal documento, fica evidente que o impedimento de um casamento significava para a igreja que os impedidos viveriam em pecado mortal. E as orientações seguiam:

[...] pelo que mandamos e encarregamos que não ponham impedimentos a seus escravos para se casarem, nem com ameaças e maus tratos [...], nem depois de casados os vendam para partes remotas de fora, para onde suas mulheres por serem escravas, ou terem impedimento legítimo, os não possam seguir⁴⁸⁹.

Ao permitir o casamento entre escravos, a igreja não alterava a condição de submissão deles ao seu senhor; pelo contrário, afirmava que deveriam continuar servindo-os. Por outro lado, com a união, os cativos não deveriam ser vendidos separadamente.

Nas listas nominativas de habitantes de Lages, a nomeação de casais é presente entre as escravarias médias e grandes, isto é, em unidades com mais de quatro cativos encontramos casais; são cônjuges dentro do mesmo fogo, o que demonstra limites para casamentos de cativos de diferentes donos. Mapeamos 86 registros de matrimônio cativo entre os anos de 1772 e 1850⁴⁹⁰. Além dos casamentos entre os cativos, houve uniões de cativos com indivíduos de condição jurídica diferente. No período de 1772 a 1850 localizamos 5 casamentos onde o noivo era escravo e a noiva era forra⁴⁹¹ e 9 onde o noivo foi identificado livre e a noiva escrava⁴⁹². Casamentos entre forros foram mapeados apenas 5⁴⁹³.

A amostragem nos revela que os cativos dessa região periférica, produtora de mantimentos e de escravarias pequenas e onde havia maior escassez de cônjuges, comparativamente aos das regiões monoculturas, também estabeleceram laços afetivos. Vejamos os dados de acordo com a origem dos noivos (africanos e crioulos) e separados por sexo.

⁴⁸⁹ **Constituições primeiras do arcebispado da Bahia** [...]. Título LXXI. Do matrimônio dos escravos. 1853. p. 125.

⁴⁹⁰ Os livros paroquiais apresentam folhas manchadas, rasuras e falta de páginas, o que dificultou o mapeamento. Os 86 matrimônios, que somam 172 indivíduos são dos registros legíveis apenas entre cativos, não estão presentes as uniões entre cativos e indivíduos de condição jurídica diferente.

⁴⁹¹ Entre eles o casal, José de Nação africana e a mulata forra Maria Roza (PNSPL: Livro de matrimônio, nº 4, s/fls. Registro realizado em 6 de fevereiro de 1838 pelo vigário interino Antonio Bento de Oliveira).

⁴⁹² Entre eles, a união matrimonial de Manoel Ribeiro e a escrava Aguida. (PNSPL: Livro de matrimônio, nº 1, fls 59. Registro realizado em 19 de julho de 1786 pelo padre Francisco Xavier de Carvalho).

⁴⁹³ A expressão pardos forros era escrita ao lado do registro, como o registro de casamento de Pedro Moreira da Silva e Eufrasia (PNSPL: Livro de matrimônio, nº 3, s/fls. Registro realizado em 3 de janeiro de 1837 pelo padre João Vicente).

Tabela 13 – Origem dos noivos escravos – 1772 a 1850.

	Nº	%
Crioulos	36	41,86
Africanos	22	25,58
N/I*	28	32,56
Total	86	100

Fonte: PNSPL: Livros de matrimônio, 1 a 5.

* N/I: Não informado.

Tabela 14 – Origem das noivas escravas – 1772 a 1850.

	Nº	%
Crioulas	41	47,67
Africanas	13	15,12
N/I*	32	37,21
Total	86	100

Fonte: PNSPL: Livros de matrimônio, 1 a 5.

* N/I: Não informado.

Cabe destacar que certamente havia uniões consensuais entre os cativos. O índice de casamento é maior entre os crioulos do que entre os africanos, isso se deve ao fato de que os crioulos eram em número maior na vila. A criouliização das escravarias era ocasionada por vários fatores, entre eles, as condições econômicas dos senhores em adquirir cativos diretos dos mercados distribuidores de almas africanas. Os dados explicitam os nascidos no Brasil (crioulos) em maior número; os homens africanos além de se casarem com os iguais, as africanas, também se uniam a crioulas. Das 86 uniões matrimoniais, 12,8% foram de casais cuja origem é africana, 15,1% de casamentos mistos, isto é, de africanos com crioulos, e 72,1% de casamentos entre crioulos. Dos crioulos que se casaram no período e que seu local de nascimento foi informado, 27,7% dos nubentes eram nascidos em Lages. A união de africanos com crioulas ocorria certamente pela existência de um mercado matrimonial caracterizado pelo baixo percentual de mulheres africanas.

Em 24 de maio de 1793, receberam matrimônio João, de nação Benguela, batizado, e Maria crioula, natural e batizada na vila de Laguna, filha de João e de sua esposa Quitéria. Os noivos eram escravos de José Martins Ferraz⁴⁹⁴. No ano de 1821, Thomás de nação Guiné e Maria crioula casaram-se, eram ambos escravos de Manoel Teixeira⁴⁹⁵. As uniões entre os diferentes promoviam miscigenação. Os filhos dessas uniões fazem parte da complexidade das relações escravistas: os recém-chegados reconstruíram laços parentais com os já aclimatados socialmente (FRAGOSO, 2010, p. 82). Contudo, as mulheres e os homens crioulos compõem os índices maiores de casamentos⁴⁹⁶. Em 27 de dezembro de 1827, o padre celebrou o casamento de dois casais de crioulos: João e Jacinta, escravos de Joaquina Gomes Maciel, e Agostinho e Joaquina, escravos de Manoel Ribeiro⁴⁹⁷.

Com relação à escolha dos parceiros, africanos ou crioulos, segundo Robert Slenes, havia a participação deles próprios na escolha dos parceiros, e o processo não era conduzido exclusivamente pelos senhores:

[...] é difícil acreditar que uma política de casamentos forçados, sem base alguma no desejo dos trabalhadores, pudesse ser eficaz; ao invés de promover a reprodução, a disciplina e a (aparente) submissão, uma tal política provavelmente teria efeitos contrários. A hipótese mais provável, portanto, é a de que o interesse dos donos no casamento escravo se tenha traduzido numa política de encorajar os cativos a procurarem uniões formais, deixando a escolha aos casais, mas reservando ao senhor o direito “paternalista” de sugerir, persuadir, pressionar e, finalmente, aprovar ou vetar os nomes escolhidos (SLENES, 2011, p. 102).

Com exceção da escravaria do capitão Joaquim José Pereira, de que trataremos adiante, nas demais escravarias de Lages, não havia muitas opções de escolhas de parceiros, principalmente para os homens, pois, apesar de certo equilíbrio demográfico, o número de mulheres nas médias e grandes escravarias era menor. Os casamentos entre cativos nessa vila

⁴⁹⁴ PNSPL: Livro de matrimônio, nº 1, fls 81. As testemunhas: Francisco Martins dos Santos e Manoel Tavares. Seis meses após o registro católico da união conjugal de João e Maria, o padre Manoel da Cruz realizou o batismo do inocente Gabriel, filho do casal. Os padrinhos do inocente foram José Pereira e a esposa de José Martins, a senhora Maria Angélica. Registro realizado em 21 de novembro de 1793. PNSPL: Livros de batismo n.1, s/fls.

⁴⁹⁵ PNSPL: Livro de matrimônio, nº 2, fls 76. As testemunhas foram Manoel Cavalheiro Leitão e Caetano Jose Barboza. Em 24 de fevereiro de 1827, foi batizado Manoel, filho de Thomás e Maria. Os padrinhos foram João José de Oliveira, solteiro, e Manoel Ribeiro da Silva, casado. PNSPL: Livro de batismo, n. 2, s/fls. Padre Anacleto Dias.

⁴⁹⁶ Cacilda Machado, estudando os casamentos dos cativos em São José dos Pinhais, concluiu que nesse vilarejo, onde a maioria dos cativos era de crioulos, houve um maior percentual de uniões entre eles, realidade que também encontramos na vila de Lages. Ver: MACHADO, Cacilda. Casamento de escravos e negros livres e a produção da hierarquia social em uma área distante do tráfico atlântico (São José dos Pinhais-Pr, passagem do XVIII para o XIX). In: FRAGOSO, João et al. (Orgs.). **Nas rotas do Império**. Vitória: Edufes, 2006.

⁴⁹⁷ PNSPL: Livros de matrimônio, nº 2, s/fls. O padre Anacleto Dias não cita a presença de testemunhas, mas identifica que são nascidos na vila de Lages.

ocorriam entre indivíduos pertencentes a uma mesma escravaria, e isso acabava por delimitar ainda mais as escolhas. A não permissão de uniões de cativos de escravarias diferentes está associada a diversos fatores, entre eles, a sua futura comercialização. Já nas pequenas escravarias havia predomínio de mulheres e, pela falta de homens cativos, as uniões matrimoniais oficiais não existiam. Assim, os filhos dessas escravas possuíam, de acordo com os registros de batismos, o pai incógnito. O casamento, apesar da participação dos cativos na escolha de seus cônjuges, era controlado pelos senhores, isto é, as uniões ficavam condicionadas à aceitação dos senhores.

Apesar de os assentos paroquiais tratarem da história individual dos habitantes, os padres da vila de Lages nem sempre tinham a preocupação em registrar todas as informações sobre os noivos, pois em 30% dos registros não há informação sobre o local de procedência ou nascimento dos noivos; outro elemento faltante no registro é a idade dos nubentes. Com relação ao local de procedência dos africanos, separando por sexo, predominou entre os homens os identificados como de nação Benguela, seguidos dos de nação Guiné; já entre as mulheres predominaram as de nação Guiné, seguidas das de nação Benguela. Entre os noivos de ambos os sexos denominados crioulos, o maior percentual são os nascidos na vila.

Os casamentos eram realizados na sede da vila. Não encontramos nenhum registro de casamento realizado fora da igreja matriz de Nossa Senhora dos Prazeres. O espaço rural da vila era grande, e a viagem até o centro urbano podia levar mais de um dia, o que certamente implicava uma organização e um esforço do senhor, dos noivos e dos padrinhos. Quando o casamento era realizado no período de inverno, as dificuldades nos caminhos aumentavam, devido às chuvas, às geadas e ao curto período, das 7h30 às 17hs, da presença do sol. Para a vila de Lages, onde predominaram as escravarias pequenas e médias, diferentemente de regiões de grandes escravarias, os senhores provavelmente não esperavam uma “safra” de casamentos.

Não há regra⁴⁹⁸ que defina quem casava com quem em Lages, as variáveis são muitas, entre elas, a disponibilidade numa mesma escravaria de ter mulheres ou homens disponíveis. Os registros sobre a nupcialidade dos cativos em Lages nos revelam uma população cativa predominantemente crioula, a reprodução endógena e a presença significativa de indivíduos casados.

⁴⁹⁸ Para Slenes, que analisou e comparou os registros de casamentos pesquisados por ele e por outros historiadores do sudeste escravista no final do século XVIII e no século XIX, “no que diz respeito aos índices de nupcialidade escrava por origem e sexo, as pesquisas existentes não indicam nenhuma regra” (SLENES, 2011, p. 89).

4.1.3 Africanos e crioulos

De 1776 a 1799, as listas e os mapas não fazem menção acerca de se os cativos eram crioulos ou africanos, mas a partir de 1803, ao lado dos nomes, temos a naturalidade e/ou a origem dos cativos. Conforme a tabela a seguir, na vila de Lages, a assiduidade de africanos foi menor que a de crioulos, demonstrando que para esses produtores o acesso ao mercado de escravos africanos era mais difícil. Ainda, a crioulização da escravaria era fruto da reprodução natural e do tráfico interno.

Tabela 15 – Origem/naturalidade dos escravos na vila de Lages – 1803 a 1818.

	1803	%	1805	%	1810	%	1818	%
Africanos	23	21,50	23	13,38	28	22,05	05	4,50
Crioulos	51	47,66	49	28,48	13	10,24	01	0,91
Lages	--	--	--	--	44	34,64	06	5,41
Out. loc. do Br.*	--	--	--	--	24	18,90	05	4,50
S/I**	33	30,84	100	58,14	18	14,17	94	84,68
Total	107	100	172	100	127	100	111	100

Fonte: AESP: Maços de Populações. Lages 1776-1818. Ordem C00226.

* Outras localidades (vilas, cidades, freguesias) do Brasil. ** Sem Identificação.

Os africanos eram identificados nas listas, entre outros, como Francisco Benguela⁴⁹⁹, Engracia Conga⁵⁰⁰ e João Angola⁵⁰¹. O nome cristão vem acompanhado da procedência, e em Lages encontramos grupos de procedências ou nações como os Benguela, Congo, Mina, Angola, Cabinda, Rebolo, Guiné e generalizações como “da Costa” e “de Nação”. De acordo com Mariza Soares (2000, p. 105), “O proprietário pode mudar ao longo do tempo, mas a procedência, uma vez registrada, transforma-se num atributo do nome que acompanha o escravo ao longo da vida, mesmo depois de forro”. O registro da procedência em Lages nem sempre foi um atributo que acompanhou o cativo ao longo de sua vida, pois os recenseadores registravam os cativos sem

⁴⁹⁹ AESP: Maços de Populações. Lages 1776-1818. Ordem C00226. Ano 1805, fogo n. 1. Francisco Benguela, negro, 42 anos, casado, era escravo do capitão Bento do Amaral Gurgel, branco, natural da cidade de São Paulo, casado, com 76 anos.

⁵⁰⁰ AESP: Maços de Populações. Lages 1776-1818. Ordem C00226. Ano 1803, fogo n. 1. Engracia Conga, negra, 46 anos, casada, era escrava do capitão Bento do Amaral Gurgel, branco, natural da cidade de São Paulo, casado, com 74 anos.

⁵⁰¹ AESP: Maços de Populações. Lages 1776-1818. Ordem C00226. Ano 1803, fogo n. 33. João Angola, negro, casado com 53 anos, pertencia ao senhor Manuel de Barros, natural de São Paulo, pardo, casado, com 73 anos.

critérios ou regras, assim alteravam locais de procedência ou não as registravam sempre. Por exemplo, o capitão Bento do Amaral Gurgel possuía, em sua escravaria, cativos africanos. Nos anos de 1803, 1805, 1807 e 1808, o casal Francisco e Engracia foi identificado pela sua nação – ele, Benguela; ela, Conga. Já em 1811, ambos não foram mais identificados como africanos, pois há somente os nomes Francisco e Engracia.

Mariza Soares também enfatiza que a identificação por procedência era atribuída pelo colonizador, e posteriormente era incorporada pelos grupos vítimas da diáspora transatlântica. As “nações” africanas que identificavam os escravos, como as citadas, geralmente se distanciam do real da procedência ou da etnia dos africanos traficados; há que considerar a falta de informações precisas e as distorções e confusões realizadas por padres nos registros de batismos e dos recenseadores na elaboração das listas e mapas populacionais.

Os escravos Antônio, Jose e Felipa, pertencentes ao senhor Jose Pereira dos Santos⁵⁰², são os únicos nas listas consultadas com a designação da nação seguida do termo *gentio*⁵⁰³; esta não foi uma expressão corrente para designar os africanos na vila, talvez porque o uso do termo *gentio* caiu em desuso no final do século XVIII⁵⁰⁴. Essa é uma classificação geral e não indica necessariamente um grupo étnico, quer indígena, quer africano. De acordo com Schwartz (1988, p. 58), “havia uma tendência de os europeus reduzirem todos os índios, e até certo ponto também os africanos, a uma terminologia comum, o que tende a obscurecer as distinções culturais individuais”. Também, o termo *gentio da terra*, nos primeiros séculos de colonização, foi utilizado para designar os indígenas locais escravizados. Cabe considerar que, nas listas consultadas da vila de Lages, os gentios indígenas sempre aparecem entre os agregados e não entre os escravos. Os três cativos eram africanos, e o termo *gentio* também pode indicar que ainda não eram batizados na Igreja.

Os africanos residentes na vila Lages ali chegavam por dois caminhos: um era o caminho pelo interior (caminho das tropas), já que a vila estava sob a jurisdição da capitania de São

⁵⁰² Maços de Populações. Lages 1776-1818. Ordem C00226. Ano 1810, fogo n. 9. Em 1810, na venda do senhor pardo João Pereira dos Santos, eram escravos Antonio, **nação gentio negro**, 48 anos, solteiro; José, **nação gentio negro**, 38 anos, solteiro; e Felipa, **nação gentia negra**, 23 anos e solteira. João Pereira dos Santos, natural de São Paulo, 65 anos, casado com a parda Maria Antonia, natural de Curitiba e 65 anos, vivia de sua venda, com renda anual de 50 mil reis e plantava para seu gasto. Além dos escravos de nação gentio, possuíam mais quatro escravos: o pardo Francisco, de Curitiba, 14 anos e solteiro; o Manuel, de Lages, negro, com 4 anos; Maria, parda, de São Paulo, com 34 anos; e Escolástica, parda, com 6 anos. João Pereira dos Santos também foi recenseado no ano de 1808, e os cativos são os mesmos de 1810. Porém, em 1808, somente foram nominados por seus nomes de batismo. [Grifos nossos].

⁵⁰³ Gentios: "bárbaro idolatra, pagão" (SILVA, v. 2, 1922, p. 85). (Edição fac-símile da 2ª edição, de 1813, sendo a 1ª edição de Lisboa, Officina de Simão Thadeo Ferreira, em 1789).

⁵⁰⁴ Cf. SOARES, op. cit., p. 106.

Paulo; o outro, a via marítima até os portos do litoral de Santa Catarina. Assim, do Rio de Janeiro eram reembarcados para Santa Catarina, onde eram desembarcados e seguiam viagem por via terrestre até Lages. Os negociantes de escravos do Rio de Janeiro tinham contato com os negociantes do litoral de Santa Catarina (Desterro, Laguna e Rio de São Francisco). Os senhores lageanos mantinham contato com os comerciantes de Laguna, em função do antigo caminho ligando o litoral aos campos. Segundo Mamigonian e Cardoso (2013, p. 30), “entre 1811 e 1830 foram remetidos para Santa Catarina e efetivamente registrados cerca de 1700 escravos”. Os autores também apontam que o volume deve ter sido bem maior, em função do comércio clandestino através das rotas terrestres. E, segundo Manolo Florentino, há sólidas indicações da distribuição de cativos a partir da praça do Rio de Janeiro para outras províncias durante o século XIX (FLORENTINO, 1997, p. 38).

Em Lages, os africanos eram encontrados principalmente nas fazendas, indicando que eram os criadores de animais os que mais frequentavam o comércio/mercado atlântico de escravos. Em 1803, os 23 africanos estão distribuídos em 11 fazendas. Em 1805, dos 23 africanos, 20 estão em oito fazendas, 2 em uma propriedade de subsistência e 1 pertence a um condutor de tropas. Em 1810, são 28 africanos: 24 distribuídos em oito fazendas, 1 em uma lavoura de mantimentos e 3 numa casa de comércio (venda). Em 1818, dos 5 africanos, 4 estão em duas fazendas e 1 pertence ao padre⁵⁰⁵ da vila⁵⁰⁶.

Podemos explicar a disparidade ou a baixa proporção de cativos africanos em detrimento da alta proporção de nascidos no Brasil pela falta de recursos dos senhores escravistas, pela reprodução endógena, pelo comércio interno e também porque estamos numa fronteira afastada do principal eixo do tráfico atlântico de escravos, o que dificultava e aumentava ainda mais o seu valor.

Em termos de gênero, no período, o percentual de homens africanos era maior do que o de mulheres. Em 1803, as mulheres representavam 30,4%, decaindo para 21,7% em 1805, para 16% em 1810 e em 1818 nenhuma africana foi nominada. Fica evidente que, ao adquirir diretamente do mercado cativo, a preferência dos senhores lageanos era por homens, e não pelo sexo oposto (isso sem esquecer que o mercado atlântico, conforme visto pelos dados de Manolo Florentino, trazia majoritariamente homens africanos). Em 1810, houve crescimento no número

⁵⁰⁵ AESP: Maços de Populações. Lages 1776-1818. Ordem C00226. Ano 1805, fogo n. 2. O reverendo Joaquim de Sá Sotto Maior, branco, 23 anos, natural de Curitiba, vive de sua igreja e possui 3 escravos solteiros: Francisco, negro, 25 anos e natural de Curitiba; Antônio de nação, negro, com 24 anos; e Joaquim, negro, 26 anos, natural de Laguna.

⁵⁰⁶ AESP: Maços de Populações. Lages 1776-1818. Ordem C00226. Anos 1803, 1805, 1810 e 1818.

de africanos listados, que não se manteve e declinou consideravelmente em 1818, demonstrando desequilíbrio demográfico na escravaria africana da vila⁵⁰⁷.

O cativo crioulo, escravo nascido no Brasil, nas listas, é identificado por seu nome de batismo, e em alguns momentos era acompanhado da palavra crioulo(a) – Florianiana crioula⁵⁰⁸ – mas nem todos tinham seus nomes acompanhados por esse termo. A partir da lista de 1810, os cativos foram também identificados pelos locais de nascimento, como Salvador da vila de Lages⁵⁰⁹, João de São Paulo⁵¹⁰, ou, como já ocorria anteriormente, somente pelo nome – Joana⁵¹¹. Considerando os naturais da vila e os nascidos em outros locais do Brasil⁵¹² como crioulos, o percentual destes em relação aos africanos é significativamente superior.

Os cativos sem identificação de origem ou naturalidade estão em grande número nas listas da vila, e tanto podiam ser africanos como crioulos. Talvez por falta de interesse de seus senhores em identificá-los, por não saberem de sua origem, não permitirem aos cativos sua autoidentificação ou pela displicência dos recenseadores que os nominavam, em não atribuir procedência e local de nascimento, eles acabavam sendo recenseados somente com o nome que haviam recebido no batismo.

A população cativa da vila era constituída principalmente por nascidos no Brasil. Pois, ao considerarmos os nascidos na vila, aqueles de outras localidades do Brasil e parte dos sem identificação como crioulos, podemos concluir que na vila não havia africanização da escravaria, mas sim criouliização, pois os crioulos formaram um grupo numericamente superior. Em percentuais, para as primeiras décadas do século XIX, temos o seguinte: 15,3% de africanos e 84,7% de escravos crioulos. Percentuais semelhantes Carlos Bacelar encontrou na distribuição dos escravos por domicílios na vila de Sorocaba no início do século XIX, onde havia presença majoritária de escravos crioulos (77,9%) mediante os africanos (22,1%) (BACELAR, 2001, p. 148).

⁵⁰⁷ AESP: Maços de Populações. Lages 1776-1818. Ordem C00226. Anos, 1803, 1805, 1810 e 1818. O não registro de africanos em 1818 também pode ter sido esquecimento ou má vontade do recenseador.

⁵⁰⁸ AESP: Maços de Populações. Lages 1776-1818. Ordem C00226. Ano 1805, fogo n. 2. Florianiana, crioula, negra, 40 anos, casada, pertencia à senhora Maria de Boa Ventura, branca, natural de São Paulo, viúva, com 50 anos.

⁵⁰⁹ AESP: Maços de Populações. Lages 1776-1818. Ordem C00226. Ano 1810, fogo n. 48. Salvador, desta vila, negro, 30 anos, solteiro, pertencia ao senhor Miguel Bicudo do Amaral, branco, natural de São Francisco, casado, com 48 anos.

⁵¹⁰ AESP: Maços de Populações. Lages 1776-1818. Ordem C00226. Ano 1810, fogo n. 95. João, natural de São Paulo, pardo, 46 anos, casado, pertencia ao senhor Nicolau de Liz, branco, natural de Évora, casado, com 51 anos.

⁵¹¹ AESP: Maços de Populações. Lages 1776-1818. Ordem C00226. Ano 1818, fogo n. 109. Joana, negra, 30 anos, solteira, era escrava de Maria do Nascimento, natural de São Paulo, branca, viúva, com 50 anos.

⁵¹² Esses locais eram Curitiba, Viamão, São Paulo, Santos, Vacaria, Laguna, Lapa, Sorocaba e São Vicente. Fonte: AESP: Maços de Populações. Lages 1776-1818. Ordem C00226.

Enquanto os africanos compõem majoritariamente escravarias adultas e estão inseridos em escravarias maiores nas fazendas, nas pequenas e médias escravarias predominam os crioulos. Em abril de 1833, Antonio do Amaral Gurgel, pelo falecimento de sua esposa Maria Leite de Azevedo, realizou o inventário de seus bens⁵¹³. Os bens foram divididos em escravos, bens de raiz, gado, animais e ferramentas. A escravaria avaliada era formada pelos crioulos Pedro (300\$000 réis), João (250\$000 réis), Francisco (200\$000 réis), Benedita (300\$000 réis) e Joana (350\$000 réis); e pelos africanos negros Pedro (25\$000 réis, um velho) e Pedro (300\$000 réis). Antonio do Amaral Gurgel era proprietário de dois campos de fazenda em que a principal atividade dos cativos era a ‘lida’ com os animais vacuns, cavalares, muares e ovelhas – 52 ovelhas, 393 vacuns, 117 muares e 56 cavalares – e era o único herdeiro, pois, “não teve com a falecida filho algum”.

Antonio do Amaral Gurgel residiu no fogo de seu pai de 1774⁵¹⁴ a 1807. De 1808 a 1811, viveu em um sítio com seu irmão e agregado, Joaquim do Amaral, produzindo para a subsistência. Em 1816, foi listado como casado; não localizamos seu registro de casamento, mas casou-se com mais de 30 anos, era negociante de tropas, plantava para seu gasto e somente nesse ano foi elencada a presença de um escravo em seu fogo, o negro Domingos, de 43 anos. Em 1818, registrou-se mesma ocupação, e em sua propriedade residiam 7 agregados, todos pardos, sendo que 5 viviam de seu salário⁵¹⁵. Na relação dos proprietários de 1820, Antonio do Amaral Gurgel “tem um sítio sem título, foi comprado, com 200 braços de largura e 600 de comprimento. Povoado com animais vacuns e cavalares”⁵¹⁶. Treze anos (1833) após o último censo realizado pela capitania de São Paulo, ele era um grande criador de gado e com uma significativa escravaria. O negócio das tropas deve ter sido o principal meio de enriquecimento de Antonio, e que proporcionou a aquisição de cativos, especialmente os africanos.

A cor negra, que nas listas vem abreviada pela letra *n*, sempre acompanha os escravos com identificação africana em Lages, mas também é a cor da maioria dos crioulos. Os escravos que possuem o *p* ao lado de sua idade e estado civil são pardos. Os cativos que possuem seu nome seguido da letra *n* são numericamente superiores aos que possuem a letra *p*. A cor negra

⁵¹³ MTJSC: Cód. 10, cx. 55. Ano de 1833: Inventário da falecida: Maria Leite; Inventariante: Antonio do Amaral Gurgel. Antonio do Amaral Gurgel era filho de José do Amaral Gurgel e de sua mulher Maria do Nascimento. Sobrinho do capitão-mor Bento do Amaral Gurgel e cunhado do capitão das Milícias Andre Guerreiro, ele morreu em 1861, e em seu inventário foram nominados 19 cativos (MTJSC: Cód. 10, cx 38, 0-5).

⁵¹⁴ PNSPL: Livro de batismo, nº 1, fls 16.

⁵¹⁵ AESP: Maços de Populações. Lages 1776-1818. Ordem C00226. Ano 1808, fogo 104; ano de 1811, fogo n. 70; ano 1816, fogo n. 81 e ano 1818, fogo n. 123.

⁵¹⁶ AESP: CO9869: Relação das propriedades, 1820, nº 24.

era atributo de todos os africanos e da maioria dos crioulos, como também era a cor de muitos indivíduos livres.

Para Mariza Soares, a partir de seus estudos sobre o Rio de Janeiro, na primeira metade do século XVIII, o termo “crioulo” significa “[...] o escravo filho de mãe gentia, que nasce no âmbito da sociedade colonial. Correspondente, portanto, à primeira geração nascida na cidade e que supostamente, pelo menos nos primeiros anos de vida, mantém vínculos com a mãe e consequentemente com a cultura e língua maternas” (SOARES, 2000, p. 100). Para a autora, crioulos estavam ligados diretamente à primeira geração de afro-brasileiros. Neste mesmo sentido, Sheila de Castro Faria corrobora: “crioulo/a nitidamente era o filho/a de africana nascido/a no Brasil”⁵¹⁷. Já para Hebe Mattos, o termo “crioulo”, presente durante o período colonial e que avançou no século XIX, é uma condição e se refere ao escravo ou liberto nascido no Brasil⁵¹⁸. E, segundo Douglas C. Libby, em seu estudo sobre uma possível racialização nas Minas Gerais na segunda metade do século XVIII e no XIX, o termo “constituía-se, sobretudo, numa referência à ascendência africana/escrava e, ao que tudo indica, perpassou várias gerações ao longo dos períodos Sete e Oitocentos”⁵¹⁹.

Para Lages, a definição de crioulos, no início do século XIX, como indivíduos de mãe africana nascidos na vila não é possível de se aplicar, porque nesse espaço os números indicam um número reduzido da presença de mulheres africanas e, como descrito anteriormente, os senhores lageanos não eram assíduos frequentadores do mercado atlântico de cativos. Sua ascendência sem dúvida era africana, mas, além de terem nascido no Brasil, os escravos crioulos de Lages não compunham a primeira geração, mas a segunda e terceira gerações, e sua cor atribuída era a negra e, em menor proporção, a parda.

4.1.4 A cor e o sexo dos cativos

Na vila de Lages, as cores negro, preto, mulato e pardo acompanham escravos, forros e livres; e o branco, somente os livres. Por se tratar de uma vila que atraía homens pobres e, entre eles, forros, ser livre em Lages não era sinônimo de ser branco. Realidade essa diferente da encontrada por Paulo Moreira ao analisar a relação nominal de Jaguarão no ano de 1833, em que

⁵¹⁷ FARIA. In: SOARES, 2007. p. 116.

⁵¹⁸ MATTOS. In: FRAGOSO, 2010, op. cit. p. 154-155. MATTOS. In: FRAGOSO; GOUVÊA, 2010, op. cit. p. 439.

⁵¹⁹ LIBBY. In: PAIVA; IVO; MARTINS, 2010. p. 49.

todos os livres eram brancos e todos os escravos e libertos eram pretos. Para o autor, é preciso considerar as formas de “classificação dos censos e relações como projeções das representações dos contemporâneos sobre as divisões sociais e raciais, vemos que as definições dos indivíduos como *brancos* e *pretos* não estava centrada na cor da epiderme, mas na proximidade do cativo”⁵²⁰. Os livres não-brancos que migraram ou nasceram em Lages não pareciam ter um passado muito longínquo no cativo.

A cor dos escravos, assim como a dos proprietários de cor descrita em capítulo anterior, sofreu alterações, pois nas listas nominativas e nos mapas há quatro cores empregadas: negra, parda, preta e mulata⁵²¹. Para quantificar os cativos, utilizaremos as cores expressas nas listas populacionais e os números dos mapas populacionais, em que encontramos o número total por cor e condição jurídica. Cabe destacar que, entre os indivíduos de cor preta, estão os 79 africanos recenseados entre 1803 e 1818.

Tabela 16 – Os números da cor de livres e escravos em Lages (1798-1833).

Anos	Br	Pa*. livre	Pa. escr.	Ne**. livre	Ne. escr.	Total
1798	183	207	18	47	91	546
1799	215	150	25	23	62	475
1803	256	213	18	23	89	599
1805	233	104	63	27	109	536
1810	308	149	45	32	82	616
1811	331	232	36	51	74	724
1816	435	376	35	60	84	990
1833	1201 ⁵²²	578	78	415	182	2454

AESP: Maços de Populações. Lages 1776-1818. Anos, 1798, 1799, 1803, 1805, 1810, 1811 e 1816. Ordem C00226. AHMF: Caixa 37. N° 70: Ofícios da presidência da província para a câmara municipal, 1833-1834. * Pardos; ** Negros.

Nas listas nominativas desse período (1798-1833), todos os habitantes possuem a cor identificada. Entre os livres, a cor predominante é a branca; no entanto, numa sociedade marcada

⁵²⁰ MOREIRA. In: PAIVA, op. cit., 2010. p. 118. Ressalta que a existência somente das duas cores pode ter ocorrido em virtude da rapidez na elaboração da lista.

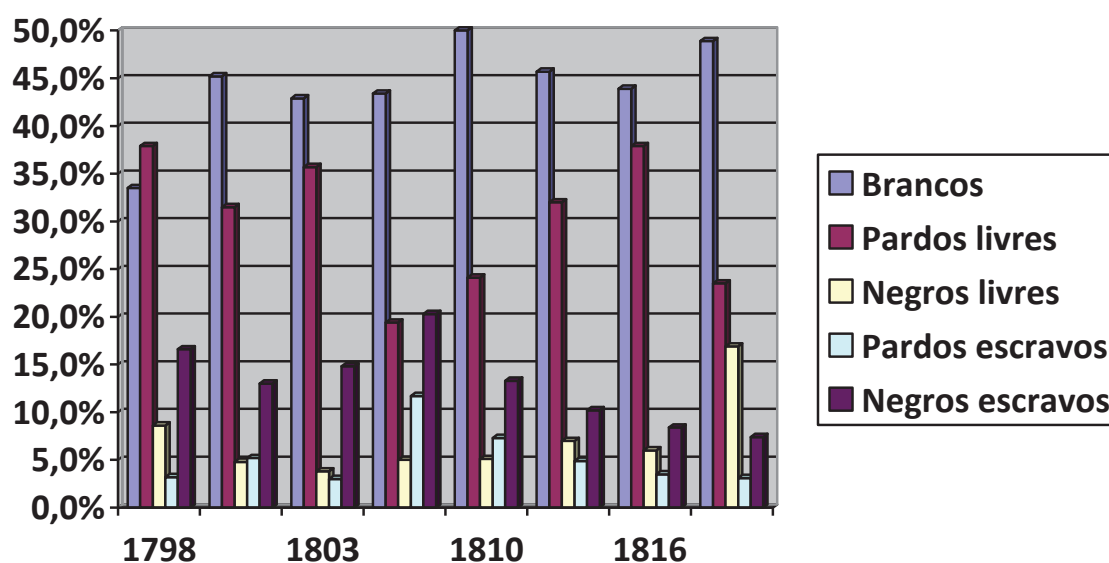
⁵²¹ Cf. FARIA, 2004. p. 65-78. Os termos “negros”, “preto”, “pardo”, “mulato” e “cabra” foram utilizados com sentido diferenciados no período colonial e imperial, pois seus registros dependem da época, da região e da pessoa que os realizava.

⁵²² Incluímos os 91 índios. Nesta lista não há informação da cor deles, mas optamos pela cor branca, pois nas relações nominativas anteriores são descritos como brancos.

pelo *status* jurídico e pela cor, temos aqui uma comunidade de livres marcada pelas cores parda e negra. Cabe destacar que o fluxo migratório ao longo dos anos foi marcado sucessivamente pelos livres de cor, e esta foi uma característica de outras áreas meridionais da América Portuguesa⁵²³, isto é, como se vê na tabela ora apresentada, esses indivíduos sempre constituíram um contingente significativo entre os habitantes de Lages. Para além de sua presença, houve circulação dos homens de cor na vida social da vila, afinal eles eram proprietários de terras, de casas de comércio e de cativos. O acesso à propriedade, entretanto, não os tornou brancos e nem invisibilizou sua cor.

Como se pode ver no gráfico 6 na sequência, os escravos são em número maior da cor negra. Apesar das oscilações na quantidade de indivíduos, pardos e negros escravos estão presentes ao longo do período, assim como pardos e negros também estão entre os livres. Os dados apontam que, no ano de 1798, os pardos livres eram em maior número que os brancos da mesma condição jurídica; e em 1833, temos o maior percentual de negros livres, que compunham 16,91% da população.

Gráfico 6 – A cor em Lages (1798-1833).



AESP: Maços de Populações. Lages 1776-1818. Ordem C00226. AHMF: Caixa 37. N° 70: Ofícios da presidência da província para a câmara municipal, 1833-1834.

⁵²³ Carlos Lima estudou os padrões de assentamentos de livres de cor em Guaratuba e Castro no atual Paraná no final do século XVIII e início do XIX. Segundo o autor, as duas vilas estão em áreas meridionais da América Portuguesa e receberam migrantes livres de cor. Ver: LIMA, 2002. p. 317-344. NO texto, o autor utiliza a expressão “não-brancos livres”, em função dos critérios vigentes nas listas nominativas.

Entre 1798 e 1833, computando pardos e negros em conjunto, eles compõem cerca de 37% entre os indivíduos livres. A oscilação populacional no período é acompanhada pela oscilação dos indivíduos negros e pardos cativos, e negros, pardos e brancos livres.

Cabe destacar que os homens pardos livres em relação aos negros livres são em maior número, pois se aproximam de 30%. Para Roberto Guedes, o termo “pardo”, quando aplicado a livres, indica “uma posição social distinta em relação a outros descendentes de escravos ou forros (pretos ou negros), e a brancos” (GUEDES apud FRAGOSO et al., 2007, p. 347). Com relação à população identificada como negra, o percentual é maior entre os escravos e menor entre a população livre. Como vimos anteriormente com relação à mudança de cor de pardos e negros livres pelos recenseadores, essa situação é recorrente com os cativos destas cores. Foi o que ocorreu com os escravos de Bento Ribeiro do Amaral, entre eles a cativa Benedita, natural de Lages, que em 1810 possuía 27 anos, era solteira e negra: em 1811, passou a ser parda, e em 1816, voltou a ser negra⁵²⁴.

De maneira geral, não há regra ou o congelamento de *status* dos indivíduos de cor na vila de Lages, pois aqui ser livre não era exclusividade para brancos, visto que os homens de cor também possuem essa condição jurídica. Logo, ser pardo e negro em Lages é viver no mundo dos escravos e também dos livres. Como destacado por Hebe Mattos, no Império português, “para ser escravo ou homem livre era preciso reconhecer-se e ser reconhecido como tal”⁵²⁵. E nesse espaço fronteiriço onde indivíduos de cor eram proprietários de terras e senhores de escravos, havia mais possibilidades de ser reconhecido comunitariamente. Obviamente isso não eliminava a distinção social entre ser livre branco e ser livre pardo ou negro, mas ampliava o distanciamento de pardos e negros livres da escravidão.

A cor, naquele período, era condição de hierarquização e acompanha os cativos da vila de Lages, isto porque a maior parte deles era de cor negra. Apesar de uma maioria negra, a proporção de pardos entre os cativos indica mestiçagem. Esse percentual de pardos livres e escravos, como destacado por Cacilda Machado (2008, p. 85), “pode sugerir que parte da população livre era vista ‘com um pé na escravidão’, e/ou que parte da população escrava, aos olhos dos recenseadores, tinha ‘um pé no mundo dos livres’”.

⁵²⁴ AESP: Maços de Populações. Lages 1776-1818. Ordem C00226. Ano 1810, fogo n. 87; ano 1811, fogo n. 88; ano 1816, fogo n. 89.

⁵²⁵ MATTOS, In: FRAGOSO, op. cit., 2010, p. 160.

A partir da tabela 16 e do gráfico 6 também é possível observar, apesar de pequena flutuação no ano de 1805, um crescimento populacional da população livre branca, parda e negra. Diferentemente da população cativa negra e parda, que apresenta maiores flutuações ao longo do período. No ano de 1805 encontramos o maior percentual de pardos cativos, e talvez em detrimento desse fator temos menor número de pardos livres.

Além dos dados sobre a cor dos cativos, temos a distribuição por sexo. Entre 1798 e 1833⁵²⁶, os números indicados nos mapas populacionais revelam que os homens são em número maior que as mulheres; no entanto, é possível afirmar que não havia grande discrepância entre eles. Tal discrepância acentuava-se mais entre os pretos: eram 55,4% de homens e 44,5% de mulheres. Já entre os pardos havia mais equilíbrio: eram 52,2% de homens e 47,7% de mulheres. Portanto, tem-se uma predominância do gênero masculino, mas os índices apontam para certo equilíbrio demográfico entre os sexos dos escravos.

O estudo de Horácio Gutiérrez realizado sobre duas regiões econômicas do Paraná no início do século XIX – o litoral, com uma economia de subsistência, e o planalto, com pecuária e agricultura de subsistência – auxilia na explicação acerca do equilíbrio entre os sexos. Para o autor, “[...] as atividades econômicas pouco condicionaram a predominância masculina como em outras partes. Determinaram, na verdade, um equilíbrio entre os sexos, e a reprodução natural entre a população escrava pode ter exercido papel importante na preservação dessa harmonia”⁵²⁷. E destaca ainda que podem ter ocorrido pequenas variações provocadas por migrações ou pela qualidade de preservação do recenseamento pesquisado. Certo equilíbrio entre os sexos é uma característica específica para áreas distantes das grandes lavouras de produção para o mercado externo.

Os dados sobre posse agrária demonstraram que cerca de 70% dos proprietários de Lages sobreviviam da agricultura, isso pode ter sido um dos fatores que influenciou o percentual de mulheres escravas, associado ao poder de compra destes senhores, pois aquele era um espaço de escassos recursos financeiros. Tomando as listas de 1799 a 1816⁵²⁸, e analisando somente as mulheres cativas pelas faixas etárias, temos 28% entre 20 e 30 anos e 22,0% entre 15 e 20 anos; seguidas por 16% com idades de 10 a 15 anos, 12% de 0 a 5, 11% de 30 a 40, 9% de 40 a 50 e 2% com mais de 50 anos. Se unirmos o intervalo de idade entre 15 e 40 anos, temos 61% das

⁵²⁶ AESP: Maços de Populações. Lages 1776-1818. Ordem C00226. AHMF: Caixa 37. N° 70: Ofícios da presidência da província para a câmara municipal, 1833-1834.

⁵²⁷ GUTIÉRREZ, In: **Estudos Econômicos**. op. cit., 1987, p. 199-200.

⁵²⁸ AESP: Maços de Populações. Lages 1776-1818. Ordem C00226.

mulheres com condições biológicas para a geração de filhos e ativas para o trabalho. Os dados também demonstram que, de acordo com a cor, 33% eram pardas e 67% eram negras.

Sobre a presença de mulheres cativas em propriedades de subsistência, o aumento da escravaria a partir da reprodução endógena e a cor dos cativos, citamos como exemplo o irmão do capitão-mor, o pequeno escravista José do Amaral Gurgel⁵²⁹: em 1798, ele possuía uma única escrava, a preta Joana; em 1799, possuía duas escravas: Joana, solteira, 18 anos e Ignacia, 4 anos – ambas pretas; em 1803, a escrava Joana foi descrita como crioula e negra, a escrava Ignacia não está mais com eles, mas possuíam uma nova escrava, era Joaquina, negra de 1 ano; em 1811, houve alteração na escravaria: a escrava Joana está com 30 anos e tem em sua companhia outras duas escravas, Ritta, 10 anos, e Anna, 3 anos – ambas pardas; em 1816, além das 3 escravas listadas em 1811, foi incluída a parda Antonia, de 2 anos⁵³⁰. A escrava Joana foi responsável pelo aumento da escravaria, pois Ignácia⁵³¹, Joaquina⁵³², Anna⁵³³ e Antônia⁵³⁴ são suas filhas. De acordo com Carlos Bacelar, que estudou a vila de Sorocaba nos séculos XVIII e XIX, a reprodução endógena era uma opção viável, visto que

Comprar uma escrava seria, talvez, parte de uma estratégia de ampliação ou multiplicação mais acessível da mão-de-obra forçada, sem recorrer às parcas e difíceis poupanças familiares. Apesar dos riscos de uma elevada mortalidade materna e infantil, e em que pese a necessidade de aguardar o crescimento do rebento, a reprodução natural talvez fosse, para um pequeno lavrador, um roceiro ou um artesão, uma opção viável, que não envolvia maiores dispêndios de capital (BACELAR, 2001, p. 147).

Com relação à cor, Joana era identificada como negra ou preta, suas duas primeiras filhas (Ignacia e Joaquina) foram descritas como negras e as outras duas (Anna e Antonia), como pardas. Nos registros, Joana sempre é descrita como solteira e suas filhas possuem pai incógnito. Claro que os padres podem ter sido *severos* e desprezado um pai presente (e nada incógnito) simplesmente por tratar-se de uma das numerosas relações consensuais entretidas pelas escravas, isto é, ela poderia ser concubina de um escravo de outra propriedade, de um agregado ou de um senhor casado. E, ao informar Joana como solteira, seu senhor deixa implícito seu papel e sua condição de mulher. Não há registro se a filha mais velha de Joana (Ignacia) morreu ou foi vendida. Se vendida, garantiu ao proprietário obter lucro a partir do ventre de sua escrava.

⁵²⁹ Possuía um sítio, adquirido por compra, com um quarto de légua de frente e meia de fundo, localizado próximo à vila de Lages. AESP: CO9869. Proprietários de Bens Rústicos – 1820, nº 52.

⁵³⁰ AESP: Maços de Populações. Lages 1776-1818. Ordem C 00226. Em 1798, fogo n. 6; 1799, fogo n. 13; 1803 fogo n. 32, 1805, fogo n. 27, 1808, fogo n. 101, 1811, fogo n. 68 e 1816 fogo n. 69.

⁵³¹ PNSPL: Livro de batismo, nº 1. s/fls. Registro realizado em 12/06/1799 pelo padre Manoel Muniz.

⁵³² PNSPL: Livro de batismo, nº 1. s/fls. Registro realizado em 21/02/1802 pelo padre Manoel Muniz.

⁵³³ PNSPL: Livro de batismo, nº 2. s/fls. Registro de nascimento realizado em 17/08/1808 pelo padre Francisco José.

⁵³⁴ PNSPL: Livro de batismo, nº 3. s/fls. Registro realizado em 05/04/1814 pelo padre José Nunes Gaspar.

Em 1798, o capitão-mor Bento do Amaral Gurgel, também irmão de José do Amaral Gurgel, classificou-o como “homem sumamente pobre, planta mantimentos e colhe anualmente para o gasto de sua casa, 60 alqueires de milho, 15 de feijão, 12 de trigo e 2 pedras de linho”. Pela descrição, José era um homem de poucas posses, mas em algum momento acumulou reservas e investiu na aquisição de Joana. José do Amaral se diferencia de seu irmão Bento do Amaral, um senhor de escravos com fazenda de criação de animais⁵³⁵. Enquanto José provinha sua subsistência de suas lavouras, seu irmão Bento, para aquele espaço, era um latifundiário escravista.

Além da cativa Joana e de suas filhas, vivam na propriedade o núcleo familiar de José do Amaral (esposa e filhos) e, em alguns períodos, agregados⁵³⁶. Certamente a família senhorial, as cativas e os agregados trabalhavam lado a lado na lavoura, onde produziam principalmente milho, feijão e trigo e, em alguns momentos, vendiam parques excedentes⁵³⁷. A posse escrava nas propriedades de subsistência, como o caso aqui citado, reforça que a mão de obra cativa nunca é a principal. A descrição de homem pobre dada a José do Amaral é recorrente nas listas da época, e segundo Hebe Mattos há a hipótese de que os chamados *homens livres pobres* compunham uma camada social nas atividades agrícolas, “apenas tangencialmente se utilizavam do trabalho escravo e, fundamentalmente, não tinham suas lavouras e criações voltadas para a produção de excedente comercial e realização de lucros” (MATTOS, 2009, p. 63). A fronteira agrícola em expansão foi receptiva para José do Amaral, assim como para tantos outros de seu tempo. Viviam pobremente, mas com autonomia e possibilidades de possuir escravos, que provavelmente eram seu mais valioso bem.

Em síntese, a maior presença cativa está em unidades de produção dedicadas à agricultura de subsistência, e em maior proporção nas atividades de pecuária em fazendas. É fato que as cores parda e negra não eram exclusivas para escravos em Lages, e entre os homens livres de cor

⁵³⁵ Em 1798, Bento do Amaral Gurgel possuía 7 escravos. Seu rebanho era formado por 400 vacuns, 110 cavaleiros e 10 bestas. Produzia 200 alqueires de milho, 40 de feijão e 18 de trigo. AESP: Maços de Populações. Lages 1776-1818. Ordem C00226. Em 1799: fogo 01.

⁵³⁶ Em 1798, os agregados eram Andre Guerreiro, branco, 34 anos, casado com Florinda, branca, 18 anos, seus dois filhos menores e seus cinco sobrinhos órfãos. Em 1799, havia o agregado Manoel, branco, solteiro, de 40 anos. Em 1803, o agregado era João Antônio, de Curitiba, 23 anos, solteiro e pardo. Nos anos seguintes não há mais agregados.

⁵³⁷ De acordo com os registros das listas, temos a seguinte estrutura econômica na propriedade: em 1799, produziam 100 alqueires de milho, 12 de feijão e 8 de trigo; em 1803, plantam mantimentos para seu gasto e vende 10 alqueires de milho e 20 de feijão; em 1805, plantam mantimentos para seu gasto; em 1808, plantam e vendem 30 alqueires de milho, 20 de feijão, com 8 muaras e 6 cavaleiros; em 1811, vivem de suas lavouras de milho vendendo alqueires de milho e 16 de feijão; e em 1816, vivem de suas lavouras.

há senhores de escravos. Em 1799⁵³⁸, 4,7% dos proprietários pardos possuíam escravos; em 1803⁵³⁹, eram 2,5%; aumentando para 4,2% em 1808⁵⁴⁰; e diminuindo para 2,4% em 1816⁵⁴¹. Desses pardos proprietários de escravos ao longo do período, 52% vivem da agricultura de subsistência, 16% são proprietários de fazendas e 32% possuem comércio de secos e molhados e concomitantemente plantam para seu gasto. Entre os senhores de escravos pardos, há os já citados Vicente Rodrigues de Athaydes e Manoel de Barros.

4.1.5 *Um senhor de muitos escravos*

Em 22 de novembro de 1810, na vila de Lages, na casa do capitão Joaquim José Pereira,

[...] o dito capitão em cama e enfermo, porém no seu juízo perfeito, por ele me foi dito, [...]: ser natural da vila de Alenquer, bispado de Braga, Portugal, filho legítimo de Antonio Manoel e de sua mulher Catarina Maria, já falecidos, de idade mais ou menos de sessenta e dois anos, foi casado com Anna Maria de Santa Rita já falecida, de cujo matrimônio teve três filhos: Umbelina, casada com Nicolau de Liz Abreu, Paulo e José, a saber, Paulo de idade de vinte anos, pouco mais ou menos, e Jose de quinze anos mais ou menos. [...]. Declaro que tenho sete escravos no Continente do Rio Grande para os herdeiros. [...] Declaro que a escrava crioula de nome Felisbina⁵⁴², filha da mulata Cipriana, deixo forra. [...] Declaro que tenho uma fazenda de criar no distrito de Vacaria e declaro que tenho mais no mesmo distrito da Vacaria uma escrava de nome Anna, mulata, que já lhe passei a liberdade, e que também tem um filho que também já declarei livre⁵⁴³.

Em 22 de novembro de 1811, o capitão morreu. O padre Antonio Mariano registrou em seu óbito que o capitão Joaquim José Pereira era “o mais rico estancieiro desta vila”⁵⁴⁴. Essa definição do padre se justifica porque o capitão era proprietário de várias fazendas e de um grande rebanho de animais, e também porque ele foi o maior proprietário de escravos, de acordo com as listas, entre os anos 1789 e 1810⁵⁴⁵ em Lages. Temos na vila de Lages somente um proprietário entre os anos de 1799 e 1805 com mais de 20 escravos: o capitão Joaquim José Pereira. Os negócios com animais e a produção de alimentos propiciavam bons excedentes na

⁵³⁸ AESP: Maços de Populações. Lages 1776-1818. Ordem C00226. Em 1799, fogos n. 15 e 43.

⁵³⁹ AESP: Maços de Populações. Lages 1776-1818. Ordem C00226. Em 1803, fogos n. 05 e 61.

⁵⁴⁰ AESP: Maços de Populações. Lages 1776-1818. Ordem C 00226. Em 1808, fogos n. 07, 11, 40, 112, 113 e 145.

⁵⁴¹ AESP: Maços de Populações. Lages 1776-1818. Ordem C 00226. Em 1816, fogos n. 97 e 193.

⁵⁴² PNSPL: Livro de batismo, nº 2. s/fls. Em seu registro de batismo, realizado em 8 de abril de 1809, consta que Felisbina recebeu alforria na pia batismal.

⁵⁴³ MTJSC: Cód. 10, cx 04 (B1). 835. Autos de Tomada de Contas. Testador: Joaquim José Pereira (capitão). Testamenteiro: Paulo José Pereira. A descrição é parte do testamento incompleto de Joaquim José Pereira.

⁵⁴⁴ PNSPL: Livro de óbitos, nº2, fls. 27. Registro realizado em 22 de novembro de 1811 pelo padre Antonio Rodrigues Chaves Mariano.

⁵⁴⁵ AESP: Maços de Populações. Lages 1776-1818. Ordem C 00226. O recorte inicia em 1798, porque é neste ano que temos a organização por fogos.

propriedade do capitão Pereira, afinal era o que possuía o posto de maior dono de escravos da vila. Era um dos poucos que detinha o *status* de grande senhor escravista. Diante disso, decidimos aqui mapear os cativos do capitão Joaquim.

Em 1798⁵⁴⁶, o capitão foi recenseado da seguinte forma: possuía 53 anos, viúvo, com três filhos (Umbelina, 10 anos; Paulo, 9 anos; e Jose, 2 anos), tinha uma fazenda de criar animais cavalares, muares, vacuns, burros e ovelhas, marcando anualmente 170 cavalares, 150 vacuns, 110 muares, 50 ovelhas, 8 burros e 7 burras. Vendeu para Curitiba 80 bestas, 30 cavalos e 25 vacuns. Plantava mantimentos e colhia 100 alqueires de milho e 50 de feijão por ano. Era senhor de 58 escravos⁵⁴⁷:

Masculinos	Femininos
Jose, 50 anos, casado, preto; Bonifácio, 49 anos, casado, preto; Garcia, 49 anos, casado, preto; João, 35 anos, solteiro, mulato; Ignacio, 30 anos, casado, preto; Joaquim, 30 anos, solteiro, preto; Mathias, 27 anos, solteiro, preto; Narcizo, 25 anos, solteiro, preto; Miguel ferreiro, 25 anos, solteiro, preto; Joaquim, 24 anos, solteiro, mulato; Joaquim, 22 anos, solteiro, preto; Manoel, 20 anos, solteiro, preto; Manoel, 19 anos, solteiro, preto; João, 18 anos, solteiro, preto; Manoel, 18 anos, solteiro, preto; Jose domador, 18 anos, solteiro, preto; Marcelo domador, 16 anos, solteiro, preto; Floriano, 14 anos, solteiro, preto; Antonio, 11 anos, preto; Lazaro, 11 anos, preto; Joaquim, 9 anos, mulato; Francisco, 8 anos, preto; Manoel, 8 anos, preto; Francisco, 8 anos, preto; Jose, 4 anos, mulato; Serafim, 2 anos, mulato; Manoel, 4 anos, preto; Gabriel, 2	Mariana, 40 anos, solteira, preta; Joaquina, 39 anos, solteira, preta; Catharina, 36 anos, casada, preta; Margarida, 30 anos, casada, preta; Caetana, 30 anos, solteira, preta; Brigida, 30 anos, casada, mulata; Clara, 30 anos, solteira, preta; Thereza, 27 anos, solteira, preta; Bernarda, 26 anos, casada, preta; Custodia, 26 anos, solteira, preta; Ignes, 25 anos, solteira, preta; Maria, 20 anos, solteira, preta; Francisca, 20 anos, casada, preta; Anna, 13 anos, preta; Cristina, 12 anos, preta; Anna, 12 anos, preta; Maria, 11 anos, mulata; Juliana, 10 anos, preta; Ignocencia, 9 anos, mulata; Maria, 9 anos, mulata; Joana, 8 anos, preta; Rita, 7 anos, preta; Perpétua, 7 anos, preta; Luisa, 7 anos, preta; Lodovina, 7 anos, preta; Guiomar, 5 anos, mulata; Paula, 4 anos, preta; Felicia, 3 anos, preta; Rosa, 2 anos, preta; Anna, 2 anos, mulata.

⁵⁴⁶ AESP: Maços de Populações. Lages 1776-1818. Ordem C 00226. Ano 1798, fogo n. 13.

⁵⁴⁷ Além dos cativos, viviam na propriedade como agregados o casal de mulatos Pedro, 33 anos, e Maria, 25 anos, e sua filha, Maria, 11 anos; e o casal de pretos forros Domingos, 50 anos, e Florinda, 40 anos.

anos, preto;	
--------------	--

Para uma sociedade baseada em cores, essa escravaria era predominantemente preta, visto que 79,6% eram pretos e 20,4% eram mulatos. Com relação ao gênero, 30 eram do sexo feminino e 28 eram do masculino – isso demonstra que havia equilíbrio entre os sexos. Somando ambos os sexos, há um maior índice de escravos na faixa etária entre 0 e 14 anos (crianças), eles são 47,4%, seguidos dos adultos (15 aos 40 anos), com 44, 1%, e os que possuíam mais de 40 anos eram apenas 8,5% – isto significa uma escravaria jovem. Entre os escravos homens, havia dois domadores e um ferreiro. Essas especializações eram importantes para a lida com animais xucros e no concerto e fabricação de instrumentos para utilização na lavoura, na pecuária e nas benfeitorias.

Os casais cativos eram quatro: Jose e Catharina⁵⁴⁸; Ignacio e Francisca⁵⁴⁹; Bonifácio e Margarida⁵⁵⁰; Garcia e Bernarda⁵⁵¹. Esses casais constituíam famílias e promoveram a reprodução endógena. As crianças viviam com seus pais, como entre outros, os casos de Manoel, 8 anos⁵⁵², filho de Catharina e José; Rosa, 2 anos⁵⁵³, filha de Garcia e Bernarda; Felicia, 3 anos⁵⁵⁴, e Gabriel⁵⁵⁵, 2 anos, filhos de Francisca e Ignácio. Além do significado dos laços parentais entre os cativos, destacamos a importância demográfica dessas famílias, ou seja, a possibilidade que o senhor tinha em aumentar o número de seus cativos. Sem dúvida que a importância social da família escrava merece destaque, mas neste caso queremos apenas demonstrar o caráter econômico na constituição da escravaria desse senhor. Como era uma grande escravaria, existiam mais condições, ou havia mais facilidade para o estabelecimento de uniões conjugais (abençoadas pelo clero ou não) entre os cativos. Realidade essa diferente na

⁵⁴⁸ Em 25 de abril de 1775, casaram-se Jose e Catharina, ambos de Nação Guiné e escravos do capitão Joaquim José Pereira. Testemunhas: João Nunes e João Pinto. Padre Ignacio Rodrigues. Fonte: PNSPL: Livro de matrimônio n.1, s/p.

⁵⁴⁹ Cf. registro de casamento: Ignacio, natural desta vila, filho de Antonio e Maria, casou-se com Francisca, natural de Vacaria, filha de João e Francisca; casaram-se em 06 de setembro de 1790 na igreja da vila de Lages. Todos escravos do capitão Joaquim José Pereira. As testemunhas foram capitão João Costa da Silveira e o sargento mor Joaquim Jose Monteiro. Padre Manuel Pereira de Faria. Fonte: PNSPL: Livro de matrimônio, nº 2, fls. 73.

⁵⁵⁰ Casaram-se em 18 de novembro de 1790 Bonifácio de Nação Guiné com Margarida, filha de Brás e Anna. Todos escravos do capitão Joaquim José Pereira. Testemunhas: Manuel da Silva Ribeiro e o capitão João da Costa Silveira. Padre Manuel Pereira de Faria. Fonte: PNSPL: Livro n de matrimônio, nº 2, fls. 74.

⁵⁵¹ Não localizamos o registro de casamento.

⁵⁵² PNSPL: Livro de batismo, nº 1, s/fls. Assento realizado em 20 de abril de 1788. José, neste registro, recebeu seu grupo de procedência, era Mina.

⁵⁵³ PNSPL: Livro de batismo, nº 1, s/fls. Assento realizado em 12 de novembro de 1797. Na lista de 1805, Rosa, com 9 anos, foi identificada como filha do viúvo Garcia.

⁵⁵⁴ PNSPL: Livro de batismo, nº 1, s/fls. Assento realizado em 15 de novembro de 1795.

⁵⁵⁵ PNSPL: Livro de batismo, nº 1, s/fls. Assento realizado em 16 de setembro de 1797.

maioria das escravarias menores, em que a desproporção entre homens e mulheres, ou a inexistência de homens, como no caso da escravaria de José do Amaral, dificultava uniões conjugais em um deficiente mercado matrimonial.

O percentual de crianças e adultos associados à reprodução endógena é a hipótese principal para a permanência nos anos seguintes da grande escravaria. Em 1799⁵⁵⁶, eram 51 escravos, descritos em uma única fazenda, como no ano anterior, sendo 26 homens e 25 mulheres. Já em 1803⁵⁵⁷, eram 45 cativos, elencados e distribuídos em quatro fazendas do capitão, conforme segue:

- Na fazenda sede, eram 24 escravos. Os solteiros masculinos eram José crioulo, 39 anos, negro; Mathias crioulo, 36 anos, negro; Narciso crioulo, 36 anos, negro; João crioulo, 25 anos, negro; Manoel crioulo, 24 anos, negro; Joaquim crioulo, 22 anos, negro; Floriano, 18 anos, negro; Antonio, 17 anos, negro; José crioulo, 9 anos, pardo; Serafim, 7 anos, negro; Antonio, 2 anos, negro. As do sexo oposto eram Joaquina, 38 anos, negra; Clara, 34 anos, negra; Thereza, 33 anos, negra; Mariana, 30 anos, negra; Ignez, 29 anos, negra; Cristina, 18 anos, negra; Maria, 16 anos, parda; Maria, 13 anos, parda; Rita, 10 anos, negra; Maria, 6 anos, negra; Candida, 3 anos, negra. O casal⁵⁵⁸ José crioulo, 39 anos, pardo, e sua mulher, Isabel crioula, 22 anos, parda.

- Na fazenda São Luiz, viviam o casal Ignácio, 39 anos, negro, sua mulher, Francisca, 24 anos, negra, e seus filhos, Perpetua, 14 anos, Luiza, 13 anos, Manoel, 12 anos, Felicia, 9 anos, Gabriel, 6 anos, Jacinta, 3 anos, todos negros.

- Na fazenda do Morro Agudo, havia Bonifácio de Angola, 52 anos, negro, e sua mulher, Margarida, 32 anos, negra, com seus filhos, Luduvina, 12 anos, parda, Francisco, 17 anos, pardo, Faustino, 12 anos, negro, Domiciano, 8 anos, negro; também o casal Manoel, 24 anos, negro, e sua mulher, Juliana, 16 anos, parda⁵⁵⁹.

- Na fazenda Pedras Brancas, viviam Catarina Benguela, 44 anos, negra, viúva; Garcia Angola, 52 anos, negro, viúvo; Ana, 16 anos, negra; Paula, 9 anos, negra; Rosa, 7 anos, negra. Faleceu nessa fazenda o escravo Jose Mina, que era marido de Catarina Benguela.

⁵⁵⁶ AESP: Maços de Populações. Lages 1776-1818. Ordem C00226. Ano 1799, fogo n. 12.

⁵⁵⁷ AESP: Maços de Populações. Lages 1776-1818. Ordem C00226. Ano 1803, fogo n. 58.

⁵⁵⁸ Manoel, filho de Bárbara, escrava já falecida e que pertencia ao capitão Antonio Ferreira de Paranaguá/PR, e Isabel, natural de Vacaria/RS, de pai incógnito e de Catharina, todos escravos do capitão Joaquim José Pereira. O registro do matrimônio encontra-se rasurado, assim identificamos apenas as testemunhas, que foram Antonio José Pereira e João Annes do Amaral Gurgel. Fonte: PNSPL: Livro de matrimônio, nº 2, s/fls.

⁵⁵⁹ Registro de casamento realizado em 08 de junho de 1801. Manoel, filho de Jose e Catharina, e Juliana, filha de Feliciano, todos escravos do capitão Joaquim José Pereira. Testemunhas: João Annes do Amaral Gurgel e Antonio José Pereira. Padre Manoel Munis. Fonte: PNSPL: Livro de matrimônio nº 2, s/fls.

Nas quatro fazendas, dos 50 cativos, 74% são negros e 26% são pardos. Nas fazendas São Luis e Pedras Brancas, a totalidade é de negros. Já na fazenda sede, 79,2% são negros e 20,8% são pardos. Na fazenda Morro Agudo, 62,5% são negros e 37,5%, pardos. Somente na fazenda sede encontramos o termo “crioulo” após o nome, e com exceção de Isabel, só acompanham nomes masculinos. No total da escravaria, 18% foram identificados crioulos e 6% de africanos, os demais que não possuem identificação após o nome. O termo “crioulo” é presente nos escravos identificados pelas cores parda e negra.

Com relação à idade, 7% são menores de 7 anos e 4% possuem mais de 50 anos, o que indica uma escravaria ativa, isto é, em torno de 89% estavam aptos ao trabalho realizado nas fazendas com a criação de animais e a produção de alimentos. De acordo com os dados apresentados na lista, nesse ano, distribuídos nas quatro fazendas, havia 70 vacuns, 84 cavalos, 80 muares e 20 asnos⁵⁶⁰. Também plantavam mantimentos para seu sustento e havia um rebanho de ovelhas. Somente a fazenda Pedras Brancas tinha agregados: Francisco de Laguna, 23 anos, branco; Joaquim Pereira, 38 anos, pardo; Manoel, 10 anos, negro; Ignacio, 11 anos, negro; Demetrio, 30 anos, pardo – todos solteiros.

Sobre os casais, dois deixam de existir, pois Catharina e Garcia ficaram viúvos, e temos dois novos casais: os pardos José e Isabel, e o negro Manuel e a parda Juliana⁵⁶¹. Fica ainda mais explícita a importância da família cativa na estrutura econômica, pois nas fazendas São Luiz e Morro Agudo há a presença de famílias, e em duas delas os filhos são a representação da reprodução. Ressalto que, pela idade do filho mais velho, a maternidade escrava iniciava cedo. De acordo com Florentino e Góes (1997, p. 134-135), “precoce era a maternidade e, pois, já bem cedo promovia-se a montagem de uma família cativa”. Pelos inventários estudados pelos autores, as escravas crioulas do agrofluminense “começavam a parir entre 14 e 17 anos”; e as africanas, entre 16 e 19 anos. Ainda acerca da maternidade, esses pesquisadores compararam a idade inicial das mulheres cativas com as livres, e concluíram que as cativas começavam a parir “[...] seis a oito anos antes da mulher inglesa dos séculos XVII e XVIII; sete e dez antes da francesa do século XVIII; quatro a seis antes da mulher branca norte-americana de meados do Oitocentos; e um a três anos antes da própria escrava velha dos Estados Unidos. [...], e da mulher livre colonial

⁵⁶⁰ Asno: "Jumento, burro" (SILVA, v.1, 1922, p. 203). (Edição fac-símile da 2ª edição, de 1813, sendo a 1ª edição de Lisboa, Officina de Simão Thadeo Ferreira, em 1789).

⁵⁶¹ Cabe destacar que em 1798 Juliana é descrita como preta, e nos anos seguintes como parda. AESP: AESP: Maços de Populações. Lages 1776-1818. Ordem C00226.

brasileira”. Portanto, se partirmos do exemplo da cativa Juliana, que aos 16 anos estava casada, entre os cativos, a constituição da família, assim como a maternidade, era precoce.

Em 1805⁵⁶², foi elencada apenas uma propriedade, em que foram registrados 60 vacuns, 70 cavalos, 50 muares, 16 burros, um rebanho de ovelhas e planta para o gasto da própria casa. E ali viviam 45 cativos. O tremo “crioulo” desaparece, e foram identificados como africanos 6,6% dos habitantes daquela senzala. Continua o predomínio de negros, 77,7%. Com mais de 50 anos há somente os viúvos Catharina Benguela e Garcia Angola. Com menos de 7 anos eram três crianças. O maior número está entre os escravos que possuíam entre 14 e 50 anos, eles representavam 60%; e os de 7 a 14 anos eram 20%. Isto significa que, assim como nos anos anteriores, o capitão continuava com uma escravaria apta ao trabalho. Com relação aos casais, continuam os mesmos de 1803. Além de Joaquim Pereira dos Santos, 24 anos, branco e solteiro, mais três agregados fazem parte da família do capitão: seu genro, Nicolau de Liz, 48 anos, branco; sua filha, Umbelina, 15 anos, branca; e sua neta, Libanna, 2 anos.

Em 1807, o capitão “tem fazenda de criar animais em várias partes e que marca anualmente nesta vila, 10 vacuns, 10 muares, um rebanho de ovelhas e planta para seu gasto”⁵⁶³. A fazenda recenseada estava localizada no bairro circunvizinho da Vila. Essa fazenda não possuía a mesma expressão de produção e de escravos como as elencadas anteriormente. A escravaria diminuiu consideravelmente, para 8 escravos negros⁵⁶⁴ – talvez isso se deva ao fato de os outros escravos estarem em outra fazenda do capitão. Vivem com o capitão seus dois filhos, Paulo e José. Nesse ano, a filha Umbelina e o genro Nicolau de Lis não vivem mais com a família Pereira. Eles estão em outra fazenda do capitão Pereira. E é na fazenda onde está Nicolau de Liz que encontramos os demais escravos⁵⁶⁵ do capitão: eram 55% do sexo feminino e 45% do masculino. Do total, 78% possuíam entre 14 e 45 anos, entre eles os casais Manoel e Juliana, Ignacio e Francisca, e João e Isabel. Com relação à cor, 77,5% são negros e 22,5% são pardos. Nessa fazenda, localizada no bairro Caveiras Acima, havia 10 vacuns, 30 cavalos, 40 muares, 10 burros e um rebanho de ovelhas. Nos anos de 1808⁵⁶⁶ e 1810⁵⁶⁷, a escravaria do capitão é

⁵⁶² AESP: Maços de Populações. Lages 1776-1818. Ordem C00226. Ano 1805, fogo n. 46.

⁵⁶³ AESP: Maços de Populações. Lages 1776-1818. Ordem C00226. Ano 1807, fogo n. 14.

⁵⁶⁴ Os escravos eram Garcia, 60 anos, viúvo; e os solteiros Joaquim, 40 anos; Antonio, 45 anos; Matheus, 35 anos; Antonio, 18 anos; Ines, 30 anos; Anna, 18 anos; e Maria, 10 anos. AESP: Maços de Populações. Lages 1776-1818. Ordem C00226. Ano 1807, fogo n. 14. São agregadas Maria Pereira, 40 anos, parda, casada, natural de Lages e Anna Maria, 20 anos, negra e casada.

⁵⁶⁵ Uma fazenda com os escravos do sogro, o capitão Joaquim Jose Pereira.

⁵⁶⁶ Foi registrado em 1808 que o capitão “tem fazendas em várias partes, mas residia nesta vila”. AESP: Maços de Populações. Lages 1776-1818. Ordem C00226. Ano 1808, fogo n. 14.

apresentada da mesma forma que no ano de 1807, ou seja, uma pequena parte dos escravos está na propriedade com o capitão e os filhos Paulo e José; e os demais, na fazenda com seu genro Nicolau e sua filha Umbelina.

Em 1810, último ano em que o capitão Joaquim José Pereira foi recenseado, ao lado dos nomes dos escravos, há o local de nascimento e de procedência. Nesse mesmo ano, o número de escravos diminui para 26, sendo 20 na fazenda administrada pelo genro Nicolau de Lis e 6 na fazenda com o capitão. Identificados como nascidos na vila de Lages 61,5%; em outras localidades do Brasil (São Paulo, Vacaria, Laguna) eram 23,2%; da África (Guiné), 3,8%; e 11,5% como crioulos. Nesse ano, assim como nos demais, há certo equilíbrio entre os sexos e 80,7% deles estavam na faixa etária entre 14 e 50 anos. Se unirmos os nascidos na vila com os nascidos em outras localidades e os identificados como crioulos, temos uma escravaria de cerca de 95% de nascidos no Brasil, e como a maioria é nascida em Lages, é uma escravaria fruto da reprodução endógena.

O capitão foi proprietário de mais de uma fazenda, como destacado nas listas de 1803, 1805, 1807 e, como já descrito em capítulo anterior, ele era aquele descrito com mais de uma propriedade. Com a morte de Joaquim José Pereira, em novembro de 1811, suas propriedades foram divididas entre seus herdeiros. Seu genro Nicolau de Lis “tem a seu cargo a fazenda adquirida por testamento do falecido seu sogro”, com 153 éguas, 85 vacuns, 31 bestas e sete escravos⁵⁶⁸. E seu filho Paulo José Pereira “tem seus animais de criar de sua herança” e mais três escravos⁵⁶⁹. Seu outro filho, Jose Joaquim, não foi elencado na lista – certamente vivia com um dos irmãos.

No ano de 1816, temos duas listas gerais dos habitantes da vila de Lages, ambas assinadas pelo capitão Manoel Cavalheiro Leitão. Uma possui mapa populacional anexado e os números dos fogos, a outra não⁵⁷⁰. Observamos que os herdeiros do capitão Joaquim José Pereira estão alocados de maneira diferente em cada lista. Para tal, iremos analisar as duas no que se refere especificamente aos herdeiros do capitão Joaquim José Pereira.

⁵⁶⁷ Nicolau de Lis “tem fazenda criar animais pertencentes ao capitão Joaquim José Pereira”. AESP: Maços de Populações. Lages 1776-1818. Ordem C00226. Ano 1810, fogo n. 95.

⁵⁶⁸ AESP: Maços de Populações. Lages 1776-1818. Ordem C00226. Ano 1811, fogo n. 83. Além dos sete escravos da herança, Nicolau de Lis possuía mais oito escravos.

⁵⁶⁹ AESP: Maços de Populações. Lages 1776-1818. Ordem C00226. Ano 1811, fogo n. 101. Não há quantidade de animais na lista.

⁵⁷⁰ Aqui iremos utilizar as duas. Quando citamos anteriormente os dados de 1816, optamos pela lista com o mapa anexado.

Em uma das listas de 1816⁵⁷¹, encontramos todos os herdeiros. Nesse censo, Paulo Jose Pereira⁵⁷² “tem uma pequena fazenda, ele cria [...] 100 vacuns e tem negócio das tropas”. Sua escravaria é formada por 3 pardos (Cipriana, Isidoro e Felisbina) e 1 negro (Floriano), e seus agregados são 1 branco (Joaquim), 3 negros (Ignacio, Antonio e Cristina) e 1 pardo (João Pinto), todos solteiros e maiores de 9 anos. Já na outra lista desse ano⁵⁷³, ele “tem uma fazenda de criar animais que marca vacuum e cavalar 65, e planta para seu sustento”. Seus escravos são o pardo Isidoro e os negros Floriano e Felisbina. Os agregados são os pardos Cipriana e seus filhos, Felisbina⁵⁷⁴ e Joaquim, o também pardo Pedro Muniz e as negras Margarida⁵⁷⁵ e Ignocencia.

Já José Joaquim Pereira⁵⁷⁶ “vive de suas lavouras”, sua escravaria era composta por 3 negros e 2 pardos, entre eles o casal Ignacio e Francisca. Na lista sem a numeração dos fogos⁵⁷⁷, ele não foi elencado, e de sua escravaria apenas Francisca foi registrada como escrava de outro herdeiro, seu cunhado Nicolau de Lis.

Por sua vez, os também herdeiros Nicolau de Lis, sua esposa, Umbelina, e seus quatro filhos, na lista que possuiu o mapa populacional, são agregados na fazenda de Joaquim da Costa⁵⁷⁸. O casal de agregados Lis possui 6 escravos negros, e mais 5 escravos negros herdados do capitão. Entre os herdados, também consta o casal Ignacio e Francisca. Já na outra lista⁵⁷⁹, “vive de sua fazenda de criar na qual essa é de testamento (herança) e marca cavalos e vacuns 210”. Sua escravaria é composta de 4 cativos seus e 5 herdados. Com relação aos cativos herdados, somente Francisca aparece nas duas listas.

A hipótese mais provável da existência das duas listas, e que foram realizadas em momentos diferentes, é de que, como o falecido capitão Joaquim José possuía fazenda na freguesia de Vacaria, seu herdeiro José Joaquim e parte dos escravos herdados poderiam estar nessa freguesia. O fato mais intrigante das duas listas é a posição que Nicolau de Lis e sua família ocupam: nas listas de 1807, 1808, 1810, 1811 e em uma de 1816, ele vive com sua família, escravos e agregados na fazenda herdada; na outra lista de 1816, foi registrado como agregado. A propriedade onde foi alocado como agregado é descrita como uma pequena fazenda

⁵⁷¹ AESP: Maços de Populações. Lages 1776-1818. Ordem C00226. Ano 1816, fogo n. 98 (Nicolau de Lis), fogo n. 99 (José Joaquim Pereira) e fogo n. 172 (Paulo Jose Pereira).

⁵⁷² AESP: Maços de Populações. Lages 1776-1818. Ordem C 00226. Ano 1816, fogo n. 172.

⁵⁷³ AESP: Maços de Populações. Lages 1776-1818. Ordem C 00226. Ano 1816. S/I de fogo.

⁵⁷⁴ Conforme testamento do capitão, Felisbina recebeu alforria em 1810.

⁵⁷⁵ A negra Margarida era a viúva de Bonifácio de Angola.

⁵⁷⁶ AESP: Maços de Populações. Lages 1776-1818. Ordem C00226. Ano 1816, fogo n. 99.

⁵⁷⁷ AESP: Maços de Populações. Lages 1776-1818. Ordem C00226. Ano 1816. S/I de fogo.

⁵⁷⁸ AESP: Maços de Populações. Lages 1776-1818. Ordem C00226. Ano 1816, fogo n. 98.

⁵⁷⁹ AESP: Maços de Populações. Lages 1776-1818. Ordem C00226. Ano 1816. S/I de fogo.

de criar, com 7 escravos negros, e seu proprietário Joaquim da Costa vivia do negócio de tropas⁵⁸⁰.

Pela lista de 1818, os irmãos Paulo José e Jose Joaquim Pereira eram proprietários de duas fazendas cada um. Paulo José possuía a fazenda São Luis⁵⁸¹, onde viviam o casal de cativos negros Ignacio e Francisca e seus filhos, Perpétua, forra, e Felisbina, Gabriel, Candido e Manoel. Essa família de cativos constava em 1816 nos cativos herdados por Nicolau de Lis e Umbelina. Lis também possuía a fazenda Tijucas⁵⁸², habitada pelos cativos negro Floriano e pardo Felisberto, e pelos agregados negros Antonio e Cristina. Nas duas fazendas plantavam para seu gasto, e somados eram 44 vacuns, 30 muares e 80 cavalares. Não é nossa intenção discutir nesse momento alforrias, mas entre as cartas de liberdade pagas da vila de Lages encontramos a de Cristina e de Candido. Cristina, que nesse ano (1818) era agregada, se alforriou em 1814⁵⁸³, e Candido conseguiu sua alforria em 1821⁵⁸⁴ – ambos pagaram por sua liberdade ao herdeiro José Joaquim Pereira, e Paulo José Pereira está entre as testemunhas das cartas.

Jose Joaquim Pereira “tem duas fazendas de criar animais, com 80 vacuns, 70 cavalares, um rebanho de ovelhas e planta para seu gasto”, possuía 5 cativos solteiros⁵⁸⁵. Os cinco cativos não aparecem nas listas anteriores. Por sua vez, Nicolau de Lis⁵⁸⁶, de acordo com as informações contidas na lista, diminuiu significativamente seus bens, plantava para seu gasto e possuía 4 vacuns e 30 cavalares. Sua escravaria era formada por 4 cativos negros maiores de 15 anos, que também foram listados em 1816 como seus e não de herança. Também vivia ali o agregado pardo Bento. Em 1822, Nicolau de Lis é citado num ofício encaminhado ao governo provisório da Ilha e Província de Santa Catarina como juiz de órfãos da vila de Lages⁵⁸⁷.

No registro de óbito do capitão, Joaquim José foi destacado pelo padre como um homem rico e, oito anos após sua morte, seus herdeiros, especialmente os filhos Paulo e José, estão entre os mais afortunados da vila. Mas as informações constantes nos registros censitários,

⁵⁸⁰ AESP: Maços de Populações. Lages 1776-1818. Ordem C00226. Ano 1816, fogo n. 98.

⁵⁸¹ AESP: Maços de Populações. Lages 1776-1818. Ordem C00226. Ano 1818, fogo n. 126.

⁵⁸² AESP: Maços de Populações. Lages 1776-1818. Ordem C00226. Ano 1818, fogo n. 144.

⁵⁸³ Cristina alforriou-se em 13 de novembro de 1814, quando pagou a Jose Joaquim Pereira a quantia de cento e quinze mil e duzentos réis (115\$200). A alforria foi assinada na Fazenda de Morro Agudo, e Paulo José Pereira está entre as testemunhas. De acordo com a carta, Cristina coube a Jose Joaquim na partilha dos bens do capitão Joaquim José. Fonte: Primeiro Tabelionato de Notas e Protestos de Lages. Livro 1, fls 12.

⁵⁸⁴ “Digo eu José Joaquim Pereira, que entre os meus bens, há um escravo crioulo de nome Cândido, o qual obteve por partilha do falecimento de meu pai. Recebi da mão do mesmo escravo Candido, a quantia de cento e dois mil e quatrocentos reis (102\$400), pela sua liberdade. [...]. Vila de Lages, trinta de julho de 1821”. (Primeiro Tabelionato de Notas e Protestos de Lages. Livro 1, fls s/nº.)

⁵⁸⁵ AESP: Maços de Populações. Lages 1776-1818. Ordem C00226. Ano 1818, fogo n. 134.

⁵⁸⁶ AESP: Maços de Populações. Lages 1776-1818. Ordem C00226. Ano 1818, fogo n. 124.

⁵⁸⁷ APESC: Caixa 32. Correspondências das Câmaras Municipais.

principalmente acerca da quantidade de animais e de produção das fazendas do capitão e de seus herdeiros, não podemos tomá-las como precisas. Não tivemos acesso ao inventário do capitão Pereira, o que impossibilita sabermos como foi a partilha de seus bens, especialmente dos cativos.

Por mais de duas décadas a escravaria da família Pereira foi superior a 25 cativos, e esse número foi propiciado principalmente pela reprodução endógena. Assim, uma característica marcante dessa escravaria foi a existência de famílias cativas⁵⁸⁸, algumas nucleares, formadas por casais legalmente constituídos, em que temos pais e filhos, e outras matrifocais, com as mães e seus filhos (FLORENTINO; GÓES, 1997, p. 140), e em ambas a constituição de laços parentais fica evidente na distribuição dos cativos nas propriedades.

4.2 Os agregados

Retornemos à forma de apropriação das terras nesses campos. Os governadores da Capitania de São Paulo consideraram esse espaço como “terra de ninguém”, logo, “vazias”. Iniciaram as concessões de sesmarias e gradativamente chegavam novos indivíduos. Com a presença de novos indivíduos, foi-se formando gradativamente, em torno de relações pessoais e de parentesco, uma nova configuração humana e agrária. Mas nem todos os indivíduos que chegaram a essa nova fronteira tiveram acesso à terra de maneira imediata, ou nunca chegaram a tê-la. Uma alternativa aos homens livres que não tinham acesso à propriedade da terra era se estabelecer em terras de amigos, parentes ou desconhecidos. A forma de acesso à terra instituída pela legislação portuguesa e depois brasileira foi desigual e excludente, e certamente esse é o fator preponderante para a existência de trabalhadores livres pobres⁵⁸⁹ sem a posse da terra.

Desde o início do povoamento, os agregados se estabeleceram em propriedades, quer em fazendas, quer em lavouras de subsistência nos campos de Lages, mas a sua presença não é exclusividade desse espaço. Tomemos alguns estudos realizados sobre a terra e os agregados nos anos finais do século XVIII e na primeira metade do XIX em diferentes regiões do Brasil.

Sobre os estudos no Rio Grande do Sul, destacamos, entre outros, os trabalhos de Helen Osório, Paulo Zarth e Luís A. Farinatti, pois, a partir das pesquisas desses autores, houve uma

⁵⁸⁸ Não avançamos nesta pesquisa, como proposto por Robert Slenes ao estudar a família cativa nas regiões do *plantation* do Sudeste no século XIX, no “mundo mais amplo que os escravos criaram” (SLENES, 2011, p. 58-59).

⁵⁸⁹ Sobre os homens livres pobres, ver o capítulo 3 “Da diversidade da pobreza: para além de senhores e escravos” (CASTRO, 2009, p. 59-86).

nova interpretação acerca da função e do papel do agregado no Rio Grande do Sul no final do século XVIII e no XIX. Helen Osório, ao analisar as formas de apropriação da terra, verificou que havia a gratuidade do acesso, era a agregação denominada ‘a favor’, isto é, “as terras passíveis de apropriação sem ônus já estavam todas ocupadas e que, na falta de recursos para a compra, a única alternativa de permanência era a agregada, geralmente a parentes” (OSÓRIO, 2007, p. 97). Paulo A. Zarth estudou a formação do trabalho livre na agricultura e encontrou nas fontes várias denominações para os homens livres pobres do campo, entre elas a de “agregado”. De acordo com ele, os agregados compõem uma categoria de trabalhadores livres que vivem em propriedades privadas, mantêm uma relação de dependência com o proprietário e servem como mão de obra em momentos de maior demanda de trabalho (ZARTH, 2002, p. 168-169). De acordo com Luis A. Farinatti, os agregados são pequenos produtores estabelecidos em fazendas/campos de posse de outras pessoas, e seu estabelecimento era *de favor*. Ao analisar os inventários *post mortem* no período de 1831 e 1850, identificou que 2/3 dos que criavam menos de 500 reses praticavam a pecuária como agregados em terras alheias. Para Farinatti, a visão de que os agregados no Rio Grande do Sul eram inteiramente subordinados aos proprietários de suas terras não é a única forma de explicar as relações entre ambos, pois as relações eram bem menos ordenadas, não se processavam de forma tão simples e não eram automáticas. E, ainda, “nada indica que os proprietários pudessem contar com esses produtos ou com essa mão de obra de maneira regular, e pudessem confiar nelas, para suprir parte importante de sua demanda de gêneros de abastecimento ou de trabalhadores” (FARINATTI, 2010, p. 437-438).

Eni de Mesquita Samara, estudando a documentação da região de Itu, área de desenvolvimento açucareiro do sudeste, entre 1780 a 1830, identificou 222 agregados em uma população de 1.201 livres. Segundo ela, durante esse período, houve um decréscimo no número de agregados, pois muitos podem ter se transformado em pequenos proprietários ou migrado para áreas de expansão agrícola (SAMARA, 1977). Carlos Lima, ao analisar a participação de descendentes de forros em Curitiba e Castro nos séculos XVIII e XIX, evidencia a grande parcela destes entre a população livre e na chefia dos domicílios, enfatizando que um quinto ou menos deles eram agregados na infância e em sua fase púbere; quando atingiam a maturidade, essa porção diminuía para um décimo. Sobre quem são os agregados, considera: “incluí entre eles todos os que, livres, não fossem cônjuges ou filhos dos cabeças de domicílio, [...], estão incluídos os netos dos chefes de fogo, assim como seus genros, noras, irmãos, sobrinhos, pais e mães” (LIMA apud XAVIER, 2012, p. 310). Eni Samara e Carlos Lima indicam que os

agregados também são migrantes e, nesse contexto, as terras de Lages são uma possibilidade de chegar e trabalhar em terras de terceiros e talvez tornar-se proprietário.

Já Leandro Braga Andrade, ao se referir aos agregados que viviam em engenhos em Minas Gerais, destaca que eram homens pobres e “dependentes dos grandes proprietários que trabalhavam no funcionamento da unidade produtiva, ou seja, em geral estavam ligados a serviços manuais, transporte e administração das fazendas”⁵⁹⁰.

O agregado era geralmente um trabalhador livre pobre com dificuldade de acesso à terra, que estabelecia relações de reciprocidade com o proprietário, enquanto vivia em um espaço que não lhe pertencia. Nessa região de fronteira aberta, os agregados viviam em um estado transitório: enquanto muitos viviam em terras de estranhos, outros eram agregados em terras de sua família⁵⁹¹, mas sua condição podia ser transitória e aberta à ascensão social. Deixar de ser agregado não dependia exclusivamente do desejo de quem estava nessa condição, afinal, ser agregado também poderia ser uma estratégia de sobrevivência. De qualquer maneira, é notável como a categoria de *agregados* é plural, indo desde trabalhadores rurais (alguns ex-escravos), até famílias que ocupavam terras de outros para plantar e criar. O interesse na manutenção de agregados certamente baseava-se na necessidade de mão de obra e de defesa, e no aumento de moradores dependentes nos *fogos*, o que conseqüentemente reforçava a posição hierárquica destes proprietários.

As listas nominativas nos informam sobre os indivíduos que vivem em cada fogo. Entre eles, estão os agregados, que são homens livres brancos e não brancos. Como o pardo Vicente Rodrigues de Athaydes, que chegou escravo, tornou-se liberto e, antes de ser proprietário de uma venda, havia sido agregado; ou o português Nicolau de Lis, que, após casar-se com a filha do capitão Joaquim Jose Pereira, se tornou agregado do sogro – assim tantos outros, inclusive escravos, ao se tornarem forros ou libertos, passavam pelo mundo dos agregados. *A priori*, é possível perceber que uma característica dos agregados é a grande mobilidade espacial, talvez por serem trabalhadores livres e moradores de terra alheia.

No contato com as fontes de época, é visível a efetiva e numerosa presença dos agregados em Lages. Para identificá-los separadamente dos demais livres, a metodologia será a contagem nas listas nominativas dos fogos com agregados, lembrando que nas listas temos três categorias:

⁵⁹⁰ ANDRADE. In: **Anais do XIII Seminário sobre a economia mineira**. 2008, p.8.

⁵⁹¹ No conceito de agregado, Márcia Motta afirma que ele “é um trabalhador livre que mora nas terras do proprietário, mas não faz parte da família nem do quadro de trabalhadores” (MOTTA, 2010, p. 20). Ainda de acordo com Motta, por não ser uma mercadoria, sua condição era precária e incerta, e mesmo sendo livre é pobre. Motta construiu esse conceito a partir de: FRANCO, 1997; e MARTINS, 1979.

os chefes e seus familiares (cônjuges e filhos), agregados (eventualmente parentes, como filhos casados, netos) e escravos. Assim, optamos por mapear através de amostragem os agregados nos intervalos de tempo de 1798, 1803, 1810 e 1818.

Tabela 17 – Agregados 1798 a 1818.

Anos	Nº fogos c/ agreg.	Cor dos prop. dos fogos c/ agregados			Cor dos agregados			Sexo dos agregados		Total agreg.	Total livres	% agreg.
		Br	Pa	N	Br	Pa	N	M	F			
1798	46	29	13	04	52*	74	11	81	56	137	437	31,35
1803	47	29	16	02	39**	48	19	68	38	106	492	21,54
1810	39	30	08	01	37***	26	10	42	31	73	489	14,93
1818	46	28	17	01	38	89	30	76	81	127	744	17,07

Fonte: AESP: Maços de Populações. Lages 1776-1818. Ordem C00226.

*16 são gentios. **19 são gentios. ***08 são gentios.

A partir dos números extraídos das descrições realizadas pelos recenseadores e presentes na tabela anterior, é possível perceber que, nas duas décadas após o início ‘oficial’ do povoamento (1798), os agregados representavam uma parcela significativa entre a população, mas que não se manteve, pois a quantidade de indivíduos que viviam na condição de agregado diminuiu entre os anos de 1798 e 1818.

A cor dos indivíduos não foi o único fator para definir sua condição, visto que brancos, pardos e negros foram agregados e ao mesmo tempo também eram descritos proprietários de fogos. A cor predominante dos proprietários dos fogos com agregados é a branca, já a cor parda predomina entre os agregados: em 1798, 54% dos agregados eram pardos; em 1803, eram 45,2%; em 1810, somavam 35,6%; e em 1818, aumentaram para 70%. Com relação à cor dos proprietários dos fogos com agregados, em 1798 e 1803, aproximam-se dos 62% de brancos; em 1810, 76,9%; e em 1818, os brancos são 60,8%.

No gráfico 5 – “fogos com escravos” –, apresentamos o total de fogos recenseados em Lages e, cruzando os números do total de fogos com os que possuem agregados, temos os seguintes percentuais: 56% dos fogos em 1798 contavam com a mão de obra agregada; em 1803, esse número diminuiu para 47,4%; nos anos 1810 e 1818, eram de 31%. Isso demonstra que a presença de agregados, assim como a de escravos nas propriedades, era concreta e possibilitava aos proprietários, com ou sem recursos para a aquisição de cativos, contar com auxílio daqueles para a realização de atividades na agricultura, na pecuária e certamente também nas domésticas.

Na vila de Lages, a regra não era ser proprietário branco com agregados de cor, ou ser pardo e seus agregados serem somente pardos ou negros. Mesmo não existindo uma regra que definisse quem era agregado de quem, havia hierarquia na agregação no que diz respeito a não existência de agregados brancos em fogos de negros. Mas também é possível indicar que a agregação não seguia um rígido padrão horizontal, indicando assim, mobilidade. Para melhor entender a composição da cor dos agregados e dos proprietários nas propriedades/fogos, examinamos os dados dos anos de 1798 e 1818, datas respectivamente do início e fim dos registros nas listas com as categorias separadas.

Em 1798, nas 29 propriedades cujos proprietários foram nominados brancos, estão distribuídos 45 agregados brancos, 30 pardos e 5 negros. Nas treze propriedades com proprietários pardos, estão dispostos 8 agregados brancos, 29 pardos e 6 negros. E para as quatro propriedades em que seus proprietários eram negros, temos 15 agregados pardos distribuídos⁵⁹².

Em 1818, nas 28 propriedades em que o chefe é branco, estão distribuídos 30 agregados brancos, 56 pardos e 19 negros. Para as dezessete propriedades em que seus chefes eram pardos, há 8 agregados brancos, 30 pardos e 11 negros. Já para a única propriedade com o chefe do fogo negro, temos 3 agregados pardos⁵⁹³.

Ao observarmos a cor dos agregados e dos proprietários, é plausível afirmarmos que a cor não foi um elemento definidor do lugar dos indivíduos na composição das categorias sociais na sociedade em Lages. Mas isso não significa igualdade, pois as principais funções na administração e nos cargos militares eram ocupadas por brancos. Cabe enfatizar que, enquanto entre os cativos havia maior quantidade deles identificados como negros, entre os agregados eles são em menor número, e o contrário ocorre com os pardos, o que indica também que a aproximação do mundo dos brancos era mais fácil ou facilitada aos pardos do que aos negros, ou que o afastamento do cativo e a aproximação do *mundo branco* empardecia antes de embranquecer as pessoas. Roberto Guedes, ao realizar a classificação por cor em Porto Feliz no século XIX, “[...] observa que ao acréscimo de pretos ou negros correspondia a diminuição de pardos entre os cativos. Ao mesmo tempo em que quase se esvaía para designar escravo, o termo pardo passou a ser atribuído, sobretudo, à condição de agregado, descendentes de escravos”⁵⁹⁴. Assim como em Porto Feliz, em Lages a cor parda é presente entre os livres, e neste caso ela

⁵⁹² AESP: Maços de Populações. Lages 1776-1818. Ordem C00226. Ano de 1798.

⁵⁹³ AESP: Maços de Populações. Lages 1776-1818. Ordem C00226. Ano de 1818.

⁵⁹⁴ GUEDES, 2007. p. 490.

possuiu maior representação entre os agregados, indicando uma ancestralidade negra, mas, acima de tudo, escrava.

O número de indivíduos agregados na vila ao longo do período não foi o mesmo. Em 1798, eles eram 31,3% do total, destes 18,5% de homens e 12,8% de mulheres. Em 1803, passaram para 21,5%, e os homens eram 13,8% e as mulheres 7,7%. Em 1810 diminuiu para 14,9%, e 8,5% eram homens e 6,4% eram mulheres. E em 1818, aumentaram para 18%, sendo 11% de homens e 7% de mulheres. A população agregada na vila superava a cativa, enquanto a população cativa era superior a 10%, a população agregada, apesar das oscilações, foi superior a 18%. Ao separarmos os agregados por gênero, temos um percentual maior de homens. Isso demonstra que se agregar era mais fácil ao sexo masculino.

Nos anos observados, mais de 30% dos fogos possuíam agregados, e o número de indivíduos agregados variava entre um e seis. Muitos proprietários não dispunham de recursos para aquisição da mão de obra cativa, e em alguns momentos contavam com a mão de obra agregada, outros reuniam em suas propriedades cativos e agregados. Para Cacilda Machado, “embora a prática da agregação não possa ser caracterizada exclusivamente como um sistema de arregimentação de mão-de-obra, para alguns escravistas, [...] esses indivíduos livres, quando agregados a seus domicílios, podiam se constituir em força de trabalho complementar”⁵⁹⁵. Os agregados, apesar da mobilidade espacial e social, eram mão de obra nas propriedades de subsistência e nas fazendas.

Entre os agregados brancos, estão homens e mulheres indígenas. Nas listas, o nome cristão do agregado vem acompanhado dos termos “gentio”, “gentios da terra” ou “bugres” e sua cor sempre é branca. O ano com maior incidência é 1803, quando 48% dos agregados brancos eram *gentios*. Entre eles, há predomínio de mulheres na faixa etária de 7 a 15 anos, somando em torno de 65%. Em 1803, dos quatro agregados do capitão Bento do Amaral Gurgel, três eram *gentios*, e um dado nos chama a atenção: ao lado do nome Joaquim *gentio*, o capitão escreveu: “apreendido na invasão dos mesmos”⁵⁹⁶. Joaquim consta na lista dos agregados do capitão-mor entre os anos de 1799 e 1805, mas somente em 1803 houve a descrição. Em 1799, Joaquim possuía 8 anos, isso significa que foi ‘apreendido’ criança. Depois de 1805 não localizamos mais Joaquim, isso pode significar que ‘fugiu’ retornando para sua família, ou morreu. A descrição do

⁵⁹⁵ MACHADO, 2008. p. 56.

⁵⁹⁶ AESP: Maços de Populações. Lages 1776-1818. Ordem C00226. Ano 1803, fogo n. 01.

capitão-mor deixa claro que, entre os agregados *gentios*, havia os que foram forçados, após as capturas ou ‘guerras justas’, a se tornarem mão de obra nas propriedades.

Beatriz Mamigonian escreve sobre as diferentes formas de trabalho compulsório para os indígenas no século XIX, e aqui destacamos duas: “Índios não-aldeados podiam estar sujeitos a contratos firmados pelos juizes dos órfãos, as autoridades responsáveis por todos aqueles considerados incapazes de autodeterminação [...]. Índios prisioneiros de guerra serviam compulsoriamente a seus captores por 15 anos” (MAMIGONIAN apud FLORENTINO, 2005, p. 409).

Como o maior número de agregados indígenas é de crianças e adolescentes, certamente o juiz dos órfãos da vila fazia valer da incapacidade que tinham sobre si. Um dado que corrobora para isso é o de que 80% deles viviam em fazendas, cujos proprietários eram homens com títulos militares e *bons*, portanto, influentes, o que lhes garantia receber e ser responsável pelos incapazes. Em Lages, o convívio entre os colonos e os indígenas nunca foi pacífico. Os atritos com indígenas eram constantes, como já descrito em capítulo anterior, e isso podia facilitar o seu aprisionamento, especialmente o de crianças, e sua posterior utilização no trabalho nas lavouras.

Entre os indígenas agregados, mais de 60% eram do sexo feminino. Temos duas hipóteses para a preferência por meninas: o fato de representarem menor resistência no momento da captura, e a adaptação ao mundo ‘civilizado’ dos não indígenas, ou seja, deveria ser mais fácil vigiar uma criança do sexo feminino e garantir sua permanência junto à nova família e futuramente casá-la. Para a segunda hipótese, observamos nas listas o tempo que meninos e meninas ficavam agregados na mesma família: as do sexo feminino ficam mais tempo nessa condição do que as do sexo oposto.

Sobre os adultos *gentios* agregados, não é possível acompanhar a maioria das trajetórias, visto que mudam constantemente e principalmente desaparecem dos registros. Na fazenda do tenente e juiz dos órfãos Balthazar Joaquim de Oliveira, natural de Paranaíba, casado com Maria Joaquina de Lages, encontramos um casal misto, João Benguela e Clara *gentia* – ele, escravo negro; ela, agregada branca. Ambos constam nessas condições de 1798⁵⁹⁷ a 1805. Em 1806, o casal está na mesma categoria, ambos foram nominados escravos, e Clara continua branca. Em 1807, Clara volta a ser agregada e seu nome é seguido pelo termo *bugra*, e João continua escravo. Em 1810, Clara, com 25 anos, volta a ter seu nome seguido pelo termo *gentio* e possuiu

⁵⁹⁷ Nesse ano, Clara possui 12 anos; e João, 25 anos.

3 filhos pardos: Maria, de 8 anos; Antonio, com 5 anos; e Claro de 2 anos. A partir desse ano João não consta mais nas listas. Em 1811, os agregados são somente os filhos de Clara e João⁵⁹⁸.

João Benguela e Clara *gentia* foram nominados como casados, mas não encontramos nas fontes paroquiais o registro de seu matrimônio – todavia, os registros de batismo de seus filhos afirmam a existência da união⁵⁹⁹. É possível que, além do caso citado, outras uniões entre agregadas indígenas e escravos da casa tenham ocorrido; assim os senhores podiam escravizar os filhos dessas uniões.

No registro do filho Claro, o padre designa Clara como “administrada”, termo que não aparece nas listas. Esse termo designa a obrigação de prestar serviço pessoal a um colono. No período colonial, os indígenas eram tutelados por não serem considerados aptos a administrar a si mesmos, assim descaracterizava-se a sua escravidão. O escravo africano João e a *gentia* Clara foram incorporados ao mundo dos católicos; para além da catequização, receberam nomes cristãos, foram batizados, casados e apadrinhados. Isso pode indicar um distanciamento, especialmente de Clara e de outros *gentios* transformados em agregados, com suas comunidades anteriores⁶⁰⁰.

Houve relações interétnicas⁶⁰¹, e destas, os filhos de Clara e João, que foram nomeados pardos, assim como tantos outros habitantes dessa vila. As crianças dessa união exemplificam que a mestiçagem da região pode ter sido estimulada pelas relações entre *gentios* e escravos. Todavia, sabemos que não havia um padrão para classificar a cor de uma pessoa, mas a presença de *gentias*, entre os agregados, e os filhos nascidos, quer uniões com negros, quer das com brancos, propiciaram ainda mais a mestiçagem, que certamente não foi só de cor, mas cultural.

A proximidade entre agregados e escravos, no que diz respeito a uniões matrimoniais, não foi frequente: representa, ao longo dos 20 anos que mapeamos nas listas, em torno de 10%. Entre estes, tivemos o casal Francisco Martins dos Santos, pardo, liberto e agregado, com a escrava Maria africana, que viveu por um longo período na propriedade do capitão Bento do

⁵⁹⁸ AESP: Maços de Populações. Lages 1776-1818. Ordem C00226. Ano 1798, fogo n. 04; 1799, fogo n. 05; 1803, fogo n. 15; 1806, fogo n. 09; 1807, fogo n. 19; 1808, fogo n. 19; 1810, fogo n. 15; 1811, fogo n. 12.

⁵⁹⁹ Em 10 de maio de 1801, foi batizada Maria, filha de Clara, *gentia*, e do escravo João, pertencente a Balthazar Joaquim de Oliveira. Foram padrinhos Maria Joaquina e Floriano. Padre: Manoel Muniz Lima. (PNSPL: Livro de batismo nº2, s/p). Em 20 de agosto de 1805, foi batizado Antonio, filho da bugra Clara e do escravo João, pertencente a Balthazar Joaquim de Oliveira. Foram padrinhos a parda forra Ignacia e Marcelo Pinto. Padre: Francisco José de França (PNSPL: Livro de batismo, nº 2, s/fls). Em 28 de maio de 1809, foi batizado Claro, filho de Clara, administrada, e do João, pertencente a Balthazar Joaquim de Oliveira. Foram padrinhos Joaquim Antonio e Bernardina. Padre: Antonio Rodrigues Chaves Mariano (PNSPL: Livro de batismo, nº 3, s/fls).

⁶⁰⁰ Sobre indígenas administrados por paulistas, consultar: MONTEIRO, 1994.

⁶⁰¹ Para exemplificar, nos anos de 1808 e 1810, na fazenda do mulato Manoel de Barros, entre os agregados, estão Pascoal, índio, branco, e sua esposa, Joana, parda. Em 1808, ele com 22 anos e ela com 14 anos.

Amaral Gurgel. O casal de negros Domingos Correa, forro, natural de Minas Gerais, agregado e a escrava crioula Anna vivia na propriedade de Antonio de Araújo França e de sua esposa Isabel Rodrigues, ambos brancos e naturais de Santo Antonio da Lapa. Na propriedade, cultivavam-se milho, feijão e trigo. Domingos e Anna foram relacionados entre os anos de 1803 e 1810, e sua condição jurídica não foi alterada, isto é, ele sempre apareceu registrado como agregado e casado com a escrava. Não foram listados filhos do casal, talvez em função da idade avançada de Anna, pois em 1803 possuía 43 anos, o que em certa medida dificultava a procriação⁶⁰². Domingos poderá ter chegado a esses campos já forro ou não, o fato é que se tornou agregado e viveu com uma escrava.

A união entre indivíduos desiguais poderia ser uma forma de o senhor conseguir manter a dependência do que era livre em relação a ele, isto é, os agregados livres casados com cativos não abandonariam sua família, e assim o proprietário teria a permanência daquela família em sua propriedade, o que garantiria a mão de obra. Os matrimônios entre indivíduos de condição jurídica diferente também mostra as concessões realizadas pelos senhores e as conquistas dos cativos. Paulo Moreira (2006, p. 228), ao analisar as famílias formadas por cativos e forros, aponta que “era parte das políticas de dominação senhorial barganhar com a família escrava, mantendo a parte alforriada por perto, prestando serviços e obediência”.

Outro exemplo de casal de diferentes categorias ocorreu na fazenda do português Mateus José de Souza. Ali encontramos os pardos Faustino e Anna: em 1799, ambos eram escravos, Faustino com 37 anos e Anna com 38 anos. Em 1803, Anna passou a agregada e Faustino continuava escravo. Entre os anos de 1804 e 1806, ambos eram agregados; Anna é descrita como forra, e Faustino, como natural de Paranaguá. Entre 1807 e 1808, eles mudam novamente de categoria, e o que impressiona é que retornam a categoria de escravos, mesmo Anna sendo forra desde 1803 – certamente houve equívoco no registro. Em 1810, Ana volta à categoria de agregada e São Paulo é atribuída como local de seu nascimento; Faustino “está forro como agregado, natural do Rio de Janeiro”. Também nesse ano o agregado pardo José, com 24 anos, que está presente nas listas anteriores, é identificado como filho do casal. Em 1811, incluiu-se entre os agregados outra filha do casal, Josefa, com 12 anos, e Faustino está ausente.

Em 1818, Faustino Alves dos Santos, 62 anos; sua esposa, Anna, 70 anos; e seu filho, Jose Antonio, 46 anos, solteiro e natural de Curitiba, vivem em uma das propriedades, localizada

⁶⁰² AESP: Maços de Populações. Lages 1776-1818. Ordem C00226. Ano 1803, fogo n. 22, 1805, fogo n. 20, 1806, fogo n. 23, 1807, fogo n. 56 e 1810, fogo n. 39. Em 1803, Anna possuía 43 anos; e Domingos, 42 anos.

no bairro Costa da Serra, de Mateus José de Souza, criando animais, e Faustino volta a ser natural de Paranaguá⁶⁰³. É possível afirmar que Faustino, Anna e seu filho José chegaram escravos, passaram a agregados, isto é, livres, mas retornaram à escravidão para depois voltar à liberdade. Faustino aparece como forro uma única vez: teria Mateus José de Souza prometido liberdade, e os recenseadores entenderam que a família de Faustino era agregada? Ou não houve relação de reciprocidade? É notório que recenseadores e proprietários não registravam a realidade com exatidão, basta observar o local de nascimento de Faustino; também muitos senhores faziam promessas de liberdade e concediam cartas de alforria condicionadas. A história de Faustino e Anna é cercada por transições, mas os interstícios do porquê das mudanças de categorias não conseguimos desvelar.

A hierarquia social existente na sociedade lageana produziu e permitiu fendas que propiciaram mobilidade social. O caso de Faustino e Anna está inserido numa sociedade marcada pelo Antigo Regime, onde “alguma mobilidade começava, desde logo, por ser impossível” (HESPANHA, 2006, p. 122), pois estes indivíduos não pertenciam ao mundo das *mercês*. No entanto, na vila de Lages para alguns indivíduos a mobilidade social ocorreu na contramão das hierarquias sociais instituídas pelo Antigo Regime. A experiência destes homens pobres libertos pode ser compreendida pela sua inserção social, sem esquecer as especificidades de seus condicionantes históricos.

4.2.1 De agregados a proprietários

Para além da dependência pessoal e econômica em relação a um proprietário de terra, o agregado é caracterizado pela mobilidade espacial, e, em alguns casos, também econômica e social. Destaca-se que, em Lages, os agregados estavam em propriedades de diferentes extensões, tipos de produção e quantidades e criação. Escrevemos anteriormente sobre o senhor pobre José do Amaral Gurgel e citamos que ele, em um determinado período, possuiu agregados. Entre seus agregados, estava André Guerreiro. Vamos nos valer da história de André Guerreiro para mostrar que a condição de agregado não era de permanência, mas podia ser de

⁶⁰³ AESP: Maços de Populações. Lages 1776-1818. Ordem C00226. Ano 1799, fogo n. 8, Ano 1803, fogo n. 67, 1804, fogo n. 56, 1805, fogo n. 54, 1807, fogo n. 122, 1808, fogo n. 139, 1810, fogo n. 107, 1811, fogo n. 98, 1818, fogo n. 136.

possibilidades e transitória. Outro dado importante é que André Guerreiro era casado com a filha de José do Amaral Gurgel, indicando a agregação de parentes, neste caso a filha e netos.

Em 1796⁶⁰⁴, José do Amaral declarou a seu irmão e recenseador, o capitão Bento do Amaral, que em sua propriedade residia como agregado André Guerreiro, branco, natural da Ilha de Santa Catarina, com 32 anos, casado com Florinda do Amaral Gurgel, branca, natural da vila de Lages, com 16 anos. O casal possuía uma filha, Maria, de 3 anos. Permaneceram agregados na propriedade do sogro até 1798, e neste intervalo a família Guerreiro aumentou, com o nascimento de Manoel. Em 1803, André Guerreiro mudou-se, tornando-se capataz da fazenda do senhor Manoel de Araújo Gomes⁶⁰⁵, onde vivia com sua família (esposa e filhos). Na fazenda, criavam-se animais e havia uma produção agrícola para subsistência, e a mão de obra administrada por André Guerreiro era formada por 7 cativos homens. Em 1805, André Guerreiro é depositário da fazenda do falecido Manoel de Araújo, onde permaneciam os animais e os escravos, e possuía agora seus próprios animais. Na sequência, recebeu patente militar e passou a ser capitão das milícias⁶⁰⁶. Em 1807, vivia com sua família em sua propriedade, criando animais. Em 1811, “vive de comprar tropas e dispor nesta vila, tem animais e rebanho de ovelhas” e o casal possui 8 filhos. Reencontramos André Guerreiro na lista de proprietários de 1820, com uma “fazenda denominada Costa do Pelotas Grande, que obteve por devolutas e está povoada por animais cavalares, e teriam de testada uma légua e três de fundo”. Sua propriedade localizava-se no bairro Amola Facas e, como indicado, ele a ocupou e depois registrou-a⁶⁰⁷.

Como as terras estavam à disposição para novos moradores, ele levou seus animais e delimitou uma propriedade para viver com sua família, e através de relações pessoais, especialmente os laços familiares, pois era casado⁶⁰⁸ com a sobrinha do capitão-mor, obteve autorização da câmara da vila e registrou-a. Assim conseguiu inserir-se na *boa* sociedade de

⁶⁰⁴ AESP: Maços de Populações. Lages 1776-1818. Ordem C00226. Ano 1796, fogo n. 14.

⁶⁰⁵ Nas listas nominativas, a fazenda de Manoel de Araújo Gomes sempre é habitada por ele, escravos e agregados. Era natural do Rio de Janeiro. Em 1805, é informada sua morte na lista nominativa. Sua propriedade foi adquirida através de compra e consta nos documentos acerca dos limites das primeiras sesmarias.

⁶⁰⁶ Em 20 de março de 1806, o governador da capitania de São Paulo, Antônio José de Franca e Horta, nomeou André Guerreiro para o posto de capitão de Cavalaria Miliciania agregada ao Regimento de Curitiba, na vila de Lages. A nomeação ocorreu em virtude do falecimento de Joaquim de Oliveira Annes, que exercia o posto. Uma das funções do cargo era comandar ataques aos indígenas. Fonte: AESP, nº de ordem 372, Lº nº 32 de Patentes, Sesmarias, Patentes e Provisões, fls. 176-v.

⁶⁰⁷ AESP: Maços de Populações. Lages 1776-1818. Ordem C00226. Ano 1798 fogo n 06; 1803 fogo n. 94; 1805 fogo n. 73; 1807 fogo n. 52; 1811 fogo n. 7; 1820 propriedade nº 20.

⁶⁰⁸ André Guerreiro de Aboim e Florinda do Amaral Gurgel casaram-se às 16h do dia 29 de janeiro de 1793, na igreja matriz de Lages. As testemunhas foram o sargento-mor Joaquim José Monteiro e o capitão-mor Bento do Amaral Gurgel. Registro realizado pelo vigário Manoel Fernandes da Cruz. Fonte: PNSPL: Livro de matrimônios, nº 1, fls. 12.

Lages, e gradativamente foi alterando sua condição social e econômica. O exemplo está na indicação do capitão-mor ao governador de São Paulo para que ele recebesse carta patente, e assim se constituísse legitimamente em um homem de confiança do capitão-mor. Segundo Sheila de Castro Faria (1998, p. 207), “a brancura da pele, a existência de fortuna anterior e parentes próximos ricos podem definir um lugar social melhor do que teriam, caso somente a fortuna individual fosse considerada”. André Guerreiro, homem livre pobre, que chegou a Lages sem recursos, transformou-se em senhor de terra e capitão de milícia.

O casal João Esteves e Anna Maria de Barros foi agregado do fazendeiro mulato Manoel de Barros entre os anos de 1790 e 1792⁶⁰⁹. Quatro anos depois, em 8 de novembro de 1796, foi realizado o inventário de João Esteves. O juiz dos órfãos sargento-mor Manoel Rodrigues de Athaydes compareceu “em casa de morada de Manoel de Barros para proceder ao inventário”. Em 28 de novembro do mesmo ano, “os avaliadores Matheus José de Souza e Guilherme Antonio de Athaydes em casa e sítio da viúva e cabeça do casal Anna Maria de Barros apresentaram todos os bens”. A inventariante declarou que João Esteves deixou uma filha órfã, Joana, de 10 anos. O juiz dos órfãos nomeou como curador e tutor de Joana o mulato Manoel de Barros. Entre os bens inventariados, estão um rancho (4\$000 réis), 2 vacas (8\$000 réis), 2 bois de ano (1\$760 réis), 2 bois de dois anos (3\$520 réis), 6 éguas mansas (24\$000 réis), 2 cavalos mansos (8\$000 réis), 9 potros e éguas xucras (18\$000 réis), 8 potrinhos de ano (8\$000 réis), 8 vacas com cria (32\$000 réis), 25 vacas (75\$000 réis), 7 novilhos (14\$000 réis), 9 terneiros (7\$920 réis) e mais alguns utensílios e peças de roupas, totalizando 478\$440 (quatrocentos e setenta e oito mil e quatrocentos e quarenta réis). Desse valor, 14\$000 réis foram pagos ao vigário pelas custas do enterro; e 204\$000 réis, direcionados para o pagamento das dívidas. O restante foi dividido entre a viúva e a filha. Não localizamos mais a viúva e sua filha entre os habitantes de Lages.

De agregados tornaram-se proprietários de um sítio e animais, o que possivelmente garantiu a Anna Maria de Barros e sua filha uma melhor situação econômica após a morte do chefe do domicílio. Pois, com a herança recebida, Anna Maria e Joana não retornariam à condição de agregados, e os bens poderiam garantir um segundo casamento à jovem viúva (25 anos), com um homem de igual ou superior *status*, e o mesmo poderia acontecer com a filha. Não há a nominação da cor e da origem dessa família em nenhuma das fontes, mas certamente

⁶⁰⁹ AESP: Maços de Populações. Lages 1776-1818. Ordem C00226. Ano de 1790, fogo n. 28. Ano 1791, fogo n. 56. Ano 1792, fogo n. 30. Em 1791, Anna Maria possuía 19 anos; João, 25 anos; e a filha Joana, 3 anos. Em 1791, nasceu Manoel. Em 1792, mais um filho, Dizidério. De acordo com o inventário, somente Joana sobreviveu.

eram migrantes; Anna Maria possui o mesmo sobrenome do mulato Manoel, o que pode indicar que também era mulata e, quiçá, sua irmã.

Outro caso é o de dona Anacleta Maria da Conceição⁶¹⁰, falecida em 1832: agregada do senhor Claro Rodrigues de Athaydes, “deixou alguns bens de raiz”. Anacleta era casada com Manoel Bento, que se encontrava ausente há aproximadamente 20 anos; sabia-se que vivia na província de São Paulo, mas desconhecia-se o lugar exato. Era mãe de Manoel Joaquim e Manoel José Bento, maiores e residentes na vila de Lages. Seus bens foram inventariados pelo senhor Claro, e o valor total foi de 176\$040 réis. Na relação dos bens móveis, há uma casa, utensílios domésticos e de agricultura, roupas, calçados e animais. No inventário, mencionam-se, por exemplo, um machado velho, uma tigela, dois pratos, uma caneca, um par de botas, um par de sapatos, seis lenços usados, três vestidos, um arreio, um par de esporas, uma panela de ferro, duas colchas de algodão, uma rede, uma mesa. Sua residência, pela descrição, é precária: a casa era coberta de palha, os móveis e objetos de uso diário são poucos e todos velhos. Certamente possuía outros utensílios domésticos e mobiliários que eram de barro e/ou madeira, mas que não possuíam valor e, portanto, não foram listados. Os animais listados eram 2 porcos, 2 touros de quatro anos, 1 vaca com cria, 5 vacas, 2 novilhos, 4 touros de um ano, 1 cavalo manso, 1 égua com cria e xucra, 2 éguas mansas e 2 potros. Esses 22 animais eram os bens de maior valor, totalizando 91\$500 réis. Convertido em porcentagem, o valor dos animais avaliados representa 52% do valor total de seus bens. Dona Anacleta deixou três dívidas ativas: a primeira deveria ser paga a dona Felisbina no valor de 16\$000 réis, de um vestido; a segunda eram as despesas do funeral, de 10\$980 réis, para o senhor Claro Rodrigues de Athaydes; e a terceira era o pagamento de 5\$129 réis da missa, da recomendação, do caixão e da sepultura ao vigário João Vicente.

Percebe-se que as despesas com os ritos de morte foram cuidadosamente registradas no inventário. Com relação às despesas com funeral, para se ter um parâmetro do montante gasto, comparamos com valores de animais inventariados: cada touro de 4 anos foi avaliado em 5\$000 réis, e cada vaca, em 4\$500 réis; portanto, o senhor Claro gastou com o funeral de dona Anacleta o valor de mais de duas cabeças de animais. E o valor pago para o padre também é maior que o valor de um animal. O funeral, entre outros, compreende o preparo do morto (cortar cabelo, unhas, lavar, vestir), arrumar a casa para o velório e providenciar o enterro, atividade geralmente realizada por um parente masculino⁶¹¹.

⁶¹⁰ MTJSC: Cód.10, cx 55. Ano: 1833.

⁶¹¹ Sobre os ritos fúnebres domésticos, ver: REIS, 1991, p. 114-136.

O inventário de dona Anacleta só foi realizado porque seus filhos e herdeiros denunciaram ao juiz dos órfãos Bento Ribeiro de Córdova que os bens estavam em poder do senhor Claro Rodrigues de Atháides⁶¹², o qual impossibilitava os herdeiros de tê-los. Manoel Joaquim e Manoel José Bento precisaram provar ao juiz dos órfãos que tinham idade suficiente e capacidade para bem se reger e governar os bens da herança que lhes cabia. O proprietário senhor Claro participou de todo o processo e, em alguns momentos, testemunhou sua preocupação com o que “iria acontecer aos bens da finada”, isso porque durante os sete meses, desde a denúncia até a decisão final sobre a partilha, os bens se encontravam em sua propriedade, e seu desejo era que permanecessem lá, especialmente os animais. Quiçá o senhor Claro auxiliou dona Anacleta na aquisição de seus bens ou lhe pagava salários que possibilitassem obtê-los, e por isso os queria. Ao final, o juiz deliberou pela partilha entre os herdeiros, que ocorreria após o pagamento das dívidas ativas.

Para entendermos um pouco mais o espaço dos agregados, adentramos no inventário *post mortem* de dona Anacleta. A partir dos bens inventariados, é possível assegurar que a agregada era uma mulher de poucas posses, sua vestimenta era precária e o que tinha, como os objetos e utensílios de uso doméstico e para o trabalho na agricultura, foram descritos como “velhos”. Por outro lado, apesar de viver sem marido em terras alheias, conseguiu deixar um pequeno espólio aos filhos, e isso representava autonomia e possibilidades dentro dos limites de ser agregado.

Sobre o pequeno espólio legado, como já citamos, houve disputa entre o proprietário das terras e os filhos de dona Anacleta. Apesar de seus filhos fazerem parte dos pobres livres da vila, indispuseram-se judicialmente com um senhor de terras ao exigir a herança. A denúncia foi realizada em 9 de janeiro de 1833, depois de passados 30 dias do falecimento. Isso pode significar que anteriormente houve contato entre o senhor Claro e os herdeiros, ou que simplesmente os herdeiros foram ignorados. O fato é que, numa sociedade estratificada e escravista, a condição de *inferiores* dos herdeiros não impossibilitou que requeressem o que lhes pertencia.

O capitão Joaquim José Pereira, como descrito anteriormente, além de possuir a maior escravaria da vila, também contou com o auxílio da mão de obra agregada. Entre os anos de

⁶¹² Na introdução deste trabalho, mostramos brevemente a história do pardo forro Vicente Rodrigues de Atháides. Claro Rodrigues de Athaydes é o quarto filho de Vicente e de sua esposa, Maria da Conceição. Então, Claro é pardo e filho de forro, e seus pais também foram agregados. Porém, quando ele nasceu (em 1796), seus pais já possuíam seu domicílio e seu negócio de compra e venda.

1807 e 1808, entre os agregados do capitão, estava a parda Maria Pereira⁶¹³, casada e marido ausente. Em agosto de 1809, Maria Pereira morreu. Consta, em seu registro de óbito⁶¹⁴, Maria como *administrada*⁶¹⁵ do capitão. E em 23 de agosto do mesmo ano foi realizado o inventário da parda Maria Pereira, que “por seu falecimento deixou vários bens, como animais vacuns, cavалares, uma sorte de campos de fazenda, uma escrava e outras miudezas dentro de sua casa”⁶¹⁶. Os bens inventariados foram a escrava Inocência, de 20 anos⁶¹⁷, uns campos de fazenda⁶¹⁸ com escritura localizados no bairro Caveiras Acima, uma casa de capim com 4 portas e 1 janela, 4 cavalos, 3 éguas mansas, 13 éguas xucras, 4 vacas mansas, 4 novilhas, 3 bois, 2 mulas, 20 ovelhas, 1 burro, 1 novilho, 14 animais nas terras do capitão Joaquim José Pereira e mais: roupas, utensílios domésticos e ferramentas. Os valores dos bens não constam no inventário, pois este se encontra incompleto; no entanto, é possível considerar que Maria, além de ser senhora de uma cativa, possuía um rebanho diversificado e significativo.

O padre, ao registrar Maria Pereira como *administrada*, talvez quisesse evidenciar a relação de dependência que existia entre Maria e o capitão. Pois, Maria havia sido agregada e realizou negócios com o capitão. E, mesmo possuindo seus próprios campos de fazenda, parte de seus animais estavam em uma fazenda do capitão. Maria era parda livre e, apesar de constar casada nas listas, no registro de compra da escrava Inocência e dos campos de fazenda, seu marido não é citado, isto é, as compras foram realizadas por ela, bem como essas propriedades estavam em seu nome.

Laura de Mello e Souza, ao pesquisar os protagonistas da miséria, ou seja, os pobres livres em Minas Gerais na segunda metade do século XVIII, afirma:

Morando mal, comendo pessimamente e vestindo pior ainda, os homens livres pobres viviam costeando a desclassificação, constantemente empurrados para ela pelo sistema

⁶¹³ AESP: Maços de Populações. Lages 1776-1818. Ordem C00226. Ano de 1807, fogo n. 14. Ano de 1808, fogo n. 15. Em 1807, Maria possuía 41 anos.

⁶¹⁴ Conforme registro de óbito, morreu em 19 de agosto de 1809, com 40 anos mais ou menos. Foi enterrada debaixo do coro, com todos os sacramentos. PNSPL: Livro de óbitos, n. 2, fls 26. Realizado pelo padre Francisco José de França.

⁶¹⁵ “[...] exercer pleno controle sobre a pessoa e propriedade dos mesmos sem que isso fosse caracterizado juridicamente como escravidão” (MONTEIRO, 1994, p. 137).

⁶¹⁶ Inventário de Maria Pereira. MTJSC: Cód. 10, cx 55. O inventário foi solicitado por sua filha legítima, Maria Pereira, e seu marido, Pedro Muniz, herdeiros.

⁶¹⁷ Consta no inventário que Inocência foi vendida pelo capitão Joaquim José Pereira a Maria Pereira em 01 de dezembro de 1800, pelo valor de 51\$200 réis. Inocência era filha da escrava Mariana, e do mesmo capitão. Entre as testemunhas citadas na escritura de compra e venda de Inocência, está o pardo Vicente Rodrigues de Atháides. Apesar de a escritura ter sido realizada em 1800, a escrava já se encontrava com o casal desde 1797. No entanto, em 1798, Inocência também foi nominada como escrava do capitão Joaquim.

⁶¹⁸ Conforme descrito no inventário *post mortem*, a propriedade foi adquirida do capitão José Joaquim Pereira, e a escritura foi realizada no ano de 1806.

econômico e pelas violentas superestruturas de poder. [...]. Imbricavam-se numa formação social cujos parâmetros básicos eram ditados pelo escravismo, e mantinham uma relação contraditória de incorporação e exclusão. Tomados frequentemente como elementos avulsos, desarticulados, os desclassificados realmente não o deixaram de ser, tendo-se em vista uma sociedade fortemente estratificada nos extremos (SOUZA, 1986, p. 147).

Os agregados estudados em Lages estão em uma região que não é caracterizada pelo latifúndio exportador, mas sim um espaço que começou a ser ocupado por bandeiras depois da metade do século XVIII. O conceito de “desclassificado” associado a “pobre livre” enfatizado pela autora não representa os agregados da vila de Lages, pois, mesmo que o tempo histórico seja próximo, estamos tratando de contextos regionais diferentes. A análise aqui realizada certamente é restrita, mas refere-se a uma vila onde a população livre sempre foi superior à de escravos; e, entre os livres, o percentual de pobres, unindo pequenos proprietários, que produziam para a subsistência, com os agregados, era de proporção significativa entre a população nas décadas finais do século XVIII e as iniciais do XIX. Concordamos com Hebe Mattos, que afirma, em sua pesquisa sobre os pobres livres no município de Capivary na segunda metade do⁶¹⁹ século XIX: “Pobres mas não despossuídos, pois, mesmo quando sem terras ou escravos, conseguiam prover sua subsistência com o resultado de sua lavoura” (MATTOS, 2009, p. 72).

Pela amostragem citada, os agregados em Lages tinham mobilidade e, geralmente, *para cima e não para baixo*, de agregados a proprietários de terras – ou no caso da Anacleta proprietária de bens; ou ainda, como no caso de Faustino e Anna, de escravos a agregados.

Entre os agregados, havia diferentes formas de prover a sobrevivência. Nas listas não encontramos o termo “lavradores” ou “roceiros” para os agregados, mas outras denominações. Eram especializações, isto é, alguns eram profissionais que desenvolviam atividades na seda da vila, outros recebiam pelo trabalho realizado, e havia ainda os que lidavam com animais. Os administradores locais responsáveis pelo recenseamento indicaram cinco classificações aos agregados: jornaleiro, domador, carpinteiro, sapateiro e vive de salários. Utilizando o mesmo intervalo de tempo da tabela anterior, em 1798, entre os agregados, 15 eram jornaleiros, 2 domadores, 3 carpinteiros, 1 sapateiro e 12 recebiam salários; em 1803, apenas nomearam a existência de 1 carpinteiro; em 1810, utilizaram somente o termo “agregado”; em 1818, eram 16 com salários⁶²⁰. Percebesse que os recenseadores não estavam preocupados em registrar a função

⁶¹⁹ Não vamos adentrar na discussão da legislação da terra depois de 1850.

⁶²⁰ AESP: Maços de Populações. Lages 1776-1818. Ordem C00226. Anos 1798, 1803, 1810 e 1818.

ou atividade desenvolvida por cada indivíduo; certamente outros agregados desempenhavam essas mesmas atividades ou outras. As mulheres foram listadas entre os que recebiam salário; nas demais especializações, foram nominados somente homens.

A abundância de terras livres atraía homens, que migravam de diferentes locais do Brasil; mas não vieram somente os que já tinham títulos de sesmarias, também os que possuíam relações pessoais com colonos já instalados aqui, ou com condições de chegar e adquirir terra. Muitos chegaram até essa fronteira na expectativa de se tornarem proprietários. A partir do censo de 1803, foi registrado o local de nascimento dos agregados.

Utilizaremos os intervalos de 1803, 1810 e 1818 para mapear os locais de nascimento registrados para os agregados. Em 1803, são 106 agregados com seu local de nascimento registrado: 94 eram nascidos em Lages, 5 em Curitiba, 3 em Laguna, 2 em Viamão, 1 em Castro e 1 em Minas Gerais. Em 1810, dos 75 agregados, 34 nasceram em Lages, 9 em Curitiba, 6 em Laguna, 6 em São Paulo, 1 em Viamão, 1 em Minas Gerais, 1 em Paranaguá, 1 no Rio de Janeiro e 4 eram da África. Em 1818, dos 127 agregados recenseados, 31 haviam nascido em Lages, 9 em Curitiba, 3 em Laguna, 3 em Paranaguá, 3 na Lapa, 2 em São Paulo, 1 em Sorocaba, 1 em Minas Gerais e 1 no Rio de Janeiro⁶²¹. Nesses intervalos de tempo, os registrados como nascidos na vila representavam 51,62% entre os agregados – esse percentual indica que esses indivíduos eram netos ou filhos de migrantes.

Sobre os agregados africanos, no ano de 1810, foram elencados 4: Francisca da Costa da África, 71 anos, viúva; Maria da Guiné, 39 anos, solteira; Isabel Angola, 60 anos, solteira; e Antonio, Costa da África, 61 anos, solteiro⁶²². Chegaram ao Brasil através do tráfico atlântico de cativos no século XVIII; foram comercializados, mas não sabemos se foram adquiridos como escravos por senhores de Lages ou se já chegaram aqui forros, e passaram a sobreviver como agregados. Somente Francisca era agregada de fazendeiro; os demais viviam em propriedades de subsistência. Os proprietários das terras onde vivam Francisca, Isabel e Antonio eram pardos. Maria era a mais jovem dentre eles e vivia como agregada do senhor Boaventura de Oliveira, natural de Lisboa, 67 anos e solteiro, numa propriedade de subsistência, e é a única que reencontramos no ano de 1811 e na mesma propriedade⁶²³ –, os demais, provavelmente, em função da idade e das condições precárias de vida que levaram, estavam mortos. Como eram

⁶²¹ AESP: Maços de Populações. Lages 1776-1818. Ordem C00226. Anos 1803, 1810 e 1818.

⁶²² AESP: Maços de Populações. Lages 1776-1818. Ordem C00226. Ano 1810, fogo n. 30, 62, 91 e 102.

⁶²³ AESP: Maços de Populações. Lages 1776-1818. Ordem C00226. Ano 1811, fogo n. 93.

sujeitos livres, os recenseadores deveriam ter registrado os nomes completos, mas registraram-nos como se ainda fossem cativos.

Ser agregado, segundo Carlos Bacellar, era instalar-se ‘de favor’ em terras de outrem, e a agregação ocorria porque alguns indivíduos ou segmentos não conseguiam se estabelecer de forma autônoma⁶²⁴. Em Lages, a grande maioria dos agregados era pobre, não possuindo posições privilegiadas na sociedade; mas, assim como dona Anacleto, Maria Pereira, outros possivelmente eram proprietários de pequenas posses e almejavam ascensão social. E, ainda, a categoria de “agregados” em Lages era plural, indo desde trabalhadores rurais sem posses até famílias que ocupavam terras de outros para plantar e criar.

A agregação em Lages representa a possibilidade de mobilidade social para estes homens pobres livres e libertos. E ainda, estes indivíduos certamente criaram mecanismos e instrumentos próprios para sua inserção social, pois nesta *fronteira de oportunidades* agregar-se poderia ser a escalada de mais um degrau para o mundo dos proprietários.

⁶²⁴ BACELLAR. In: SILVA, 2001. p. 187-199.

Considerações Finais

A configuração agrária e social dos campos de Cima da Serra transformou-se a partir da criação da vila de Lages, em 1771. O espaço ‘desabitado’ deu lugar aos limites geográficos entre as capitânicas de São Paulo, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Formou-se um território cuja paisagem agrária era continuada pelos campos de Curitiba e Viamão. A combinação entre a pecuária e as lavouras de subsistência passou a caracterizar a paisagem rural. Em torno dessa paisagem – não exclusiva de grandes propriedades, pois havia um número significativo de pequenas e médias propriedades –, ocorreu a (re)construção de uma sociedade do interior do Brasil, caracterizada pela presença de indivíduos de diferentes *status* e cores.

A posse da terra ao longo dos séculos XVIII e XIX era determinada por fatores econômicos e culturais variáveis conforme a época e a região. Os processos de ocupação e colonização nos campos de Lages ao longo desses séculos podem ser analisados à luz de dois fatores: o domínio do Império português no Sul, associado à definição da fronteira da Capitania de São Paulo; e, não menos importante, a consolidação do caminho das tropas ligada à implantação de fazendas de criar gado *vacum* e *muar*. Os dois fatores são compreendidos no contexto da expansão da fronteira agrícola, tendo-se presente a abundância de terras disponíveis a homens que *pedissem* ou *aceitassem* viver nessas paragens do Sul.

A apropriação fundiária foi realizada de diversas formas: alguns receberam sesmarias, outros compraram, houve os que receberam por herança, da câmara e do capitão-mor da vila. A justificativa para as diferentes formas de apropriação giravam em torno da abundância de terras devolutas e da alegação de posse anterior. As propriedades possuíam extensões diferentes, e foram classificadas como fazendas (maiores), chácaras e sítios (menores).

Ao longo da pesquisa, as trajetórias de Vicente de Athaydes, Manoel de Athaydes, Bento do Amaral Gurgel, Joaquim José Pereira, José do Amaral e de tantos outros habitantes da vila demonstraram que não havia determinismo na constituição e no uso das propriedades e da mão de obra. Ao investigar os campos de Lages nas últimas décadas do século XVIII e primeiras do XIX, *a priori*, as informações parecem ser contraditórias. Mas, à medida que navegamos nas informações, elas no sugerem, primeiramente, a abundância de terras livres postas à colonização, que levaram homens livres a se estabelecerem – associada a isso, há a presença de homens de cor

como proprietários. Segundo, a escravidão: os cativos, levando em consideração as oscilações, representaram ao longo do período investigado mais de 10% da população – a mão de obra era cativa, acompanhada pela agregada e pela familiar. E ainda, na maior parte das propriedades onde havia cativos, viviam também agregados. E terceiro, uma economia não exportadora, em que a comercialização de animais era exclusiva para o mercado interno; e a pecuária sempre era acompanhada pela lavoura de produção de mantimentos.

A vila de Lages era um universo notadamente rural, isto é, viver nos limites dessa vila significava estar em contato direto com o mundo agrário. O povoamento era ralo e, à medida que avançou o século XIX, houve um crescimento demográfico maior nos campos. O pequeno núcleo urbano era habitado por indivíduos ligados às atividades do campo. Uma das poucas casas de comércio, com secos e molhados, pertenceu ao pardo Vicente de Athaydes; e as fontes indicaram que o abastecimento desse comércio era feito com produtos provenientes principalmente do porto Laguna. Foi possível perceber que não existiam indivíduos cujas atividades e ofícios estivessem exclusivamente ligadas ao mundo urbano. Sem dúvida, naquele momento a propriedade da terra era a condição primeira de *status* dos indivíduos; também, a inexistência de um núcleo urbano com maior circulação de mercadorias e possibilidade de ofícios dificultava a migração de homens que não fossem ligados ao campo. Outro fator que corrobora o fraco crescimento das atividades comerciais/urbanas foi a distância em relação aos centros fornecedores de mercadorias. Os principais produtos comercializados no comércio local eram principalmente ferramentas (foice, enxada e machado), tecidos de algodão e sal.

Nesses campos, constituiu-se uma fronteira agrária em movimento, chegaram homens com posses, que formaram a modesta elite agrária, e homens sem posses, que foram agregados ou adquiriram pequenas propriedades. Entre os migrantes com menos posses, havia um razoável percentual de pardos e negros, que, em geral, eram descendentes de escravos oriundos de diferentes regiões, especialmente do Brasil Meridional. Apesar de muitos homens de cor, num primeiro momento, se estabelecerem como agregados, a chefia de fogos por pardos e negros possibilita perceber que esses indivíduos de cor livres buscavam autonomia e espaço nessa fronteira de oportunidades. A maioria dos fogos onde se ‘plantava para o gasto’ pertencia a esses indivíduos.

A participação de agregados é outra informação que exemplifica a mobilidade – consideramos a condição de agregado transitória. Os agregados em Lages eram uma mão de obra eventual para os proprietários das terras onde viviam. Não eram remunerados, mas enquanto

permaneciam em terras alheias certamente estavam subordinados aos proprietários. Por serem as propriedades um espaço de pecuária e agricultura, a presença desses homens livres nelas deveria ser fundamental, especialmente nas épocas de plantio, colheita e cuidado com os animais após o inverno.

Entre os agregados, incluem-se, segundo as listas nominativas, parentes, novos migrantes, ex-cativos e indígenas. A cor não foi um elemento definidor da condição de ser agregado, porque encontramos nesta condição indivíduos brancos, pardos e negros. Quanto aos indígenas, tornavam-se agregados após as guerras empreendidas contra suas comunidades. Com a intensificação do povoamento a partir da bandeira de Correia Pinto, as comunidades indígenas e os novos habitantes constantemente entravam em conflito. Ataques às comunidades indígenas eram constantes; estas, por sua vez, revidavam atacando propriedades e a sede da vila. Além de matá-los, destruir suas casas, plantações e comunidades, os novos habitantes, imbuídos pela permissividade ‘guerra justa’, também os capturavam. As fontes indicam uma maior presença de crianças e adolescentes entre os capturados, que eram descritos entre os agregados como gentios brancos.

Como o padrão de riqueza e pobreza em Lages era medido pela posse de terras e de cativos, os lavradores e agregados compunham a massa dos pauperizados, mas não dos despossuídos. A desigualdade econômica entre os habitantes pode ser percebida pela relação dos bens que cada chefe de fogo possuía. Nas pequenas unidades (sítios e chácaras), constataram-se famílias em que a força de trabalho era formada somente pelos seus membros, aquelas que possuíam o auxílio esporádico de agregados e aquelas que possuíam de um a três cativos – para estes proprietários, a mão de obra agregada e cativa era complementar à do grupo familiar. A pequena produção agrícola e pecuária destinava-se ao consumo no próprio fogo; e os excedentes, quando havia, eram comercializados localmente. Entre os produtos com maior produção estão o milho, o feijão e o trigo.

Os fazendeiros, que eram menos de 40% dos proprietários, detinham o “grosso” da produção pecuária. Observamos o predomínio do gado vacum, seguido do cavalariço e, em menor proporção, do mouro. No entanto, o valor comercial identificado nos inventários *post mortem* aponta que os animais com maior valor eram, em sequência, os muareiros, os cavalariços e, por último, os vacunos. O lucro com a comercialização dos animais era investido em terras e cativos. Nas fazendas, os animais eram descritos como mansos e xucros. A existência de animais xucros

demonstra a dificuldade que os fazendeiros ainda possuíam na ‘lida’ com os animais. Por outro lado, por seu caráter extensivo, a pecuária realizada nos campos de Lages era de baixos custos.

Nos fogos dos fazendeiros, há um *continuum* ao longo dos anos de cativos e, em geral, as escravarias eram médias, tendo de cinco a nove cativos. Entre os cativos, havia uma maioria de crioulos e um menor percentual de africanos. A maior incidência de crioulos entre os cativos pode ser explicada por dois fatores: a reprodução endógena e o comércio interno de cativos. Nas escravarias de médio e grande porte, identificamos casais de escravos com seus filhos; nas pequenas, as mães com seus filhos. A presença de famílias cativas, quer extensas, quer matrifocais, possibilita perceber as relações estabelecidas entre os cativos e destes com os senhores. Os últimos certamente estavam interessados na reprodução, objetivando mais mão de obra com baixo custo. Ao contrário, aos cativos interessava criar laços, sentirem-se vivos e mais fortes ante a sociedade escravista.

O comércio interno de cativos é visualizado nos seus registros de origem. Eram procedentes de vilas que, em sua maioria, faziam parte do centro-sul ou se localizavam no caminho das tropas. A posição geográfica de Lages, caminho de passagem, propiciou o contato com os comerciantes de animais e de cativos do interior do Brasil. A mão de obra oriunda diretamente da África é fruto do comércio direto entre o porto do Rio de Janeiro e o de Desterro – mais tarde, também com alguns senhores escravistas de Lages. Aqui, africanos e crioulos desempenharam as mesmas funções e formaram famílias.

Nos campos de Lages, as escravarias eram mais modestas comparativamente às das outras regiões do Brasil, especialmente as produtoras de matérias-primas para o mercado externo. Assim, a dinâmica da sociedade escravista nesses campos colocava lado a lado homens livres e cativos nas atividades ligadas à pecuária e ao cultivo das roças. Isso não significa que as relações entre cativos e senhores eram permeadas pelo *bom senhor* e o *bom cativo*; ao contrário, reproduziram-se relações de dominação, ao mesmo tempo que se estabeleceram relações de reciprocidade horizontais e verticais, inerentes às sociedades escravistas.

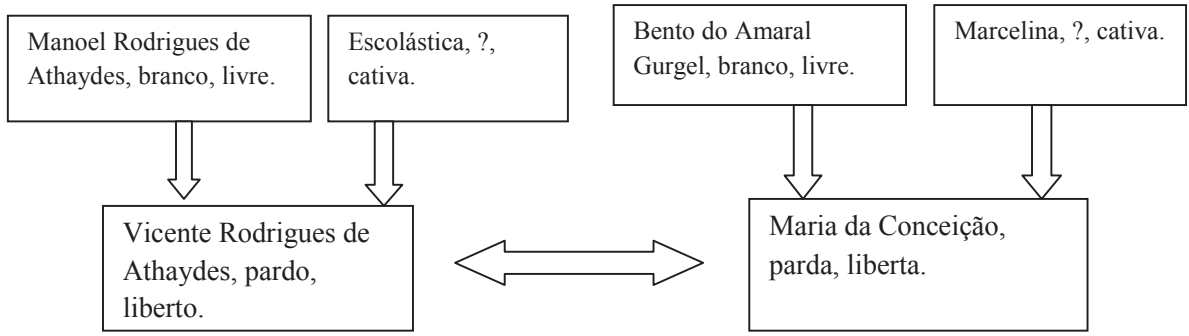
A cor dos cativos reforçava socialmente sua condição. Os africanos sempre eram nominados “negros”; e os crioulos, “negros” e “pardos”. Há que se considerar que boa parte da população livre tinha a cor parda e alguns eram negros, tendo assim algo em comum com os cativos. É possível sugerirmos que os pardos, que formaram significativa parcela da população de Lages, tinham um passado próximo à escravidão; e a população escrava dessa mesma cor, um olhar para o mundo dos livres.

A pecuária nas fazendas lageanas era composta pela diversidade na criação de animais: vacuns, cavallares, muares e ovinos. A atividade criatória foi-se multiplicando em consonância com o aumento das propriedades. No início, a produção da pecuária era transportada e comercializada nas vilas de Curitiba e de Sorocaba; à medida que Lages ligou-se ao litoral da Santa Catarina, os animais também passaram a ser comercializados em Desterro. Ser senhor de uma fazenda com animais, apesar de estes serem numericamente inferiores àqueles dos demais proprietários de terras nesses campos, garantia *status* e poder político local. O nome dos fazendeiros era seguido das seguintes expressões nas fontes: ‘tem uma fazenda de criar’, ‘uma fazenda de criar com lavoura, cavalari e vacum’, ‘uma fazenda de criar e negócio de tropas’.

Existiu, de fato, uma relação direta entre a formação da elite local e a propriedade da terra, de cativos e de animais. Outro elemento presente na formação dessa elite foram as concessões de patentes militares e cargos administrativos. Os capitães-mores e das ordenanças nomeados ao longo do período pesquisado eram proprietários de fazendas, de cativos e brancos. E ainda, de modo geral, através de casamentos, uniam-se famílias dessa elite, ficando evidente a constituição de parentesco em torno de algumas famílias, sobretudo do Amaral Gurgel.

Enquanto os fazendeiros e suas famílias ampliavam suas relações de compadrio e poder, os indivíduos depauperados, por sua vez, de forma gradativa, tornavam-se senhores de si, de terras e, em alguns casos, de cativos. Na dinâmica dessa complexa sociedade em movimento, também cabe destacar que se estruturou um cenário com domicílios em que mulheres solteiras, casadas e viúvas responsabilizaram-se por seus fogos e sustentaram seus filhos.

As sociedades da América Portuguesa e do Brasil Imperial tinham muitas faces; iam além da estrutura pura e simplesmente hierarquizada. A história dos homens brancos, pardos e negros de Lages permite aumentar o foco de visualização acerca de como era viver e sobreviver nos ‘confins’ do Brasil Meridional. Pois, dentro de uma hierarquia socioeconômica desigual, produziu-se para subsistência, para o pequeno mercado comercial local e para o abastecimento interno com animais. E ser proprietário de terras e de cativos não era exclusividade para brancos; pardos e pretos também o eram. Assim, a cor, por si só, não foi determinante para ser proprietário. A mobilidade social e a mestiçagem fizeram parte da composição social da vila de Lages, não em uma linha de evolução, mas nas contradições da sociedade da época:



Referências Bibliográficas

- AGUIRRA, João Batista de Campos. Tombamento de 1817: Propriedades Rurais na Capitania de São Paulo. In: **Revista do Arquivo Municipal**. v. X. São Paulo: Publicação da diretoria do protocolo e arquivo da prefeitura, 1935.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.). **História da Vida Privada no Brasil**. Império: a corte e a modernidade nacional. v. 2. São Paulo: Cia da Letras, 1997.
- ALMEIDA, Aluísio de. Os caminhos do sul e a feira de Sorocaba. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. v. 186. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.
- ALMEIDA, Aluísio de. São Paulo, formosa sem dote? In: MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de (Org.). **Vida cotidiana em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Ateliê Editorial/ Unesp/ Imprensa Oficial, 1998.
- ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. **Exercícios de micro-história**. São Paulo: FGV, 2009.
- ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. **Ricos e Pobres em Minas Gerais: Produção e hierarquização social no mundo colonial, 1750-1822**. Belo Horizonte: Argumentum, 2010.
- ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Formação da diplomacia econômica no Brasil: as relações econômicas internacionais do Império**. São Paulo: Editora Senac-Funag, 2001.
- ALVEAL, Carmen; MOTTA, Marcia. Sesmarias. In: MOTTA, Marcia Maria Menendes (Org.). **Dicionário da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- AMADO, Janaina; FIGUEIREDO, Luiz Carlos. **O Brasil no Império Português**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- ANDRADE, Leandro Braga. O ouro que escorre do alambique. Riqueza, hierarquia social e propriedade de engenhos em Minas Gerais. O caso da Freguesia de Furquim. 1821-1850. In: **Anais do XIII Seminário sobre a economia mineira**. Diamantina: Cedeplar, 2008.
- ARAÚJO, Maria Lucília Viveiros. **Revista de História**. n. 160. São Paulo, 2009.
- Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. **Os segredos do Jarau: documentos sobre a Revolução Farrroupilha**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.
- ATAIDE, Sebastião. **O negro no planalto lageano**. Lages: Prefeitura Municipal, 1988.
- AVÉ-LALLEMANT, Robert. **Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo (1858)**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1980.
- BACELAR, Carlos de Almeida Prado. **Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba, séculos XVIII e XIX**. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2001.
- BACELLAR, Carlos. Agregados em casa, agregados na roça: uma discussão. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (Org.). **Sexualidade, família e religião na colonização do Brasil**. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.
- BARICKMAN, B. J. **Um Contraponto Baiano: Açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775)**. 2ª ed. São Paulo: Alameda, 2007.
- BOSCHI, Caio César. **Os leigos e o poder: irmandades leigas e a política colonizadora em Minas Gerais**. São Paulo: Ática, 1986.
- BOGACIOVAS, Marcelo Meira Amaral. Antigos proprietários rurais de Lages. In: **Revista da ASBRAP**. nº 6. São Paulo, 1999.
- BORGES, Nilsen. **Terra, gado e trabalho: sociedade e economia escravista em Lages, SC (1840-1865)**. Dissertação (Mestrado em História) – PPGH/UFSC, 2005.

- BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. Senhores do comércio e senhores da terra na capitania de São Paulo (século XVIII). In: **Anais Congresso Internacional Pequena Nobreza nos Impérios Ibéricos de Antigo Regime**. Lisboa/ Portugal, maio de 2011.
- BOTELHO, Ângela Vianna; REIS, Liana Maria. **Dicionário Histórico Brasil Colônia e Império**. 3ª edição, Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2002.
- BRANCHER, Ana; AREND, Silvia Maria Fávero. (Org.). **História de Santa Catarina no século XIX**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2001.
- BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP, 1992.
- CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **História de Santa Catarina**. 3ª ed. Florianópolis: Lunardelli, 1987.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Domínios da História: Ensaio de teoria e Metodologia**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
- CASTRO, Hebe Maria Mattos de. **Ao sul da história: lavradores pobres na crise do trabalho escravo**. 2ª ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2009.
- CASTRO, Hebe Maria Mattos de; SCHNOOR, Eduardo (Orgs.). **Resgate – Uma janela para o oitocentos**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995.
- CASAL, Manuel Aires de. **Corografia Brasílica**. Tomo I. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1817.
- CASAL, Manoel Aires. **Corografia brasílica ou relação histórico-geográfica do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1976.
- CERCEAU NETTO, Rangel. População e mestiçagens: a família entre mulatos, crioulos e mamelucos em Minas Gerais (séculos XVII e XIX). In: PAIVA, Eduardo França; IVO, Isnara Pereira; MARTINS, Ilton Cesar (Orgs.). **Escravidão, mestiçagens, populações e identidades culturais**. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFMG; Vitória da Conquista: edições UESB, 2010.
- CERCEAU NETTO, Rangel. Famílias mestiças e as representações identitárias: entre as maneiras de viver e as formas de pensar nas Minas Gerais, no século XVIII. In: PAIVA, Eduardo França (Org.). **Escravidão, mestiçagens, ambientes, paisagens e espaços**. São Paulo, Annablume, 2011.
- CHALHOUN, Sidney. Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX). In: **Revista História Social**. Racismo: história e historiografia. n. 19, primeiro semestre, 2010.
- COELHO, Manoel Joaquim d'Almeida. **Memória histórica da província de Santa Catarina. Santa Catharina**: Typ. Desterrense, 1856.
- COSTA, Licurgo. **O continente das Lagens: sua história e a influência no sertão da terra firme**. 4 v. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982.
- GINZBURG, Carlo. **A Micro-História e Outros Ensaio**. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.
- DEL PRIORI Mary; VENÂNCIO, Renato. **Uma história da vida rural no Brasil**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.
- ENGELMANN, Carlos. **De laços e de nós**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008;
- FALCÃO, Ismael Marinho. **Direito agrário brasileiro**. Bauru: Edipro, 1995.
- FARIA, Sheila. **A colônia em movimento: fortuna e família no Cotidiano Colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- FARIA, Sheila de Castro. Damas mercadoras – as pretas minas no Rio de Janeiro (século XVIII a 1850). In: SOARES, Mariza de Carvalho (Org.). **Rotas atlânticas da diáspora africana: da Baía do Benim ao Rio de Janeiro**. Niterói: EdUFF, 2007.

- FARIA, Sheila de Castro. **Sinhás pretas, Damas Mercadoras**: as pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João Del Rey (1700-1850). [Tese apresentada à UFF, no concurso para Professor Titular em História do Brasil], 2004.
- FARINATTI, Luiz Augusto Ebling. **Confins meridionais**: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira meridional do Brasil. Santa Maria: Ed da UFSM, 2010.
- FARINATTI, Luiz Augusto Ebling. Um campo de possibilidades: notas sobre as formas de mão de obra na pecuária (Rio Grande do Sul – século XIX). **História – Unisinos**. v.8. São Leopoldo: agosto-dezembro 2003.
- FERLINI, Vera Lucia Amaral. **Açúcar e colonização**. São Paulo: Alameda, 2010.
- FERREIRA, Ricardo Alexandre. **Senhores de poucos escravos**: Cativo e criminalidade num ambiente rural (1830-1888). São Paulo: Editora UNESP, 2005.
- FLORENTINO, Manolo. Aspectos sociodemográficos da presença de escravos moçambicanos no Rio de Janeiro (c.1790- c.1850). In: FRAGOSO, João et al (Org.). **Nas rotas do Império**: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português. Vitória: Edufes; Lisboa: IICT, 2006.
- FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras**: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX). São Paulo: Cia da Letras, 1997.
- FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. **A paz das senzalas**: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790 – 1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- FLORES, Moacyr. **Revolução Farroupilha**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1985.
- FLORES, Moacyr. **Tropeirismo no Brasil**. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1998.
- FRAGOSO, João. Capitão Manuel Pimenta Sampaio, senhor do engenho do Rio Grande, neto de conquistadores e compadre de João Soares, pardo: notas sobre uma hierarquia social costumeira (Rio de Janeiro, 1700-1760). In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. **Na trama das redes**: política e negócios no Império Português, séculos XVI-XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- FRAGOSO, João Luís. Economia Brasileira no Século XIX: mais do que uma Plantation Escravista-Exportadora. In: Maria Yeda, LINHARES. **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- FRAGOSO, João Luís. Efigênia Angola, Francisca Muniz forra parda, seus parceiros e senhores: freguesias rurais do Rio de Janeiro, século XVIII. Uma contribuição metodológica para a história colonial. **Topoi**. v. 11, n. 21, jul.-dez. 2010.
- FRAGOSO, João Luis Ribeiro. **Homens de grossa aventura**: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- FRAGOSO, João Luiz Ribeiro; RIOS, Ana Maria Lugão. Um empresário brasileiros nos oitocentos. In: CASTRO, Hebe Maria Mattos; SCHNOOR, Eduardo (Orgs.). **Resgate – Uma janela para o oitocentos**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995.
- FRAGOSO, João Luís. A nobreza vive em bandos: a economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, século XVII. Algumas notas de pesquisa. **Tempo**. v. 8, n. 15. Niterói: UFF, jul-dez 2003.
- FRAGOSO, João Luís Ribeiro; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. (Orgs.). **Conquistadores e negociantes**: histórias das elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. (Orgs.). **O Antigo Regime nos Trópicos**: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. **O arcaísmo como projeto**: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro (1780-1840). Rio de Janeiro: Sete Letras,

1998.

FRAGOSO, João Luis Ribeiro. **Homens de Grossa Aventura**: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FRAGOSO, João et al. (Org.). **Nas rotas do Império**: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português. Vitória: Edufes; Lisboa: IICT, 2006.

FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). **Na trama das redes**: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2010.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: UNESP, 1997.

GARAVAGLIA, Juan Carlos. **Pastores y labradores de Buenos Aires**. Una historia agraria de la campaña bonaerense 1700-1830. Buenos Aires: De la Flor, 1999.

GIL, Tiago Luís. **Coisas do caminho**: tropeiros e seus negócios do Viamão à Sorocaba (1780-1810). Tese (Doutorado em História) – PPGH/UFRJ, Rio de Janeiro, 2009.

GINZBURG, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

GINZBURG, Carlo. Provas e Possibilidades à margem de “Il ritorno de Martin Guerre” de Natalie Zemon Davis. In: **A Micro-História e Outros Ensaio**s. Lisboa: DIFEL, 1989.

GINZBURG, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: **A Micro-História e Outros Ensaio**s. Lisboa/Rio de Janeiro: DIFEL/Bertrand Brasil, 1989.

GOULART, José Alípio. **Tropas e tropeiros na formação do Brasil**. São Paulo: Conquista, 1961.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. **Caetana diz não**: histórias das mulheres da sociedade escravista brasileira. São Paulo: Cia das Letras, 2005.

GRENDI, Edoardo. Microanálise e história social. In: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. **Exercícios de micro-história**. São Paulo: FGV, 2009.

GUEDES, Roberto. Escravidão e cor nos censos de Porto Feliz (São Paulo, Século XIX). **Cadernos de Ciências Humanas – Especiaria**. v. 10, n.18, jul. - dez. 2007.

GUEDES, Roberto. Estrutura de posse e demografia escrava (Porto Feliz/SP, 1798-1843). In: PAIVA, Eduardo França; IVO, Isnara Pereira (Orgs.). **Escravidão, mestiçagem e histórias comparadas**. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFGM, 2008.

GUEDES, Roberto. De ex-escravo à elite escravista: a trajetória de ascensão social do pardo alferes Joaquim Barbosa Neves (Porto Feliz, São Paulo, Século XIX). In: FRAGOSO, João; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; SAMPAIO Antônio Carlos Jucá (Orgs.). **Conquistadores e negociantes**: história de elites no Antigo Regime nos trópicos, América Lusa, Séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GUEDES, Roberto. Sociedade escravista e mudança de cor. Porto feliz, São Paulo XIX. In: FRAGOSO, João et al. (Org.). **Nas rotas do Império**: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português. Vitória: Edufes; Lisboa: IICT, 2006.

GUIMARÃES, Elione; LACERDA, Antonio Henrique. Medidas Agrárias. In: MOTTA, Márcia (Org.). **Dicionário da terra**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

GUTIÉRREZ, Horácio. Crioulos e africanos no Paraná, 1798-1830. **Revista Brasileira de História**. v. 8, n. 16, 1988.

GUTIÉRREZ, Horácio. Demografia escrava numa economia não-exportadora: Paraná, 1800-1830. **Estudos Econômicos**. v. 17, n. 3. São Paulo, 1987.

GUTIÉRREZ, Horácio. Donos de terras e escravos no Paraná: padrões e hierarquias nas primeiras décadas do século XIX. **História**. v. 25. n.1. São Paulo, 2006.

GUTIÉRREZ, Horácio. Fazendas de gado no Paraná escravista. **Topoi**: Revista de História. v. 5, n. 9. Rio de Janeiro, 2004.

- HAMEISTER, Martha Daisson. **O continente do Rio Grande de São Pedro: os homens, suas redes de relações e suas mercadorias semoventes.** Dissertação (Mestrado em História) – PPGH/UFRJ, Rio de Janeiro, 2002.
- HAMEISTER, Martha Daisson; GIL, Tiago Luís. Fazer-se elite no extremo-Sul do Estado do Brasil: uma obra em três movimentos. *Continente do Rio Grande de São Pedro (século XVIII)*. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de (Orgs.). **Conquistadores e negociantes: histórias das elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- HERBERTS, Ana Lúcia. **Arqueologia do Caminho das Tropas: estudo das estruturas viárias remanescentes entre os rios Pelotas e Canoas, SC.** Tese (Doutorado em História) – PPGH/PURS, Porto Alegre, 2009.
- Histórico da Diocese da Lages: 50 anos.** Secretariado Diocesano de Pastoral. Lages, 1977
- HOLLANDA, Sérgio Buarque de. **História Geral da Civilização Brasileira.** Tomo I. v. 2. 11ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e fronteiras.** 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- HESPANHA, António Manuel. A mobilidade social na sociedade de Antigo Regime. **Tempo.** v. 11, n. 21, jun. 2006.
- KLEIN, Herbert. A oferta de mueres no Brasil Central: o mercado de Sorocaba, 1825-1880. **Revista estudos econômicos.** v.19, n.2. São Paulo, Maio-Agosto, 1989.
- KUHN, Fábio. **Gente de fronteira: família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa – século XVIII.** Tese (Doutorado em História) – PPGH/UFF, Niterói/RJ, 2006.
- KÜLZER, Gláucia Giovana Lixinski de Lima. **De Sacramento a Boca do Monte: a formação patrimonial de famílias de elite na Província de São Pedro (Santa Maria, RS, século XIX).** Dissertação (Mestrado em História) – PPGH/Unisinos, São Leopoldo, 2009.
- LACERDA, Arthur Virmond de. **As ouvidorias do Brasil Colônia.** Curitiba: Juruá, 2000.
- LE GOFF, Jacques. **A história Nova.** São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- LEVI, Giovanni. **A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- LIBBY, Douglas Cole. A empiria e as cores: representações identitárias nas Minas Gerais dos séculos XVIII e XIX. In: PAIVA, Eduardo França; IVO, Isnara Pereira; MARTINS, Ilton Cesar (Orgs.). **Escravidão, mestiçagens, populações e identidades culturais.** São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFGM; Vitória da Conquista: Edições UESB, 2010.
- LIMA, Carlos A. M. Distância na carne: mundo agrário, escravidão e fronteira nos Campos de Curitiba (séculos XVIII e XIX). In: XAVIER, Regina Célia Lima (Org.). **Escravidão e liberdade: temas, problemas e perspectivas de análise.** São Paulo: Alameda, 2012.
- LIMA, Carlos A. Sertanejos e Pessoas Republicanas Livres de Cor em Castro e Guaratuba (1801-1835). **Revista Estudos Afro-Asiáticos.** n.2, ano 24, 2002.
- LIMA, Carlos A. M.; MELO, Kátia A. V. de Melo. A distante voz do dono: a família escrava em fazendas de absenteístas de Curitiba (1797) e Castro (1835). **Afro-Asia (UFBA).** v. 31. Salvador, 2004.
- LIMA, Ruy Cirne. **Pequena história territorial do Brasil: sesmarias e terras devolutas.** 4.ed. Brasília: ESAF, 1988.
- LINHARES, Maria Yeda (Org.). **História Geral do Brasil.** 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- LINHARES, Maria Yeda Leite. Pecuaría, Alimentos, e Sistemas Agrários no Brasil (séculos XVII e XVIII). **Revista Tempo.** v. 1, nº 2. Rio de Janeiro: UFF, dezembro de 1996.

- LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. Escravidão africana na produção de alimentos. São Paulo no século 19. **Estudos econômicos**. v. 40, n. 2. São Paulo, 2010.
- LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. Características da população em São Paulo no início do século XIX. **População e Família**. USP-FFLCH. n.º.3. São Paulo, 2000.
- LUNA, F. V.; KLEIN, H. S. Observações a respeito dos preços agrícolas em São Paulo (1798/1836). In: **Boletim de História Demográfica**. v. VIII, n.21, mar. 2001.
- LUNA, Francisco Vidal. São Paulo: População, Atividades e Posse de Escravos em Vinte e Cinco Localidades - (1777-1829). **Estudos Econômicos**. v. 28. São Paulo, 1998.
- LUNA, Francisco Vidal. Posse de escravos em Sorocaba (1778-1836). **Primeiro Seminário do Centenário da Abolição**. São Paulo: FEA-USP, 1986.
- MACHADO, Cacilda. **A trama das vontades**: negros, pardos e brancos na construção da hierarquia social do Brasil escravista. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.
- MACHADO, Cacilda. Casamento de escravos e negros livres e a produção da hierarquia social em uma área distante do tráfico atlântico (São José dos Pinhais-Pr, passagem do XVIII para o XIX). In: FRAGOSO, João et al. (Orgs.). **Nas rotas do Império**. Vitória: Edufes, 2006.
- MACHADO, Cacilda. Cor e hierarquia social no Brasil escravista: o caso do Paraná, passagem do século XVIII para o XIX. **Revista Topoi**. v. 9, n. 17, jul - dez. 2008.
- MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado**: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916). Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2004.
- MACHADO, Paulo Pinheiro. Bugres, tropeiros e birivas: aspectos do povoamento do planalto serrano. In: BRANCHER, Ana; AREND, Silvia Maria Fávero (Orgs.). **História de Santa Catarina no século XIX**. Florianópolis: UFSC, 2001.
- MALAVOTA, Cláudia Mortari. **Os africanos de uma vila portuária do sul do Brasil**: criando vínculos parentais e reinventando identidades. Desterro, 1788-1850. Tese (Doutorado em História) – PPGH/PUC/RS, Porto Alegre, 2007.
- MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti ; CARDOSO, Vitor Hugo Bastos. Tráfico de escravos e a presença africana na Ilha de Santa Catarina. In: MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti; VIDAL, Joseane Zimmermann (Orgs.). **História diversa**: africanos e afrodescendentes em Florianópolis. Florianópolis: Ed da UFSC, 2013.
- MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. Revisitando a “transição para o trabalho livre”: a experiência dos africanos livres. In: FLORETINO, Manolo (Org.). **Tráfico, cativo e liberdade** (Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. Africanos em Santa Catarina: escravidão e identidade étnica (1750 – 1850) In: FRAGOSO, João et al. (Org.). **Nas rotas do Império**: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português. Lisboa: Edufes, 2006.
- MARCHIORO, Marcio. O banquete da onça mansa: fluxos internos e externos da população indígena aldeada (São Paulo, 1798-1803). In: **Anais 3º Encontro de Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**. Florianópolis: UFSC, 2007.
- MARIN, Paulo César Garcez. A vida cotidiana dos paulistas: moradias, alimentação, indumentária. In: SETUBAL, Maria Alice (Coord.). **Modos de vida dos paulistas**: identidades, famílias e espaços domésticos. v. 2. São Paulo: Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária / CENPEC, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.
- MARTINS, Ilton Cesar (Org.). **Escravidão, mestiçagens, populações e identidades culturais**. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFGM; Vitória da Conquista: edições UESB, 2010.
- MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: Hucitec, 1979.
- MASSOCHIN, Diogo. A participação da província de Santa Catarina na Guerra dos Farrapos. **Revista Santa Catarina em História**. v. 1, n. 1. Florianópolis, 2010.

- MATTOS, Hebe; RIOS, Ana Lugão. **Memórias do Cativo**: Família, Trabalho e Cidadania no Pós-Abolição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- MATTOS, Hebe. **Das cores do silêncio**: significados da liberdade no Sudeste escravista. Brasil, século XIX. 3ª ed. rev. Campina/SP: Ed. Unicamp, 2013.
- MATTOS, Hebe Maria. **Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- MATTOS, Hebe Maria. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da História**: ensaios de teoria e Metodologia. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
- MATTOS, Hebe Maria. A escravidão moderna nos quadros do Império português: o Antigo Regime em perspectiva atlântica. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (Orgs.). **O Antigo Regime nos Trópicos**: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- MATTOS, Hebe. “Guerra Preta”: culturas políticas e hierarquias sociais no mundo atlântico. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (Orgs.). **O Antigo Regime nos Trópicos**: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- MATTOSO, Kátia de Queirós. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MATTOSO, Kátia de Queirós. **Bahia século XIX**. Uma província no Império. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
- MAWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal**. Paradoxo do Iluminismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- MENZ, Maximiliano. Os escravos da feitoria do Linho cânhamo: trabalho, conflito e negociação. **Revista Afro-Ásia**. n. 32, 2005.
- MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra**: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- MOTTA, José Flávio. **Corpos escravos, vontades livres**: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829). São Paulo: FAPESP: Annablume, 1999.
- MOTTA, Marcia Maria Menendes (Org.). **Dicionário da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- MOTTA, Márcia Maria Menendes. **Nas fronteiras do poder**: conflito e direito a terra no Brasil do século XIX. 2. ed. Niterói: EdUFF, 2008.
- MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. **Os cativos e os homens de bem**: experiências negras no espaço urbano. Porto Alegre – 1858-1888. Porto Alegre: EST Edições, 2003.
- MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Justicando o cativo: a cultura da resistência escrava. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (Coord.). **Império**. v.2. Passo Fundo: Méritos, 2006.
- MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Fragmentos de um enredo: nascimento, primeiras letras e outras vivências de uma criança *parda* numa vila fronteiriça (Aurélio Veríssimo de Bittencourt/Jaguarão, século XIX). In: PAIVA, Eduardo França; MARTINS, Ilton Cesar; IVO, Isnara Pereira (Orgs.). **Escravidão e mestiçagem**: populações e identidades culturais. São Paulo/Belo Horizonte: Annablume/PPGH-UFGM, 2010.
- MOREIRA, Vânia Maria Losada. A produção histórica dos “Vazios demográficos”: guerras e chacinas no vale do rio Doce (1800-1830). **Revista de História da Ufes**. n. 9. Espírito Santo, 2011.
- MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de. (Org.). **Vida cotidiana em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Edusp, 1999.
- MOURA, Denise Soares de. **Sociedade movediça**: economia, cultura e relações sociais em São Paulo (1808-1850). São Paulo: Ed. UNESP, 2006.

- NOELLI, Francisco Silva. A ocupação humana na região Sul do Brasil: Arqueologia, debates e perspectivas 1872 e 2000. **Revista USP**. n. 44. São Paulo, 1999-2000.
- NOVAIS, Fernando A. (Coord.); SOUZA, Laura de Mello e (Org.). **História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa**. v. 1. São Paulo: Cia das Letras, 1997.
- OLIVEIRA, Carla. Arte Colonial e mestiçagens no Brasil Setecentista: irmandades, artífices, anonimato e modelos europeus nas Capitânias de Minas e do Norte do estado do Brasil. In: PAIVA, Eduardo França (Org.). **Escravidão, mestiçagens, ambientes, paisagens e espaços**. São Paulo: Annablume, 2011.
- OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de e ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. **Exercícios de microhistória**. Rio de Janeiro: editora FGV, 2009.
- OLIVEIRA, Sebastião Fonseca de. **Aurorescer das sesmarias serranas: história e genealogia**. Porto Alegre: EST, 1996.
- OSÓRIO, Helen. **O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.
- PADOIN, Maria Medianeira. **Federalismo gaúcho: fronteira platina, direito e revolução**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 2001.
- PAIVA, Eduardo França (Org.). **Escravidão, mestiçagens, ambientes, paisagens e espaços**. São Paulo: Annablume, 2011.
- PAIVA, Eduardo França; MARTINS, Ilton Cesar; IVO, Isnara Pereira (Orgs.). **Escravidão e mestiçagem: populações e identidades culturais**. São Paulo/Belo Horizonte: Annablume/PPGH-UFGM, 2010.
- PEDRO, Joana Maria et al. **Negro em terra de branco: escravidão e preconceito em Santa Catarina no século XIX**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.
- PEREIRA, Cláudio Nunes (Org.). **Genealogia tropeira: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, séculos XVI, XVIII e XIX**. v. 1, 2006.
- PERUSSATTO, Melina K. **Como se de ventre livre nascesse**. Experiências de cativo, parentesco, emancipação e liberdade nos derradeiros anos da escravidão – Rio Pardo, c.1860-c.1888. Dissertação (Mestrado em História) – PPGH/Unisinos, São Leopoldo, 2010.
- PESAVENTO, Sandra J. **A revolução farroupilha**. São Paulo: brasiliense, 1985.
- PIAZZA, Walter F. **A escravidão negra numa província periférica**. Florianópolis: Garapuvu, 1999.
- PIAZZA, Walter. **O escravo numa economia minifundiária**. Florianópolis/São Paulo: Editora da UDESC/Editora Resenha Universitária, 1975.
- PIAZZA, Walter F. **Santa Catarina: sua história**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, Ed. Lunardelli, 1983.
- PIAZZA, Walter F.; HUBENER, Laura Machado. **Santa Catarina: história da gente**. Florianópolis: Ed. Lunardelli, 1983.
- PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Cia das Letras, 2011.
- REIS, Adriana Dantas. Luzia Jeje, o Capitão Manuel de Oliveira Barrozo e seus filhos pardos: quando as fronteiras de gênero interferem nas hierarquias sociais, Bahia, 1780-1822. In: TAVARES, Célia Cristina Silva; RIBAS, Rogério de Oliveira (Orgs.). **Hierarquias, raça e mobilidade social**. Portugal, Brasil e o império colonial português (séculos XVI- XVIII). Rio de Janeiro: Contra Capa/Companhia das Índias, 2010.
- REIS, João José. **A Morte é uma Festa**. Ritos Fúnebres e Revolta Popular no Brasil do Século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

- RODERJAN, Roselys Vellozo. **A formação de comunidades campeiras nos planaltos paranaenses e sua expansão para o sul séculos XVI a XIX**. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – PPGH/UFSC, Florianópolis, 1989.
- RODRIGUES, Aldair Carlos. Homens de Negócio: vocabulário social, distinção e atividades mercantis nas Minas Setecentistas. In: **Revista História**. vol. 28, n. 1. Franca/SP, 2009.
- RODRIGUES, Claudia. **Lugares dos Mortos na Cidade dos Vivos**: Tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, DGD e Informação cultural, 1997.
- RODRIGUES, Claudia. **Nas Fronteiras do Além**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.
- RUGENDAS, João Maurício. **Viagem Pitoresca Através do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1979.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem a Curitiba e Santa Catarina**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1978.
- SAMARA, Eni de Mesquita. **As mulheres, o poder e a família** – São Paulo, século XIX. São Paulo: Marco Zero/Secretaria de Estado da Cultura, 1989.
- SAMARA, Eni. **O papel do agregado na região de Itú, 1780-1830**. v. 6. São Paulo: Museu Paulista, 1977.
- SAMARA, Eni. **Família, mulheres e povoamento**: São Paulo, século XVIII. Bauru, SP: EDUSC, 2003.
- SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. Comércio, riqueza e nobreza: elites mercantis e hierarquização social no Antigo Regime português. In: FRAGOSO, João et al. (Org.). **Nas rotas do Império**: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português. Vitória: EDUFES; Lisboa: IICT, 2006.
- SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. Os homens de negócio e a coroa na construção das hierarquias sociais: o Rio de Janeiro na primeira metade do século XVIII. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). **Na trama das redes**: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- SANTOS, Sherol dos. **A Família Escrava em Santo Antonio da Patrulha, (1780/1830)**. Dissertação (Mestrado em História) – PPGH/Unisinos, São Leopoldo, 2009.
- SANTOS, Silvio Coelho dos. **Nova história de Santa Catarina**. Florianópolis: Terceiro Milênio, 1974.
- SANTOS, Silvio Coelho dos. **Índios e brancos do Sul do Brasil**: a dramática experiência dos Xokleng. Florianópolis: Edeme, 1987.
- SCHERER, Jovani de Souza. **Experiências de Busca da Liberdade**: Alforria e Comunidade Africana em Rio Grande, século XIX. Dissertação (Mestrado em História) – PPGH/Unisinos, São Leopoldo, 2008.
- SCARANO, Julita. **Devoção e escravidão**: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no século XVIII. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1975.
- SCHWARTZ, Stuart B. **Escravos, Roiceiros e Rebeldes**. Bauru/SP. EDUSC, 2001.
- SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos**: engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo: Cia das Letras, 1988.
- SCHWARTZ, Stuart B. Padrões de propriedade de escravos nas Américas: nova evidência para o Brasil. **Estudos Econômicos**. v. 13, n.1. São Paulo: IPE/USP, jan./abr. 1983.
- SILVA, Antonio de Moraes. **Diccionario da Lingua Portuguesa**. Tomo 2. Rio de Janeiro: Oficinas da S. A. Litho-Litotipographia Fluminense, 1922.
- SILVA, Danuzio Gil Bernardino da (Org.). **Os Diários de Langsdorff**. v. 2. Campinas: Associação Internacional de Estudos Langsdorff; Rio de Janeiro: Fiocruz, 1997.

- SILVA, Maria Nizza da Silva. Mulheres e patrimônio familiar no Brasil no fim do período colonial. **Revista do Arquivo Nacional**. v. 9, n. 1-2. Rio de Janeiro, 1996.
- SLENES, Robert W. **Na senzala uma flor**: esperanças e recordações na formação da família escrava. 2ª ed. Campinas/SP: Ed. Unicamp, 2011.
- SLENES, Robert W. Senhores e subalternos no Oeste Paulista. In: ALENCASTRO, Felipe de (Org.). **História da vida privada no Brasil**: Império, a corte e a modernidade nacional. v.2. São Paulo: Cia das Letras, 1997.
- SOARES, Márcio de Sousa. A promessa de alforria e os alicerces da escravidão na América Portuguesa. In: GUEDES, Roberto (Org.). **Dinâmica imperial no antigo regime português**: séculos XVII-XIX. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011.
- SOARES, Mariza de Carvalho. **Devotos da Cor**: Identidade Étnica, Religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro no Século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- SOUZA, Laura de Mello e. **Desclassificados do ouro**: a pobreza mineira no século XVIII. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- SOUZA, Laura de Mello e. Formas provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações. In: NOVAIS, Fernando A. (Coord.); SOUZA, Laura de Mello e. (Org.). **História da vida privada no Brasil**: cotidiano e vida privada na América Portuguesa. v. 1. São Paulo: Cia das Letras, 1997.
- SOUZA, Marina de Mello e. **Reis negros no Brasil escravista**: história da festa de coroação de Rei Congo. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.
- SPALDING, Walter. **A Revolução Farroupilha**. São Paulo: Nacional; Brasília: Universidade de Brasília, 1982.
- SUPRINYAK, Carlos Eduardo. **Tropas em marcha**: o mercado de animais de carga no Centro-Sul do Brasil Imperial. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008.
- TAVARES, Célia Cristina da Silva; RIBAS, Rogério de Oliveira (Orgs.). **Hierarquias, raça e mobilidade social**. Rio de Janeiro, Contracapa/Companhia das Índias, 2010.
- TAUNAY, Carlos Augusto. **Manual do Agricultor Brasileiro**. 2. ed. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial, 1839.
- TAUNAY, Carlos Augusto. **Manual do Agricultor Brasileiro**. São Paulo: Cia das Letras, 2001.
- TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. Pecuária e formação do mercado interno do Brasil-Colônia. **Estudos Sociedade e Agricultura**. n. 8. Abril, 1997.
- TORRES, Maria Celestina Teixeira Mendes. **Um lavrador paulista do tempo do Império**. Piracicaba, SP: Equilíbrio, 2010.
- VAINFAS, Ronaldo. **Dicionário do Brasil colonial 1500-1808**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.
- VIANNA, Oliveira. **Populações meridionais do Brasil**: história, organização, psicologia. Belo Horizonte: Itatiaia; Niterói: Ed da UFF, 1987.
- VIANNA, Oliveira. **Populações meridionais do Brasil**: populações rurais do Centro-Sul. v 1. 7ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia; Niterói: Ed. da UFF, 1987.
- VIDE, Sebastião Monteiro da. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**. São Paulo, Editora da USP, 2010.
- VEIGA, Juracilda. **Aspectos fundamentais da cultura Kaingang**. Campinas, SP: curt Nimuendajú, 2006.
- WACHOWICZ, Ruy Christowam. **História do Paraná**. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1995.
- WEIMER, Rodrigo. **A Gente da Felisberta**: Consciência Histórica, história e memória de uma família negra no Litoral Riograndense no Pós-Emancipação (C.1847 – Tempo Presente). Tese (Doutorado em História) – UFF/Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Rio de Janeiro, 2013.

WEHLING, Arno. Conjuntura portuguesa e ação econômica no Rio Grande de São Pedro. In: **Anais do Simpósio comemorativo do bicentenário da restauração de Rio Grande (1776-1976)**. IHGB: Rio de Janeiro, 1979.

WESTPHALEN, Cecília. **O Barão dos campos gerais e o comércio de tropas**. Curitiba: Cd Editora, 1995.

XAVIER, Regina Célia Lima. (Org.). **Escravidão e liberdade**: temas, problemas e perspectivas de análise. São Paulo: Alameda, 2012.

ZARTH, Paulo Afonso. **Do arcaico ao moderno**: o Rio Grande do Sul agrário no Século XIX. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2002.

ZARTH, Paulo Afonso. **História do Planalto gaúcho, 1820-1850**. Ijuí: Ed. Unijuí, 1997.

Documentos on-line

Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1933, p. 50-552. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br>. Acesso em: 17 dez. 2011.

BRASIL. *Leis etc.* Coleção das Leis do Brasil de 1808. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891. p. 37-41. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_obrasraras/).

Brasil, Santa Catarina, Registros da Igreja Católica, 1714-1977. Index and images. Family Search. Disponível em: <http://Familysearch.org>. Acesso em: 2014.

Coleção das Leis do Brasil de 1808. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891. p. 156-159. In: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_obrasraras/

Coleção de Leis do Império do Brasil – 1809. v. 1, p. 21. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/alvara/antioresa1824/alvara-40031-25-janeiro-1809-571578-publicacaooriginal-94714-pe.html>. Acesso em: 19 ago. 2013.

Discurso pronunciado pelo presidente, o brigadeiro João Carlos Pardal, na abertura da Assembleia Legislativa da Província de Santa Catharina na primeira sessão ordinária da segunda legislatura provincial em 1838. Typ. Provincial: Desterro, 1838. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/925>.

Jornal *O Farol Paulistano* - 1827 a 1831. n. 60, 3 nov. 1827. p. 237-238. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=700169>. Acesso em: 29 jul. 2014.

Revista do Arquivo publico Mineiro. p. 50-52. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/rapm/search.php>.

SANTA CATARINA. Discurso pronunciado na abertura da Assembleia Legislativa da província de Santa Catarina na segunda sessão ordinária da segunda legislatura provincial em 1839 pelo respectivo presidente, o brigadeiro João Carlos Pardal. Cidade do Desterro, Typ. Provincial, 1839, p. 15 e 16. Disponível em http://www.crl.edu/ptbr/brazil/provincial/santa_catarina. Acesso em: jul. 2013.

Fontes

Arquivo de Estado de Santa Catarina. Florianópolis, SC.

- Relatórios dos presidentes da Província;
- Correspondências das Câmaras Municipais.

Arquivo Histórico Municipal de Florianópolis. Florianópolis, SC.

- Lista e Mapa populacional da Província de Santa Catarina em 1833.

Arquivo Estado de São Paulo. São Paulo, SP.

- Nele estão as Listas Nominativas e os Maços Populacionais de 1777 a 1818; os Documentos - -
- Interessantes (DI) e os Livros de Sesmarias, Patentes e Provisões.

Arquivo Público do Estado do Paraná. Curitiba, PR.

- Manuscritos sobre a abertura do caminho das tropas;
- Livros da Câmara de Curitiba.

Arquivo Thiago de Castro. Lages, SC.

- Documentos arrolados nas pastas escravidão;
- Atas da Câmara.

Instituto Histórico e Geográfico do Paraná. Curitiba, PR.

- Consultados os Documentos Interessantes em fontes impressas.

Museu do Tribunal de Justiça. Florianópolis, SC.

- Os inventários e testamentos.

Paróquia Nossa Senhora dos Prazeres de Lages. Lages, SC.

- Nela estão os livros de registro de batismo, casamentos e óbitos.

Primeiro Tabelionato de Notas e Protestos de Lages.

- Livros de registros da vila de Lages.

Sites

<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/rapm/search.php>

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM-1-10-1828.htm

http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_obrasraras

<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br>

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/alvara/antioresa1824/alvara-40031-25-janeiro-1809-571578-publicacaooriginal-94714-pe.html>

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/alvara/antioresa1824/alvara-40031-25-janeiro-1809-571578-publicacaooriginal-94714-pe.html>

<https://familysearch.org>.

ANEXO B – Lista dos indivíduos de 1778, separados por classe.

1.ª Classe			
N.º	Nome	Idade	Profissão
1	Ignacio	2	Cap.º de 1.ª Classe de Alcaide
2	Antonio	2	Seu barba de 1.ª Classe de Alcaide
3	Antonio	2	Cap.º de 1.ª Classe de Alcaide
4	Antonio	2	Antonio de 1.ª Classe
5	Antonio	2	Manuel de 1.ª Classe de Alcaide
6	Antonio	2	Cap.º de 1.ª Classe de Alcaide
7	Antonio	2	Antonio de 1.ª Classe
8	Antonio	2	Antonio de 1.ª Classe
9	Antonio	2	Manuel de 1.ª Classe
10	Antonio	3	Antonio de 1.ª Classe
11	Antonio	2	Antonio de 1.ª Classe
12	Antonio	3	Antonio de 1.ª Classe
13	Antonio	7	Manuel de 1.ª Classe
14	Antonio	3	Antonio de 1.ª Classe
15	Antonio	3	Antonio de 1.ª Classe
16	Antonio	3	Antonio de 1.ª Classe
17	Antonio	3	Antonio de 1.ª Classe
18	Antonio	3	Antonio de 1.ª Classe
19	Antonio	7	Antonio de 1.ª Classe
20	Antonio	7	Antonio de 1.ª Classe
21	Antonio	3	Antonio de 1.ª Classe
22	Antonio	3	Antonio de 1.ª Classe
23	Antonio	5	Antonio de 1.ª Classe
24	Antonio	3	Antonio de 1.ª Classe
25	Antonio	7	Antonio de 1.ª Classe
26	Antonio	7	Antonio de 1.ª Classe
27	Antonio	2	Antonio de 1.ª Classe
28	Antonio	3	Antonio de 1.ª Classe
29	Antonio	6	Antonio de 1.ª Classe
30	Antonio	6	Antonio de 1.ª Classe

2.ª Classe			
N.º	Nome	Idade	Profissão
31	Antonio	2	Antonio de 2.ª Classe
32	Antonio	8	Antonio de 2.ª Classe
33	Antonio	8	Antonio de 2.ª Classe
34	Antonio	8	Antonio de 2.ª Classe
35	Antonio	8	Antonio de 2.ª Classe
36	Antonio	8	Antonio de 2.ª Classe
37	Antonio	12	Antonio de 2.ª Classe
38	Antonio	13	Antonio de 2.ª Classe
39	Antonio	13	Antonio de 2.ª Classe
40	Antonio	13	Antonio de 2.ª Classe
41	Antonio	9	Antonio de 2.ª Classe
42	Antonio	12	Antonio de 2.ª Classe
43	Antonio	13	Antonio de 2.ª Classe
44	Antonio	13	Antonio de 2.ª Classe
45	Antonio	10	Antonio de 2.ª Classe
46	Antonio	10	Antonio de 2.ª Classe
47	Antonio	12	Antonio de 2.ª Classe
48	Antonio	12	Antonio de 2.ª Classe
49	Antonio	11	Antonio de 2.ª Classe
50	Antonio	9	Antonio de 2.ª Classe
51	Antonio	11	Antonio de 2.ª Classe
52	Antonio	9	Antonio de 2.ª Classe
53	Antonio	11	Antonio de 2.ª Classe
54	Antonio	12	Antonio de 2.ª Classe
55	Antonio	12	Antonio de 2.ª Classe
56	Antonio	12	Antonio de 2.ª Classe
57	Antonio	12	Antonio de 2.ª Classe
58	Antonio	12	Antonio de 2.ª Classe
59	Antonio	12	Antonio de 2.ª Classe
60	Antonio	12	Antonio de 2.ª Classe

Fonte: AESP: Maços de População. Ordem C00226. Ano 1778, p. 1 – 2.

ANEXO C – Lista de 1789

Lages

de 1789

Lages		192	
Cap. Moço de Ponta de Am. Capel Anna		68	
III			
João Felício	30	Andrino	7
Antônio Joaquim da Silva	33	Antônio	6
D. Anna de Am. da Silva	32	J. Vago e Silva	47
Barb. da Silva	20	João da Silva	47
Angelo	32	D. Barbosa da Silva	34
Miguel	3	D. Anna da Silva	3
João	7	Escravos	
Sebastião	33	João	65
Antônio	30	João m. da Silva	30
João	33	Luiz	35
Manoel	33	Anna m. da Silva	14
Francisco m. da Silva	30	João	50
Maria Casada	30	Pedro	40
Francisco Maria José m. da Silva	25	Maria	7
		Sebastião	4
		André	3
		Antônio	25
		Barb. da Silva	26
		Maria	9
		João	3
		João	4
		Agostinho	
		Pedro Maria	33
		Miguel	20
		Antônio	28
		João	20
		Susana	25
		J. Vago e Silva	47
		M. da Silva	47
		D. Maria da Silva	35
		João	47
		Francisco	42
		Maria	7

LAGES

22610-001

Fonte: AESP: Maços de População. Ordem C00226. Ano 1789, p. 1.

ANEXO D – Lista de 1798.

*Lista Geral dos Habituados q̄ existem
na Villa das Lages, esse Descriçõ anno de 1798, suas occupa-
ões, Empregos, Densão q̄ Cultivãõ, ou em que Negociaõ*

-22617-002

Pessoas	Idade	Ocupações
1 Capitão Mor Regente Ben- to do Amaral Frezgel Amex D Penovar sua m ^{er} f ^o	70 18	Tem fazenda de Crias Egoy gado, e Bestas que marca annual Entre mazon, e femey
Bento Escr ^o	1	Pado - - - - - 400 Cavallas - - - - - 110 Bestas - - - - - 10
José prezo Solto ^o	50	Planta manem ^{to} p ^a seo gaste e colhe annual
Francisco pr. S.	35	Alq ^o de milho - - - - - 200 Sejão - - - - - 40 Fruço - - - - - 18
Antonio pr. S. sego	33	Vende p ^a Cordeira Boj - 50 Potros - - - - - 40
Angelo mulato S.	28	Estudo mais Consome em sua casa
José pr. S.	7	
Gracia pre. Viuva	41	
Maria pr. Car. Agi	40	
Bento genro de terra S.	16	
Maria Jose genha S.	17	
2- O Sarg ^o Mor Miguel Pedrozo Leite Car.	64	Tem hua faz ^a de Crias Egoy gado, e Mullas, e marca annual, e tambem planta manem ^{to}
D. Ignocencia sua m ^{er} f ^o	50	Marca Pado - - - - - 30 Bestas - - - - - 25 Cavallas - - - - - 80
D. Maria S.	12	Colhe m ^o alq ^o - - - - - 25 Sejão - - - - - 16 Fruço - - - - - 14
D. Escolastica S.	17	Vende verde 8 ^a potros - 16 Bestas - - - - - 16
D. Maria S. Escr ^o	8	Estudo mais Consome em casa de sua casa
Vittonno pr. S.	36	
Ventura pr. S.	40	
Maria pr. Viuva Agi	44	
Agulinho Br ^o Jornal ^o f ^o	48	
Morcello mulato S. Alq ^o	22	


Fonte: AESP: Maços de População. Ordem C00226. Ano 1798, p. 1.

ANEXO E – Lista de 1803.

Anno de 1803.

Mappa Geral dos Habitantes existentes na C. de Lages e do Distrito compreendendo
 seus nomes, empregos, Naturalidade, Estado Civil, e Occupação, Com o preço fiscal
 das Cavalarias e Alcabarras, com cada nome das suas respectivas famílias de
 se afazenda das Lages de acordo antecedente

Lages	Nomes e empregos e Naturalidade	Idade	Estado Civil	C. P.	Cavalarias e Cavalarias	
					Valor	Alcabarras
1.	Villa Geral de Lages	74	C.	B.	Hacienda	
	Cap. do Mor. de Lages				De fazendas de Lages e de Lages e Cavalarias	
	Naturalidade de S. Paulo				e Muany mas lou por cento an	
	D. Antonio de Aguiar	23	C.	B.	Valor	60
	Jua. m. Natural de Lages				Alcabarras	65
	Filhos				Cavalarias	7
	Bento natural de Lages	6	S.	B.	Muany	
	Joze natural de Lages	5	S.	B.	Com lebanho de orelhas planta	
	Emilia natural de Lages	5	S.	B.	mantimento p. do gado	
	Maria natural de Lages	5	S.	B.		
	Filhos					
	Joze de Lages apelidado					
	nas m. vazquez de Lages	12	S.	B.		
	Maria de Lages	15	S.	B.		
	Clotilde de Lages	8	S.	B.		
Joze de Lages m. de Lages	42	C.	R.			
Carado com Maria de Lages						
Filhos						
Maria de Lages m. de Lages						
Joze de Lages	47	C.	R.			
Angela de Lages	26	S.	R.			
Joze de Lages	12	S.	R.			
Joze de Lages	40	C.	R.			
Engracia de Lages	46	C.	R.			
2.	Joze Domiano de Lages				Hacienda	
	do Mor. das Alcabarras de Lages				De duas fazendas sua no d. de Lages	
	Villa de Lages natural da	58	C.	B.	de Lages e de Lages e Cavalarias e	
	Villa de Lages				e de Lages e Cavalarias e	
	Maria de Lages	48	C.	B.	e de Lages e Cavalarias e	
	Maria de Lages				e de Lages e Cavalarias e	
	Filhos				e de Lages e Cavalarias e	
Antonio natural de Lages	17	S.	B.	Valor	160	
Joze	15	S.	B.	Cavalarias	37	
Maria	13	S.	B.	Muany	16	
Joze	17	S.	B.	Alcabarras	8	
Anna	8	S.	B.	Com orelhas planta mantimento		
				p. do gado		



LAGES

1803

Fonte: AESP: Maços de População. Ordem C00226. Ano 1803, p. 1.